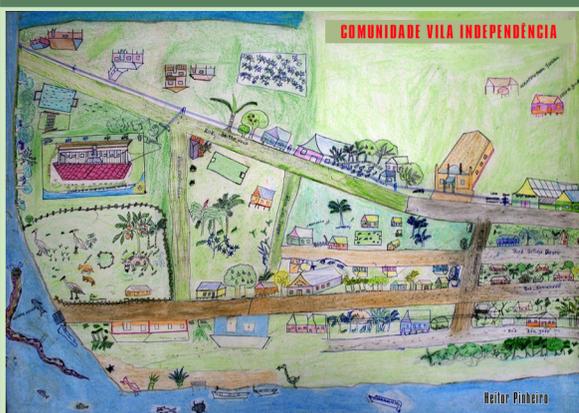


Tatiana Schor
ORGANIZADORA



Dinâmica Urbana na Amazônia Brasileira

As vilas e a urbanização no Amazonas
VOL. 5

ALEXA
CULTURAL

EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS

CAPES

Dinâmica Urbana na Amazônia Brasileira

VOL. 5

As vilas e a urbanização no Amazonas

Realização e Apoio:

Universidade Federal do Amazonas – UFAM

Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEOG

Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na
Amazônia - PPGCASA

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da UFAM - PROPESP

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES



TATIANA SCHOR
organizadora

Dinâmica Urbana na Amazônia Brasileira

VOL. 5

As vilas e a urbanização no Amazonas

ALEXA
CULTURAL


EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS

Embu das Artes - SP
2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS

CONSELHO EDITORIAL

Presidente

Henrique dos Santos Pereira

Membros

Antônio Carlos Witkoski
Domingos Sávio Nunes de Lima
Edleno Silva de Moura
Elizabeth Ferreira Cartaxo
Spartaco Astolfi Filho
Valeria Augusta Cerqueira Medeiros Weigel

COMITÊ EDITORIAL DA EDUA

Louis Marmoz Université de Versailles
Antônio Cattani UFRGS
Alfredo Bosi USP
Arminda Mourão Botelho Ufam
Spartacus Astolfi Ufam
Boaventura Sousa Santos Universidade de Coimbra
Bernard Emery Université Stendhal-Grenoble 3
Cesar Barreira UFC
Conceição Almeida UFRN
Edgard de Assis Carvalho PUC/SP
Gabriel Conh USP
Gerusa Ferreira PUC/SP
José Vicente Tavares UFRGS
José Paulo Netto UFRJ
Paulo Emílio FGV/RJ
Élide Rugai Bastos Unicamp
Renan Freitas Pinto Ufam
Renato Ortiz Unicamp
Rosa Ester Rossini USP
Renato Tribuzy Ufam

Reitor

Sylvio Mário Puga Ferreira

Vice-Reitora

Therezinha de Jesus Pinto Fraxe

Editor

Sérgio Augusto Freire de Souza

COMITÊ CIENTÍFICO ALEXA CULTURAL

Presidente

Yvone Dias Avelino (PUC/SP)

Vice-presidente

Pedro Paulo Abreu Funari (UNICAMP)

Membros

Adailton da Silva (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Alfredo González-Ruibal (Universidad Complutense de Madrid - Espanha)
Ana Cristina Alves Balbino (UNIP – São Paulo/SP)
Ana Paula Nunes Chaves (UDESC – Florianópolis/SC)
Arlete Assumpção Monteiro (PUC/SP - São Paulo/SP)
Barbara M. Arisi (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Benedicto Anselmo Domingos Vitoriano (Anhanguera – Osasco/SP)
Carmen Sylvia de Alvarenga Junqueira (PUC/SP – São Paulo/SP)
Claudio Carlan (UNIFAL – Alfenas/MG)
Denia Roman Solano (Universidad de Costa Rica - Costa Rica)
Débora Cristina Goulart (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Diana Sandra Tamburini (UNR – Rosário/Santa Fé – Argentina)
Edgard de Assis Carvalho (PUC/SP – São Paulo/SP)
Estevão Rafael Fernandes (UNIR – Porto Velho/RO)
Evandro Luiz Guedin (UFAM – Itaquatiara/AM)
Fábia Barbosa Ribeiro (UNILAB – São Francisco do Conde/BA)
Fabiano de Souza Gontijo (UFPA – Belém/PA)
Gilson Rambelli (UFS – São Cristóvão/SE)
Graziele Acçolini (UFGD – Dourados/MS)
José Geraldo Costa Grillo (UNIFESP – Guarulhos/SP)
Juan Álvaro Echeverri Restrepo (UNAL – Letícia/Amazonas – Colômbia)
Júlio Cesar Machado de Paula (UFF – Niterói/RJ)
Karel Henricus Langermans (Anhanguera – Campo Limpo – São Paulo/SP)
Kelly Ludkiewicz Alves (UFBA – Salvador/BA)
Leandro Colling (UFBA – Salvador/BA)
Lilian Marta Grisólio (UFG – Catalão/GO)
Lucia Helena Vitalli Rangel (PUC/SP – São Paulo/SP)
Luciane Soares da Silva (UENF – Campos de Goitacazes/RJ)
Mabel M. Fernández (UNLPam – Santa Rosa/La Pampa – Argentina)
Marilene Corrêa da Silva Freitas (UFAM – Manaus/AM)
María Teresa Boschín (UNLu – Luján/Buenos Aires – Argentina)
Marlon Borges Pestana (FURG – Universidade Federal do Rio Grande/RS)
Michel Justamand (UFAM – Benjamin Constant/AM)
Miguel Angelo Silva de Melo - (UPE - Recife/PE)
Odenei de Souza Ribeiro (UFAM – Manaus/AM)
Patrícia Sposito Mechí (UNILA – Foz do Iguaçu/PR)
Paulo Alves Junior (FMU – São Paulo/SP)
Raquel dos Santos Funari (UNICAMP – Campinas/SP)
Renata Senna Garraffoni (UFPR – Curitiba/PR)
Renilda Aparecida Costa (UFAM – Manaus/AM)
Rita de Cassia Andrade Martins (UFG – Jataí/GO)
Sebastião Rocha de Sousa (UEA – Tabatinga/AM)
Thereza Cristina Cardoso Menezes (UFRRJ – Rio de Janeiro/RJ)
Vanderlei Elias Neri (UNICSUL – São Paulo/SP)
Vera Lúcia Vieira (PUC – São Paulo/SP)
Wanderson Fabio Melo (UFF – Rio das Ostras/RJ)

*dedicamos este livro ao nosso querido
professor José Aldemir de Oliveira*

© by Alexa Cultural / Tatiana Schor

Direção

Gladys Corcione Amaro Langermans / Nathasha Amaro Langermans

Editor

Karel Langermans

Capa

Klanger

Revisão técnica

Tatiana Schor

Revisão da Língua

Tatiana Schor e Paola Santana

Projeto Gráfico e Editoração Eletrônica

Alexa Cultural

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

D583

Dinâmica urbana na Amazônia brasileira: as vilas e a urbanização no Amazonas - vol. 5 / Organizadora Tatiana Schor. – Embu das Artes, SP: Alexa Cultural; Manaus, AM: EDUA, 2021.

252 p. : il. ; 16 x 23 cm

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-89677-37-6

1. Urbanização – Vilas. 2. Amazonas – Condições sociais. I. Schor, Tatiana.

CDD 307.7609811

Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Índices para catálogo sistemático:

1 - Urbanização – Vilas

2 - Amazonas – Condições sociais

Todos os direitos reservados e amparados pela Lei 5.988/73 e Lei 9.610
Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões
neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da editora e dos
organizadores

Alexa Cultural Ltda

Rua Henrique Franchini, 256
Embu das Artes/SP - CEP: 06844-140
alex@alexacultural.com.br
alexacultural@terra.com.br
www.alexacultural.com.br
www.alexaloja.com

Editora da Universidade Federal do Amazonas

Avenida Gal. Rodrigo Otávio Jordão Ramos,
n. 6200 - Coroado I, Manaus/AM
Campus Universitário Senador Arthur
Virgílio Filho, Centro de Convivência – Setor
Norte - E-mail: ufam.editora@gmail.com

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Amazonas, em especial à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP/UFAM) pelo permanente apoio institucional na produção de conhecimento, por meio de edital de Programa de Apoio à Publicação de Livros;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo fomento aos Programas de Pós-Graduação do país e especificamente ao apoio aos Programas de Pós-Graduação em Geografia (PPGEOG/UFAM) e Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA/UFAM);

As agências de fomentos, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado Amazonas (FAPEAM), pela concessão de recursos, bolsas e apoio às ações de pesquisas, aos eventos de difusão de saberes na realização dos estudos e pesquisas que serviram de base para esta publicação na Pós-Graduação;

Aos discentes do PPGEOG e PPGCASA que contribuíram para o presente livro com a produção de reflexões sobre a dinâmica das Vilas na Amazônia, mesmo em um ano tão antagônico como este de 2020;

Aos pesquisadores parceiros, docentes e discentes membros do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia (NEPECAB);

A Gercicley Santos que nos auxiliou em todo o processo de pesquisa, elaboração da proposta e captação dos recursos para que esta obra conseguisse ser publicada. Sem essa ajuda dedicada essa publicação não teria acontecido.

Nossa gratidão sincera e especial a todos os profissionais e agentes sociais do meio urbano, comunidades rurais e vilas que participaram e cederam informações e relatos relevantes para os trabalhos aqui organizados.

PREFÁCIO

Estevan Bartoli¹

A irrequieta geografia do capitalismo detalhada por David Harvey engendra nas cidades por todo o planeta transformações a partir da necessidade de criação de novos espaços de trabalho, consumo, circulação e habitação. Engendra ainda eixos de investimentos e impactantes projetos que geram resistências por parte dos sujeitos afetados. Reestruturando espaços urbanos diversos até nas mais longínquas comunidades da Amazônia, novas lógicas espaciais também são reconstruídas tanto por redes de sujeitos populares (exemplo nas chamadas “invasões” pelos amazonenses – que são as ocupações irregulares), ou por ações de escalas variadas do capital associadas a elites locais.

As cidades na Amazônia passaram nas últimas três décadas por intensas transformações quantitativas e qualitativas, tanto no espaço intraurbano como em suas funções e perfis socioeconômicos. Em algumas delas facilmente perceptíveis, na maioria nem tanto.

E as vilas? Esses espaços que ultrapassam a simplicidade encontrada nas formas e nos conteúdos das comunidades, refletem centralidade por sua condição de nódulo multirreticular. Muitas se estruturam a partir de novas funções de prestação de serviços, comércio, diversão, cultura, atendendo ainda pequenas demandas de saúde e educação das comunidades do entorno. As vilas pertencentes ao município de Parintins, por exemplo, são interpretadas como núcleos urbanos como as Agrovilas do Mocambo e Cabury (com 9.834 e 2.596 habitantes respectivamente, situados a oeste da sede Parintins), a Vila Amazônia com 3.770 habitantes e a comunidade do Bom Socorro com 2.100 habitantes (leste da sede). São nódulos do entorno mais citados nas entrevistas realizadas nas empresas comerciais distribuidoras de Parintins (SILVA, 2018), funcionando como entreposto de distribuição para centenas de outras comunidades menores. Esses aspectos trazem novas perspectivas para estudos futuros indagando os papéis de distribuição e consumo desses núcleos menores que “orbitam” sob a influência das cidades pequenas e médias.

Além da dimensão econômica, é no plano do vivido que percebemos que tais vilas são permeadas de territorialidades de grupos diversos. Reflete em suas paisagens um aparente “descompasso” entre formas locais

¹ Professor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Líder do Núcleo de Estudos Territoriais da Amazônia (NETAM).

mais simples como moradias e embarcações de madeira construídas localmente (entre outros tantos elementos da cultura cabocla-ribeirinha herdada e praticada), e as formas modernas associadas a novos conteúdos das dinâmicas territoriais inseridas pelo processo urbano: torres de telefonia, antenas via satélite, pequenos sobrados de alvenaria, postos e pontões de gasolina, mercadinhos repletos de itens de consumo industrializados, etc. O descompasso é aparente, pois pescadores e camponeses ribeirinhos² que dependem das funções das vilas, também realizam vendas aos frigoríficos, matadouros e demais intermediários pertencentes ao capital mercantil da cidade local (no caso Parintins). Em outras localidades a venda do pescado abastece redes nacionais e internacionais (no caso das cidades e vilas do alto Solimões). Mateiros e operadores de motosserra retiram espécies de madeira de lei de forma irregular em florestas de difícil acesso e fiscalização à montante das cidades, e alimentam empresas comerciais da cidade primaz mais próxima à jusante e escalas comerciais nacionais e globais (exemplo detectável por toda a Amazônia). As vilas se encontram nessa intrincada reticularidade que possui diversos conexos transescalares.

A essa intensa relação de populações recentemente inseridas no processo urbano (situadas nas cidades ou não), circulando e ordenando territórios circunvizinhos de cidades de dinâmicas ribeirinhas e fluviais na microrregião de Parintins, tenho chamado em meus estudos de Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR). O modelo STUR estuda a densa economia informal popular predominante nas cidades e interiores (vilas, comunidades, aldeias, etc.), cujas práticas territoriais de inúmeras redes de sujeitos abastecem tanto feiras e o comércio de bairros da cidade como intermídia o consumo industrial.

Os exemplos de Parintins descortinam o cenário das vilas através da reterritorialização de populações que se inserem de maneira “incompleta” nas racionalidades, normas e regras que o fenômeno urbano suscita (e até impõe) em contextos variados: novos ritmos e especializações do trabalho, controle de preços, apelos ao consumo, fetichismos e acessos a signos variados, perda de vínculos territoriais, etc. Residir nas vilas e cidades faz parte da estratégia recente de populações interioranas para acessar

2 O termo camponês ribeirinho é relativo aos sujeitos situados nas várzeas e terras firmes no baixo Amazonas, termo usado por Cruz (2007) no seu trabalho sobre os camponeses do rio Solimões. O camponês ribeirinho é um sujeito dinâmico e multifuncional (agricultor, pescador, extrativista), que historicamente passou pelos diferentes períodos econômicos tendo sempre papel importante na economia local, resistindo após o colapso dos ciclos da extração do óleo de pau rosa e da cultura da juta nos entornos de Parintins.

a rede de ensino, que ainda é pouco adaptada à educação de camponeses ribeirinhos, acentuando perdas de vínculos territoriais.

São usos do território que sinalizam dinâmicas do espaço geográfico enquanto hibridismo de materializações e ações, como defendia Milton Santos. Situações geográficas dizem respeito aos nexos entre horizontalidades e verticalidades nos lugares, que se formam tanto por impulsos globais, como pelas cristalizações de heranças de usos populares que se atualizam através do processo urbano. O sítio usado, praticado e herdado é o espaço das vilas que funciona como meio, produto e condicionante das territorialidades aos habitantes locais. Ritmos e cronologias da cidade são percebidos, absorvidos e ressignificados (do tempo chuvoso ao abrir dos comércios locais), surgindo territorialidades muito particulares enquanto estratégias de permanência e sobrevivência das populações nessas vilas.

SUMÁRIO

A DIVERSIDADE DE CIDADES NO DIVERSO BIOMA AMAZÔNICO	Tatiana Schor	15
PARTE I – DO CLIMA, DAS ÁGUAS E DAS PESSOAS		
O “CABOCLO” AMAZÔNIDA E AS CIÊNCIAS AMBIENTAIS: UMA REFLEXÃO SOBRE A COLONIALIDADE DO PENSAMENTO CIENTÍFICO BRASILEIRO.	Tainah Ribeiro Reis Godoy	43
HIDROCLIMATOLOGIA, A NORMALIDADE E OS EVENTOS EXTREMOS NO ALTO SOLIMÕES: O CASO DE BELÉM DO SOLIMÕES E CAMPO ALEGRE.	Heitor Paulo Pinheiro	69
ÁGUA PARA BEBER: UMA ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO EM VILAS INDÍGENAS DO ALTO SOLIMÕES – AMAZÔNIA.	Fernanda Cabral Cidade	89
PARTE II – AS VILAS		
A VILA SANTA: A FORMAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DA VILA ALTEROSA DO JUÍ, SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ, AMAZONAS.	Pedro Pontes de Paula Júnior.	115
A VILA E A MICRORREGIÃO DE CAIAMBÉ, MÉDIO SOLIMÕES, AMAZONAS.	Sthephano Mhae Alves Fernandes.	139
AS VILAS DO CAREIRO NO AMAZONAS: ENTRE O RURAL E O URBANO AMAZÔNICO.	Junior Vieira de Castro	157
A PRODUÇÃO DA NATUREZA E O MODO DE VIDA CAMPONÊS NA VILA DO JACARÉ EM MANACAPURU-AMAZONAS.	Jonathas Laborda Neves Manuel de Jesus Masulo da Cruz	191
A VILA DE COPATANA E O RIO JUTAÍ: A FORMAÇÃO POLÍTICA, SOCIAL E ECONÔMICA DE UMA REGIÃO.	Janderson Meireles Bezerra	211
PARTE III – RELATOS E CAMPO		
CRÔNICAS DE VIAGENS: AS VILAS DO SOLIMÕES.	Tatiana Schor	241
SOBRE OS AUTORES		249

A DIVERSIDADE DE CIDADES NO DIVERSO BIOMA AMAZÔNICO

Tatiana Schor

INTRODUÇÃO

As cidades na Amazônia brasileira constituem lugares privilegiados para análise dos processos contraditórios da globalização. São os debates ambientalistas que se transformam em diferentes recortes territoriais constituindo áreas protegidas de todos os tipos, são as promessas de riquezas oriundas da biodiversidade ou do conhecimento das populações tradicionais que recriam o mito do Eldorado organizando as agências de pesquisas mundo afora (SCHOR, 2008; SCHOR e MORAES, 2011) ou projetos de desenvolvimento nacional que reestruturam a rede urbana e hidrográfica. Na Amazônia, por conta das suas dimensões multiescalares – a floresta imensa, as pequenas cidades e as metrópoles – é onde “(...) a globalização materializa-se concretamente no lugar, aqui se lê/percebe/entende o mundo moderno em suas múltiplas dimensões (...)” (CARLOS, 1996: p.15). Entender a dinâmica urbana e as cidades na Amazônia é compreender os mecanismos com os quais o global e o local interagem, incluindo e excluindo processos e pessoas do movimento contraditório que é a modernidade.

É necessário distinguir o urbano das cidades. Entende-se o urbano na perspectiva de Henri Lefebvre como um processo social que transforma todas as formas sociais e espaciais de organização da sociedade. A cidade é o locus onde o urbano se revela. O urbano é uno e suas formas de manifestação são diversas. Neste sentido podemos dizer do urbano, no singular, e das cidades, no plural no bioma Amazônico.

A análise espaço-temporal no estudo do urbano na Amazônia é essencial para se entender a dinâmica espacial, pois a região congrega tempos e espaços diferenciados e desiguais, sendo que alguns desses espaços se inserem plenamente na modernidade globalizada enquanto outros permanecem na dinâmica local. Os tempos e os ritmos (LEFEBVRE, 1991) diferenciados e desiguais dos processos sociais se sobrepõem na amplidão da floresta, a proximidade dos dois principais centros urbanos da Amazônia

(Manaus e Belém) não implica necessariamente sua inserção no ritmo da globalização nem a sua distância ao ritmo local. Distância, física e social, estão desconectadas. Locais longínquos por meio de produtos oriundos da floresta, do trabalho extrativista, inserem-se em redes de proximidade, internacionais. A rápida disseminação do corona vírus durante a primeira fase da pandemia em 2020 no estado do Amazonas mostra que existem locais isolados e que a dinâmica de transporte, fluxos de pessoas e de mercadorias são intensos sob o dossel da floresta (ALEIXO et al., 2020 a; 2020 b. NETO et al. 2020). Entende-se que a rede urbana se pluraliza sem perder a dinâmica, muitas vezes, relacionada diretamente aos rios e à floresta. O estudo multiescalar da rede urbana, que visa entender o cotidiano das cidades e os fluxos na rede, é primordial para se compreender a dinâmica de transformação e permanência do espaço na maior floresta equatorial do mundo.

O estudo de cidades é uma longa tradição na academia brasileira. Tanto nas áreas de planejamento e arquitetura quanto nas demais ciências sociais e filosofia. Na geografia brasileira o estudo das cidades e do urbano é consolidado a partir dos clássicos estudos de Pierre Monbeig (1957) e se ramifica em diversas direções tanto em termos teóricos quanto metodológicos.

Existe uma longa tradição de estudos de cidades e de urbanização na Amazônia Brasileira (CORRÊA, 1987; GODFREY, 1988; BECKER 1990, entre outros). Boa parte deles tem centrado em três eixos distintos. Historicamente a urbanização na Amazônia tem sido tratada na escala regional. Os estudos clássicos realizados pelo IBGE (FAISSOL, 1971; Amazonas-SEPLAN 1976/1990; CARNEIRO, 1998; IPEA/IBGE/UNICAMP/NESUR 1999; BRASIL-IBGE, 2007) e por Bertha Becker (1982) que na década de 1980 reconhecem a Amazônia como uma floresta urbanizada são bons exemplos de como a escala regional determinou o entendimento do processo e da dinâmica de urbanização na bacia Amazônica.

Desde os primeiros escritos de Bertha Becker (1974), a questão relativa ao papel e consequências da urbanização na Amazônia e seu impacto no meio natural tem pautado o debate político e acadêmico. Existe uma miríade de possíveis interpretações e métodos de análises do processo de urbanização. Autores chave em língua inglesa tais como Bunker (1984), Roberts (1992), Browder and Godfrey (1997), Emilio Moran e Eduardo Brondizio (2005), em português como Trindade (2013a; 2013b; 2011), Oliveira (2000), Becker (1974, 1978, 1999, 2012) e em espanhol, como por

exemplo Botía (2012) tem feito um importante esforço para compreender o complexo papel da urbanização na transformação e/ou na conservação dos recursos naturais e na dinâmica econômica na Amazônia em cada país.

Apesar destes esforços ainda há lacunas em termos teóricos e metodológicos para se compreender a relação entre o processo contemporâneo de urbanização, a diversidade de cidades, os projetos de desenvolvimento e a conservação da natureza e dos recursos naturais. O entendimento acerca da sociedade e natureza andam separados quando se propõem a análise das cidades na Amazônia. Ainda é preciso debater com os fundamentos de método de uso comum nos estudos urbanos e construir metodologias mais adequadas para o entendimento da diversidade de cidades e do urbano no bioma. Neste sentido, este capítulo visa apontar algumas lacunas no estudo de cidades no bioma Amazônico visando ampliar o debate e incentivar os estudos e pesquisas nesta temática na Amazônia.

DO QUE SE TEM AO QUE FALTA

Nos últimos dez anos, com a consolidação dos programas de pós-graduação nas universidades na Amazônia, em especial na área de Geografia, revolucionou-se a forma com a qual se estuda e compreende as cidades localizadas no bioma amazônico. Na região norte existem Programas de Pós-Graduação em Geografia em todos os estados vinculados as Universidades Federais, localizadas nas capitais. Todos têm mestrado e três estados, Amazonas, Pará e Rondônia tem também doutorado. São cursos relativamente novos com menos de quinze anos de funcionamento.

Nestes programas pode-se identificar mestrados realizados por amazônidas sobre suas próprias cidades. Essas dissertações permitem um conhecimento mais detalhado do lugar e transformou a forma de se entender a cidade no bioma. Este é o caso em especial para os estados do Pará, Rondônia e Amazonas, onde os cursos de Pós-Graduação em Geografia e a consolidação de núcleos de pesquisa e de pesquisadores gerou leituras detalhadas da diversidade de cidades e suas problemáticas que compõe o urbano na região.

Um exemplo deste argumento pode ser visto nas dissertações de mestrado produzidas no programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Considerando as dissertações disponibilizadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – TEDE/UFAM no período de 2009 a 2020, selecionando palavras chaves no título (cidad*; urban*; bairro; metropol*; Manaus) encontramos 56 dis-

sertações em um total de 163 (Quadro 1).

Quadro 1: Dissertações PPGG/UFAM nas quais os títulos contém a(s) palavras: cidad*; urban*; bairro; metropol*; Manaus.

Ano	Título	Autoria	Orientador
2009	Mocambo, Caburi e Vila Amazônia no município de Parintins: múltiplas dimensões do rural e do urbano na Amazônia.	<i>Silva, Charlene Maria Muniz da</i>	<i>Oliveira, José Aldemir de</i>
	A refinaria de Manaus e o Rio Negro (AM): impactos socioambientais e medidas mitigadoras no contexto da Vila da Felicidade	<i>Pinto, Joylgon do nascimento</i>	<i>Santos, Elizabeth da Conceição</i>
2010	Associação entre fatores socioambientais e a presença do vetor da dengue: uma perspectiva da geografia da saúde na cidade de Manaus	<i>Souza, Renato Ferreira de</i>	<i>Albuquerque, Adorea Rebello da Cunha</i>
2011	A territorialidade como nova possibilidade de (re)significar a identidade apurinã na cidade de Manaus	<i>Martins, Rozinei Lima</i>	<i>Nogueira, Amélia Regina Batista</i>
	Rede urbana do Amazonas: Tefé como cidade média de responsabilidade territorial na calha do Médio Solimões	<i>Rodrigues, Eubia Andréa</i>	<i>Schor, Tatiana</i>
	Do hospital ao bairro : desativação do “hospital-colônia” e criação do bairro Colônia Antônio Aleixo em Manaus – AM	<i>Alves, Juliana Araújo</i>	<i>Oliveira, José Aldemir de</i>
	A geopolítica do transporte de passageiros em Manaus : o papel da informalidade na constituição do transporte coletivo (1990-2010)	<i>Santos, Jaqueline do Espírito Santo Soares dos</i>	<i>Schor, Tatiana</i>
	A (re)significação do lugar: comunidades ribeirinhas na cidade Manaus – AM	<i>Pinto, Ileia Maria de Jesus</i>	<i>Nogueira, Amélia Regina Batista</i>
	Cidade , cultura e rede urbana: a influência do trabalho criativo dos artistas-artesãos de Parintins-AM na configuração multiescalar da rede urbana brasileira	<i>Costa Junior, Waldemir Rodrigues</i>	<i>Schor, Tatiana</i>

2012	Gênero, saúde e espaço urbano : mulheres grávidas expostas à infecção por malária na zona leste de Manaus -AM	<i>Campos, Giselane dos Santos</i>	<i>Oliveira, José Aldemir de</i>
	Lugar e representação: um estudo sobre o bairro do Abial no município de Tefé/AM	<i>Santos, Raimundo Nonato Freitas dos</i>	<i>Nogueira, Amélia Regina Batista</i>
2013	Percepção e representação da violência na cidade de Manaus : os mapas mentais do policial militar	<i>Barreto, Thais Luise Monteiro de Souza</i>	<i>Nogueira, Amélia Regina Batista</i>
	Lugar e pertencimento: a cidade e o campo na percepção dos jovens da Comunidade Santa Luzia do Baixio, Iranduba, AM.	<i>Domingues, Camila Alessandra</i>	<i>Nogueira, Amélia Regina Batista</i>
	A urbanização de Coari em função da dinâmica orçamentária: o caso do saneamento básico.	<i>Rodrigues, Patricia Kálinca Alves</i>	<i>Santana, Paola Verri de</i>
	A (RE)Produção do espaço urbano e habitação popular de Itacoatiara-AM	<i>Oliveira, Luciana Karoline de Moura de</i>	<i>Oliveira, José Aldemir de</i>
2014	A cidade na fronteira: Expansão do comércio peruano em Benjamin Constant no Amazonas - Brasil	<i>Souza, Alex Sandro Nascimento de</i>	<i>Oliveira, José Aldemir de</i>
	Gestão da água em Manaus : criação do comitê de Bacia hidrográfica do rio do puraquequara	<i>Rocha, Alzilene Teixeira da</i>	<i>Albuquerque, Adorea Rebello da Cunha</i>
	Alimentação e rede urbana na Amazônia brasileira: um estudo das transformações e permanências nos hábitos alimentares de idosas nas cidades de Tefé, Alvarães e Uarini, Amazonas.	<i>Costa, Ellen Anjos Camilo da</i>	<i>Schor, Tatiana</i>
	Produção agrícola familiar em área urbana : Comunidade Nova Esperança - Bairro Jorge Teixeira - Manaus-AM	<i>Nascimento, Martha Benfica do</i>	<i>Cruz, Manuel de Jesus Masulo da</i>
	Filhos do Waraná: territorialização dos Sateré-Mawé na região Metropolitana de Manaus – RMM	<i>Freitas, Luiz Francisco Nogueira de</i>	<i>Faria, Ivani Ferreira de</i>
	Gênero, espacialidade e sustentabilidade: as mulheres chefes de família do Parque Residencial Manaus – Prosamim.	<i>Leite, Irlanda Pantoja</i>	<i>Albuquerque, Adorea Rebello da Cunha</i>

2015	Relação sociedade e natureza e o mercado da biodiversidade em Manaus - AM	<i>Ferreira, Bárbara Evelyn da Silva</i>	<i>Costa, Reinaldo Corrêa</i>
	Mercado de fitoterápicos e fitocosméticos em Manaus (AM)	<i>Carvalho, Talita Pedrosa Vieira de</i>	<i>Costa, Reinaldo Corrêa</i>
	A Rede Urbana Pan-Amazônica e a Copa do Mundo de 2014: os impactos nas idades de Tabatinga (BR) e Leticia (COL)	<i>Ribeiro, Alex Butel</i>	<i>Schor, Tatiana</i>
	A experiência tempo-espaço na cidade de Manaus : a mobilidade urbana	<i>Motta, Vladimir de Matos</i>	<i>Nogueira, Amélia Regina Batista</i>
	Da praia a parque: o ressignificado das paisagens da Ponta Negra - Manaus/AM	<i>Sousa, Valdelice Carvalho de</i>	<i>Nogueira, Amélia Regina Batista</i>
	Lugar e memória: o velho e a imagem da cidade Manaus-AM	<i>Pinheiro, Mônica Farias</i>	<i>Nogueira, Amélia Regina Batista</i>
2016	Espacialização da criminalidade : um estudo sobre a relação entre densidade demográfica e violência em Manaus , AM	<i>Santiago, Andreia Carla Rossy de Sales</i>	<i>Souza, Geraldo Alves de</i>
	Estudo dos deslocamentos urbanos de Coari, Itacoatiara e Parintins e possíveis influências da topografia na divisão modal	<i>Silva, Joubert da Costa e</i>	<i>Souza, Geraldo Alves de</i>
	Espaço e tempo na cidade de Manaus : processo de verticalização 1970 a 2010	<i>Souza, Lupuna Corrêa de</i>	<i>Oliveira, José Aldemir de</i>
	Clima urbano e dengue (2000-2012) na cidade de Manaus-AM	<i>Santos, Lucimar Silvados</i>	<i>Costa, Reinaldo Corrêa</i>
	Das intervenções urbanas aos espaços de consumo em Manacapuru	<i>Silva, Moisés Barbosa</i>	<i>Santana, Paola Verri de</i>
	Impacto ambiental por ocupação em encostas urbanas : estudo de caso no bairro Gilberto Mestrinho Zona Leste de Manaus	<i>Batista, Daiane Cardoso Lopes</i>	<i>Albuquerque, Adorea Rebello da Cunha</i>
	A geografia das idades e das vilas no Amazonas: o caso de Tonantins e São Francisco de Tonantins	<i>Franco, Thiago Guimarães</i>	<i>Schor, Tatiana</i>
	Geograficidades, urbanidades rurais e campesinidade no modo de vida dos moradores da Comunidade de Santa Maria de Vila Amazônia (Parintins/AM)	<i>Tavares, Anderson de Souza</i>	<i>Nogueira, Amélia Regina Batista</i>

2017	Entre rios e a cidade : os flutuantes de Tapauá no Amazonas	<i>Frota, Arlan Justino</i>	<i>Oliveira, José Aldemir de</i>
	Entre ruas, calçadas, praças, praias, mercados, feiras e jardins: A limpeza urbana de espaços e logradouros públicos de Tefé e Coari – Amazonas	<i>Situba, Nágila dos Santos</i>	<i>Santana, Paola Verri de</i>
	Centralidade urbana em cidades ribeirinhas da Amazônia: Parintins-AM	<i>Souza, Valdilene Siqueira de</i>	<i>Oliveira, José Aldemir de</i>
	Vilas e estruturas urbanas na Amazônia: a Vila e a Microrregião de Caiambé, Médio Solimões, Amazonas	<i>Fernandes, Sthephano Mhae Alves</i>	<i>Schor, Tatiana</i>
2018	As redes comerciais da pesca e o urbano no amazonas: o caso da Vila de Copatana, município de Jutai – AM	<i>Bezerra, Janderson Meireles</i>	<i>Schor, Tatiana</i>
	Acesso geográfico à saúde na Região Metropolitana de Manaus (RMM)	<i>Anjos, Larissa Cristina Cardoso dos</i>	<i>Albuquerque, Adorea Rebello da Cunha</i>
	Produção da moradia social na cidade de Parintins-Am: da COHAB-AM ao Minha Casa Minha Vida – 1969 a 2017	<i>Souza, Crizan Graça de</i>	<i>Oliveira, José Aldemir de</i>
	Estudo sobre doenças e desigualdades sociais em aglomerados subnormais do bairro da Redenção – Manaus (Am)	<i>Andrade, Jessyca Mikaelly Benchimol de</i>	<i>Albuquerque, Adorea Rebello da Cunha</i>
	Saneamento Ambiental e o processo saúde doença em Manaus/Am	<i>Pereira, Ulliane de Amorim</i>	<i>Aleixo, Natácha Cíntia Regina</i>
	As cheias excepcionais e os impactos socioambientais na cidade de Tefé-AM	<i>Silva, Amanda Caroline Cabral da</i>	<i>Carvalho, José Alberto Lima de</i>
	Geografia econômica de Itacoatiara: da inserção no processo de globalização às mudanças na vida urbana a partir do consumo de motocicletas	<i>Mendes, Ednilce Ferreira Cruz</i>	<i>Santana, Paola Verri de</i>
	A Vila Alterosa do Juí: uma “ Cidade Santa ” na dinâmica da rede urbana no Alto Solimões, Amazonas	<i>Paula Júnior, Pedro Pontes de</i>	<i>Schor, Tatiana</i>

2019	O abastecimento energético em idades da linha do Gasoduto Uru-cu-Coari-Manaus	Zuza, Abraão Ferreira	Santana, Paola Verri de
	Percepção da criminalidade e da violência em Manaus : as paisagens do medo dos estudantes do ensino médio	Duarte, Risaldo Lima	Nogueira, Amélia Regina Batista
	A (re)organização do território e bem viver para os povos indígenas do Alto Rio Negro: da maloca à cidade	Santos, Cirlene Batista dos	Faria, Ivani Ferreira de
	Análise da distribuição espacial dos bairros de moradia dos estudantes de graduação da UFAM, modos de transporte e impactos sobre a duração das viagens para acesso ao campus	Paiva, Cristiano da Silva	Souza, Geraldo Alves de
	A (re)produção da metrópole na Amazônia: Manaus , a cidade que atravessa o rio	Braga, Eduardo Henrique Freitas	Oliveira, José Aldemir de
2020	Mapeamento das áreas de ocorrências do caramujo africano (<i>Achatina fulica</i>) na cidade de Manaus	Souza, Michael Guimarães de	Albuquerque, Adorea Rebello da Cunha
	A valorização do capital e a produção do espaço urbano : a produção imobiliária habitacional do segmento econômico em Manaus (AM)	Melo, Fernando Monteiro	Santana, Paola Verri de
	Hierotopografia: a dimensão sagrada do espaço geográfico e os arquétipos para os “montes” de oração em Manaus-AM	Montenegro, Diego Oliveira	Lima, Marcos Castro de
	Geomorfologia e planejamento ambiental: identificação e monitoramento de voçorocas no sítio urbano de Iranduba-AM.	Silva, Ilbson do Nascimento	Vieira, Antonio Fábio Sabbá Guimarães

Fonte: <https://tede.ufam.edu.br> acesso 07/04/2020

A diversidade de temas, localidades, e orientadores representam esse movimento de construção do entendimento do urbano e das cidades na Amazônia a partir da produção dos programas de pós-graduação localizados na região.

A interiorização da universidade federais e estaduais também fomentou o aumento nos estudos das cidades. Diversas monografias e trabalhos de final de curso foram e estão sendo realizados nos municípios

dos interiores dos estados amazônicos aprofundando o conhecimento das cidades nas mais diversas temáticas como abastecimento de água, resíduos sólidos, conflitos, cultura urbana, indígenas, turismo. Pode-se dizer que os temas clássicos dos estudos urbanos agora ganham estudos de casos em locais pouco estudados. As “cidades invisíveis” na Amazônia (SCHOR, 2013) ganham contornos e retratos.

Existem diversos artigos publicados, livros lançados e mais um conjunto de dissertações armazenadas nas prateleiras ou disponibilizadas digitalmente nas plataformas dos programas e da CAPES. Muito progresso foi feito e a análise das cidades e do urbano no bioma deixou a escala regional para entrar na escala da cidade e das redes urbanas.

Esse esforço teórico e metodológico para se compreender as cidades e o urbano a partir do olhar “interno” e não na escala do regional, com rápidas visitas a campo ou somente com dados secundários coletados nos bancos de dados disponíveis, fomentou novas leituras e entendimentos sobre o tema. Pode-se dizer que teve início a formação de um pensamento geográfico sobre o processo de urbanização e a diversidade de cidades localizadas no bioma.

Claramente estes estudos apontam para uma diversidade de cidades. Cidades médias e sua inserção na complexa dinâmica do agronegócio como Santarém e Marabá, no estado do Pará, cidades da fronteira como Tabatinga e Benjamin Constant no Amazonas e temas como o uso dos recursos naturais e a economia regional, habitação nas cidades médias e pequenas, relações intrínsecas com as rodovias e com o sistema hidrológico, segregação socioespacial, saúde, turismo, cultura urbana e demais temas clássicos dos estudos urbanos. Neste conjunto de estudos percebe-se um esforço de construção teórica e metodológica visando compreender a realidade urbana na Amazônia e relacioná-la com os processos de urbanização na escala nacional.

Apesar destes esforços ainda tem-se importantes lacunas nesta área de conhecimento. Alguns estados do bioma ainda não têm grupos de pesquisas sobre as cidades e o processo de urbanização. Isso se dá provavelmente pela existência recente de cursos de pós-graduação na área que ainda não tiveram tempo de consolidar esta linha de pesquisa.

Estudar as cidades na Amazônia implica em recursos financeiros acima do que normalmente estudo em ciências humanas requer. As distâncias são longas, os trechos complicados e os custos exorbitantes. Se o financiamento já era pequeno agora com os cortes orçamentários provavel-

mente os recursos serão ainda mais escassos o que sem dúvida dificultará a pesquisa neste campo na Amazônia.

O tema de cidades e do urbano no bioma Amazônico nunca foi considerado como prioritário pelos grandes programas de pesquisa organizados para o bioma Amazônico (SCHOR; MORAES, 2011). É fato de que até o presente os principais programas de pesquisa em meio ambiente do Ministério de Ciência e Tecnologia como por exemplo foram o LBA (Programa de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na Amazônia), o GEOMA (Rede Temática de Modelagem Ambiental da Amazônia), o PPBIO (Programa de Pesquisa em Biodiversidade), e o PPG-7 (Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil) do Ministério do Meio Ambiente - não trataram da questão urbana, simplesmente ignoraram esta temática. É fato também que a região Amazônica tem entre 60-70% de sua população residente em cidades, caracterizando-a, nos termos de Bertha Becker, como uma “floresta urbanizada”. A discussão, produção e fomento de ciência e tecnologia que tratam de temas ambientais ignoram os centros urbanos e, por conseguinte as cidades, os povoados e vilarejos em suas agendas de pesquisa. Tratam estas espacialidades como “buracos negros” que devem ser evitados, como se este ambiente socioecológico (HARVEY, 1996) não fossem parte da natureza e não influenciassem o ecossistema. Esta é sem dúvida uma enorme lacuna no estudo de cidades no bioma Amazônico – a incorporação deste tema na agenda ambiental tanto em termos de pesquisa quanto de políticas públicas.

Outro ponto, ainda referente a análise ambiental, é que as ciências humanas no Brasil tem pouca tradição em estudos interdisciplinares que consigam agregar metodologias das ciências humanas com das natureza. Mesmo na Geografia, que apesar de dividida em boa parte dos programas de Pós-Graduação em Geografia Física e Humana se considera uma, pouco conseguiu inovar no diálogo com as outras áreas e ser incorporada nos programas de pesquisa sobre a Amazônia (SCHOR, 2008).

Estas lacunas deveriam ser consideradas se quisermos compreender o processo contemporâneo de urbanização na Amazônia e sua diversidade de cidades. Estudar as cidades amazônicas é uma forma impar de se compreender a dinâmica e os processos de transformação do Bioma.

COLORINDO O MAPA

Analisar as cidades e a rede urbana na Amazônia, rompendo com a imagem dendrítica que visualiza os fluxos indo sempre em direção ao mar,

é contribuir para o entendimento do processo e dinâmica de urbanização da região na perspectiva de preservá-la como local no qual a sociedade e a natureza interagem. Analisar conjuntamente as diversas formas de manifestação do urbano, dos aglomerados humanos, das pequenas e médias cidades à Metrópole, é criar um entendimento que visualiza o conjunto do processo urbano ao longo do “coração da floresta”. Centrar os estudos na calha dos rios, o Solimões e o Amazonas por exemplo, pode criar outras formas de entendimento dos processos sociais que transformam o mundo permitindo que mudanças e permanências coabitem neste vasto habitat contemporâneo.

Para tal é preciso compreender que a cidade não é um ente isolado em si, mas pertence, invariavelmente, ao conjunto de cidades que em muitos casos pode compor uma rede ou até mesmo uma região. Dematteis (1999) define duas formas de relações entre cidades. A primeira definição são as relações de rede, que, para o autor, implica no pertencimento à rede global onde as interações são influenciadas pouco ou nada pela distância física. Essas relações refletem a divisão do trabalho na escala supra regional e indicam o grau de globalização dos sistemas urbanos locais. O segundo conjunto de relações que descrevem as interações entre as cidades são chamadas, por Dematteis, como relações territoriais. Nestas, a fricção da distância, as formas físicas (relevo, hidrografia, clima, etc.) e os legados históricos têm influência significativa na maneira como as cidades se inter-relacionam. Para o autor, esses dois grupos de relações não se excluem, pelo contrário, interagem nas suas respectivas esferas.

As interações transformam o espaço físico e as estruturas de relações territoriais em conexões de rede. Essa é, sem dúvida, a realidade para a Amazônia brasileira onde as relações territoriais lidam com fricções das formas físicas de maneira ímpar – é a enchente ou a vazante dos grandes rios que determina os fluxos de transporte, a produção de várzea, o extrativismo, a caça e o custo de vida nas cidades (MORAES; SCHOR, 2010a/b) – e ao mesmo tempo são redefinidas pelas relações de rede que inserem determinados recortes do local no espaço da rede global. Os impactos da expansão dos meios de comunicação digital, em especial a telefonia celular e sua gama de aplicativos e possibilidades, modificam as relações econômicas e do cotidiano nas cidades e vilas na Amazônia. Este tema é pouco estudado e sem sombra de dúvida é importante para compreendermos a dualidade e contradição espaço-temporal das relações sociais que compõe o urbano na Amazônia. Afinal de que forma estas localidades se inserem

na globalização? Ou como diria Harvey (2003) na estruturação dos desenvolvimentos geográficos desiguais?

Harvey (2003) considera que a linguagem da globalização nega qualquer forma de autonomia para o desenvolvimento urbano, sub-estima a capacidade individual de cada cidade para definir novas possibilidades de viver no urbano e torna impossível vislumbrar saídas alternativas para a trajetória capitalista da globalização/urbanização. Para o autor o estudo das cidades e do urbano está em um terreno no qual o espaço-tempo, lugar e o ambiente não podem ser separados um do outro nem tratados como mera abstrações fora das condições concretas da história e geografia. Para ele é neste campo de pesquisa que a teoria do materialismo histórico-geográfico está pronto para ser aplicado, o que significa uma mudança do discurso da globalização ou da comunidade para a linguagem do “desenvolvimento espaço-temporal desigual” ou simplesmente “desenvolvimento geográfico desigual”.

De forma sintética este conceito focaliza nas condições concretas históricas-geográficas na qual a ação socioecológica é possível e na maneira como a ação humana pode transformar estas condições. Para Harvey conceito de desenvolvimento geográfico desigual captura (a) o palimpsesto das relações socioecológicas historicamente sedimentadas no lugar; (b) o mosaico multicamadas e hierarquicamente ordenado das configurações socioecológicas (e desejos) que ordenam aquele espaço e (c) o movimento muitas vezes caótico dos fluxos sócioecológicos (particularmente sob condições do capital e da migração) que produzem, sustentam e dissolvem as diferenças geográficas na passagem no passar do tempo.

A urbanização é uma manifestação do desenvolvimento geográfico desigual em uma certa escala. Incluir o estudo das cidades na análise da globalização é imprescindível em termos analíticos, pois rompe com a dualidade nacional global e o foco na cidade decompõe o Estado-Nação numa variedade de componentes sub-nacionais, alguns profundamente articulados com a economia global (SASSEN, 2005) outros nem tanto. Para a Amazônia com a baixa densidade de centros urbanos, analisar a cidade para se compreender as diferentes formas de inserção ou exclusão do processo de globalização, nesse caso econômico e/ou cultural, é uma escala adequada para se compreender os diversos e contraditórios processos sociais da modernidade. O estudo das cidades no bioma amazônico permite resgatar o processo histórico de formação territorial e ao mesmo tempo compreender como uma região considerada como “hotspot” global

em termos de preservação de biodiversidade e regulação do clima se insere contraditoriamente nas diversas redes da globalização.

Focar nas cidades permite uma estratégia geográfica específica que relaciona os lugares entre si e estes com a dinâmica econômica da globalização que, por sua vez, modifica, tal como nos mostra Dematteis, as relações territoriais reestruturando a dinâmica urbana. Para tal é necessário integrar as escalas globais com a escala local, isto é considerar as dinâmicas sociais e naturais que afetam a região a partir de um olhar local. Mas como juntar estas escalas no estudo das cidades no bioma Amazônico? É necessário romper algumas ordens pré-estabelecidas.

Uma primeira ordem a ser rompida é aquela reiterada pelas diversas formas de representação cartográfica da região Amazônica. Basta um olhar nos mapas oficiais de distribuição espacial da população e das redes de transportes do IBGE que colorem um Brasil litorâneo no qual a barreira do sertão (neste caso o rio Tocantins e não mais o São Francisco) delimita a área ocupada. As consequências desta representação cartográfica podem ser vistas principalmente com relação às políticas ambientais na Amazônia. A Amazônia continua sendo vista como vasta planície “verde” e, ainda, como um enorme vazio demográfico. Porém se olharmos a mesma base cartográfica, mas com outros parâmetros, tais quais aldeias e terras indígenas, visto que o “vazio” muda de lugar e o que passa a ser colorido é exatamente a Amazônia.

Para conseguir este outro colorido é necessário assumir a multiescalaridade. Assumir uma condição multiescalar, auxilia a compreensão de como os processos se dão ao longo dos extensos fluxos urbanos na Amazônia. A rede urbana nacional é estabelecida pelo IBGE que, integrado ao Ministério do Orçamento, Planejamento e Gestão, é responsável pelos dados que subsidiarão as políticas públicas no país. Não se refuta totalmente a perspectiva do IBGE, pois a escala nacional requer generalizações que, por vezes, omitem aspectos regionais e locais. Entretanto, a emergência de se elaborar novas metodologias para minimizar as disparidades territoriais e sociais que assolam o país é uma condição *sine qua non* dos estudos das cidades e do urbano no bioma amazônico. É necessário ousar. Trazer novos elementos para a reflexão que podem representar um avanço na discussão sobre o tema rompendo as fronteiras disciplinares é a forma mais adequada de se compreender os processos que geram a urbanização e suas diversas cidades na Amazônia.

A multiescalaridade, além de parte integrante e essencial da perspectiva metodológica de estudo de cidades na Amazônia também deveria estar

presente nas ações de pesquisa. Por um lado, com uma abordagem mais local, as pesquisas deveriam ser baseadas em densas atividades de campo quando os pesquisadores e estudantes levam para as cidades as questões e propostas metodológicas para serem confrontadas com a realidade e com as populações locais e voltarem, quiçá, transformadas. Por outro lado, as leituras devem ser submetidas a outras escalas analíticas em diálogo com as diversas disciplinas. Diálogo com pesquisadores da geografia, do urbanismo, da arquitetura, da ecologia, hidrologia, engenharia de pesca, entre outros cujas inquietações sobre o tema urbano apresentam intersecções e possibilitam outras perspectivas que acrescentam as análises e discussões. A construção conceitual para o estudo do urbano e das cidades no bioma Amazônico requer uma linguagem que consiga abordar e integrar os temas da sociedade e natureza.

Uma interessante inovação em termos teóricos metodológicos foi desenvolvido na tese de doutorado “O retorno ao território a partir da cidade: Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos em Parintins-AM” (2017) de Estevan Bartoli, professor da Universidade do Estado do Amazonas. A tese,

analisa a existência de sistemas territoriais formados por redes locais de sujeitos que reconstróem vínculos territoriais a partir da cidade de Parintins (AM). Nossa hipótese é a de que tais redes que manejam recursos regionais enquanto coletivos organizados desempenham novas mediações na formação de territórios e territorialidades (conceitos interpretativos). Para análise, propomos a noção de Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho (STUR). Este é estruturado por um módulo socioeconômico e organizacional. A partir do milieuo urbano, constrói malha de influência, cujos critérios para investigação consistem: na relação histórico-cultural; relações com o sítio e situação da cidade; capacidade de processamento de recursos regionais; abrangência da área de atuação e influência econômica; capacidade de ativar pontos no território; autonomia relativa frente às redes locais de poder e a capacidade de criar relações em escalas variadas (BARTOLI, 2017:6).

A partir da noção de Sistema Territorial Urbano-Ribeirinho – STUR, Bartoli constrói uma série de interpretações sobre o urbano e as cidades no baixo amazonas (BARTOLI, 2020 a; 2020 b; 2020 c; 2020 d; 2019 a; 2019 b; 2018 a; 2018 b). Seus estudos trazem a tona aspectos do urbano e da cidade que só é possível captar com a vivência e o cotidiano na região. A importância da interiorização das universidades na Amazônia se dá

também na inovação e criação de novas noções e conceitos que captam a complexidade do tema urbano na região. A partir da proposta do STUR é possível compreender melhor as inter-relações entre a sociedade e natureza e a cidade e a floresta na Amazônia.

A pesquisa deve também abrir espaço para as outras vozes. O conhecimento, que as teorias ainda não conseguem abarcar sobre os rios, as florestas e as cidades, pode ser transmitido pelas pessoas que habitam nos territórios. O conhecimento local deve ser um instrumento de colorir o mapa. Um importante desenvolvimento teórico e metodológico neste sentido foi feito por Alfredo Wagner e a nova cartografia social (<http://novacartografiasocial.com.br/>) que gerou diversas cartilhas e mapas de localidades antes invisíveis. Incorporar outras visões e leituras da realidade é um desafio na pesquisa do urbano e das cidades em qualquer região.

OS PAPÉIS DA CIDADE NA AMAZÔNIA

Bertha Becker em seu texto “Pensando o futuro da Amazônia: o Papel das Cidades em Produzir para Conservar.” (2008) chama a atenção para o papel que as cidades podem e devem ter no desenvolvimento econômico e social da Amazônia. Um desenvolvimento com conservação, pois esta seria a nossa “vantagem comparativa” como região.

Para a autora as cidades na Amazônia têm um papel central no desenvolvimento regional como centros de organização das relações sociais e da produção, “*produzir para conservar torna-se a meta de um novo padrão de desenvolvimento. E as cidades são condições-chave para viabilizá-las.*” (2008: p. 278). Construir um desenvolvimento regional no qual as cidades tem um papel importante, associadas a cadeias produtivas completas, é necessário para que se constituem processos capazes de contribuir para superar impasses estruturais na região e favorecer o seu desenvolvimento.

Becker compreende que as cidades foram sempre a base logística da vida sociopolítica e da organização da produção regional sustentando os ciclos econômicos oriundos de forças externas, tal como foi o caso para as drogas do sertão ou ciclo da borracha. Caberia a elas, as cidades, antecipar o novo padrão de desenvolvimento regional baseado na combinação do uso não predatório do patrimônio natural e seu equipamento em serviços e infovias – redes de informação – dos mais tecnologicamente avançados para a conexão intraregional e sua articulação em rede. Pois são nas cidades que convergem as redes de relações sociais, econômicas e políticas.

Assim sendo são as redes de cidades cruciais para a expansão econômica através da substituição de importações, no caso analisado importações de gêneros alimentícios.

Nesta linha argumentativa, Becker sugere que o planejamento territorial tenha como base as cidades. Para isso é necessário reconhecer que a estrutura produtiva em rede é mais adequada a região. Mas não basta ter fluxos é necessário ter cadeias produtivas completas que possam competir globalmente e atender as populações, revertendo o sentido dos fluxos baseados na exportação de produtos da biodiversidade e importação de todo o resto. Sem dúvida é necessário equipar cidades com serviços básicos e avançados, como é o caso de acesso a rede mundial de computadores (BECKER, 2008).

Concordamos com Becker. As cidades regionais, locais e transfronteiriças da Amazônia mostram a necessidade de se efetuar um planejamento territorial que tenha como nódulo de desenvolvimento as cidades, pois são nelas que os processos de produção rural da agricultura familiar e extrativismo encontram o seu mercado e é nelas que a segurança alimentar é posta em cheque ao depender de fluxos externos (SCHOR et al. 2015; SCHOR, 2016).

Existe pouco aproveitamento produtivo das possibilidades de se produzir conservando. O pouco que se produz na região não inova quando se considera as multiplicidades de possibilidades que vão desde o manejo de caça e peixes, a produção de Plantas Alimentícias Não Convencionais – PANC (KINUPP&LORENZ, 2014) até a avicultura de corte e de ovos. Para que este retrato, da forte dependência de produtos oriundos de outras regiões do país, se inverta é necessário investir maciçamente na pesquisa e no desenvolvimento tecnológico que privilegie os produtos regionais e que inclua processos de industrialização e de agregação de valor na região.

Deve-se inverter toda lógica. A cidade não é o quisto a ser excluído dos programas de conservação ou de produção, mas sim o nódulo de interação entre ambos. E a produção local não deve visar somente o mercado externo a cidade, mas sim a auto-suficiência da mesma. Este é o desafio do nosso tempo: produzir para conservar e diminuir as desigualdades sociais.

UM RÁPIDO RETRATO?

Sem sombra de dúvida é necessário construir uma outra leitura da urbanização no bioma Amazônico. Alguns retratos já foram discutidos por Trindade (2011), mas merecem serem retomados.

Seria necessário um esforço de coleta e análise dos dados secundários existentes nas publicações e em especial nas monografias e trabalhos de conclusão de curso, das dissertações de mestrados e teses de doutorados produzidos na região. Só a partir deste estudo sistemático pode-se construir um entendimento da dinâmica urbana contemporânea e cenários para o futuro urbano do Bioma Amazônico e relacioná-lo com a escala nacional e internacional.

Apesar de não termos estes estudos disponíveis na escala regional pode-se construir alguns retratos do processo contemporâneo de urbanização que mereceriam destaque nos estudos futuros sobre urbano e as cidades na Amazônia.

Existe uma importante divisão entre as cidades com acesso rodoviário e as de exclusivo acesso fluvial. São dois processos diferentes de urbanização, com temporalidades históricas e desenvolvimentos geográficos completamente desiguais. As cidades do Amazonas, principalmente na parte central ao longo do rio Solimões e seus afluentes caracterizam as cidades fluviais com uma dinâmica própria. Já as cidades do Pará a margem direita do rio Amazonas, ligadas ao restante do país por rodovias pavimentadas tem outra dinâmica, muitas vezes com uma multiplicidade de temporalidades históricas que emergem o moderno com o tradicional. Essas diferenças merecem estudos não só nestes estados, mas nos demais com especial atenção ao Acre e Amapá.

Ainda em termos rodoviários é interessante analisar a configuração urbana de Roraima que foge um pouco do padrão da expansão do agronegócio, apesar de cada vez mais estar influenciada por ele.

Pode-se também separar as cidades criadas e impactadas pela rápida expansão do agronegócio, em especial a pecuária e soja como é o caso para o Mato Grosso, Rondônia e Tocantins. Os processos migratórios reconfigurou a população e transformou os hábitos, inclusive de uso das cidades. São áreas fortemente impactadas pelos projetos de desenvolvimento nacional com construção de grandes obras como as hidrelétricas. De que forma as cidades estão se reorganizando e como estes projetos estão modificando, transformando e em alguns casos agravando as desigualdades sociais é um tema de extrema importância nos estudos e pesquisas das cidades na Amazônia brasileira.

As áreas de fronteira, em especial as cidades de fronteira trinacionais, apresentam uma outra configuração importante para a análise do urbano no bioma Amazônico. Existem diversos estudos em especial no Ama-

zonas, Acre e Amapá, mas ainda não temos uma leitura sobre o tema. De que forma as cidades na fronteira interagem, conurbam, conformam redes urbanas Pan-Amazônica é de pouco entendimento. Os fluxos de mercadorias, mobilidades de populações, papel das forças armadas, as redes da ilegalidade e estudos dos vetores de expansão das cidades são alguns dos temas que merecem destaque.

Não só as fronteiras nacionais são de interesse, mas também as fronteiras étnicas presentes nas cidades Amazônicas é outro recorte importante e ainda pouco estudado. É no bioma Amazônico que tem-se a maior concentração de populações indígenas e cada vez mais murando nas ou circulando pelas cidades. A região do rio Negro no Amazonas é ponto focal para esta análise, mas existem outras regiões importantes em termos de fronteira étnica que devem ser analisadas na perspectiva de compreender a questão indígena urbana.

Ainda na fronteira do conhecimento é importante se questionar quais os processos contemporâneos de urbanização no bioma Amazônico e como a diversidade de cidades e Vilas contribui para o processo intenso de urbanização. É importante traçar cenários e construir alternativas para a forma de ocupação que implica em drásticas mudanças do uso do solo e exclusão social. Com a vida urbana transformações no modo de vida, em especial nos hábitos alimentares, impactam a saúde e a segurança alimentar das populações amazônicas. A vida urbana modifica a forma que a sociedade local se relaciona com a natureza, em muitos casos existe séria perda de conhecimento sobre a região e a biodiversidade.

Além destes retratos possíveis não se deve deixar de fora o estudo das cidades médias em expansão, das capitais e regiões metropolitanas, provavelmente o tópico que tem mais bibliografia, mas nem por isso pode-se dizer que temos conhecimento exaustivo sobre elas e sua dinâmica territorial.

Também é necessário criar novas formas de representação espacial que possibilitem leituras dinâmicas do processo de urbanização na Amazônia. De que forma poderia se representar as análises multiescalares e os fluxos entre os processos sociais e a natureza tão importantes no contexto dos debates urbanos no bioma?

Esses retratos possíveis, porém ainda explorados poderiam contribuir para o debate e entendimento do processo de urbanização no bioma Amazônico, tema de suma importância não só para a região e para o Brasil mas para o mundo todo, afinal é neste bioma que temos as maiores flores-

tas tropicais-equatoriais e recursos hídricos do mundo. Qual o papel que a urbanização tem no processo de transformação deste espaço e como as cidades constroem seus territórios neste bioma? Esta é uma questão na ponta de lança dos estudos urbanos contemporâneos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Progrediu-se muito nos estudos urbanos na Amazônia e sem sombra de dúvida o fortalecimento das instituições de pesquisa e do fomento a pesquisa foi determinante. Nos últimos dez anos consolidou-se uma leitura do urbano e das cidades na Amazônia produzida a partir da Amazônia. Esta mudança de situação implicou em estudos mais detalhados e localizados privilegiando a escala do lugar. Em termos de entendimento do processo de urbanização neste bioma foi essencial, pois passou de uma análise distante feita principalmente pelas instituições do sudeste do Brasil na escala regional para uma análise e produção de conhecimento interno ao bioma.

Este livro é um reflexo deste processo. Aqui encontramos estudos sobre as vilas do rio Solimões Amazonas. São frutos de pesquisas de mestrado realizadas na Universidade Federal do Amazonas em dois programas de pesquisa, no de Geografia e no de Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia. Os resultados apresentados lançam novas luzes na complexa dinâmica urbana na região e na importante construção metodológica para se compreender o papel de pequenas localidades na rede urbana. Consolida-se uma importante vertente de estudos urbanos e regionais e com isso fortalece o campo de pesquisa.

Seria importante agora um retorno a escala do regional, a partir dos estudos locais criando uma visão da complexa diversidade das cidades e do urbano na Amazônia. E da escala regional passar para as escalas nacional, Pan-Amazônica e mundial. Afinal o tema da urbanização e conservação do bioma amazônico é de interesse global e precisamos ter leituras sobre este processo para poder contribuir no debate acerca do futuro do país e do mundo.

Identificamos alguns temas que poderiam servir como eixo de pesquisas e estudos sobre as cidades na Amazônia. Tais como um entendimento distinto entre as cidades com acesso rodoviário e as de exclusivo acesso fluvial. Análises multiescalares e regionalizadas sobre as cidades criadas e impactadas pela rápida expansão do agronegócio, em especial a pecuária e soja. Um olhar atento para as cidades de fronteira nacional e as fronteiras

étnicas, no caso deste bioma indígenas, presentes nas cidades Amazônicas são recortes importantes e ainda pouco estudados. O estudo das cidades médias em expansão, das capitais e regiões metropolitanas também deve interagir com os demais temas. E em todos esses será necessário criar mecanismos que viabilizem abrir espaço para as outras vozes e novas formas de representação cartográfica desta complexa dinâmica espacial.

Estes são alguns temas que poderiam permitir uma leitura regional a partir de estudos locais, mas sem sombra de dúvida existem outros que poderiam compor o quadro de um extenso programa de pesquisa sobre o urbano e as cidades no bioma Amazônico. Sem sombra de dúvida esta temática, do urbano e das cidades na Amazônia, está na fronteira do conhecimento e requer uma articulação multidisciplinar de pesquisas que tenham como foco principal compreender os processos contemporâneos de urbanização em um dos biomas mais preservados do planeta.

REFERÊNCIAS

ALEIXO, Natacha Cíntia Regina; SILVA NETO, J. C. A. ; PEREIRA, H. S. ; BARBOSA, D. E. S.; LORENZI, B. C. . Au long des voies navigables : mobilité et évolution du COVID-19 dans l'État d'Amazonas. CONFINS (PARIS), p. 1-27, 2020a.

ALEIXO, Natacha Cíntia Regina.; SILVA NETO, J. C. A. ; CATÃO, R. C. . A Difusão Temporo-Espacial da Covid-19 no Amazonas. Hygeia.Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, v. 2, p. 336-348, 2020b.

AMAZONAS – SEPLAN. A rede funcional urbana do Amazonas. Manaus: SEPLAN, 1976.

AMAZONAS – SEPLAN. Estudo de hierarquia urbana: Estado do Amazonas. Manaus: SEPLAN, 1990.

BARTOLI, Estevan. Cidades pequenas na Amazônia e ordenamento territorial: redes de sujeitos locais e as redes urbanas de Urucará (AM) e São Sebastião do Uatumã (AM). Geoiंगा: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia, v. 12, p. 80-120, 2020a.

BARTOLI, Estevan.. Cidades na Amazônia: Centralidades e Sistemas territoriais na sub-região do Baixo Amazonas (AM). ESPAÇO E ECONOMIA, v. 20, p. 1, 2020b.

BARTOLI, Estevan.. A cidade arquipélago: expansão e morfologia urbana de Parintins (AM). Revista de Desenvolvimento Econômico (Impresso), v. 2, p. 347, 2020c.

BARTOLI, Estevan.. Cidades pequenas na Amazônia: sítio, situação e sistemas territoriais de Barreirinha (AM). REVISTA DE GEOGRAFIA E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, v. 19, p. 132-157, 2020d.

BARTOLI, Estevan.. Tilheiros: carpintaria naval e sistemas territoriais em Parintins-AM. Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR), v. 51, p. 43-62, 2019a.

BARTOLI, Estevan.. Territorialidades urbano-ribeirinhas: o sistema territorial pesqueiro de Parintins,AM. Revista Geonorte, v. 10, p. 38-56, 2019b.

BARTOLI, Estevan.. Cities in the amazon, territorial systems and the urban network. MERCATOR (FORTALEZA. ONLINE), v. 17, p. 1-16, 2018a.

BARTOLI, Estevan..Entre o Urbano e o Ribeirinho: Territorialidades Navegantes e Sistemas Territoriais em Parintins (AM). ESPAÇO ABERTO, PPGG - UFRJ, v. 8, p. 169-185, 2018b.

BECKER, Bertha. A urbe amazônica: a floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2013.

BECKER, Bertha.. Pensando o futuro da Amazônia: o Papel das Cidades em Produzir para Conservar. BATISTELLA, Mateus; MORAN, Emilio; ALVES, Diógenes S. (orgs). Amazônia: Natureza e Sociedade em Transformação. São Paulo: EDUSP, 2008.

BECKER, Bertha . Os Eixos de Integração e Desenvolvimento e a Amazônia. Território, Rio de Janeiro, v. 6, p. 29-42, 1999.

BECKER, Bertha. Amazônia. São Paulo: Ática, 1990.

BECKER, Bertha.Uma Hipótese sobre a Origem do Fenômeno Urbano numa Fronteira de Recursos no Brasil.. REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, Rio de Janeiro, v. 40, n.1, p. 160-184, 1978.

BECKER, Bertha. A Amazonia na Estrutura Espacial do Brasil.. REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, Rio de Janeiro, v. 36, n.2, p. 3-33, 1974.

BRASIL - IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE.

- Regiões de Influências das Cidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. 201p.
- BROWDER, J. O. GODFREY, B. J. Frontier urbanization in the Brazilian Amazon: A theoretical framework for urban transition. Yearbook of the Conference of Latin Americanist Geographers 16: 56-66. 1990.
- BOTÍA, Carlos Gilberto Zárate (ed.). Espacios urbanos y sociedades transfronterizas en la Amazonia. Colombia: Universidad Nacional de Colombia Sede Amazonia. Instituto Amazónico de Investigaciones Imani, 2012
- BUNKER, Stephen G. Modes of Extraction, Unequal Exchange, and the Progressive Underdevelopment of an Extreme Periphery: The Brazilian Amazon, 1600-1980 . American Journal of Sociology, University of Chicago Press, Vol. 89, No. 5 (Mar., 1984), pp. 1017-1064
- CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, 49(3): 39-69, julho 1987.
- CARLOS, A. F. A. O lugar no/do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CARNEIRO, M.C. Regiões de influência das cidades: rede de lugares centrais e áreas de atuação das cidades brasileiras. Rio de Janeiro, IBGE/DE-GEO, 1998.
- DEMATTEIS, G. SFORZI, F. The Italian Urban System: towards european integration. USA: Ashgate, 1999.
- FAISSOL, S. Tipologia das cidades e regionalização do desenvolvimento econômico: um modelo de organização espacial do Brasil. Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, v.30, n. 223, p.25-57, jul-ago 1971.
- GODFREY, B. J. Frentes de expansão na Amazônia: Uma perspectiva geográfico-histórica. Geosul 6:7-20. 1988.
- HARVEY, David. Espaços de Esperança. São Paulo:Edições Loyola, 2003.
- IPEA/IBGE/UNICAMP/NESUR (1999) Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil. Campinas, Unicamp/Nesur, Ipea, IBGE, 2v. (Coleção Pesquisas 3).
- KINUPP, Valdely; LORENZ, Harri. Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANC) no Brasil. Jardim Botânico Plantarum, 2014.

LAMBIN, E. . Forest Transitions: Towards a Global Understanding of Land Use Change. *Global Environmental Change*, v. 15, p. 23-31, 2005.

LEFEBVRE, Henri. *Éléments de rythmanalyse. Introduction à la connaissance des rythmes*. Paris: Syllepse, 1991.

MORAN, Emilio F ; RUDEL, T.k. ; COOMES, O.t. ; ACHARD, F. ; ANGELSEN, A. ; XU, J. ;

MORAES, A. O. SCHOR, T. Mercados, Tabernas e Feiras: custo de vida nas cidades na calha do Rio Solimões. *Mercator (Fortaleza. Online)*, v. 9, p. 101-115, 2010a.

_____. Redes, Rios e a Cesta Básica Regionalizada no Amazonas, Brasil. *Acta Geográfica (UFRR)*, v. 7, p. 79-89, 2010b.

NETO, K. C. A. ; ALEIXO, Natacha Cíntia Regina. Geotecnologias no mapeamento da COVID-19 no estado do Amazonas entre os meses de março a junho de 2020. *Metodologias e Aprendizado*, v. 3, p. 69-82, 2020.

OLIVEIRA, J. A. *Cidades na selva*. Manaus: Valer, 2000.

RIBEIRO, Marina Lelis. Do peixe com farinha à macarronada com frango: uma análise das transformações na rede urbana no Alto Solimões pela perspectiva dos padrões alimentares. *Confins [Online]*, 24, 2015, <http://confins.revues.org/10254>.

ROBERTS, J. Timmons. Squatters and Urban Growth in Amazonia . *Geographical Review*, American Geographical Society, Vol. 82, No. 4 (Oct., 1992), pp. 441-457

SCHOR, Tatiana; TAVARES-PINTO, Moisés Augusto; AVELINO, Francisco Carlos da Costa;

SCHOR, Tatiana. (Org.). *Dinâmica Urbana na Amazônia*. 1. ed. Manaus: Valer, 2014. v. 1. 242p

SCHOR, Tatiana. As cidades invisíveis na Amazônia Brasileira. *Mercator*, v. 12, n. 28, p.67-84, mai/ago. 2013.

SCHOR, Tatiana . *Ciência e Tecnologia: o caso do experimento de grande escala da biosfera-atmosfera na Amazônia (LBA)*. 1. ed. São Paulo: Anna-Blume/Fapesp, 2008. 147p

SCHOR, Tatiana; OLIVEIRA, José A.. Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no Amazonas e perspectivas para a análise das cidades na Amazônia Brasileira. Acta Geográfica (UFRR), v. eesp, p. 15-30, 2011.

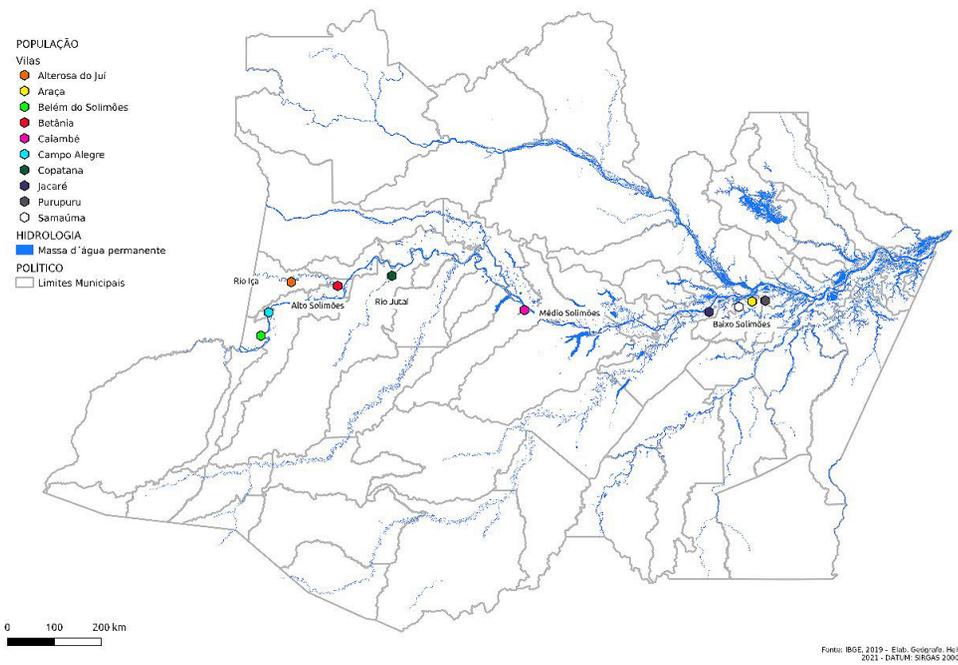
SCHOR, Tatiana; MORAES, André de Oliveira. . Programas de pes
SCHOR, Tatiana; MORAES, André de Oliveira. .Programas de quisa em meio ambiente e o urbano: um ensaio sobre a ausência. Revista Geonorte, v. 02, p. 1-24, 2011.

TRINDADE JR., S-C. C. Das ‘cidades na floresta’ às ‘cidades da floresta’: espaço, ambiente e urbano diversidade na Amazônia brasileira. Papers do NAEA (UFPA), v. 321, p. 1-22, 2013a.

TRINDADE JR., S-C. C. Uma floresta urbanizada? Legado e desdobramentos de uma teoria sobre o significado da cidade e do urbano na Amazônia. Espaço Aberto, v. 3, p. 81-100, 2013b.

TRINDADE JR., S-C. C. Diferenciação territorial e urbano diversidade: elementos para pensar uma agenda urbana em nível nacional. Cidades (Presidente Prudente), v. 7, p. 227-255, 2011.

Estado do Amazonas - Vilas Alvo do Estudo



PARTE I

DO CLIMA, DAS ÁGUAS E
DAS PESSOAS

O “CABOCLO” AMAZÔNIDA E AS CIÊNCIAS AMBIENTAIS: uma reflexão sobre a colonialidade do pensamento científico brasileiro

Tainah Ribeiro Reis Godoy

INTRODUÇÃO

O presente capítulo é um ensaio, que se desvela uma proposta de reflexão motivada pela vivência da autora como pesquisadora e extensionista no Estado do Amazonas. Após algum período pesquisando a atividade agrícola ribeirinha no interior do Amazonas, a relação entre cientista e pesquisados se tornou foco de estudo e será abordada neste capítulo pela perspectiva da descolonialidade do saber.

Pretende-se entender como esta relação desigual engendra e reproduz estigmas sociais, como é o caso da identidade cabocla amazônida. Qual o papel das Ciências Ambientais - na medida em que a presente pesquisa se desenvolveu como parte do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente, em cancelar tal comportamento e ao mesmo tempo poder ser considerada a resposta para sanar tal reprodução de uma hierarquia social fundamentada em relações precárias desenvolvidas desde a colonização do Brasil? É também tema deste ensaio a investigação da conformação da ciência enquanto instituição no país e sua origem notadamente eurocêntrica, e como tal herança ainda move o fazer ciência atualmente.

De forma a investigar tais questões foi feita uma pesquisa bibliométrica nos artigos que relacionados aos “caboclos” da Amazônia relacionados às Ciências Ambientais. Esta pesquisa foi fundamentada em artigo de Brondizio (et al 2016), que relacionou as mudanças climáticas e as alterações no âmbito social a partir da análise da produção científica acerca deste assunto. A presente pesquisa se baseou na plataforma Periódicos Capes que é de acesso gratuito, fornecido pelo Governo Brasileiro, a todas as instituições de ensino superior. Foi analisado um total de 44 artigos de

autores de diversas nacionalidades e instituições. A partir desta análise foi possível tecer relações entre a produção científica nacional e internacional; as empresas responsáveis pela divulgação deste material; a importância do trabalho de campo; a relação entre pesquisador e sujeito da pesquisa; o histórico das Ciências Ambientais e a sustentabilidade; a cultura popular e as possibilidades de uma ciência mais inclusiva e diversa.

AMAZÔNIA, AMAZÔNIAS

Existem diversas formas de se definir a Amazônia, todas variando a partir de quem a define, mas geralmente são delimitações desenhadas oriundas de interesses, e o que aparentemente deveria ter um só contorno apresenta uma gama extensa. Ribeiro (2016) afirma que a “Amazônia” tem várias definições como: Amazônia, Amazônia Internacional, Amazônia Legal, PanAmazônia, Amazônia Sul-Americana e Grande Amazônia. Para nosso estudo, nosso foco será a região política Amazônica inserida no território brasileiro, que foi construída a partir de elementos de interesse econômicos dos que a viam como uma fonte de riquezas monetizáveis (na época a hevea brasiliensis - seringa) desde a época da colonização. As pessoas que estavam dentro dessa delimitação, portanto, foram chamadas de amazônidas, não por própria identificação, mas por acidente, por estarem em um determinado local quando assim foi “criada” a Amazônia

Se afirmamos que o amazônida, assim como a identidade cabocla foram inventados, criamos contexto para falar do seu “surgimento”. Pois, podemos precisar historicamente o cenário em que esta palavra aparece como designação de um determinado grupo social (LIMA, 1992). Referimo-nos ao período da colonização brasileira (entre os sécs. XVI e XIX), no qual podemos divisar o surgimento de um poder hegemônico que se estrutura em escala mundial. Este poder criou estruturas que são a base da sociedade moderna que se constitui nesta época e perdura nos dias atuais.

O esforço do presente estudo será uma retomada crítica e contextualizada da forma de abordagem praticada pelas Ciências Ambientais acerca do sujeito, a figura-chave da sustentabilidade na Amazônia, o “caboclo”.

Segundo Bourdieu (1990) e Machado (2013) os recortes regionais são arbitrários às estruturas histórica e sociais prevaletentes e submetem o território a uma nova lógica, que obedecendo aos fluxos do capital, cria em locais inexplorados classificações sociais, identidades e divisões do trabalho completamente novas.

Nas Ciências Ambientais referimo-nos ao caboclo (geralmente o objeto de estudo) como o sujeito que habita o interior da floresta, conhece seus segredos e é o responsável pela sua conservação. É exatamente neste momento que a relação desigual de poder entre pesquisado e pesquisador, se exprime, pois o cientista define quem é o caboclo, mas o caboclo não define quem é o cientista. Desse par sujeito-pesquisador o elo mais fraco é o caboclo, que possui menor capacidade de se fazer escutar no meio científico, embora se escute muito falar sobre ele, tanto de forma a romantizá-lo, quanto a torná-lo o vilão do desmatamento.

Pouco se discute acerca da identidade cabocla em si, a sua formação e o esforço de reduzir grupos e culturas diferenciadas em um só denominador que aprisiona esses sujeitos em identidades inventadas e reprodutoras de hierarquias sociais coloniais (inclusive de forma a aproximá-lo da natureza, gradiente de separação entre sociedade e natureza). São esses processos que nos interessam aqui, e como ainda são ressignificados nos dias atuais pelas Ciências Ambientais.

CIÊNCIAS AMBIENTAIS, SUSTENTABILIDADE E COLONIALIDADE DO SABER

As Ciências Ambientais, no Brasil e no mundo, foram construídas sob uma ótica eurocêntrica, a serviço do poder hegemônico, privilegiando “raças” e saberes. Já que foi fundamentada na necessidade econômica de preservar o meio ambiente, percebido como recursos (recursos naturais, fonte de matéria prima) para o sistema. Como podemos perceber e denunciar esta “herança” atualmente?

Quando se fala em sustentabilidade, seu histórico é traçado por autores e pesquisadores oriundos dos países do hemisfério norte, que possuem um papel de centro (no par centro-periferia). A visibilidade da discussão feita por esses autores é, também, uma invisibilidade dos outros debates, que já ocorriam em outros locais do mundo décadas antes, como por exemplo, no Peru, através dos trabalhos de José Carlos Mariátegui, datados de meados de 1930 – e também um dos expoentes da descolonialidade do saber na América Latina (QUIJANO, 1993). Essa visibilidade direcionada pode ser explicada pela forte presença do setor econômico neste debate da sustentabilidade, guiando e patrocinando os estudos, relatórios e espaços de debates, a exemplo do Clube de Roma (criado por um grupo de empresários e executivos representantes da Xerox, IBM, Fiat, Remington Rand,

Ollivetti, entre outras), que patrocinou o famoso relatório “The Limits of Growth”(PORTO-GONÇALVES, 2012b). Tal relatório é reconhecido hoje como um dos grandes referenciais da “luta” ambientalista. Possibilitado pelo investimento dos setores econômicos, o discurso científico acerca dos limites do crescimento e escassez de recursos naturais, tinha a tônica que tal grupo desejava: construir uma nova proposta de desenvolvimento que não fosse de fato nova, mas que vislumbrasse uma saída lucrativa para a tal escassez de recursos: o desenvolvimento sustentável.

O USO DO TERMO “CABOCLO” NAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS: TRAÇOS DA COLONIALIDADE DO SABER

A ciência não é o acúmulo gradual de conhecimentos, mas é a complexa relação entre teorias, dados e paradigmas. Tampouco a Ciência é neutra. Mesmo em seus métodos, como a observação e a experimentação, ela define de antemão o que é ou não possível de ser realizado: “A observação e a experiência podem e devem restringir drasticamente a extensão das crenças admissíveis, porque de outro modo não haveria ciência. Mas não podem, por si só, determinar um conjunto específico de semelhantes crenças.” (p. 23) Ou seja, a observação é feita sobre aquilo que é possível “ver” dentro de um paradigma (BARTELMÉBS, 2012, p.352/353).

Por este fato, muito dos paradigmas científicos, embasados em conceitos e teorias de certa época, resistem até os dias atuais e carregam em si um proselitismo não empírico, mas dogmático, que pode reforçar estigmas sociais, como é o caso estudado aqui do “caboclo”.

A representação do sujeito na ciência é um fator que merece a atenção dentro dessa ótica pragmática. Foi ignorado o ponto de vista e a voz do próprio sujeito da pesquisa, transformando-o em objeto. Nesta transformação o sujeito perde sua “atividade” e se transforma em algo “passivo” incapaz de falar por si só. Nomear, designar, é uma forma de dominação que ocorre ao se conferir nomes ou utilizar-se de termos arbitrariamente. Inclusive, a “dicotomia sujeito-objeto distribuía atividade e passividade de tal maneira que o que fosse tomado por um seria perdido pelo outro” (LATOUR, 2001, p.171). Dessa forma quanto menos o objeto falar por si mais o pesquisador teria a dizer sendo, portanto, o sujeito ativo desse par dicotômico. A objetificação do sujeito, sua transformação em um objeto passivo, sem voz e ponto de vista é um processo herdado pelo contexto da modernidade – colonialidade, que deve, portanto ser revisto.

Colonialidade do saber é uma episteme que nos permite trabalhar a representação do sujeito na ciência, a neutralidade do pesquisador e da ciência, a objetificação do sujeito, denominações e invenções de identidade possibilitando fazer ciência com consciência. Ela torna esse trabalho possível, pois, desvela os elementos euro e etnocêntricos da ciência, responsáveis pelo engendramento dos pontos anteriormente citados de forma a naturalizá-los no cotidiano acadêmico.

Surge a pergunta: porque o termo caboclo é ainda utilizado pelas Ciências Ambientais? O que este uso nos demonstra? Qual o perfil desses cientistas, de onde e para quem falam? São questões essenciais que podem desvelar o etnocentrismo, o eurocentrismo e, por fim, a colonialidade do saber contidos nas práticas científicas.

METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS ARTIGOS NO CONTEXTO DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS

É por meio das publicações que a práxis científica é exposta, possibilitando análises a partir do exposto e do que não foi explicitado (o que geralmente é mais interessante). Nosso intuito é investigar essa práxis e o contexto em que ela se faz. Por isso nos debruçamos sobre a análise de artigos da área das Ciências Ambientais publicados internacionalmente, com acesso garantido pelo Governo Brasileiro a Instituições de Ensino Superior.

Para tanto o método de análise de artigos foi fundamentado na metodologia do artigo Social and health dimensions of climate change in the Amazon (Brondízio et al. 2016) considerado um artigo em Ciências Ambientais e de autores que fazem uso do termo caboclo em suas pesquisas. No referido trabalho os autores se debruçaram sobre a análise bibliométrica de artigos, hospedados na plataforma WoS – Web of Science para verificar como ocorre a relação entre mudanças climáticas e as condições socioambientais no contexto da Amazônia.

Para elaboração deste trabalho utilizamos a plataforma de Periódicos Capes como base de pesquisa. Plataforma escolhida tanto por sua relevância na divulgação de trabalhos científicos em território nacional, como por sua abrangência e fácil acesso pelas IES – Instituições de Ensino Superior brasileiras. Trata-se de uma host paga pelo Governo Federal e de acesso irrestrito a todas as IES. Indexada em diversas outras plataformas de abrangência internacional, como por exemplo: Web of Science, SciELO,

e todas do grupo Reed-Elsevier. Utilizou-se como método de busca a inserção da palavra chave: “caboclo” da seguinte forma. Na busca avançada, na primeira opção [no título] [contém] caboclo [OR] [no assunto] [contém] caboclo. Sem selecionar [data de publicação], [tipo de material], [idioma], [data inicial], [data final]. Resultando um total de 67 itens, ordenados por relevância de acordo com o portal.

Os artigos foram selecionados, e, aqueles que se repetiam, ou apresentavam publicações em português e inglês, foram contabilizados apenas uma vez. Os artigos que não tinham conexão direta com o tema caboclo nas Ciências Ambientais (inferência a partir da leitura dos resumos), não possuíam texto completo, revisão por pares (peer-reviewed) ou ainda, que apresentavam o caboclo em outro contexto que não o amazônico, foram excluídos, restando um total de 44 artigos para análise.

A plataforma Capes funciona como uma host para outras plataformas que, de fato, possuem os direitos autorais dos artigos, em sua maioria pagos. A Capes paga por esse acesso e disponibiliza gratuitamente para todas as IES do Brasil. Segundo informações do próprio portal de periódicos, há um total de mais de 37 mil títulos com texto completo disponível, além de outros conteúdos que não cabe discriminar aqui.

A seguir serão demonstrados os resultados das análises de forma a ressaltar elementos que expressem a colonialidade do saber contidos nos trabalhos, ou fatores que a denunciam de maneira crítica. O elemento que pode facilmente indicar essa colonialidade é o idioma do pesquisador.

QUEM FALA E DE ONDE FALAM SOBRE A AMAZÔNIA?

A maioria dos artigos (74%) pesquisados encontram-se no idioma inglês, indexados por empresas multinacionais e publicados por pesquisadores estrangeiros em revistas internacionais, em sua maioria originados dos Estados Unidos. O Reino Unido segue próximo com 26%, dos artigos no idioma anglo-saxão. O uso do termo caboclo por estrangeiros é mais frequente nas publicações em língua inglesa do que em francês, também outro idioma representativo para publicações internacionais e que no presente trabalho não figurou com nenhum artigo.

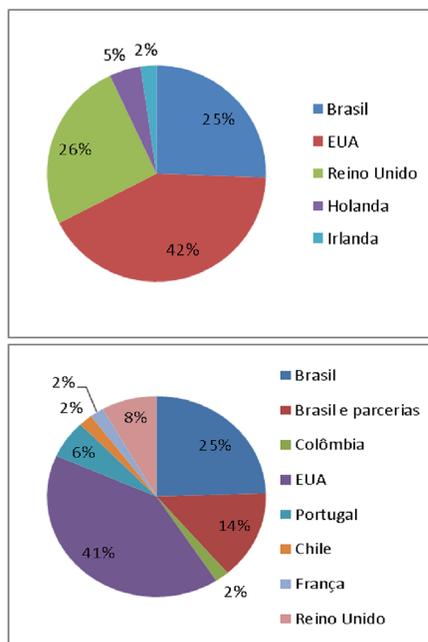


Figura 1. I - Distribuição dos países de origem das revistas de publicação dos artigos analisados, Gráfico II - Distribuição dos países de origem dos autores dos artigos analisados. Fonte: A autora (2017).

Quem mais produz conhecimento sobre a Amazônia (ver gráfico I e II na figura 1) são pesquisadores estrangeiros (41% oriundos dos EUA), ou pesquisadores brasileiros que estão vinculados a instituições de outros países (14%, Brasil e parceiros estrangeiros), em sua grande maioria Estados Unidos seguido da Inglaterra. Isto pode ocorrer, pois, nas instituições desses países existem centros de estudos especializados no Brasil, América Latina ou especificamente Amazônia.

Este cenário é um arremedo do cenário intelectual do Brasil em meados do séc. XIX, onde a ciência nacional era feita a partir de recortes de postulados, ensaios, teorias e artigos oriundos de traduções parciais dos intelectuais europeus. Apenas com um objetivo diferente; se à época o intuito da produção intelectual era construir uma identidade nacional, qual seria o objetivo das ciências ambientais no Brasil nos anos 2000? Isso partindo do pressuposto de que toda e qualquer atitude científica é movida por intencionalidades secundárias, ou mesmo obnubiladas à do pesquisador.

De acordo com o Gráfico I, o país que mais possui revistas com publicações acerca do “caboclo” são os Estados Unidos, 42% dos artigos

pesquisados são de revistas com origem nos EUA, o que demonstra aberta vantagem sobre os outros países que figuram na lista. Em segundo lugar está o Reino Unido fechando a conta com seus 26%. Ambos os países somam 68% do total das publicações, o que explica ser a maioria dos artigos escritos na língua inglesa.

Apesar de não ser sede das editoras, o maior número de revistas é sediado na América do Norte. Demonstrativo de que boa parte do conhecimento produzido e publicado sobre o Brasil no quesito Amazônia e suas populações, tem alguma relação com os EUA. Seja pelas instituições de pesquisa (concernente à motivação da pesquisa) às quais os pesquisadores são filiados, seja pelo idioma (público alvo), seja pela origem dos autores (41% são Estadunidenses), ou pela sede das revistas (editoração e seleção do material escrito).

O Brasil, apesar de ser o país mais interessado nas informações publicadas sobre os “caboclos” (já que são dados estratégicos concernentes ao seu território e à sua população, necessários para uma gestão adequada) figura com apenas 25% das revistas e dos autores de origem brasileiras. Esse número é significativo no que tange o que vem sendo discutido sobre a colonialidade do saber: quem produz o conhecimento e para onde ele vai?

De acordo com dados da Elsevier, uma das cinco grandes editoras mapeadas, 54% do público que tem acesso às publicações são dos EUA, 26% originados da Europa e apenas 20% representando o resto do mundo, entre eles os brasileiros (RELXGroup, 2015). Portanto, são informações que serão transformadas em um conhecimento científico traduzido em linguagem científica, disponível em formato de artigos, ensaios e outros. Esse mesmo conhecimento que diz respeito às pessoas, ou ao seu modo de vida, não é disponibilizado para as mesmas. São artigos sobre saúde, qualidade de vida, nutrição, que também interessariam aos tomadores de decisão brasileiros para que fossem revertidos em ações, uma contrapartida pela “autorização” para fazer a pesquisa.

A COLONIALIDADE DO SABER E O OLIGOPÓLIO DAS EDITORAS CIENTÍFICAS

Retomando o título do item anterior “quem fala e para quem se fala sobre a Amazônia”, destacamos que, por meio desta pesquisa, foi possível identificar o oligopólio das editoras de publicações científicas. Quando são disponibilizados nas plataformas de busca e acesso, estes artigos carregam

um selo de identidade, como um código de barras, o copyright que remete à editora que detém a sua propriedade (e não o autor - ou autores - que o escreveu).

Neste cenário, qual a relação entre a colonialidade do saber e o oligopólio das editoras científicas? Larivière et al (2015) demonstra que desde a criação das primeiras revistas de divulgação científica, na Inglaterra e na França, a tendência foi a concentração das publicações em 5 grandes empresas. Apesar de existirem diferenças entre as ciências médicas e naturais e as ciências sociais e humanidades, a tendência é a de concentração e aumento do lucro dessas empresas. De acordo com este estudo, que analisou aproximadamente 45 milhões de artigos publicados desde 1973 até 2013, essas grandes editoras se beneficiaram da revolução digital, que lhes diminuiu os custos e facilitou o compartilhamento de dados. Portanto em 2013, 50% das publicações estavam concentradas em 5 empresas, são elas Reed-Elsevier, Wiley-Blackwell, Springer, Taylor & Francis, e Sage.

Esse oligopólio foi possível pela frequente compra e fusão de pequenas editoras a essas já mais estabelecidas no mercado. No entanto, este mercado é ilusório, baseado em regras próprias, já que, diferentemente do mercado usual, o preço não é regido pela oferta e demanda, nem baseado nos custos, mas, sim, em um valor simbólico estabelecido pela própria empresa e pago pelos autores e pelos leitores. Larivière (2015) trás a tona o debate sobre a real necessidade da existência dessas empresas nos dias de hoje. O que de tão essencial essas empresas agregam à comunidade científica que elas não podem ser dispensadas? Assim, alguns pesquisadores, universidades e sociedades acadêmicas já se rebelaram contra a existência dessas editoras, que exploram seus autores e seus leitores, e promoveram um boicote à maior delas Reed-Elsevier. No entanto, essas iniciativas são exceções.

Larivière evidencia a dependência da sociedade acadêmica a essas grandes empresas que detém os direitos autorais da maioria das publicações científicas do mundo. São empresas multinacionais, com sede nos países do hemisfério norte, representando também o oligopólio da produção científica em certos centros geográficos e que podem ser reconhecidas enquanto antigas metrópoles ou impérios. A colonialidade do saber se apresenta, também, nessa forma de se publicizar o trabalho científico, que fica retida em um sistema que explora o pesquisador, lhe retira a autonomia sobre seu próprio trabalho, e lhe autoriza o acesso mediante o pagamento, submetendo a produção científica aos moldes do modo de produção capitalista. A

mistura entre capitalismo e ciência é perniciosa, como já foi explanado, e pode ser, também, evidenciada em todas as etapas da produção científica. O pesquisador se encontra em um sistema muito bem engendrado com início meio e fim, se tornando, inevitavelmente, refém deste sistema.

O acesso à publicação dessas empresas é feito mediante pagamento, tanto pelos que desejam publicar, quanto pelos que buscam artigos. Fator que por si só demonstra que a ciência atualmente não é feita para todos nem por todos. Mediar o acesso a publicações científicas, por valores monetários, acaba por restringi-lo. Não são todos os estudantes, pesquisadores e interessados em geral que possuem condições financeiras de publicar e ler artigos dessas plataformas, que se tornaram o meio mais importante de divulgação científica. A revista brasileira Ambiente e Sociedade, por exemplo, está indexada à plataforma Scielo Free, e DOAJ – Directory of Open Access Journals, que são plataformas de acesso gratuito aos leitores. No entanto, esta revista onera o autor do artigo apenas para que o trabalho seja avaliado pelo corpo editorial da revista, o que não é garantia de sua publicação (Informações contidas no site da Revista: <http://www.scielo.br/revistas/asoc/iinstruc.htm>).

Esta análise nos demonstra uma sutil informação contida nos dados: o conhecimento sobre a Amazônia é feito por e para o “outro” não-amazônida. Um saber produzido sobre o outro, a partir de ponto de vista exterior ao “objeto” de estudo. Devemos entender, e isto já foi afirmado anteriormente, que toda atitude científica é impregnada de intencionalidades, tanto do pesquisador quanto da super-estrutura que o “formou”. Assim, nos propusemos a investigar essa intencionalidade.

DEFINIR OU NÃO O CABOCLO

Sobre as definições do termo “caboclo”, não houve um consenso sobre o que é o caboclo.



Figura 2. Diagrama das definições do termo caboclo pelos autores dos artigos analisados

Como podemos visualizar na Figura 2 a maioria dessas definições gira em torno de quatro eixos principais; o primeiro grupo representado no diagrama faz referência às definições que se fundamentaram primeiramente na raça e miscigenação, e, em segundo plano, afirmam a atividade e o local onde habitam, como neste exemplo onde o autor define caboclo como “traditional Amazonian people of heterogeneous origins (FRASER, 2010)” ou em outro artigo sobre a obesidade cabocla: “caboclo are genetically and culturally admixed rural peasant groups (SILVA & PADEZ, 2010)” ou ainda como define Nardoto em parceria com outros autores caboclo são “indigenous peasants of mixed ethnicity (Indigenous Amazonian/European/African) (NARDOTO et al 2011)”. A raça ainda é utilizada para caracterizar grupos sociais, embora essa seja uma forma de caracterização muito discutida e abolida por muitos cientistas (SCHWARCZ, 1993; IANNI, 1996). Nota-se que aqueles que ainda utilizam este artifício para designar os sujeitos são marcadamente os autores estrangeiros ou aqueles relacionados às instituições internacionais. Pode-se perceber os traços da colonialidade do saber neste caso, pois insistir em categorização social a partir de raças humanas, é reificar o “racismo” presente na racialização do

mundo (IANNI, 1996). Não surpreende essa atitude oriunda de instituições e pesquisadores ligados à países do “centro”, pois é exatamente daí que se originou e propagou a ideologia das raças como forma de categorização social para uma hierarquização voltada para a dominação/exploração.

O segundo grupo ilustrado no diagrama são aqueles cuja definição parte do princípio do local, ou seja, os “caboclos” são, antes de mais nada, habitantes de algum lugar, como podemos perceber pela definição de Santos “habitantes de comunidades rurais (SANTOS, 2007)” ou por Rizek e Morsello em seu trabalho sobre a retirada de produtos não-madeireiros que firma ser o caboclo os “local inhabitants of Amazon (RIZEK & MORSELLO, 2007)”. Ressalta-se nesse quesito a sua forte relação com a água/rios (ribeirinhos), com a floresta, e com a zona rural ou interior. O interior coincide com a zona rural, assim como falar da floresta implica em se falar da relação com a água. É uma forma de ressaltar a adaptabilidade do referido grupo ao local, por muitos considerados “inabitável” (vide o clássico texto de Euclides da Cunha, *Inferno Verde*). É uma definição que pode dar margens para uma exotização do sujeito, pois neste caso resalta-se a sua relação idealizada com a floresta, valorizando a pesquisa em termos etnográficos (PACE, 2006), na medida em que reforça estereótipos e uma romantização do atual “bom selvagem” (PINTO, 2008) mantendo uma aura de mistérios e segredos sobre o “povo da floresta”.

Manter o “caboclo” em seu panteão de “guardião da floresta” é conferir ao tal grupo social, responsável por essa conservação, uma posição de chamariz para a atenção das instituições internacionais financiadoras. Muitas dessas organizações financiam pesquisas que estão diretamente envolvidas com a agricultura familiar interiorana da Amazônia e remuneram amazônidas que cuidam da manutenção da diversidade. Ressaltar essas características por parte de pesquisadores e ONGs pode render bons financiamentos para os mesmos.

O rural amazônico é mais diverso do que o conceito de “rural” concebe, pois é ressignificado pelas características do bioma e das relações sociais. Podemos falar em ruralidades, elementos que remetem à vida interiorana que diferem da convivência nas cidades, com forte presença dos fatores urbanos. Devemos levar em conta as peculiaridades da constituição da agricultura familiar amazônica, que se baseia em atividades relacionadas com os pulsos de vazante e enchente dos rios da região, sendo mais diversa do que a palavra que compõe a sua definição “agricultura”. Não somente na Amazônia, a agricultura familiar como um todo já está sendo

analisada sob o olhar da multifuncionalidade, que expõe a importância dessa categoria para a soberania do país na gestão do seu território e, também, pela garantia da segurança alimentar (PETERSEN, 2009).

A agricultura entrou como eixo por figurar como a atividade principal identificável pelos autores, como no artigo sobre agricultura de ciclos de pousio, queima e uso, onde definem caboclos como “traditional Amazonian farmers (Silva-Forsberg & Fearnside, 1997)”. Os povos que habitam o interior dos estados constituintes da Amazônia são considerados automaticamente agricultores, no entanto essa é somente uma das faces da multifuncional vida interiorana da floresta, pois soma-se à agricultura: a pesca, as variantes da agricultura de terra firme e de várzea, caça, extrativismo, artesanato, comércio, atividades relacionadas aos recreios e todo um setor de serviços muito bem desenvolvido. Podemos considerar, portanto, que um quê de etnocentrismo inviabiliza muitas das vezes a correta caracterização dos diferentes povos amazônidas, já que tomá-lo pela sua característica mais comparável com a cultura da sociedade moderna é uma forma de diminuir a sua diversidade para enquadrá-la em fragmentos comparáveis.

Amartya Sen (SEN, 2007 apud SCHOR, 2015) pondera que este tipo de reducionismo é típico do processo de globalização e conformação do sistema-mundo moderno-colonial. Sen acertadamente afirma que não se trata somente do reducionismo das diferenças, mas também da escolha de quais características devem ser destacadas ou encobertas.

O autor esclarece que, assim que uma pessoa ou grupo é classificado por uma característica que se sobreponha a todas as outras que compõe a sua complexa realidade (a partir do olhar reducionista etnocêntrico), a coletividade nem a sua individualidade poderão mais ser compreendidas em sua totalidade. O processo de compreensão é estreitado, reduzido a categorias simplificadoras.

O eixo da matriz indígena pode indicar, também, uma tentativa de atribuir historicidade aos povos a que se “resume” o termo caboclo, já que é, na maioria das vezes, empregada como uma referência ao passado. Isto por indicar que o “caboclo” é um grupo que teve sua origem indígena adaptada ao moderno sistema europeu de agricultura e colonialismo, como nesta afirmação de Brondizio em parceria com outros autores de renome “caboclos combinam conhecimento indígena adaptado ao sistema colonial europeu (BRONDIZIO et al, 1994)”. Serve, também, como uma não-identidade, ou uma afirmação de uma identidade a partir do que não é ou do que já foi, como em “rural non-indigenous inhabitants of the Brazilian Amazon

(CARMENTA et al 2013)”, onde a ênfase da indetidade cabocla está no que ela não é, no caso: indígena. A historicidade pode ser empregada como um termo que justifique o “atraso” ou “primitividade” daquele grupo, pois ao mesmo tempo em que diversos autores consideram os “caboclos” como os não índios, os não negros, e os não europeus (ADAMS et al, 2006), aceita-se que eles têm um passado que corresponde às três “culturas” citadas, mas não pertence a nenhuma delas de fato.

Para alguns, portanto, são um povo sem passado, e, ao evocar o pertencimento à cultura indígena, o autor poderia estar suscitando uma justificativa histórica para aquele referido grupo. Mas, esse ponto de vista pode esconder uma sutil perversidade, quando relaciona os povos originários ao passado dos “caboclos” reificando a visão de que esses povos pertencem a um tempo que já passou, que são história para explicar o presente, mas já não são considerados vivos no presente. Ou seja, os traços das culturas indígenas no “caboclo” são indicativos do pertencimento passado, e hoje são como testemunho, negando talvez a importância e a atualidade desses elementos culturais no presente desses sujeitos.

Como se pode perceber no diagrama (Figura 2), há as definições negativas que são baseadas no não ser para definir o ser: “não-ameríndio” e “rurais não-indígenas”. Para os autores que utilizam tais termos, caboclo é tudo aquilo que não é indígena, mas que habita a zona rural amazônica. Neste caso, quando se evoca o passado indígena, para lhe negar o pertencimento do grupo social em questão percebe-se aí um problema. Se o sujeito é um “não-índio” ele é qualquer outro, é um termo genérico, mas que incorre em mais uma perversidade sutil. Ao negar-lhe o pertencimento à cultura indígena expõe-se, assim, o fato de que o “caboclo” ocupa os espaços e possui hábitos correlatos aos da cultura indígena, mas não o são, e isso necessita ser evidenciado para ser diferenciado. De outra forma, porque a necessidade de afirmar que os “caboclos” são os não-indígenas? O indígena é aquele ser puro, cuja cultura comunga com a natureza, sem a interferência da cultura branca? Em que ponto da história o “caboclo” deixou de ser índio, para ser apenas “caboclo”, mestiço? Quem pode definir quem é e quem não é indígena? O branco?

Apesar de termos no diagrama (Figura 2), as definições agrupadas, surgiram algumas que se destacaram por não terem pares comparativos entre os outros artigos, como é o exemplo da definição utilizada por Dean (1993), uma resenha do livro “Amazonian Caboclo Society”, que diz serem os caboclos “creations from the remains of a colonial system forsaken

following the demise of the rubber boom (DEAN, 1993, p.1)”. Esta definição, baseada no livro resenhado, demonstra uma visão crítica do autor, que relaciona o “caboclo” como um grupo a mercê dos ciclos econômicos, sendo assim, uma criação da somatória desses ciclos vividos pelo país.

As definições são muitas e diferem entre si, mas, também, existem os autores que se abstêm, por motivos variados, de elaborar um conceito definido para o termo “caboclo”.

Há no centro do diagrama (Figura 2), duas setas circulares que representam a interpenetração dos eixos na formação das definições, pois, nota-se que muitos autores utilizam mais de uma para definir o caboclo. Há autores que tomam como base a agricultura para definir (campesinos, habitantes rurais, rurais não indígenas), mas que ressaltam ainda outras características (sistema econômico, origem étnica, local) desses povos. Ao analisarmos assim as definições, temos a impressão de estarmos falando de diversos grupos que são encobertos pelo termo “caboclo”, o que é verdade, já que não há um grupo específico, e, sim, uma diversidade considerável de expressões culturais em diversas sociedades que habitam o território amazônico. Estes autores começam a tecer um caminho que pode levar à compreensão da realidade “cabocla”, pois, admitem que há diversos elementos que compõe a definição deste grupo. Muito embora ainda se fixem em elementos pré-definidos e construídos pelo processo de colonialidade do saber, a tomada integral do seu entendimento requereria um aprofundamento maior nas questões que realmente constituem a cultura dos habitantes do território amazônico, e não seria completo se não houver a voz do sujeito de interesse contribuindo para a construção desse conhecimento.

Essa diversidade de expressões foi encoberta pela colonização do pensamento perpetrada desde a colonização do Brasil até os dias atuais. Foi um processo violento tanto no âmbito físico quanto psicológico e que legou heranças profundas na formação do pensamento atual.

O DIREITO À CIÊNCIA: A DESCOLONIALIDADE DO SABER COMO CAMINHO PARA UMA NOVA PRÁXIS DAS CIÊNCIAS AMBIENTAIS

Muito se apregoa que a Amazônia é um território internacional, mas somente porque, hoje, o Brasil possui fronteiras definidas e garantidas. Em torno desta floresta sempre houve disputas, pois é vista como um banco genético riquíssimo, suas reservas de proteção à natureza se prestam a

uma especulação planejada e bem aproveitada pelos setores econômicos. A questão aqui é qual o interesse que motiva a maioria das pesquisas sobre a Amazônia e seus habitantes? O “caboclo”, como insistem alguns, é mantido assim por interesses? Ao longo deste estudo pudemos verificar que esses interesses fazem parte da relação entre centro-periferia, estabelecida desde a época colonial. E que são esses interesses que perpetuam estigmas sociais como o “caboclo” nas Ciências Ambientais.

Estigmatizar, denominar, é uma forma de dominação do outro. Manter essa denominação é algo como coisificar o outro (LATOURET, 2001), transformando-o em objeto, aprisionando-o em um cercado epistemológico/científico passível de controle por parte do pesquisador/cientista (PORTO-GONÇALVES, 2012). Podendo, assim, ser inserido em categorias de análise diversas, à revelia do assunto da pesquisa em questão, e incapacitado de reagir ao que falam sobre ele.

A intenção do presente ensaio é provocar questionamentos para que se faça uma ciência mais consciente e crítica, ensejando a cada leitor a sua formação e, conseqüentemente, produção de opinião.

Se há um problema na forma de representação de um determinado segmento de pessoas, como detectamos acerca do “caboclo”, nada mais justo e coerente do que lhes “conceder” a voz. Reconhecendo a prepotência implícita nessa frase, quem somos nós para conceder voz a outrem? Mas, encarando a situação atual de baixa auto-estima dos povos como os “caboclos”, proporcionada pela própria ciência, cabe a ela a reversão deste quadro. Boaventura (Santos, 2007) propõe neste esteio a ecologia de saberes, uma forma de se conceber a ciência a partir das diversas racionalidades, realidades e epistemes, que congrega com a proposta da descolonialidade do saber.

Em uma sociedade onde a tradição oral ainda é importante para alguns grupos, é necessário compreender como o uso constante de um termo pode interferir no processo de auto-identificação e na própria auto-estima de um povo. Por muitos séculos, vários povos, por todo o mundo, foram designados de forma pejorativa, considerados bárbaros pelo enunciador e taxados incapazes de articular uma fala coerente, porque simplesmente falavam um idioma diferente do deles (TODOROV, 2010). E, por essa incapacidade de ser sensível às diferenças e às nuances de outras culturas, criou-se estigmas sociais incuráveis, como é o caso estudado, fruto do papel exercido pela ciência no sistema-mundo moderno-colonial. Cabe aos pesquisadores de hoje decidirem se vão se prestar a reproduzir essas mes-

mas formas arcaicas de designação, ou se irão se abrir a um novo mundo que se demonstra diverso e inclusivo.

A forma de se fazer ciência deveria mudar neste sentido, para quem é produzido o conhecimento? Ele é acessível para aqueles de quem se falou? E se não o é, qual o motivo? Quais são as opacidades e encobrimentos produzidos pela ciência neste íterim? Reposicionar de forma conjunta (pesquisador e pesquisado), o sujeito à sua categoria de sujeito e não mais de objeto, em um processo empoderador para ambos os envolvidos. Devolvendo ao sujeito sua qualidade de indivíduo que lhe foi subtraída por todas essas teorias para manutenção de hierarquias sociais, como frisou Schwarzc (1993).

As ciências ambientais assumem um papel de legitimação da racionalidade científica na construção ideológica da modernidade/colonialidade quando reificam o uso do termo “caboclo”.

A estigmatização de um povo por uma identidade externamente designada não é privilégio da ciência. No entanto, a ciência tem a capacidade de se reinventar, se autocriticar e mudar a realidade. David Harvey fala do Direito à Cidade, em seu livro *Rebel Cities* (2012) e em seu livro *The Right to the City* (2008), como uma forma de insurgência ao poder dos cidadãos comuns, indo de encontro a dominância dos padrões hegemônicos que regem as relações sociais nas cidades, fragilizando-as, cristalizando dogmas e retirando a individualidade do sujeito (SCHOR, 2015). No mesmo sentido poderíamos falar no “Direito à Ciência” como uma tomada de consciência, mudando a ciência para mudarmos a nós mesmo, parafraseando livremente Harvey que afirma “the right to the city is the right to change ourselves by changing the city (SCHOR, 2015, p. 145)”. Para Harvey esse é um ato político, de contra-ataque ao capitalismo-modernidade, ou, como viemos discutindo, sistema-mundo moderno-colonial. Portanto, também cabe à nossa proposta de tomada de consciência, pois é uma atitude política, isenta de imparcialidade.

A ciência está imersa no processo de racionalização e desenvolvimento infinito das forças de produção. Se ciência é ideologia, como afirma Habermas (2014) e ideologia é a “ideia do grupo dominante (IASI, 2011)”, a ciência estará sempre a favor do grupo hegemônico? Ou será que esse caráter pode ser subvertido e ressignificado, em um movimento de reexistir dentro da própria ciência, ensejado por um posicionamento crítico e inclusivo do pesquisador/cientista, um Direito à Ciência.

Apesar de inseridos no contexto da ciência como demonstrado, foi possível para nós percebermos essa relação e analisa-la de forma crítica, a

partir do ponto de vista como cientistas e pesquisadores: prova de que há, sim, outras formas de se fazer ciência. Pois, se assim não fosse, a contradição não se mostraria conjuntamente com o ímpeto de mudança.

Latour (2001) afirma a importância de a ciência estar mais próxima das pessoas, depondo o monopólio do conhecimento científico e, assim, garantindo maior confiabilidade ao conhecimento produzido, pois, “quanto mais ligada uma ciência estiver com o resto do coletivo, melhor será, mais precisa, mais verificável, mais sólida (LATOURE, 2001, p. 32)”. Há que ser crítico, e descolonizar todo o aparato científico: motivação da pesquisa, planejamento, questionários, reuniões com os sujeitos, análise de dados e publicação dos resultados finais.

A colonialidade do saber é uma das consequências e causas da imbricação ciência, capital e Estado, e a nosso ver, deve ser superada. O Direito à Ciência, essa possibilidade a que nos referimos, pode ser caracterizada como a crítica frequente ao uso do termo caboclo, sua não utilização. Uma desobediência epistêmica (MIGNOLO, 2007) que enseje o papel crítico do cientista e uma mudança social a partir dessa mudança de postura.

A MAIORIA – TRANSFORMADA EM MINORIA SEM VOZ

A ciência reproduz em suas relações internas o par estudado: centro-periferia, sendo aqui o centro representado pelo cientista e a periferia os humanos e não-humanos (LATOURE, 2001) pesquisados. Essa relação não é excludente, mas, sim, só pode ser compreendida a partir do outro, por isso o hífen, que separa os termos e os une ao mesmo tempo. Essa relação dicotômica é expressa pela dominação do primeiro pelo segundo, onde as relações serão sempre desiguais, sendo que o fluxo de matéria prima bruta do segundo para o primeiro é enorme, e o contrário é representado por um fluxo de manufatura dessa matéria prima.

Nas Ciências Ambientais não seria diferente, por representar a parcela dos cientistas que se engajaram com o compromisso “ambiental”, está intimamente ligada ao discurso de desenvolvimento sustentável, sustentabilidade, economia verde, e seus derivantes. Tal discurso apresenta essa dicotomia centro-periferia, desenvolvimento-subdesenvolvimento, na medida em que não critica as bases da crise ambiental e econômica, e, em suas propostas, surge o mesmo desenvolvimento causador da crise de roupaçem verde (GODOY, 2012). Se a ciência vem ao encontro da ideologia dominante da sociedade moderna, que torna o desenvolvimento tecnológico

essencial para a reprodução social, torna-se paradoxal a própria ciência questionar a necessidade de desenvolver a qualquer custo. Esse paradoxo gera uma ciência ambiental amparada em críticas brandas, em sua maioria, que sugerem uma mudança superficial, e não alcançam o cerne da questão, que estaria baseado em uma mudança estrutural e sistêmica.

Discutimos sobre o papel da ciência em estigmatizar um grupo social estando, portanto, a serviço de uma ideologia dominante e, como ainda hoje ocorre, a perpetuação e capilarização dessa estigmatização na sociedade. Sendo uma instituição científica, apoiada em uma racionalidade, conforme citado acima e após discussão dos capítulos anteriores, as Ciências Ambientais são responsáveis por essa perpetuação do estigma “caboclo”.

É urgente compreender (a exemplo do exercício deste ensaio), como esse processo contribuiu para transformar uma maioria da sociedade, em termos de número populacional, em uma minoria em questão de representatividade política. Essa compreensão pode ensejar a subversão dessa relação incongruente, ou, ao menos, a sua negação e não reprodução. Para além da discussão de modelos de governo, como é caso do Brasil e sua “democracia representativa”, devemos lançar nosso olhar para possibilidades de empoderamento e autonomia representativa desses povos subestimados.

Em se pensando de dentro da ciência para “fora”, há metodologias e epistemes debatidas para este fim como, por exemplo, a proposta de Boaventura de Souza Santos (2007) da ecologia de saberes, ou a proposta de Brandão (SCHIMIDT, 2006) da pesquisa-ação/pesquisa participante, ou, ainda, a autodenominação proposta por Richard Pace (PACE, 2006). Neste esteio há discussões avançadas sobre a integração das minorias da América Latina, apoiadas por intelectuais que percebem nesse movimento uma r-existência ao modelo dominador/ante. Todas as propostas fazem referência a um momento subsequente à tomada de consciência do cientista/pesquisador, da sua importância enquanto produtor de conhecimento, e potencial detentor das sementes de mudança dentro das ciências. Estando, também, em um momento ulterior ou concomitante à ruptura do caráter positivista e hegemônico do conhecimento científico em relação aos outros saberes.

Alinhado a esta forma de (des)construção do conhecimento, podemos extrapolar para a forma como se produz a ciência dentro das universidades, ou como as universidades (de)formam os cientistas. Tal debate é exposto por Boaventura, em obras que se preocupam em como re-ocupar a

universidade democraticamente, para que ela seja o palco de aglomeração e profusão dessas diversas racionalidades.

AUTODENOMINAÇÃO

Conferir voz a outrem pressupõe que ele não possui a capacidade de fazê-lo por si próprio, pois é necessário que haja uma permissão, ou que outro sujeito facilite ou possibilite que essa voz seja proferida ou escutada, conforme afirmamos sobre a prepotência em passagem anterior. Podemos entender que há: a dificuldade desse um falar, a dificuldade do outro escutar, ou ambos. As duas dificuldades estão relacionadas ao que viemos discutindo neste trabalho: a colonialidade do saber e poder.

O cenário ideal seria aquele em que não fosse necessário conferir voz a nenhum sujeito, pois ele tem o direito de falar e ser escutado, no entanto, a história nos mostra o contrário. Podemos partir deste ponto de vista para abrir espaço, no cenário dominado das Ciências Ambientais, pela racionalidade moderna para as outras racionalidades e epistemes.

A identidade é construída a partir da alteridade, somente baseado em comparações que um ser, ou um grupo é capaz de “produzir” a ideia de si mesmo. Embora haja essa importância do outro na formação do “eu” o “eu” não é definido pelo outro, mas a partir do outro. Essa sutil diferença que parece ser apenas semântica, mas não, é ontológica e carrega em si o germe da autodenominação. Eu sou a partir do que o outro não é. O outro é a partir do que eu vejo nele, e se eu vejo é através do meu ponto de vista, que, também, já imbuí o outro de julgamentos e juízos de valores. A autodenominação é você ter a “liberdade” de se descobrir e caracterizar a partir da sua compreensão de mundo e percepção de alteridades. O que vem de encontro ao que ocorreu com o “estigma” caboclo. Desde a sua primeira forma de utilização, o caboclo serviu para o eu designar o outro, e neste ponto de vista deturpado pelo contexto cultural e histórico em que se encontravam, o “outro” não teve a chance de se entender como esse “outro”. A falta de identificação da população a este termo pode ser vista em Pace (2006) e Lima (1999; 1992).

A identificação é um processo que não tem fim, é contínuo, será sempre incompleto, nunca uma totalidade, “uma articulação, uma suturação” (HALL, 2000) que tenta ligar o sujeito à sociedade. E como tal, requer um esforço discursivo para definir fronteiras e diferenças, para assim se definir a partir do que é deixado de fora. Sendo assim, o conceito

de identidade é estratégico, no que se refere a compreensão dos discursos que o delineiam no cotidiano, e por ser fruto de discursos, é pois, mutável e maleável e capaz de na “modernidade tardia” resultar em identidades múltiplas, fragmentadas e fraturadas (HALL, 2000).

PARA (NÃO) CONCLUIR

O “caboclo” é um termo largamente utilizado pelas Ciências Ambientais, e como foi demonstrado por este ensaio, cada autor se propõe a trata-lo de uma forma particular, de acordo com o seu contexto e referências consultadas. Há autores que se esforçam em definir o “caboclo” no menor número de palavras possível: “habitantes de comunidades rurais (SANTOS, 2007)”, ou aqueles que se prestam a uma pesquisa mais elaborada e definem o caboclo como “caboclo are genetically and culturally admixed rural peasant groups that live along the Amazon River and its tributaries in Brazil (SILVA & PADEZ, 2010)” ou mesmo aqueles que se negam a definir uma categoria como esta. Os motivadores para cada grupo de autores é diferente, mas em se tratando de artigos fundamentados nas Ciências Ambientais, todos possuem um denominador em comum: a colonialidade do saber. Cada grupo demonstra o quão imerso estão nessa colonialidade. Quanto mais se atêm ao conceito, mais preso a essa visão distorcida de mundo, quanto mais se questionam a capacidade de um simples termo designar toda a gama de diversidade dos povos da Amazônia mais próximos da descolonialidade estão.

Nos propusemos a entender como esse gradiente de colonialidade do saber se estabelece no fazer ciência. Detectamos que, apesar de ser uma ciência relativamente nova, as Ciências Ambientais estão fundamentadas em ciências que se construíram sob a égide de uma racionalidade que imprimia um pensamento único a serviço de um poder hegemônico, influenciando, assim, a pesquisa atual nesta área do saber. Foi esta episteme racional moderna que moldou não somente uma identidade para os povos amazônidas, mas também o que entendemos como Amazônia. Investigamos essa relação desde os primeiros relatos dos invasores europeus em solos “brasileiros”.

Diante de todas essas situações que foram evidenciadas a partir da pesquisa do presente ensaio, propusemos o Direito à Ciência. Uma analogia com a proposta de David Harvey: o Direito à Cidade, que pode proporcionar o fortalecimento da descolonialidade, da autodenominação, uma rea-

propriação consciente das manifestações populares, ensejando uma ciência inclusiva e diversificada. São possibilidades que fortalecem um projeto de resistência das populações interioranas da Amazônia (Informação Verbal). Fenômeno também descrito por Carlos Walter Porto-Gonçalves, sob uma grafia provocadora “r-existência” (PORTO-GONÇALVES, 2012), pois antevê uma mudança no seu próprio modo de existir no mundo a partir de uma resistência ao grupo hegemônico homogeneizador.

Finalizar um texto crítico e propositivo – que se fez esse ensaio é tarefa ingrata, pois, supõe-se que haja uma conclusão acerca do assunto tratado, mas, no presente caso, apresentamos as considerações finais em forma de proposições, a partir das críticas feitas à guisa do ponto de vista fornecido pela descolonialidade do saber. Conclusões que aparecem em formato de sugestões e propostas, não há como concluir uma ideia em gestação. Ideias são fluídas, se diluem e se alimentam a cada texto, artigo e livro lido. Sendo assim, o final deste texto tem por objetivo deixar a mensagem da busca pela dinâmica na ciência, pois nada é absoluto, tudo neste mundo científico é relativo, pois é relatado e analisado a partir de pontos de vista. A crítica só tem a somar, na medida em que aponta fraquezas e fortalezas das teses apresentadas.

Em resumo do que foi apresentado neste trabalho, pretendemos explicar o contexto da formação de uma identidade imposta durante o período colonial brasileiro, e sua replicação até os dias atuais no cenário das publicações das Ciências Ambientais. A partir da compreensão deste contexto, nos permitimos propor algumas sugestões que possam dirimir os problemas salientados, oriundos de uma ciência erigida na colonialidade do saber. Ciência que se apresenta como parte do problema, mas, também, como possibilidade de solução como a proposta do Direito à Ciência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, C., MURRIETA, R., NEVES, W. (Orgs) Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: Annablume, 2006.

BARTELMEBS, R. C., Resenhando as estruturas das revoluções científicas de Thomas Khun. Revista Ensaio. Belo Horizonte, v.14, n. 03, p.351-358, set-dez, 2012.

BOURDIEU, Pierre. Coisas ditas. Tradução Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim; revisão técnica Paula Montero. - São Paulo: Brasiliense,

1990.

BRONDIZIO, E. S., MORAN, E. F., MAUSEL, P., & YOU WU. Land Use Change in the Amazon Estuary: Patterns of Caboclo Settlement and Landscape Management. *Human Ecology*, Vol. 22, No. 3, 1994.

BRONDÍZIO, E. S., LIMA, A, C, B de., SCHRAMSKI, S., ADAMS, C. Social and health dimensions of climate change in the Amazon. *Annals of Human Biology*, 43:3, 405-414, 2016.

CAPES, Documento de Área. Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior - Diretoria de Avaliação. Avaliação Trienal 2013.

CARMENTA, R., VERMEYLEN, S., PARRY, L. BARLOW, J., Shifting Cultivation and Fire Policy: Insights from the Brazilian Amazon. *Hum Ecol* 41:603–614 .2013.

DEAN, B. *Amazonian Caboclo Society: An essay on invisibility and Peasant Economy*. Stephen Nugent. Providence, RL, and Oxford: Berg,, 1993, xxiii, 277 pp., *American Ethnologist*, 1993.

FORSBERG, M. C. & FEARNSIDE, P. Brazilian Amazonian caboclo agriculture: effect of fallow period on maize yield. *Forest Ecology and Management* 97 283-291. 1997.

FRASER, J. A., Caboclo Horticulture and Amazonian Dark Earths along the Middle Madeira River, Brazil. *Human Ecology*, DOI 10.1007/s10745-010-9338-y. 2010.

HABERMAS, J., *Técnica e Ciência como “ideologia”*. 1ed. São Paulo: Editora UNESP, 2014

IANNI, O. A racialização do mundo. *Tempo social, Ver. Sociol. USP*, S. Paulo 8(1): 1-23, maio de 1996.

IASI, M., L. *Ensaio sobre a consciência e emancipação*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LARIVIÈRE, V., HAUSTEIN, S., MONGEON, P. The Oligopoly of Academic Publishers in the Digital Era. *PLoS ONE*10(6):e0127502. doi:10.1371/ journal.pone.0127502. 2015.

LATOUR, B. *A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estu-*

dos científicos. Bauru, SP. EDUSC. 2001.

_____. Entrevista concedida ao site Correio Brasiliense, disponível em <http://www.correiodopovo.com.br/blogs/dialogos/2017/03/1005/bruno-latour-o-objetivo-da-ciencia-nao-e-produzir-verdade-indiscutiveis-mas-discutiveisblb/> acesso em 26/04/2017.

LIMA, D. M. The social category caboclo: history, social organization, identity and outsider's social classification of the rural population of an amazonian region (the middle Solimões). A dissertation submitted to the University of Cambridge in partial fulfilment of the conditions of application for the Degree of Doctor of Philosophy, june of 1992.

LIMA, D. M. A construção histórica do termo caboclo - sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. Novos Cadernos NAEA vol. 2, nº 2 - dezembro 1999.

LOWY, M., O que é o ecossocialismo? 2 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GODOY, T, R.R., Agroecologia e Economia Verde: Fronteiras definidas ou espaços de mútua cooperação entre os territórios da diversidade e da monocultura. Monografia - Universidade Federal de Viçosa. 2012.

MACHADO, F. M., Resenha: Costa, Rogério h. da (Rogério Haesbaert da). Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: bertrand brasil, 2010. 208p. Revista de Geografia (UFPE) V. 30, No. 1, 2013.

MIGNOLO, W. D., Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade, no 34, p. 287-324, 2007.

MORIN, E. Ciência com consciência. Edição revista e modificada pelo autor – 8º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 350p., 2005.

NARDOTO, G., et al. Frozen Chicken for Wild Fish: Nutritional Transition in the Brazilian Amazon Region Determined by Carbon and Nitrogen Stable Isotope Ratios in Fingernails. American Journal Of Human Biology 23:642–650 - 2011.

PACE, R. Abuso científico do termo ‘caboclo’? Dúvidas de representação e autoridade. Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi. Ciências Humanas, Belém,

v.1, n3. P79-92, set-dez. 2006.

PORTO-GONÇALVES, C. W., Quental, P. de A., Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. *Polis* [En línea], 31|2012, Diciembre, 2012.

_____. A globalização da natureza e a natureza da globalização. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012b.

PINTO, R. F. Viagem das Idéias. 2ª Edição. Manaus: Editora Valer, 2008.

QUIJANO, Aníbal. Raza, etnia y nación en Mariátegui. Cuestiones abiertas. En: Forgues, Roland (ed.) José Carlos Mariátegui y Europa. El outro aspecto del descubrimiento (Lima: Amauta) 1993.

RELXGroup, Annual reports and financial statements, 2015.

RIBEIRO, A. B., A rede urbana Pan-Amazônica e a Copa do Mundo de 2014: os impactos nas cidades de Tabatinga (BR) e Leticia (COL).

RIZEK, M. B., & MORSELLO, C., Impacts of Trade in Non-timber Forest Products on Cooperation among Caboclo Households of the Brazilian Amazon. *Human Ecology*. DOI 10.1007/s10745-012-9506-3. 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo, 2007.

SCHOR, T. Ciência e Tecnologia: uma interpretação da pesquisa na Amazônia – o caso do experimento e grande escala da biosfera-atmosfera na Amazônia (LBA). São Paulo, 2005.

_____. The insurgent architects' right to the city in the Brazilian Amazon. *R. Ra'e Ga*. Curitiba, v.33, p.142-170, Abr/2015.

SCHWARCZ, L., M. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, H., & PADEZ, C., Body size and obesity patterns in Caboclo populations from Pará, Amazonia, Brazil. *Annals of Human Biology*, March–April; 37(2): 217–229. 2010

TODOROV, T., A conquista da América: a questão do outro. 4 ed. São Paulo. =: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

WITKOSKI, A. C. Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2010.

HIDROCLIMATOLOGIA, A NORMALIDADE E OS EVENTOS EXTREMOS NO ALTO SOLIMÕES: o caso de Belém do Solimões e Campo Alegre

Heitor Paulo Pinheiro

INTRODUÇÃO

O objetivo deste capítulo é apresentar uma discussão sobre a sazonalidade e normalidade do ciclo hidrológico do rio Solimões na microrregião Alto Solimões, mais especificamente em uma subdivisão territorial que definimos como Alto-Alto Solimões, devido à complexidade e as grandes proporções espaciais desta região. Também suas relações com eventos hidroclimatológicos numa escala global, causas e impactos das atipicidades hidroclimatológica no cotidiano humano, principalmente nas vilas de Belém do Solimões e Campo Alegre. Neste contexto, serão adicionadas informações espaciais com relação a climatologia, geomorfologia e paisagem, além de suas distinções nas vilas, visando entender a cadeia de eventos que levam a vulnerabilidade e/ou segurança hidrológica no Alto Solimões.

GEOMORFOLOGIA, AMBIENTE E AS DIFERENTES PAISAGENS DAS VILAS DE BELÉM DO SOLIMÕES E CAMPO ALEGRE

A complexidade Amazônica não se limita em aspectos sociais e culturais, sua geomorfologia, geologia e clima trazem variáveis importantes para se entender o contexto da vulnerabilidade hidroclimatológica na região. Neste ponto, entende-se vulnerabilidade de acordo com a NOBRE.

É o grau de susceptibilidade ou incapacidade de um sistema para lidar com os efeitos adversos da mudança do clima, inclusive a variabilidade climática e os eventos extremos de clima e tempo. A vulnerabilidade é uma função do caráter,

magnitude e ritmo da mudança climática e da variação que um sistema está exposto, sua sensibilidade e sua capacidade de adaptação (NOBRE, 2008 p.09).

Portanto é necessário neste contexto, compreender a importância dos aspectos geográficos, sua susceptibilidade a eventos extremos na grande planície amazônica, além do contexto da localização de cidades, vilas e comunidades as margens dos grandes rios. A região norte do Brasil possui dois aspectos fundamentais quanto a sua geologia, as bacias sedimentares e os escudos cristalinos. Neste artigo daremos ênfase nas estruturas sedimentares e nas dinâmicas hidroclimatológicas existentes nesta região, a planície amazônica.

Esta planície como indica Sternberg (1998, p.01), *contém duas ordens de paisagens inteiramente diferentes: as várzeas e as terras firmes*. As várzeas são estruturas pedológicas em formação, localizadas as margens dos rios, são possivelmente alagadas anualmente de acordo com a proporção da cheia. As terras firmes são terras altas protegidas das subidas do nível das águas, o que ao contrário das várzeas, não possibilita a sedimentação natural de nutrientes trazidos pelo rio. Além dessas duas classificações, várzea e terra firme, é necessário adicionar informações geográficas que possibilitem a identificação destas feições no contexto da pesquisa.

No caso das vilas em questão podemos caracterizar, Belém do Solimões como terra firme e Campo Alegre como várzea. E para entender a questão vulnerabilidade e segurança hidroclimatológica foi necessário a construção de um banco de dados com síntese de informações espaciais. Com isso foi possível observar remotamente a disposição do relevo na região as margens do rio Solimões, mapas serviram como bases agregadas a localização das vilas. Isso resultou no entendimento geográfico específico da região, foi utilizado o software livre QGis, junto com informações do IBGE, exército e levantamentos por sensoriamento remoto, criando assim um *mapa síntese* da região.

As diferenças entre estas vilas podem ser observadas por meio de um dos primeiros resultados desta pesquisa. Foram utilizados dados espaciais SRTM (Shuttle Radar Topography Mission) de 30 metros, juntos a um recorte de 10 km da região de entorno das vilas. Junto a isso podem ser identificadas diferenças importantes para uma tipologia de vilas, as dinâmicas de acesso, distintas quanto a periodicidade e geomorfologia.

A geomorfologia e paisagem, como observados na Figura 1, revelam

um retrato destas diferenças, onde, visualmente é possível distingui-las de acordo com sua localização e relevo.

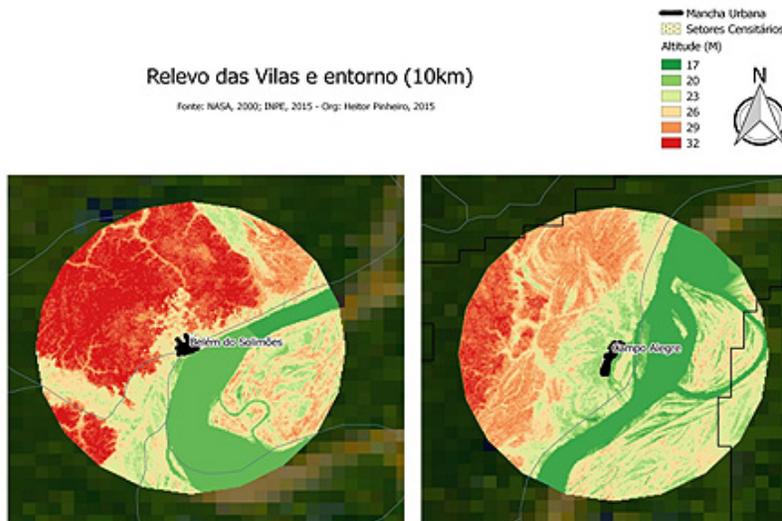


Figura 1: Relevo no entorno das vilas. Fonte: NASA, 2010 - Elab. do auto

Neste contexto, Campo Alegre e as vilas próximas de Santa Rita do Weil e Vila Independente, estão localizadas em grandes várzeas, inundável periodicamente devido sua baixa elevação topográfica. Estas várzeas podem ser descritas como [...] *fímbrias de terras alagadiças nas imediações dos rios, que suscitam o conceito de “terra imatura”* [...] (STERNBERG, 1998, p.01). Já Belém do Solimões em terra firme, [...] *terrenos a cavaleiro das maiores enchentes, que predominam na Amazônia. Elevam-se, em alguns lugares, poucos metros acima da água; noutros pontos (como, por exemplo, a retaguarda de Santarém), chegam a constituir planaltos de altitude moderada.* (STERNBERG, 1998, p.01). Por esta definição não se pode considerar toda planície como homogênea, deve haver uma diferenciação simples quanto altimetrias com pouca diferença porém significativamente distintas.

Na escala intraurbana, Campo Alegre apresenta relevo bastante plano com suas casas distantes da calha principal do rio Solimões e com ruas paralelas ao Igarapé da Rita. Sua baixa altitude e poucas áreas altas provocam inundações em grande parte de suas 380 casas, tornando esta vila susceptível a subida do nível das águas nas cheias. Na seca as dificuldades se invertem e as canoas dos moradores ficam isoladas do curso principal,

estas servindo apenas como passagem para a outra margem do igarapé onde se localiza a área de área de plantio. Pode-se afirmar que devido sua posição geográfica esta é a vila que mais sofre com vulnerabilidades ambientais neste estudo.



Figura 2: Imagem aérea de Campo Alegre, agosto de 2015.

A vila de Belém do Solimões apresenta um relevo mais irregular com vales de pequenos igarapés e platôs em suas margens que limitam a vila tanto a leste como a oeste, a sul é limitada pela calha do Rio Solimões e por grandes taludes que caracterizam as terras firmes desta região. Apresenta grande concentração humana as margens do rio com a maioria das habitações em região não alagável, onde, grande parte de sua população está a oeste da escadaria principal. É uma vila menos vulnerável quanto a inundações e possui uma localização geográfica ímpar na região. Pode-se observar melhor sua malha urbana da figura 03.

As duas vilas estudadas se diferenciam por suas formas de ocupação, população e dinâmicas distintas, representando pequena parte da diversidade urbana e da paisagem de cidades e vilas da Amazônia. Ambas vilas estão localizadas segundo ROSS (2000), “*na bacia sedimentar Fanerozoica Amazônica, mais precisamente na planície do rio Amazonas, contida na depressão da Amazônia ocidental*”:



Figura 3: Imagem aérea de Belém do Solimões porção Oeste, agosto de 2015.

A planície do rio Amazonas é constituída por uma unidade bem menor do que se pensava a anos atrás. Essa planície apresenta cordões mais elevados, margeando o leito do rio e formando diques fluviais recobertos por florestas aluviais. Encontram-se pouco mais afastados extensos trechos baixos e planos, onde se observa maior permanência de água de inundações com vegetações gramíneas (ROSS, 2000 p.54).

Ainda segundo ROSS (2000);

A depressão da Amazônia ocidental é constituída por vasta área no oeste da Amazônia e exibe terrenos mais baixos entornos dos 200 m de altitude, sendo francamente dissecados em formas de topos planos ou levemente convexados esculpidos nos sedimentos terciários quaternários de formação do Solimões (ROSS, 2000 p.60).

No contexto destas vilas, sua localização geográfica e relevo influenciam diretamente no cotidiano e nas atividades ligadas ao regime hidroclimatológico mensal, criando assim a necessidade da caracterização das paisagens destas vilas e de seu entorno, fomentando o entendimento da realidade do lugar, sua geografia e o porquê dos impactos referentes as atipicidades hidroclimatológica. Para definir paisagem e alguns fatores que podem caracterizá-la, foi utilizada a definição de SHINZATO *et al.*

As paisagens que são reconhecidas pelo observador em qualquer porção do Espaço Geográfico, congregam um conjunto de elementos do meio geobiofísico (rochas, minerais, relevo, solos, biota) em dinâmica transformação por processos geológicos, hidrológicos e atmosféricos (SHINZATO et al., 2015 p. 04).

Não só os aspectos da paisagem interferem na vida do homem gerando seguranças ou vulnerabilidades, a importância dos fatores hidroclimatológicos é primordial neste contexto, podendo ser definida de acordo com Nascimento (2010), *“o clima pode ser considerado como fator preponderante para a organização da vida do ser humano, assim como para o padrão de estruturas do ambiente”*. Esta definição é diretamente ligada as dinâmicas dos rios e a pluviosidade local, e por seguinte o bem-estar das populações neste ambiente.

BELÉM DO SOLIMÕES UMA BREVE DESCRIÇÃO.

De forma espacial, partindo de Tabatinga “baixando” o rio Solimões, a primeira vila estudada de montante para jusante é Belém do Solimões, localizada a duas horas e meia de motor 60hp da cidade de Tabatinga. A vila, em termos de Sistemas Territoriais Urbanos Ribeirinhos (BARTOLI, 2016), é um centro bastante importante em sua região. Como um embrião de cidade, abastece grande parte das comunidades ao seu redor, sendo visitado mensalmente por embarcações de grande porte, levando mercadorias e insumos para a sobrevivência de seus moradores e do entorno. Apresentam número significativo de comércios, infraestrutura e serviços.

Belém do Solimões – (Município de Tabatinga), vila de terra firme está localizada na calha principal do rio Solimões na margem esquerda próxima a um furo ou como seu sinônimo na região “cano” (curso d’água que possui grande correnteza, considerado um atalho e que existe em grande parte da planície amazônica). Em épocas de cheia, este furo é responsável pela diminuição do tempo de viagem para Tabatinga em cerca de uma hora. A mancha urbana da vila possui por seus grandes taludes (barrancos), impactos diretos da velocidade do rio e terras caídas, estando aquém do nível das águas altas (terra firme) e bem próximo a hidrovia nas águas baixas (área de sedimentação, sem praia definida). Sua geomorfologia pode ser caracterizada segundo definição de Moreira (1977) como:

Terrenos não inundáveis pelas cheias do rio e formados pelos sedimentos de idade Terciária que recobrem a maior extensão da grande planície amazônica [...] Recobrindo vasta área e apresentando topografias extremamente monótonas, as terras firmes são, no entanto, modeladas em sedimentos que trazem as diversidades de condições paleogeográficas reinantes a partir do Terciário na Amazônia (MOREIRA, 1977 p.18).

O exemplo desta paisagem pode ser observado na Figura 4, registro do momento de águas baixas em outubro de 2015. Visível a parte mais alta do talude coberta de vegetação arbustiva que não alaga mesmo em cheias atípicas. A parte mais baixa, próxima a água é composta de argila e areia depositadas em momentos pretéritos da formação do rio Solimões. O meio termo entre terras firmes e várzeas são os terraços ou tesos, estes localizam-se poucos metros abaixo do nível mais alto das terras firmes, estando próximos do nível excepcional do pico da cheia e muitas vezes sendo lavado pelas águas altas.

Por seu sítio geográfico, Belém do Solimões possui um porto bem definido tanto na seca quanto na cheia, com sua mancha urbana está localizada na porção mais alta do relevo, as canoas e embarcações ficam ancoradas durante todo o ano as margens do rio Solimões. Isso as deixa a mercê de grandes tempestades, também criando a necessidade de sempre retirar a motorização das embarcações ao término do uso, onde os motores “rabeta” são retirados e levados por uma escada íngreme até as residências de seus respectivos proprietários.



Figura 4: Taludes em Belém do Solimões, agosto de 2015.

Para a caracterização desta vila torna-se necessário também uma descrição biogeográfica do lugar. Com relação a vegetação, a região de entorno de Belém do Solimões se enquadra como Floresta Perenifólia Hidrófila Hileiana Amazônica (Hileia).

A mata de terra firme, quando intacta, é sempre mais compacta, de um verde-escuro geralmente mais uniforme e os seus elementos, extremamente mais variados, são confundidos em um conjunto orgânico bem harmonizado (HUBER, 1909 apud. KUHLMANN, 1977).

Também em Kuhlmann;

Na terra firme o solo de mata é em maior parte arenoso ou de argila plástica, ambos ácidos e pobres, surgindo, entretanto, áreas em que ocorre solo humo-siltoso profundo e fértil (terra preta) bem como o "barro vermelho" - um solo pardo-avermelhado, também fértil (KUHLMANN 1977 p. 64).



Figura 5: Tipos de solos expostos no entorno de Belém do Solimões, agosto de 2015.

Com relação a geomorfologia, no entorno da mancha urbana de Belém do Solimões existem várzeas baixas, sendo nítida a divisão dos tipos de solos de idades diferentes. Distinta da grande concentração de habitações nas porções mais altas da vila, nestas regiões de várzea são encontradas habitações dispersas pela margem do rio Solimões. Estando mais próximas ao curso principal, em porções menos elevadas do terreno, repre-

sentam regiões de vulnerabilidade hidrológica próximo a vila em questão. Com a variação do nível das águas podendo chegar a 14 metros em algumas regiões, muitas residências localizadas na várzea são inundadas ano após ano, necessitando muitas vezes da construção de assoalhos improvisados de madeira, também o próprio abandono das habitações em eventos extremos, onde são retiradas portas e parte de suas paredes para evitar a destruição pelo impacto dos banzeiros criados por embarcações grandes. Muitas destas famílias também possuem residências em áreas mais altas, fazendo este movimento pendular de migração de acordo com a época do ano. Exemplo de uma área de várzea ocupada no entorno de Belém do Solimões pode ser observada na Figura 6.



Figura 6: Região de Várzea próximo a Belém do Solimões, agosto de 2015.

Não sendo impactada diretamente pelo regime de enchentes, a mancha urbana da vila de Belém do Solimões sofre em épocas de estiagem pela falta de água potável e para as atividades cotidianas em regiões distantes da calha principal do rio Solimões. A diminuição das chuvas faz parte da variabilidade climática característica dos meses de agosto, setembro e outubro, sendo agravada pelo distanciamento dos cursos d'água e pela diminuição do nível do lençol freático. Em Belém do Solimões é comum a utilização da água de igarapés e olhos d'água no entorno da mancha urbana. Esta água não é própria para o consumo humano, mas em momentos de estiagem é a única fonte para atividades que demandam grandes quantidades deste mineral (lavar roupas, lavar louças).

A variabilidade climática que causa a falta de água é algo normal e pode ser caracterizada por TUCCI & BRAGA (2003 p. 01) como: “*processo de variação do clima condicionado por fatores naturais existentes no globo terrestre e suas interações*”. Porém, impactados por alterações na normalidade sazonal. Tornando-se frequentes nas últimas décadas, assim como a existência de eventos de alteração da Temperatura da Superfície do Mar (El Niño e La Niña), impactam diretamente no regime das chuvas e, por conseguinte no dos rios, como em 2015.

“Os efeitos do El Niño na região norte podem se resumir assim: estiagens com elevadas temperaturas e ressecamento do ar, que são favoráveis a secas e risco de fogo, assim como baixos níveis dos rios. As anomalias climáticas associadas ao fenômeno El Niño podem ser desastrosas e provocar sérios prejuízos socioeconômicos e ambientais (MARENGO, 2003 p.130).

A vila de Belém do Solimões concentra cerca de 5000 habitantes no ano de 2015 (SESAI, 2015), possuindo infraestrutura destacada em sua região. Seu núcleo de comércio é evidente com a movimentação de pessoas nas ruas em busca de mercadorias e água, assim como nas atividades normais ligadas a educação, saúde e etc. com poucos automóveis, grande parte da movimentação de pessoas pela mancha urbana é feita ou a pé ou de bicicleta. Com relação a infraestrutura urbana, esta vila apresenta tanto escola estadual quanto municipal, quadras poliesportivas, polo da SESAI, sistema de tratamento e abastecimento de água em fase de implementação, arruamento bem definido, Igreja Católica, Templo evangélico, diversas rádios comunitárias, comércios, termoeletrica entre outras estruturas. Para sua conectividade com a rede urbana, Belém do Solimões possui um porto/balsa de ferro tendo sua funcionalidade durante todo ano hidrológico, possibilitando transporte de pessoas e mercadorias com baixos impactos do nível mínimo do rio Solimões. É possível observar a forma urbana desta vila, seu arruamento e concentração de habitações na Figura 07.

A mancha urbana de Belém do Solimões é composta por ruas paralelas e perpendiculares o rio Solimões em formato de tabuleiro de xadrez, apresentando cerca de 1500 m de mancha urbana de norte a sul e 1200 m de leste para oeste. No capítulo terceiro será apresentada uma representação das regiões de vulnerabilidade desta mancha urbana. A maior concentração de habitações desta vila está nas duas ruas mais próximas a calha do rio, diminuindo sua densidade ao norte e aos extremos leste e oeste da mancha urbana.

Estas poucas informações apresentadas refletem a falta de dados espaciais desagregados sobre as vilas e pequenas porções do espaço na Amazônia. É fato que a dificuldade de obtenção de dados coesos, para representar a realidade local, é um dos pontos negativos para uma espacialização informacional fidedigna da realidade.



Figura 7: Infraestrutura urbana e arruamento de Belém do Solimões; agosto de 2015.

CAMPO ALEGRE UMA VILA VULNERÁVEL

Campo Alegre - (São Paulo de Olivença), vila de várzea, encontra-se dentro de um braço de rio perene, possuindo acesso em tempos de seca por outros dois aglomerados humanos, Santa Rita do Weil e Santa Inês, também há outra vila conurbada a ela chamada vila Independência. Possui muitas vulnerabilidades relacionadas ao regime hidroclimatológico, com relação ao acesso à água em épocas de seca, inundações em cheias extremas e isolamento na vazante. Suas condições de solo e características topográficas podem ser definidas por Moreira:

Resultando do trabalho da sedimentação Holocênica, as várzeas são formadas por materiais de textura pesada, argila e siltes depositados por colmatagem nos lagos e terrenos periodicamente inundados. Pode apresentar, entretanto, características mais arenosas nos diques marginais, pestanas ou *point bars*, constituídos e reconstruídos a cada cheia. (MOREIRA, 1977 p. 15);

Também em Moreira (1977)

Topograficamente a planície aluvial reflete aspectos de sua evolução: a várzea baixa, planície inundada durante parte do ano e de aluvionamento recente, com vegetação ora campestre ora florestal; os diques marginais que, distribuídos pela planície de inundação e construídos paralelos ao curso d'água em função dos transbordamentos, marcam as posições do leito, e cuja maior altura junto ao rio indica a diminuição de competência por ocasião do transbordamento; a várzea alta que aparece como estágio mais antigo, é também colonizada por formações vegetais de porte arbóreo. [...] Nos terrenos Holocênicos correspondentes as várzeas baixas e altas desenvolvem-se solos glei húmico e glei pouco húmico, turfas e lateritas hidro mórficas (MOREIRA, 1977 p. 15).

Dada a definição de várzea, a vila de Campo Alegre enquadra-se como uma vila de várzea e pode ser observada paisagisticamente por seu porto na Figura 08.



Figura 8: Campo Alegre na Seca, agosto de 2015.

Com relação a vegetação Campo Alegre enquadra-se em Floresta Perenifólia Paludosa Ribeirinha, sendo periodicamente inundada. Suas características podem ser descritas por Kuhlmann.

Este tipo de vegetação difere da Floresta Perenifólia Hidrófila Amazônica ou da terra firme, por apresentar um número menor de espécies e pela menor altura de suas árvores nos extratos mais elevados. Não havendo excessiva diminuição de

água no solo em qualquer parte do ano ela se mantém verde. Entre março e junho o solo é enriquecido pelos sedimentos depositados pelas águas durante as cheias nas partes mais baixas da margem. Embora seus solos sejam mais ricos do que os da floresta de terra firme, em virtude desta sedimentação, o excesso d'água em determinados períodos parece ser um elemento desfavorável (KUHLMANN, 1977 p. 71).

Há uma notável diferença paisagística em Campo Alegre entre os meses de Abril e Outubro. Com a chegada do pico da cheia (entre abril e maio) há uma grande movimentação para a colheita dos últimos roçados, mais altos, para produção de farinha. Também, as ruas e quintais são invadidos pelas águas frias do Igarapé da Rita, águas também advindas do rio solimões, neste momento torna-se claro a importância da construção das habitações como palafitas. As águas lavam o solo, os animais domésticos são pendurados em telhados, pequenas marombas ou ficam dentro de casa. É um momento de fácil transporte, onde a canoa chega às portas das casas, porém é outras atividades que necessitam do solo enxuto tornam-se difíceis. Na Figura 09 é possível identificar o momento em que o nível das águas passa a beira e invade as ruas.



Figura 9: Campo Alegre na cheia, junho de 2015.

Campo Alegre é um caso distinto de Belém do Solimões, não apresentando formato de tabuleiro de xadrez sua forma urbana é espraiada, com ruas paralelas e perpendiculares ao Igarapé da Rita. Possuindo cerca de 2500 habitantes no ano de 2015, esta vila encontra-se longe da calha principal

do rio Solimões, porém com toda mancha urbana próxima ao curso d'água, igualmente sua vila irmã denominada vila independente.

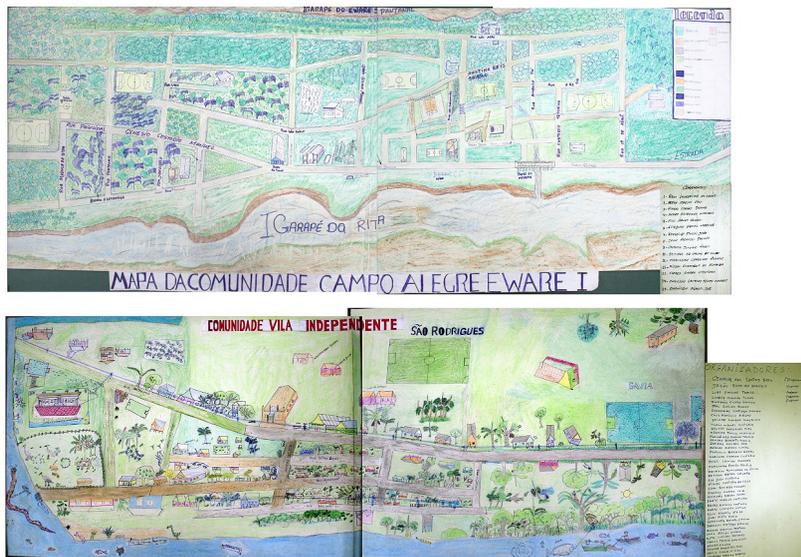


Figura 10: Cartograma das vilas de Campo Alegre e Vila Independente

Apesar de Campo Alegre encontrar-se as margens de um curso perene de água, nas águas baixas a conexão com a hidrovia é interrompida por cerca de 3 meses. Com este impacto da variabilidade hidroclimatológica em seu cotidiano, o único modal de transporte para a hidrovia navegável, é uma estreita estrada de concreto com cerca de 3,5 km, ligando Santa Rita do Weil (Paraná-ponta). Este distanciamento do curso navegável do rio é a causa do isolamento desta mancha urbana em momentos de águas baixas. Na Figura 10, pode-se observar parte da mancha urbana desta vila e a localização dos entrepostos.

Grande parte das habitações de Campo Alegre são adaptadas para a subida do nível das águas em épocas de cheias. No caso de momentos atípicos, essas adaptações não são funcionais necessitando a criação de “marombas” (estruturas de madeira para subir o nível do piso das residências) visando levantar o nível do assoalho das habitações. A parte mais vulnerável das grandes cheias em Campo Alegre é a parte sul da vila, caracterizada por habitações que no pico das águas altas ficam com mais 0,5 m de água em seu interior. Mesmo nas partes mais altas, o nível excepcional das águas impacta diretamente as habitações.



Figura 11: Imagem aérea das margens do Igarapé da Rita e Campo Alegre, , agosto de 2015.

As inundações mesmo que normais, impactam diretamente na qualidade de vida da população, com a enchente o nível das águas invade fossas negras retirando do seu interior material biológico que causa doenças. Também neste período há maior número de acidentes com animais peçonhentos, risco de afogamentos e choques elétricos. Ressalta-se que mesmo com o nível alto das águas dos rios as redes elétricas continuam em funcionamento assim como as estruturas internas das habitações. É um momento de facilidade quanto a transporte, porém, trás outras dificuldades para o cotidiano das populações ribeirinhas, botando a prova sua resiliência.



Figura 12: Porção mais alta de Campo Alegre em Junho de 2015

FATORES CLIMÁTICOS E AS VULNERABILIDADES HIDROCLIMATOLÓGICAS

A cargo de fatores climatológicos globais, comprovadamente existem impactos do El Niño na hidrologia e climatologia da Amazônia. Segundo Marengo (2003 p. 129), “o fenômeno *El Niño – Oscilação Sul (ENOS)* sobre o Pacífico Equatorial modula conjuntamente com o Oceano Atlântico tropical uma grande parte da variância interanual do clima sobre a Amazônia.” Tendo conhecimento destes impactos, surgiu a necessidade de estudos sobre os padrões hidroclimatológicos globais, ligando-os as atipicidades locais nas vilas de Belém do Solimões e Campo Alegre. Isso só se torna possível com o registro dos acontecimentos locais durante o ano *in loco*, comparando-os as influências espaçotemporais climatológicas registradas, observando ligações entre elas e vida humana nas vilas. Isso para entender o que são e como se formam as normalidades e *recordes* (ou extremos) hidroclimatológicos na Amazônia.

A região estudada, o Alto Solimões, mas especificamente o Alto-Alto Solimões, as vilas de Belém do Solimões e Campo Alegre, estão localizadas na porção oeste latitudinal do Estado do Amazonas, possuindo índice pluviométrico elevado, sendo enquadrada pela definição de Marengo (2003, p. 83) como: “a porção brasileira dos quatro núcleos de precipitação abundantes da Amazônia”, com cerca de 3000 mm/ano de precipitação.

O primeiro máximo de precipitação anual está localizado no noroeste da Amazônia, com chuvas acima de 3.000mm/ano. Este centro é associado à condensação do ar úmido trazido pelos ventos de leste da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), que sofrem levantamentos orográfico sobre os andes (NOBRE, 1983, NOBRE et al. 1991).

Com relação aos momentos mais secos, também em Marengo, são considerados alguns trimestres:

Os trimestres mais secos na região norte mudam progressivamente de setembro/outubro/novembro no extremo norte, para agosto/setembro/outubro numa longa faixa latitudinal desde o oeste a Região Nordeste, para julho/agosto/setembro no vale da Bacia Amazônica, sobretudo a oeste e junho/julho/agosto na parte sul (MARENGO, 2003 p. 122).

Alterações na normalidade da chuva são responsáveis por parte considerável da vulnerabilidade hidroclimatológica da região. Numa porção territorial onde há abundância desta fonte de água, a diminuição das quantidades pluviométricas, ligadas a eventos como o El Niño, são capazes de alterar significativamente a qualidade de vida e as atividades cotidianas que necessitam de água. Mesmo com um acumulado anual de aproximadamente 3000 mm/ano, a pouca infraestrutura de captação e armazenamento de água da chuva em habitações, escolas e unidades de saúde, agrava a situação em momentos naturais de diminuição das chuvas. É de senso comum, a bacia amazônica ser a maior do mundo em relação a volume de água, porém e inacreditável em pleno século XXI, as populações residentes nesta região sofrerem com desabastecimento.

Além dos aspectos climatológicos, outro aspecto importante no contexto desta análise é a classificação dos regimes hidrológicos ao longo da bacia Amazônia. Este regime varia de rio para rio e no caso do rio Solimões é diretamente impactado por outros regimes de regiões diferentes. Esta definição foi publicada em 1964 por Jean Rodier.

i) O regime tropical austral, com um só pico de cheia, normalmente acontecendo no primeiro semestre do ano-calendário. Esse regime é representado pelos rios originários do hemisfério sul, como o Purus, o Madeira e seus afluentes, o Xingu e o Tapajós. ii) O regime tropical boreal (rio Branco em particular) com um pico de cheia bem marcado no segundo semestre do ano civil. iii) O regime equatorial representado pelo rio Negro e também pelos rios Iça e Japurá, nos quais o pico de cheia é mais acentuado no meio do ano, sendo que por vezes observa-se até dois picos de máxima no ano. iv) O regime equatorial alterado representado pelo Solimões e pelo Amazonas, que sofre influência dos três regimes já citados anteriormente (RODIER, 1964 apud. FILIZOLA, 2002 p. 12).

Nos últimos anos, os eventos extremos na Amazônia vem acontecendo de forma mais recorrente e com maiores impactos. Causados ou não por mudanças climáticas globais, estes eventos são capazes de mudar comunidades de sítio geográfico, prejudicar a produção de alimentos, dificultar o acesso à água, causar problemas ambientais diminuindo a caça e a pesca. Estes problemas não são específicos apenas de uma parte da Amazônia, das grandes cidades as pequenas comunidades possuem áreas vulneráveis a eventos extremos. Porém a capacidade de resposta das cidades é infinitamente mais rápida que as comunidades pequenas, em contra

reposta as comunidades são mais adaptáveis e possuem uma resiliência a este tipo de evento.

Para amenizar esta situação cada dia mais é necessário investir em tecnologias para o monitoramento ambiental, pesquisas que fortaleçam a previsão de eventos extremos e na qualidade de vida da população ribeirinha. Entender as mudanças climáticas e seus efeitos nas populações mais vulneráveis deve se tornar um programa de Estado, buscando mitigar os impactos causados por cheias extremas, secas extremas, grandes tempestades, desmoronamentos de terra entre outros. Atualmente é possível criar meios para diminuir o impacto destes eventos extremos no cotidiano das populações, o que se necessita é maiores investimentos do Estado e novas pesquisas que busquem entender melhor suas causas e consequências.

CONCLUSÃO

Por fim, para o melhor entendimento da realidade amazônica é necessário estudos aprofundados e escalares. Entender como os eventos extremos na Amazônia impactam diretamente a qualidade de vida das populações está diretamente ligado aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS. Com este estudo é possível afirmar que há uma relação direta do sítio geográfico das cidades, vilas e comunidades a sua vulnerabilidade ambiental. Também que é possível mitigar os impactos causados pelos eventos extremos, buscando alternativas viáveis de planejamento urbano e políticas públicas. Eventos como El Niño e La Niña no cotidiano das populações ribeirinhas, são imperceptíveis quanto aos seus impactos numa microescala, porém são bem visíveis quando se busca entender sua relação com o ambiente. As ligações sistêmicas globais, com as mudanças climáticas existentes, causam alterações na normalidade da sazonalidade local em diversos pontos da Amazônia, isso é fato. Nesse sentido, muitos trabalhos de acompanhamento hidroclimatológico devem ser realizados, utilizando do sensoriamento remoto, modelagem e registro empírico da situação das populações atingidas, para assim entender contextos. Sendo assim, este capítulo serve para ilustrar uma situação única de evento extremo registrado entre os anos de 2014 e 2015, e como as alterações na normalidade, causadas por eles, impactam diretamente a vida e o cotidiano das pessoas em situações de vulnerabilidade a eventos extremos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTOLI, Estevan. Cidades na Amazônia e o milieu urbano: reflexões a partir de sistemas locais territoriais em Parintins. PARINTINS, p. 16, 2016.

CENSO, I. B. G. E. Disponível em:< <http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em, v. 23, 2010.

DANTAS, M. E., ARMESTO, R. C. G., da Silva, C. R., & Shinzato, E. (2015). Geodiversidade e análise da paisagem: uma abordagem teórico-metodológica. *Terræ Didática*, 11(1), 4-13.

FILIZOLA, Naziano, GUYOT, Jean Loup., MOLINIER, Michael, GUIMARÃES, Valdemar., OLIVEIRA de, Eurides., FREITAS de, Marcos. Caracterização hidrológica da Bacia Amazônica – in: Rivas, A & FREITAS de C. Amazônia uma perspectiva interdisciplinar. 2002. Ed. EDUA, pp.33-53, Manaus

FILIZOLA, Naziano., CANDIDO, Luiz., MANZ, Antônio., ESPIZONA, Jhan Carlo., RONCHAIL, Josyane., GUYOUT, Jean Loup. Variabilidade hidrológica na Amazônia. Uma Perspectiva para a elaboração do balanço hídrico regional. 2012

KUHLMANN, E. “In Geografia do Brasil.” *Região Norte. Vegetação. Fund. Inst. Bras. Geogr. Estat.(IBGE) 1 (1977): 69.*

MARENGO, José Antônio – Condições climáticas e os recursos hídricos no norte brasileiro. In *Clima e Recursos Hídricos no Brasil, Coleção ABRH de Recursos Hídricos*, v.9 – Porto Alegre, 2003

MOREIRA, A. A. N. “Relevo. Geografia do Brasil. Região Norte.” Rio de Janeiro: IBGE (1977).

NARDI, A. C. F. Ministério da Saúde. 2015.

NASCIMENTO, Telma dos Santos – Caracterização das condições atmosféricas no período de 1991-2007 em cidades que compõem a calha do rio Solimões-Amazonas. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2009

NOBRE, Antônio Donato. O futuro Climático da Amazônia – Relatório de Avaliação Científica – ARA, 2014.

NOBRE, Carlos A, SAMPAIO, Gilvan, SALAZAR, Luis. Mudanças climáticas e Amazônia – Revista Mudanças Climáticas/Artigos, 2010

NOBRE, Carlos. Mudanças climáticas e o Brasil – Contextualização. In Parcerias Estratégicas n. 27. Brasília, 2008

STERNBERG, Hilgard O'Reilly. O homem e a Várzea do Careiro – 2a Edição – Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1998

TUCCI, Carlos E. M., BRAGA, Benedito. Clima e recursos hídricos no Brasil. In Coleção ABRH de Recursos Hídricos, v.9 – Porto Alegre, 2003

RODIER, Jean. Régimes hydrologiques de l'Afrique Noire à l'Ouest du Congo. 1964.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. 1. Os fundamentos da geografia da natureza. 2000.

ÁGUA PARA BEBER: UMA ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO EM VILAS INDÍGENAS DO ALTO SOLIMÕES – AMAZÔNIA

Fernanda Cabral Cidade

INTRODUÇÃO

O Brasil e mais 192 países membros das Nações Unidas em 2015 chegaram a um acordo que contempla 17 objetivos e 169 metas visando uma nova política global, a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com objetivo de elevar o desenvolvimento do mundo e melhorar a qualidade de vida das pessoas. Dentre os 17 objetivos, o sexto representa o desafio de garantir a disponibilidade e manejo sustentável de água segura para todos.

Ao discutir essa temática, evidenciamos as dificuldades desse direito humano básico, o acesso à água potável. A realidade brasileira demonstra dificuldades para garantir esses princípios de forma total a toda sua população. Fenômenos como a urbanização em massa, desperdício de água e crescimento da demanda fazem com que a água, antes um bem de fácil acesso e disponível para todos, venha se tornando gradativamente uma mercadoria (PRIETO, 2011).

Neste contexto de desafios na garantia de água segura para todos, a região Amazônica dentre suas grandes dimensões e diversidades naturais abrange uma delicada complexidade no campo do acesso à água para consumo. Ainda que possua abundância de recursos hídricos, na região uma parte significativa de sua população tem dificuldades de acesso à água segura para o consumo.

É fato que no estado do Amazonas, cada uma das cidades-sedes municipais tem um sistema de abastecimento de água público que, em muitos casos, abrange quase toda a área urbana da sede municipal. Porém, em áreas mais afastadas como as vilas e as comunidades, inclusive as que

comportam um número significativo da população dos municípios, o acesso à água segura para o consumo é precário e em alguns casos inexistentes.

A precariedade nas formas de acesso e distribuição de água causam impactos visíveis e invisíveis, principalmente nas questões socioambientais. Desta forma este artigo buscou identificar e compreender o impacto socioambiental ocasionado pelas atuais formas de acesso e abastecimento de água em áreas isoladas da Amazônia, mais especificamente em vilas indígenas do Alto Solimões.

Para compor este diagnóstico se fez necessário inicialmente apresentar as vilas indígenas de estudo e suas atuais relações com as questões do urbano e também uma descrição geomorfológica da região. Seguido da descrição das formas de acesso à água nos diferentes períodos do regime hidrológico da região e por fim a realização de análises de potabilidade da água usada para o consumo pelos moradores das vilas com o levantamento de dados de doenças de veiculação hídrica nas vilas.

O MODO DE VIDA URBANO NAS VILAS INDÍGENAS DO ALTO SOLIMÕES

A microrregião do Alto Solimões no Amazonas possui os piores índices de desenvolvimento social e de acesso a serviços de saneamento básico, não apenas no Amazonas, mas no Brasil. Esta região apresenta uma dinâmica urbana complexa, cujas relações cidade–campo estão imbricadas por meio da vulnerabilidade hidrológica, cheia e secas extremas, que afetam a região tanto na questão de acesso aos produtos alimentícios quanto na produção (SCHOR, et al. 2015).

De acordo com Bruno (2008), a atual configuração territorial e o perfil da ocupação humana na região do Alto Solimões resultaram de um longo e complexo processo histórico que remete a meados do século XVII. Neste período, religiosos, militares e comerciantes vinculados aos projetos coloniais dos impérios português e espanhol confrontavam-se pelo domínio da região. Nas vilas de estudo não foi diferente, sendo as missões religiosas e a extração da borracha os principais promotores da formação das vilas indígenas no Alto Solimões.

As vilas de estudo deste artigo, são Vilas Indígenas de etnia Tikuna, com mais de três mil habitantes cada uma. Localizam-se nos municípios de Tabatinga, São Paulo de Olivença e Santo Antônio do Içá, com os nomes de Belém do Solimões, Campo Alegre e Betânia, respectivamente (Figura 1). Estas Vilas, distantes entre si, estão situadas ao longo da calha do Rio

Solimões, no Estado do Amazonas, e se assemelham na falta de um sistema público integral de abastecimento e distribuição de água.

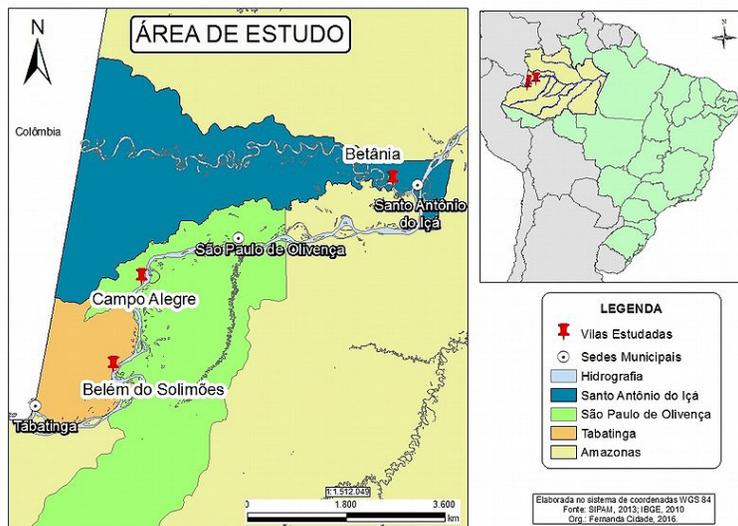


Figura 1: Localização das áreas de estudo. Org: Fernanda Cidade, 2016.

É importante ressaltar que as atuais demarcações de terras indígenas são resultados de diversas lutas e conflitos sociopolíticos e são nestas terras onde as populações indígenas se reuniram com suas etnias, construíram suas aldeias e hoje são os lugares onde ocorrem os processos de transformação social, em especial a instauração do modo de vida urbano (LEFEBVRE, 1999; 2001), que não se restringe apenas a cidade e àqueles que lá vivem.

A urbanização em terras indígenas aqui estudada é uma aproximação das realidades urbanas vividas nas cidades, onde há um aumento demográfico, uma relação de troca mediadas pelo dinheiro, crescente dependência de mercadorias industrializadas, formação de bairros e instalação de infraestrutura (NUNES, 2010). E também assim como o processo de urbanização ocorrido na Amazônia, em que as necessidades de acompanhar os intensos e rápidos processos de urbanização nacional não veio acompanhado de serviços de infraestrutura urbanas básicas (BECKER, 2005), nas terras indígenas não foi diferente.

Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, 517,4 mil indígenas residem em terras indígenas no Brasil, que representam 12,5% do território brasileiro. Na microrregião do Alto Solimões no Amazonas, os Tikunas – etnia dos indígenas que habitam essa região – vivem em territórios demarcados pela federação brasileira

com vilas indígenas que ultrapassam os três mil habitantes. Presentes ao longo do Alto Solimões, os Tikunas são a maior etnia, correspondendo a 6,8% da população indígena do Brasil.

Ao mesmo tempo que conservam suas raízes indígenas como por exemplo o uso língua materna Tikuna, a atual ocupação territorial nesta região se assemelha mais com o processo de formação urbana do território do que com as tradicionais aldeias indígenas. Nestas, os problemas de saneamento, a infraestrutura urbana e o acesso seguro à água potável fazem parte da realidade diária dos indígenas, tal qual dos demais amazônidas.

Quanto ao acesso e a qualidade da água utilizada para o consumo nesta microrregião, em especial nas vilas indígenas, percebe-se uma complexidade de fatores que, juntos, condicionam o cotidiano vivido por essa população. Com isso, é comum o uso de técnicas alternativas para o acesso à água. As mais utilizadas, além da captação bruta de rios ou igarapés próximos, é a coleta de água da chuva e aberturas de poços cavados para alcançar o lençol freático. Considerando a conjuntura atual das formas de acesso e distribuição de água nas vilas, juntamente com a dimensão socioambiental decorrente desse processo, a problemática levantada é de que essas formas, além de não serem eficazes, são vetores dos impactos socioambientais nestas localidades.

Após as primeiras observações de campo, notou-se o quão abrangente é a influência do Rio Solimões nas vilas, tendo o alcance em diversos aspectos, tais como modos de locomoção, produção agrícola e, consequentemente, no acesso à água. Com isto, conjecturou-se a sazonalidade do rio como um indicativo de disponibilidade, de qualidade e de acesso à água para o consumo por parte da população, e tendo esta como base para a definição dos períodos a serem realizadas as visitas às vilas para a execução dos procedimentos metodológicos de coleta e análise das águas para o consumo afim de identificar a vulnerabilidade hidrológica das vilas indígenas.

GEOMORFOLOGIA X VULNERABILIDADE HIDROLÓGICA NAS VILAS INDÍGENAS

A geomorfologia, o estudo das formas da superfície terrestre, nas vilas em estudo nos revela que suas diferentes formas de relevo contribuem em como a sazonalidade do Rio Solimões influencia na vulnerabilidade hidrológica e no acesso à água tanto nas vilas, como em toda a região amazônica.

A região norte, onde predomina a floresta amazônica, se caracteriza por duas grandes unidades estruturais: o escudo das Guianas e a bacia amazônica sedimentar. E é na bacia sedimentar amazônica, na unidade morfoestrutural planície do Rio Amazonas, que estão localizadas as vilas indígenas de estudo. Esta planície é caracterizada por uma faixa de terra plana com até 100 metros de altitude, formada pelo acúmulo sedimentar recente movimentado pelas águas dos rios (ROSS, 2009; AB’SÁBER, 2003).

Considerando a elevação topográfica dos terrenos nas vilas, Belém do Solimões e Betânia estão em terra firme e Campo Alegre está em área de várzea, como indica a figura 2. Por terra firme entende-se terras altas protegidas das subidas dos rios, ao contrário das terras de várzea onde são periodicamente alagadas de acordo com a proporção anual da subida do rio (STERNBERG, 1998).

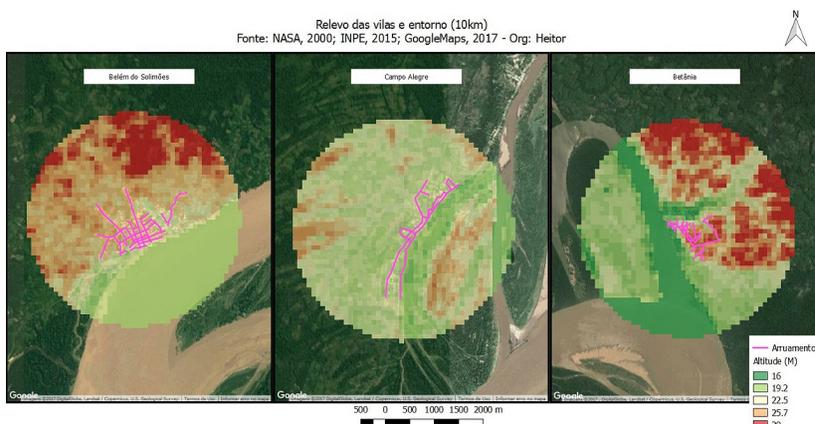


Figura 2: Relevo das vilas e entorno. Org: Heitor Pinheiro, 2017.

Observa-se na Figura 2, o entorno das manchas urbanas das vilas indígenas de Belém do Solimões e Betânia são áreas de várzea. No entanto, a área urbana destas vilas está em terra firme apresentando relevo irregular, com altitudes entre 22 e 29 metros e com ocupação humana em ambas as vilas situada em áreas não alagáveis. Entretanto, Campo Alegre está totalmente localizada em área de várzea com relevo mais plano e de menor altitude, entre a faixa de 16 e 20 metros. A ocupação humana nesta vila se dá ao longo das duas ruas principais que, situadas em áreas alagáveis, fazem com que sua população fique mais vulnerável em tempos de cheia, em comparação às outras vilas.

Os meses iniciais de cada ano são caracterizados pela abundância da água nos rios da Amazônia, com inundações em grandes áreas. Na região

onde estão localizadas as vilas estudadas o pico da cheia, ocorreram no mês de maio, iniciando a descida dos rios logo após atingir a cota máxima. Assim, a vazante se estende por toda a primeira metade do ano. Com os rios cheios, a facilidade de locomoção é nítida assim como o acesso à água. Além das constantes chuvas nessa época, a proximidade das águas dos rios nas casas facilita a higienização pessoal e outras atividades domésticas como lavar roupa e principalmente o fato dos indígenas não terem a necessidade de percorrer grandes distâncias para conseguir água.

À medida que as águas vão descendo os indígenas das vilas estudadas vão reorganizando o espaço e retomando atividades antes interrompidas por conta da enchente. A velocidade de descida também dita o ritmo dos afazeres. Se as águas demoram muito a descer, a produção no roçado e na pesca atrasa. Se desce muito rápido prejudica o abastecimento de mercadorias e o deslocamento.

O início da segunda metade do ano é caracterizado pelo verão amazônico, quando a quantidade de nuvens é menor e conseqüentemente as pancadas de chuvas não são frequentes. Com isso, o período da vazante atinge seu ponto máximo, caracterizando a seca na região, mais especificamente entre os meses de setembro e outubro. Com os principais afluentes secando no entorno das vilas, além das mudanças nas paisagens, o cotidiano também se altera. A agricultura e a pesca se intensificam, as distâncias percorridas aumentam e o acesso à água tanto para consumo como para outros afazeres ficam mais difíceis.

Para os Tikuna existe uma forte ligação com a água, que além de física, também é espiritual. Segundo as lendas de seus antepassados a origem do território Tikuna e tudo que existe nele se deu a partir da água:

De la masa atmosférica fue creada la tierra; las partículas de agua y polvo se separaron, formándose la única fuente de agua denominada Yitaküchi, era cristalina y aceitosa; el polvo se transformó en tierra Tikuna.[...] Las aguas de Yitaküchi fueron consagradas con los cuatro principios fundamentales del ser; kua el saber, la sabiduría tikuna; náe, pensamiento y conocimiento de la cultura; pòra, la fuerza, la vitalidad de la práctica cultural; y maü, vida vitalidad de las prácticas cotidianas. Las aguas fueron impregnadas cuando la mujer de Ngutapa fue bañada en Yitaküchi. Ella estaba envuelta totalmente con el líquido de la vida (el semen), el cual era como las aguas de Yitaküchi, cristalino, espeso y aceitoso; por eso el agua dio vida al colisionarse con la tierra. El territorio estaba cubierto por las hojas del árbol Wone. Cuando apareció este

árbol, se dividió el espacio en dos dimensiones: el mundo de arriba y el de abajo. La quebrada Yitaküchi cubría ambos espacios. Los hermanos gemelos (Yoí e Ipi) tumbaron el árbol. Del tronco de Wone era que bajaban las aguas de Yitaküchi, por ahí diluía sus aguas a este territorio. Al dividirse el mundo, arriba se formó el río Chowatü que significa agua correntosa (río torrentoso) y abajo se forma el río Amazonas Tatü, que significa agua grande (río grande). Del tronco de Wone brotó el agua que formó el río Amazonas. Al caer el árbol Wone se forma el río Amazonas, el tronco es el canal donde corre el agua, las ramas gruesas se convierten en los ríos afluentes y las ramas en las quebradas y riachuelos, el follaje son los lagos y lagunas. Las aguas de estos ecosistemas, recordemos que ya estaban impregnadas con la vida Ngutapa, inmediatamente al colisionarse con la tierra surge la diversidad de vida (fauna e flora). Aparecen nuevas formas de vida, todo ellas son fruto de la sustancialidad y del poder Ngutapa. Los peces que no fueron pescados por Yoí e Ipi se quedaron en ese estado; son los que hoy en día existen en los ríos, quebradas y lagos de la Amazonia (DUQUE et al., 2009, p. 15 -16).

Esta simbología reflète na vida cotidiana dos Tikunas, pois suas atividades de subsistência estão ligadas a vida fluvial. São considerados “anfíbios” haja vista que vivem desde sua origem nas margens dos cursos d’água, num processo de adaptabilidade humana bastante antigo (NODA et al., 2012). A sazonalidade do rio também influencia atualmente na circulação monetária nas populações Tikunas:

Cuando desciende el nivel de las aguas hay peces en abundancia, el precio cae y quienes viven de esta actividad dejan de salir a pescar; cuando el nivel de las aguas es alto ocurre lo contrario: la gente sale a pescar a pesar de la dificultad para obtenerlo, porque alcanza mejor precio (UMBARILA, 2003).

Com isso, na vida cotidiana Tikuna os elementos do passado, da natureza e da modernidade estão fortemente interligados. Na medida em que as vilas indígenas crescem em termos populacionais de forma espontânea e sem as preocupações urbanísticas tradicionais, também crescem as dificuldades institucionais de estabelecer um sistema que garanta a qualidade e o bem-estar na vida dos moradores, sendo o acesso e o abastecimento de água um exemplo deste problema.

AS FORMAS DE ACESSO À ÁGUA PARA CONSUMO NAS VILAS INDÍGENAS

As três vilas indígenas apresentam, dentro de suas especificidades, distintas formas de acesso e distribuição de água, por motivos que variam da sua localização geográfica até as atuais situações das infraestruturas construídas para o abastecimento. Estas vilas estão situadas de forma dispersa na Amazônia, o que resulta na falta de acesso ao sistema público de abastecimento de água e esgoto, sendo comum o uso de técnicas alternativas para o acesso à água. As técnicas mais utilizadas, além da captação bruta de rios ou córregos próximos, é a coleta de água da chuva ou poços cavados para alcançar o lençol freático.

Devido à estiagem de chuvas, outras formas de acesso à água para consumo começam a ser praticadas. Apenas as vilas de Belém do Solimões e Betânia, que possuem Estação de Tratamento de Água (ETA), os indígenas que moram em residências que são atendidas por esse sistema de abastecimento recorrem à água fornecida pelas estações tanto para os afazeres domésticos, quanto para o consumo, passando a depender ainda mais desse serviço apesar da irregularidade do mesmo.

Em Belém do Solimões a instalação da ETA é mais recente, iniciando seu funcionamento em novembro de 2014 enquanto que a ETA de Betânia funciona desde da década de 1980. Todo este sistema de abastecimento e estação de tratamento de água é oferecido e mantido Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) de cada vila. No entanto, seu funcionamento não se dá de forma regular e igualitária em todo o território das Vilas.

Uma ETA funciona basicamente a partir da captação de água bruta de rios, igarapés ou represas, passando posteriormente por processos de decantação, filtração e cloração para, enfim, ser distribuída para as residências. Por fim a água tratada segue para o reservatório onde é armazenada antes de ser distribuída para as residências (Figura 3).

Em Belém do Solimões e Betânia a distribuição da água tratada ocorre apenas em alguns horários do dia e não atende a todos os bairros, somente a área central. Em Belém do Solimões, por exemplo, a distribuição de água ocorre apenas pela parte da manhã e atende a 233 casas de um total de 623 residências (Sesai, 2017). Já em Betânia na parte da manhã apenas uma área da Vila é atendida, a região localizada na área mais alta, e na parte da tarde a região mais baixa que passa a ser atendida. Mesmo assim, nem todas as residências são atendidas. Desta forma a população continua dependendo de outras fontes e formas de abastecimento de água.



Figura 3: Estação de Tratamento de Água nas Vilas.
Fotos: Fernanda Cidade, Acervo Nepecab, 2016.

Já na vila de Campo Alegre, onde não há ETA, esta época do ano é mais crítica. Sem as chuvas e com os principais igarapés secando, as alternativas para o acesso água para o consumo se reduzem e nem sempre as opções restantes são as mais seguras no quesito qualidade da água.

Assim, as cacimbas, enquanto fonte de água para o consumo, tornam-se uma alternativa tanto para as populações que não são atendidas pelo abastecimento das ETA (nas vilas de Belém do Solimões e Betânia), quanto para os residentes em Campo Alegre que não possuem um serviço público de abastecimento e distribuição de água.

A não oferta de água mineral nos estabelecimentos comerciais ou seu elevado preço, considerando a realidade econômica dos moradores locais, contribui no uso frequente desta forma rudimentar de acesso à água. Esta prática, quando feita em locais inapropriados ou quando as cacimbas são mantidas descobertas, representam um risco a saúde humana, pois se tornam vetores de doenças de veiculação hídrica.

A prática de tratamento prévio por parte dos moradores das vilas antes do consumo da água não é constante e, quando feita, não é suficiente para a eliminação de todos os poluentes existentes na água. O uso de hipoclorito na água também não é frequente uma vez que os moradores ficam dependentes da disponibilidade deste produto nos polos de saúde da Sesai que nem sempre tem a quantidade necessária para atender a todos os mora-

dores. O tratamento mais comum praticado nas vilas é coar a água com um pano, para assim retirar impurezas maiores existentes na água.

A principal característica observada em campo foi em sua maioria, a utilização exclusiva da água da chuva para o consumo inclusive nas vilas que possuem ETA. Este fato se dá pela preferência, de maneira geral, da população indígena em não ingerir água tratada, pois não gostam do gosto de cloro. Com isso, nos períodos de estiagem na região os indígenas buscam nos igarapés sua fonte de água para o consumo. Somente quando a seca extrema atinge a região, com longos períodos sem chuva e com os igarapés secando, é que eles buscam nas ETA sua fonte de água para consumo.

Desta forma a coleta de água da chuva é o principal meio de acesso à água para beber nas vilas estudadas. Muitas dessas cisternas – infraestruturas construídas para a coleta dessa água – são feitas de modo artesanal e improvisadas (Figura 4).



Figura 4: Coleta de água da chuva nas Vilas. Fotos: Fernanda Cidade, Acervo Nepecab, 2016.

O consumo da água da chuva se dá de forma direta. Poucos são os indígenas que fazem algum tratamento prévio antes do consumo. Alguns coam com um pano a água coletada da chuva, e poucos colocam hipoclorito.

É claro que para os indígenas terem acesso a essa água, é necessário que chova. Nesta região, as chuvas mais abundantes são entre os meses de dezembro e abril e as mais fracas entre junho e agosto (RONCHAIL et al., 2016). Quando a estação de poucas chuvas atinge a região do Alto

Solimões, outras formas de se obter água para consumo aparecem, como os poços e os igarapés.

A vila indígena de Betânia é a vila que se destaca no uso de poços semiartesianos construídos e utilizados de forma pública para atender o consumo de água (Figura 5), sendo a forma mais contínua de acesso à água para consumo durante todo o ano nesta vila. Os poços – perfurações tubulares no lençol freático de onde sai água naturalmente devido a pressão exercida que faz com que a água seja levada a superfície – em Betânia são semiartesianos, pois precisam de um equipamento para bombear a água a superfície, no caso, uma bomba.



Figura 5: Poços em Betânia.

Fotos: Fernanda Cidade, Acervo Nepecab, 2016.

A profundidade dos cinco poços construídos na vila de forma improvisada é de 40 metros, segundo o Agente Indígena de Saneamento (AISAN) que acompanhou a visita de campo. Em um dos poços a caixa d'água está sem tampa deixando a água armazenada expostas a contaminação. Os moradores que usam esses poços para o acesso a água para beber utilizam garrafas PET ou baldes de plástico para o transporte, pois não há encanação dos poços até as residências locais.

Segundo recomendações da Fundação Nacional De Saúde (FUNASA), a localização das construções de poços deve levar em conta os riscos

de contaminação do lençol por possíveis focos localizados na área. Por exemplo, respeitar por medida de segurança, a distância mínima de 15 metros entre o poço e qualquer tipo de fossa e de 45 metros dos demais focos de contaminação, com chiqueiros, estábulos, valões de esgotos, galeria de infiltração e outros que possam comprometer o lençol d'água que alimenta o poço (BRASIL, 2014).

Em Campo Alegre, quando a água da chuva acaba, a população recorre aos poços artesianos, neste caso aqui chamados de cacimba – perfurações no solo feitas manualmente até alcançar o lençol freático onde a água sai dos poros para dentro dos poços naturalmente sem nenhum tipo de auxílio mecânico. Em ambas as vilas, a distância segura dos poços instalados e as possíveis fontes de contaminação, como por exemplo, fossa negra não é respeitada.

Os banheiros com fossa negra são escavados diretamente no terreno sem revestimento nas paredes nem na base. Os dejetos caem diretamente no solo. Parte deles se infiltra na terra e outra parte sofre a decomposição no fundo do compartimento, sem qualquer escoamento – o que aumenta a possibilidade de contaminação ambiental, sendo mais prejudicial à saúde humana. Com isso as fossas negras acabam por ser um problema nessa região, pois contribuem com a proliferação de doenças e contaminação dos lençóis freáticos.

O consumo de água procedente de igarapés (Figura 6) também é bastante comum. Devido à posição geográfica das vilas, alguns igarapés estão no entorno delas. Desta forma, os indígenas que moram nos bairros afastados da área central são os que mais consomem a água de igarapés.



Figura 6: Locais de acesso à água nos Igarapés em Betânia.
Fotos: Fernanda Cidade, Acervo Nepeccab, 2016.

A localização desses igarapés em Betânia é em fundos de vale relativamente íngremes. A captação de água nesses igarapés com garrafas PET e/ou galões de água de 20 litros.

As águas coletadas, tanto as de origem da ETA quanto as de igarapés, poços e chuvas são geralmente armazenadas em caixas d'água, barris de plásticos ou grandes panelas e baldes todos quase sempre descobertos. Devido ao modo de como essa água é armazenada, esta se torna uma fonte de contaminação para os indígenas, pois a água passa ser um criadouro de micro-organismos vivos, ocasionando as doenças de veiculação hídrica.

Após esse levantamento dos modos de acesso à água para consumo nas vilas indígenas percebe-se que qualquer melhoria que foi feita no acesso à água, a exemplo as ETA's, não foram suficientes para atender as necessidades dos indígenas, prevalecendo em sua maioria o acesso tradicional a água para beber.

Sendo a Amazônia uma região com abundância de recursos hídricos e com grande incidência de precipitações, um maior investimento em purificação das águas provenientes de rios e igarapés, junto com uma maior captação e correto armazenamento de água da chuva é uma alternativa viável e coerente com realidade das Vilas.

No contexto de integrar os países que compõe a bacia hidrográfica amazônica, chegou na América do Sul a Rede de Solução de Desenvolvimento Sustentável (tradução do inglês Sustainable Development Solutions Network – SDSN - da ONU) que acredita que é possível a promoção dos ODS por meio do conhecimento científicos e tecnológicos globais, e para isso, busca mobilizar universidades, organizações não governamentais, centros de pesquisa, instituições governamentais e privadas, organizações multilaterais e sociedade civil para promover a resolução prática de problemas para o desenvolvimento sustentável ao redor do mundo.

Tendo em vista a prevalência do modo tradicional para o acesso a água frente a inserção de novos meios e modos de abastecimento de água nas vilas, o caminho para se alcançar a meta do objetivo 6 do ODS de até 2030 o acesso universal e equitativo à água potável, segura e acessível para todos devem perpassar além da construção de soluções em rede, também pela valorização dos modos tradicionais.

A QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO: ANÁLISE QUÍMICA E BIOLÓGICA DA ÁGUA E AS DOENÇAS DE VEICULAÇÃO HÍDRICA

Estudos demonstram que à medida em que aumentam a cobertura de serviços de saneamento básico, significativas reduções na incidência de doenças de veiculação hídrica começam a aparecer (Seroa da Motta et al., 1994; Seroa da Motta; Rezende, 1999). O consumo de água de baixa qualidade se torna um vetor destas doenças, por isso a importância de se consumir uma água potável e de qualidade.

A aferição da potabilidade da água para consumo nas vilas se deu a partir de coleta de amostra da água utilizada para o consumo nas residências e nas fontes/infraestruturas existentes utilizadas para o abastecimento de água. A escolha das residências para a coleta das amostras buscou abranger diversos pontos do terreno, sendo contemplados, assim, os pontos centrais e extremos das vilas.

O cronograma de campo pré-estabelecido foi feito de acordo com a disponibilidade de tempo necessário para obter os resultados das amostras e a quantidade de material que se dispunha para realizar as análises. Foram coletadas e analisadas 12 amostras de água em cada Vila, totalizando 36 amostras analisadas por atividade de campo, e 144 amostras coletadas e analisadas durante as 4 idas a campo programadas para o desenvolvimento da pesquisa (tabela 1) que coincidiram com as épocas de cheia, vazante, seca e enchente da região.

Vila	Cheia	Vazante	Seca	Enchente	Total/Vila
Belém do Solimões	12	12	12	12	48
Campo Alegre	12	12	12	12	48
Betânia	12	12	12	12	48
Total/Campo	36	36	36	36	144

Tabela 1: Quantidade de Amostra coleta por Vila. Org: Fernanda Cidade, 2017.

O processo de coleta das amostras, tanto nas residências quanto nas infraestruturas construídas para o abastecimento de água, teve como objetivo seguir o caminho desta água desde sua origem até o consumo. Deste modo a coleta era feita inicialmente nas residências, onde se perguntava ao

morador a origem dessa água e em casos onde o morador realizou algum tratamento na água (coar, aplicação de hipoclorito ou ferver), além da coleta da amostra utilizada para o consumo, também era coletado nas fontes de água. As fontes de água encontradas nas Vilas são os igarapés, poço artesiano ou caixa d'águas que coletam e armazenam a água da chuva e, nos casos de Belém do Solimões e Betânia, as ETA.

Ao analisarmos as amostras encontradas no caminho traçado pela água utilizada para o consumo, foi possível identificar em qual desses momentos a contaminação se fez presente, seja desde de sua origem ou nas formas de armazenamento praticadas pelos indígenas nas vilas. E também se conseguiu identificar se os procedimentos de tratamento aplicado por eles são suficientes para garantir a ingestão de uma água segura.

Portanto para alcançar um dos objetivos específicos da pesquisa, que consiste na aferição da potabilidade das amostras coletadas nas Vilas foi utilizado o Kit Portátil de Potabilidade. Isso possibilitou e facilitou o processo de análise das águas coletadas in loco, sem a necessidade de transportar as amostras para serem analisadas em laboratórios e evitando o risco de perder o tempo útil das amostras devido às grandes distâncias necessárias para o deslocamento a considerando as dificuldades de transporte.

Dentro dos parâmetros analisados pelo Kit Portátil, foram separados quais são os parâmetros físicos, químicos e biológicos (Tabela 2):

PARÂMETROS		
Físicos	Químicos	Biológicos
» Turbidez » Cor	» Alcalinidade » Cloretos » Cloro » Ph » Ferro » Amônia » Dureza » Oxigênio Dissolvido	» Coliformes fecais e totais

Tabela 2: Parâmetros da água. **Org:** Fernanda Cidade, 2017.

As amostras tiveram a quantidade de 750ml, sendo coletadas e analisadas no mesmo dia em cada Vila. Cada amostra foi identificada com uma ficha onde foram preenchidos os resultados das análises e comparados com os limites de referência expostos para cada parâmetro.

Dentro das 144 amostras analisadas, 99 amostras apresentaram algum tipo de alteração, quanto aos tipos de alteração o Ph e os Coliformes Fecais e Totais são os quem mais se destacam, conforme o gráfico a seguir, correspondendo 41%, 56% e 76% respectivamente nas três vilas estudadas. Estes três parâmetros, quando combinados em apenas uma amostra de corpos d'água, contribuem incisivamente na proliferação de doenças de veiculação hídrica.

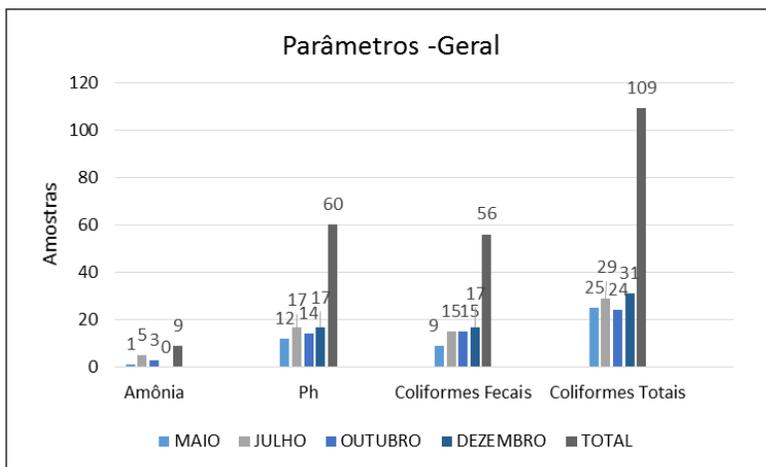


Figura 7: Parâmetros Geral. Elaboração: Fernanda Cidade, 2017.

As amostras com alteração de Ph, indicam um Ph ácido entre 5 e 5,5 contribuindo, assim para o desenvolvimento de vírus e bactérias na corrente sanguínea do corpo humano. A grande presença de coliforme totais nas amostras não garante por si só que há contaminação na água. No entanto, a presença de coliformes fecais é um indicador de possibilidades da existência de microrganismos patogênicos, responsáveis pela transmissão de doenças de veiculação hídrica. As formas de armazenamento de água nas Vilas são improvisadas, não condizente com as normas de higiene do Ministério da Saúde para o armazenamento de água, o que contribui para a presença de coliformes fecais nas águas utilizadas para o consumo.

Há também uma constância entre a quantidade destes parâmetros alterados nos períodos dos regimes hidrológicos em que os trabalhos de campo foram realizados. Isso revela que esta continuidade se mantém, mesmo em tempos de muita ou pouca água na região.

A DIMENSÃO SOCIOAMBIENTAL E AS DOENÇAS DE VEICULAÇÃO HÍDRICA NAS VILAS

A dimensão socioambiental das práticas relacionadas ao acesso e abastecimento de água nas Vilas, como abordado nos capítulos anteriores, perpassa por questões físicas e geográficas até atingir o social por meio do processo de urbanização destas vilas e da relação direta entre qualidade de vida e acesso à água segura para o consumo. Na medida em que se aprofundou os estudos sobre esta relação, as questões neste tema se mostram interligadas. Com isso, a pesquisa apontou alguns destes aspectos e como se dá esta ligação a fim de delimitar e alcançar os objetivos específicos propostos.

Ao descrever a configuração das formas de acesso e abastecimento de água nas vilas, inicialmente identificou-se que estas configurações impactavam, tanto positivamente quanto negativamente, no modo e na qualidade de vida das populações indígenas. Nas vilas de estudo, onde a população em geral está vulnerável à ingestão de água não segura devido à falta de saneamento e as precárias condições de armazenamento de água, foi constatado que tais formas de acesso e abastecimento de água geram impactos negativos na qualidade de vida dos indígenas, independente de qual período hidrológico está sendo analisado.

Por impactos positivos podemos considerar as formas tradicionais de acesso à água nas vilas como manutenção e resistências da cultura e do costume indígena frente o avanço da urbanização nestes territórios. Devido à precariedade das condições de armazenamento destas águas coletadas de forma tradicional, as novas formas de acesso à água como as ETA em Belém do Solimões e Betânia, também podem ser consideradas impactos positivos nas vilas. Estas aumentam a qualidade de vida das populações por elas atendidas, apesar de ainda não serem distribuídas de forma igual e regular nas vilas e também pelo fato de os indígenas usarem esta água mais para os afazeres domésticos do que para o consumo.

Os impactos negativos também refletem na dignidade humana. A falta de uma água segura para beber prejudica tanto na auto formação individual dos indígenas enquanto ser humano merecedor de seus direitos básicos, quanto na saúde física dos mesmos. Pensar na ocorrência de doenças de veiculação hídrica como o resultado de impacto socioambiental ocasionado pelas formas existentes de acesso, de distribuição e da qualidade de água para o consumo nas vilas, parte do princípio da ligação direta entre qualidade de vida e ingestão de água segura.

A qualidade de vida do homem está diretamente relacionada à água, pois é com ela que garantimos o funcionamento adequado do organismo, preparamos os alimentos e a utilizamos para a higiene pessoal e lavagem de utensílios (ZANCUL, 2006). E também conforme aponta o objetivo 6 dos ODS, a água está no centro do desenvolvimento sustentável, inclusive nas suas dimensões ambientais, econômicas e sociais, portanto o seu acesso de forma universal, segura e digna, além de ser um dos pilares da segurança alimentar e energética da saúde humana, também promove a erradicação da pobreza, o crescimento econômico e a sustentabilidade ambiental.

Para mensurar esses impactos negativos na saúde humana, a metodologia adotada na pesquisa foi correlacionar o número de atendimentos médicos fornecidos pelos polos de saúde de cada Vila relacionados a Doenças de Veiculação Hídricas (DVH) com o número de habitantes nas vilas durante o ano de 2016. As DVH são doenças transmitidas pela água não tratada ou contaminada, podendo ser de origem bacteriana, viral ou parasitária.

Segundo dados da coletados no DSEI/ARS (2017) sobre os atendimentos de DVH nas vilas nos anos de 2015 a 2016 - espaço temporal analisado na pesquisa - as principais ocorrências são diarreia, gastroenterite, amebíase, doenças intestinais causadas por protozoários e vírus, triquinose, helmintíase, e em menor número, hepatite A e infecções por salmonela e intoxicação alimentar causada por bactérias.

Tais doenças, coincidentemente, são mais frequentes em territórios onde as infraestruturas necessárias para tratar as águas residuais quando não são inexistentes são precárias, dificultando assim a garantia da qualidade das águas para consumo. Outra característica das causas dessas doenças é a ingestão de água contaminada e a convivência em ambientes insalubres.

O espaço temporal analisado na pesquisa, 2015 a 2016, se deve ao fato da utilização de dados secundários destes dois anos. Os dados de cotas do Rio Solimões aferidos na Estação de Tabatinga são de 2015, e com eles foi possível estabelecer o cronograma das atividades de campo a serem realizadas no ano de 2016 com base no regime hidrológico.

No ano de 2016 além dos dados primários adquiridos por meio dos procedimentos metodológicos realizado nas atividades de campo, também foi atualizado os dados de cota do Rio Solimões e adquiriu-se os dados pluviométricos da região representado no Gráfico 3.

Desta forma, foi possível realizar uma comparação de todos os dados coletados (figura 8), tanto secundários quanto primários, a fim de me-

lhora apresentar e entender as relações existentes entre a água para beber e a dimensão socioambiental decorrente deste processo.

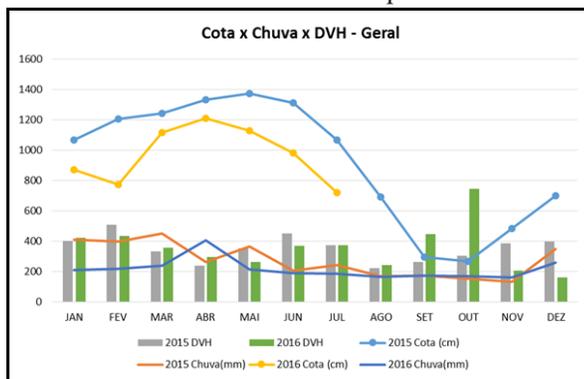


Figura 8: Cota x Chuva x DVH – Betânia. Fonte: ANA, 2016 e 2017/ DSEI/ARS, 2017. Elaboração: Fernanda Cidade, 2017. *Dados disponíveis até julho de 2016.

Nesta Figura nota-se o aumento de atendimentos de DVH principalmente nos períodos de cheia e estiagem na região, também este aumento é visto nos períodos de cheia e grande incidência de chuva. Com isso entende-se o período de cheia e seca nas Vilas como os momentos mais críticos devido à alta probabilidade de ingestão de água não segura, seja pela dificuldade do acesso ou o armazenamento inadequado de água da chuva.

Já os números absolutos de residências, de população e de atendimentos a DVH nas Vilas obtidos pela DSEI/ARS estão descritos na tabela 3. Segundo estes dados, também foi possível correlacionar e identificar o quanto impactante é as DVH na qualidade de vida dos indígenas das Vilas estudadas.

Vilas	Residências* (sede)	População* (sede)	DVH	
			2015	2016
Belém do Solimões	623	5.481	2.800	2.324
Campo Alegre	435	3.219	1.203	995
Betânia	549	3.304	300	974

Tabela 3: Dados de residência, população e Doenças de Veiculação Hídrica por Vila. Fonte: SIASA/DSEI/ARS/CGASI/SESAI/MS, 2017. *Dados referente ao ano de 2016. Elaboração: Fernanda Cidade, 2017.

Na tabela 3, é possível comparar a quantidade de atendimentos de DVH com o número de habitantes nas Vilas nos anos de 2015 e 2016, ge-

rando dados percentuais. No ano de 2015, Belém do Solimões apresentou o maior percentual com 51% enquanto nas Vilas de Campo Alegre e Betânia o valor foi de 37% e 9%, respectivamente. Já no ano de 2016, apesar de Belém ainda liderar o percentual, houve redução nesta Vila e em Campo Alegre para 42% e 37%, nesta ordem. No entanto, na Vila de Betânia houve um significativo aumento de atendimentos de DVH, subindo para 29%.

Esta alta incidência de DVH revela que vulnerabilidade da população das Vilas, vai além de suas localizações geográficas. Perpassa também pelo seu modo de vida frente às suas práticas de acesso e abastecimento de água utilizada para o consumo. Pensar em maneiras de unir as formas tradicionais de acesso e abastecimento de água junto com a garantia e disponibilidade de água segura para beber é o caminho para que tais populações diminuam a situação de vulnerabilidade social que se encontram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Amazônia, dentro de suas diversidades naturais sua diversidade natural e abundância de recursos hídricos, mascara uma realidade mais escassa para as populações que nela reside no que tange a sua crescente urbanização e ao seu acesso à água para o consumo, em especial nas populações que vivem afastadas das sedes municipais. As vilas indígenas de Belém do Solimões, Campo Alegre e Betânia, objeto de estudo desta pesquisa, concentram em suas especificidades esses dois fatores.

Ao pensarmos nas infraestruturas construídas para facilitar o acesso à água para o consumo das populações nas vilas, notou-se que as mesmas foram construídas como medidas paliativas. No caso dos poços, não levaram em conta as especificidades do local, e também no caso das ETA, haja vista que a população não gosta de beber essa água, usando-a para outros afazeres domésticos.

Outro ponto observado nas vilas quanto a origem da água utilizada para beber, é a influência do regime pluviométrico, que supera a influência do regime hidrológico da região nesta questão. Com isso, esta relação observada a partir das atividades de campo foi de encontro com a hipótese proposta inicialmente, onde a sazonalidade do rio seria um indicativo de disponibilidade de água para o consumo. Por mais que os indígenas tenham acesso a água tratada ou estejam no período de cheia na região, a preferência para o consumo sempre será a água da chuva. Somente quando esta se encontra indisponível é que as outras formas de acesso a água para beber começam a ser praticadas.

Dentro deste contexto se faz necessário que as ações das políticas públicas voltadas para este cenário de urbanização em territórios indígenas e não o de indígenas vivendo em territórios já urbanizados - o que é o mais comum - sejam pensadas e aplicadas de acordo com a realidade local. Este atual processo crescente na Amazônia acarreta fatores que compõem a complexidade da urbanização na região, sendo o acesso seguro à água para o consumo, um desses fatores.

A água é um bem básico e necessário para a vida humana e, também se mostra, a partir deste estudo, como um transformador de uma sociedade. A partir do momento que a água se faz presente de forma contínua e qualitativa esta sociedade passa por avanços e conseqüentemente transformações. E enquanto esta projeção não se concretiza, o que se viu nas Vilas foram suas populações em situação de vulnerabilidade, pois não há garantia que as águas que utilizam para o consumo são seguras para beber, ocasionando os altos índices de DVH nas Vilas.

Os pontos abordados e principalmente os resultados das amostras das águas coletadas nas residências mostram um lado da dimensão socioambiental que representa a questão do acesso, do abastecimento e da qualidade da água para o consumo nestas vilas. No entanto para se ter uma noção completa de todas as questões que envolve este tema, é necessário um estudo mais aprofundado. Além de uma amostragem mais abrangente, se faz necessário um acompanhamento individual da saúde dos moradores das residências participantes e das águas utilizadas para o consumo. Todavia este acompanhamento demanda anos, a fim de se obter dados mais concisos.

O que se propõe para que o acesso à água para o consumo nas vilas seja mais eficaz, é que as futuras políticas públicas voltadas para este cenário busquem investir nas atuais formas de acesso à água praticada pelos próprios indígenas, por exemplo, nas coletas de água da chuva, realizar um aprimoramento nas formas de coleta e armazenamento desta água. Com isso o acesso seguro à água para o consumo por parte dos indígenas avançaria significativamente.

No caso de águas oriundas de rios e igarapés, investimentos em formas artesanais de purificação da água são alternativas mais baratas e eficazes, além de serem tecnologicamente mais simples, para que os indígenas possam consumir uma água limpa e sem aditivos químicos.

O fato é que nestas vilas indígenas a questão do acesso à água para o consumo, que abrange tanto fatores físicos quanto sociais e culturais, é

uma linha tênue que mantêm estas vilas no limbo entre uma vila indígena urbana ou indígenas que vivem de forma aglomerada. O uso da água fornecida pelas ETA para outro fim que não seja o consumo é um exemplo desta contradição, pois, apesar de possuírem esta infraestrutura que representa um símbolo do urbano no local, o costume indígena prevalece sobre o costume urbano.

Portanto tal processo de urbanização, representado pelas políticas públicas e infraestruturas urbanas, não podem ser separadas do querer e do costume tradicional desta população, como bem elucidou David Harvey em seu livro, *Cidades Rebeldes* (2014), onde o autor reflete a cidade como um reflexo do próprio homem que a criou.

Ao fim, este estudo apontou as formas de armazenamento nas residências e as infraestruturas construídas para o abastecimento de água como os principais agentes de impactos socioambientais nas vilas estudadas.

A Amazônia brasileira, dentro das suas mais diversas especificidades e contradições, especialmente no que tange às questões de abastecimento e acesso à água e, sobretudo, com as demandas necessárias para que se alcance uma melhor distribuição deste serviço, requer uma ação conjunta por parte de esferas governamentais e sociais para que metas dos ODS se concretizem de fato nesta região.

REFERÊNCIAS

AB’SÁBER, Aziz Nacib: Os domínios de natureza no Brasil: Potencialidades paisagísticas. Ateliê Editorial. SP. 2003.

ANA, Agência Nacional de Águas (Brasil). Inventário das estações fluviométricas. / Agência Nacional de Águas. – 2 ed. - Brasília: ANA; SGH, 2009.

_____. Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil: informe 2012. Ed. Especial.-- Brasília : ABA, 2012.

_____. Série histórica da estação de Tabatinga – Montante Tabatinga Virtual JA2. Sistema HiroSat. Consultado em 17 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://hidrosat.ana.gov.br/Tabela.aspx?id=83&tp=-Flu>

_____. Sistema de Monitoramento Hidrológico. Estações. Consultado em 05 de maio de 2017. Disponível em: <http://mapas-hidro.ana.gov.br>

gov.br/Usuario/Estacao.aspx?bac=9

BECKER, Bertha Koiffmann. Geopolítica da Amazônia. Estudos Avançados, São Paulo, V.19, N.53, P.71-86, 2005.

_____. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. Manual de orientações técnicas para elaboração de propostas para o programa de melhorias sanitárias domiciliares – Funasa / Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde. – Brasília: Funasa, 2014.

BRUNO, Paulo Roberto de Abreu. Saberes na saúde indígena: estudos sobre processos políticos e pedagógicos relativos a formação de agentes de saúde Tikuna no Alto Solimões (AM), Brasil. Paulo Roberto de Abreu Bruno (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro, 2008.

DUQUE, Santiago Roberto (editor); YONI, Jesús Damaso; RIVERA, Abraham Ipuchima; ANGARITA, Abel Antonio Santos. Conocimiento local indígena sobre los peces de la Amazonia: Lagos de Yahuaracaca. Universidad Nacional de Colombia. Sede Amazonia. Bogotá: Editora Guadalupe S. A., 2009.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa nacional de saneamento básico. Rio de Janeiro, 2008.

_____. Censo 2010. Rio de Janeiro, 2010

LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

NODA, Sandra do Nascimento; MARTINS, Ayrton Luiz Urizzi; NODA, Hiroshi; SILVA, Antonia Ivanilce Castro da; BRAGA, Maria Dolores Souza. Paisagens e etnoconhecimentos na agricultura Ticuna e Cocama no alto rio Solimões, Amazonas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 7, p. 397-416, 2012.

NUNES, Eduardo Soares. Aldeias urbanas ou cidades indígenas? Reflexões sobre índios e cidades. Espaço ameríndio. Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 9-30, jan. /jun. 2010.

PRIETO, G. F. T. A sede do capital: o abastecimento de água em favelas da periferia da cidade do Rio de Janeiro. 2011. 257f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

RONCHAIL Josyane; ESPINOZA, Jhan Carlo; DRAPEAU, Guillaume; MICHOT, Véronique e FILIZOLA, Naziano. Hydroclimatologie autour de la triple frontière Brésil-Colombie-Perou. In: Dinâmica urbana na Amazônia brasileira: geografias e cidades na tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia – v.3/ Org: Tatiana Schor – Manaus: EDUA, 2016. p17 – 24.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. Geografia do Brasil. Editora da USP. 2009.

SCHOR, Tatiana, Moisés Augusto Tavares-Pinto, Francisco Carlos da Costa Avelino e Marina Lelis Ribeiro. Do peixe com farinha à macarronada com frango: uma análise das transformações na rede urbana no Alto Solimões pela perspectiva dos padrões alimentares. *Confins* 24 | 2015, consultado em 31 outubro de 2015. Disponível: <<http://confins.revues.org/10254>>

SEROA DA MOTTA, R.; MENDES, A. P.; MENDES, F. E.; YOUNG, C. E. F. Perdas e serviços ambientais do recurso água para uso doméstico. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 35-72, 1994.

SEROA DA MOTTA, R.; REZENDE, L. The impact of sanitation on waterborne diseases in Brazil. In: MAY, P. H. (Ed.). *Natural resource valuation and policy in Brazil: methods and cases*. Columbia University Press, 1999.

STERNBERG, Hilgard O'Reilly. *A Água e o Homem na Várzea do Careiro*. 2. ed. Belém: Museu Emílio Goeldi. Coleção Friedrich Katzer, 1998.

UMBARILA, Elizabeth Riaño. *Organizando su espacio, construyendo su territorio: transformaciones de lo asentamientos Ticunas em la ribera del Amazonas colombiano*. Leticia: Universidad Nacional de Colombia, Unibiblos, 2003.

ZANCUL, M. S. Água e saúde. *Revista Eletrônica de Ciências*. Nº 32, São Carlos, abril, 2006.

PARTE 2

AS VILAS

A VILA SANTA: A FORMAÇÃO SOCIAL E ECONÔMICA DA VILA ALTEROSA DO JUÍ, SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ, AMAZONAS

Pedro Pontes de Paula Júnior

INTRODUÇÃO

Na década de 1970, novos povoados surgiram na microrregião do Alto Solimões (Amazonas) como resultado da chegada da Irmandade da Santa Cruz, movimento religioso que reuniu fiéis brancos e índios sob a liderança do peregrino José Francisco da Cruz. Entre os muitos povoados fundados no período, está à sede espiritual da irmandade, a Vila Alterosa do Juí, localizada no curso médio do Rio Içá, município de Santo Antônio do Içá. “A Vila Alterosa de Jesus, que não é uma vila utópica, mas uma vila real onde os irmãos trabalham e produzem. A representação dos irmãos em geral é de que essa Vila Espiritual, pura e próspera, será o local de salvação de todos” (ORO 1989, p.158).

Neste capítulo apresentaremos o processo de formação socioespacial da Vila Alterosa do Juí. Para tal enfatizaremos aspectos históricos/culturais e econômicos. A intenção é produzir uma periodização apoiada em Corrêa (2006) que nos permita mostrar como os diferentes períodos da rede urbana Amazônica se materializaram na vila.

Os aspectos econômicos serão apresentados a partir dos diferentes cenários políticos, sociais e econômicos da administração da vila periodizados entre Irmão José, Pastor Valter e Pastor Dalmácio. O recorte histórico sobre a liderança religiosa da vila se justifica pelo fato de esses atores também ocuparem importante papel político na organização e desenvolvimento da vila conforme será observado mais à frente.

A HISTÓRIA DA VILA ALTEROSA DO JUÍ

A Vila Alterosa do Juí é um importante componente no discurso teológico e na organização do movimento religioso. Considerada pela Ir-

mandade como um projeto inspirado por Deus revelado a Irmão José para construção de uma futura cidade espiritual. Sua origem, assim como a de outros povoados na região do Alto Solimões está associada à chegada do movimento religioso de Irmão José.

Havia por parte de Irmão José a intenção de adentrar o território Colombiano pelo Peru. Ao ser impedido, se vê forçado a retornar ao Brasil pelo Rio Solimões, onde desce o curso do rio até chegar ao município de Santo Antônio do Içá, por onde entra no Rio Içá para uma segunda tentativa, também frustrada. Nesse período, passaram-se aproximadamente dois anos, Irmão José já havia passado por inúmeros povoados, sobretudo os da etnia Tikuna, e conquistado um grande número de seguidores, entre indígenas e brancos.

Antes mesmo de partir para sua segunda tentativa de entrar na Colômbia, Irmão José revelou o desejo de fundar uma vila espiritual. Para tal, buscou o apoio dos colombianos.

Além de não receber o apoio para edificação da vila no Brasil, também foi impedido de entrar novamente em território colombiano. Frustrado, Irmão José opta por permanecer no Rio Içá, estabelecendo-se de modo fixo no igarapé Juí, ponto um pouco acima de onde encontrava-se.

No imaginário dos membros da Irmandade, a definição do local para criação da vila espiritual é revelador no que diz respeito às capacidades sobrenaturais de Irmão José. Acredita-se que a chegada ao lugar, tenha sido orientada por uma visão, na qual Deus teria mostrado a ele o local para ser a sede da Irmandade. Sem antes ter estado lá, Irmão José os conduziu até o lugar que Deus havia revelado.

Esses teriam sido os acontecimentos que antecederam a implantação da vila no igarapé Juí, a pouco mais de 4 quilômetros da desembocadura do igarapé no Rio Içá, exatamente no seu trecho mais largo (aproximadamente 150 metros), onde o igarapé tem a aparência de lago. Esse trecho do igarapé foi batizado por Irmão José de Lago Cruzador, o nome é pouquíssimo usado atualmente, mas bastante presente em textos e publicações antigas sobre o lugar.

Irmão José, junto a 72 irmãos oriundos de comunidades por onde havia passado, chegaram ao local escolhido no dia 3 de novembro de 1974, data que é considerada o dia de fundação da Vila. Ao chegarem ao local, seguiu-se os ritos habituais da passagem da Irmandade nos povoados do Alto Solimões. Primeiramente realizou-se uma missa, em seguida reuniram-se para a roçagem do terreno e por fim foi realizada a cerimônia de

plantação da cruz. No ponto mais elevado da vila foi fincada uma cruz de madeira medindo 12 metros de altura.

A princípio Irmão José batizou o lugar de Vila U.P.A, que significa Vila União Paz e Amor. Posteriormente no ano de 1981 a vila passaria a se chamar Vila Alterosa de Jesus. A mudança se deu após uma visão em que Irmão José teria recebido o sinal do céu para começar a construção da vila. Atualmente uma placa em frente à sede missionária (antiga casa de irmão José), sustenta o nome Vila A. UPA de Jesus, ou seja, Vila Alterosa União Paz e Amor de Jesus. No entanto, na região e nos órgãos municipais a Vila é identificada como Vila Alterosa do Juí, nos dias atuais ainda é nomeada assim.



Figura 1 - Imagem satélite da Vila Alterosa do Juí.

A questão religiosa vincula-se também à sua posição geográfica, que de certo modo pode ser considerada como estratégica, em razão das intenções de Irmão José na região. Apesar de não se localizar na margem do Rio Içá, mas sim em um pequeno afluente seu. Essa localização impõem sérias dificuldades logísticas, principalmente no período da vazante dos rios.

Um primeiro aspecto fundamental da questão religiosa na definição da localização da vila está na necessidade do desligamento dos membros da Irmandade em relação ao mundo exterior, o que se relaciona à ideia da salvação terrestre e ao fim do mundo. Tal ponto justifica o fato do sítio urbano da vila se encontrar a 4 quilômetros de distância da margem do Rio Içá.

Por outro lado, a localização da vila torna-se estratégica, pois está posicionada no curso médio do Rio Içá, praticamente a mesma distância

em relação à fronteira do Brasil com a Colômbia a oeste, e a desembocadura do Rio Içá a leste, próximo à sede do município de Santo Antônio do Içá. Nesse sentido, também contribuem para o caráter estratégico da localização da vila, a proximidade desta em relação a duas importantes vias fluviais que permitem o acesso aos territórios do Peru e da Colômbia: Rio Içá e o Igarapé Puretê.

É importante lembrar que foi praticamente no Peru que a Irmandade se originou e que lá Irmão José conseguiu reunir um grande número de adeptos. Já a Colômbia sempre foi um território a ser conquistado. Sendo assim, é bem possível que a definição da localização da vila tenha levado em conta a possibilidade de acesso a esses territórios. Isso implica dizer que a escolha feita por Irmão José não foi em nada espiritual ou subjetiva, mas sim bastante objetiva, levando em conta a necessidade de isolamento em relação ao mundo e a relativa proximidade aos membros da Irmandade espalhados na região.

Por sua localização, o sítio urbano da vila encontra-se em área de terra firme. Não estando assim suscetível a condições adversas provenientes de enchentes. A mancha urbana da vila é cortada apenas por dois pequenos cursos de igarapés, os quais se tornam mais visíveis apenas no período das cheias. Outra característica geográfica importante do sítio é a pouca existência de declives. Tais aspectos permitiram que a vila adquirisse uma forma urbana pouco adensada privilegiando os traçados retos. Sendo composta atualmente por ruas que se encontram perpendicularmente, constituindo 8 delas em orientação norte e sul, e 6 em orientação leste e oeste. A mancha urbana da vila apresenta aproximadamente no eixo norte/sul 1.075 metros e no leste/oeste 1.170 metros.

Desde sua fundação, o papel de liderança comunitária da vila foi sempre exercido pela autoridade maior da Irmandade da Santa Cruz. Irmão José foi o primeiro, esteve à frente da vila e da Irmandade entre os anos de 1974 e 1982, após o seu falecimento esse papel passou para o seu sucessor, o Pastor Valter Neves da Cruz que esteve à frente da Irmandade e da vila por 25 anos, entre 1982 a 2007, sendo substituído após seu falecimento pelo atual pastor, Dalmácio Pinheiro de Castro. Para melhor compreendermos a formação socioespacial da Vila de Alterosa do Juí, vamos investigar o papel desempenhado por cada um na formação econômica da vila.

CONTEXTO POLÍTICO E ECONÔMICO NA ÉPOCA DE IRMÃO JOSÉ

De 1974 a 1982, Irmão José esteve à frente da Vila Alterosa do Juí. Suas pretensões para aquele que seria o povoado mais importante do seu movimento religioso estavam muito além dos aspectos espirituais, pois o mesmo buscava estabelecer na vila uma série de estruturas urbanas para atender as necessidades dos membros da Irmandade. “Seu projeto era de ali construir um orfanato, um asilo, um hospital, uma escola, uma olaria, uma grande lavoura, ruas e barcos” (ORO, 1989, p.130). Estava também em suas intenções o desejo de construir estradas para ligar os povoados e de criar um Banco Agrícola para emprestar dinheiro aos fiéis agricultores.

Para Oro (1989), os planos de Irmão José iam ao encontro às necessidades dos seus seguidores, os quais na época se encontravam sem acesso a serviços básicos como saúde e educação, e economicamente eram em sua grande maioria de pessoas de baixa renda.

Apesar dos planos, Irmão José em vida conseguiu construir na vila apenas uma igreja e uma dezena de casas. As construções eram simples, sendo de madeira e cobertas de palha ou de telhas de alumínio. A não concretização dos seus planos pode ser justificada pela baixa monetização da economia local.

Tendo consciência dessa realidade, Irmão José recebia para ajudar na construção da vila todo tipo de doações. O próprio dízimo era flexibilizado, não sendo pago somente em dinheiro. Aceitava-se como forma de pagamento, gêneros alimentícios, material de construção, instrumentos, roupas e, tudo o mais que contribuísse na construção da vila ou no custeio das despesas das missões dos membros da hierarquia.

A baixa monetização da economia local está em parte enraizada na histórica exploração que permeava as relações de produção na Amazônia. Ao longo da história, a economia da região foi dinamizada a partir da demanda externa por produtos da floresta, os quais invariavelmente necessitaram do uso da mão de obra local.

Entre meados dos séculos XVII e XVIII, a busca pelas “drogas do sertão” estava alicerçada no trabalho religioso de jesuítas, mercedários, carmelitas e franciscanos através da criação de aldeias missionárias e do uso da mão de obra indígena. Ao refletir sobre o papel desse período na configuração da rede urbana da Amazônia, Corrêa (2006, p. 195) destaca que:

Essas aldeias constituíram-se no embrião da rede urbana comandada por Belém. Os índios aldeados sob o hábil controle dos missionários não apenas cultivavam para subsistência, como também percorriam sistematicamente os vales, visando à obtenção de “drogas do sertão”. A produção colhida era encaminhada para Belém e de lá exportada para Lisboa. Os beneficiários dessa exportação eram as ordens religiosas.

A situação se agravaria partir de 1755, quando o Marquês de Pombal implementou na região uma série de medidas que incorporariam cada vez mais a economia da Amazônia ao mercado internacional. Entre as medidas está a imposição ao fim do poder eclesiástico sobre os índios, as aldeias tornaram-se vilas e os colonos passaram a ter caminho livre para se apropriar da mão de obra indígena, em substituição aos missionários surgiram os diretores de índios. Conforme é destacado por Oliveira Filho (1979), os efeitos dessa política sob a população indígena da região do Içá foram catastróficos, na primeira metade do século XIX os índios naquela região já estavam praticamente extintos.

Entre os anos de 1850 e 1920, um novo modelo na relação de produção se consolidaria com o boom do extrativismo da borracha. O aviamento, um sistema de financiamento baseado na troca, pelo qual o aviador fornece mercadorias em crédito à produção. Para Guareschi (1989) trata-se de uma dupla exploração, sendo essa comercial e de produção, pois os produtores são também invariavelmente consumidores em uma relação comercial sem dinheiro. O autor destaca ainda que:

Além disso, o aviado não vende o produto. Ele não é autônomo. Ele fica sempre fora do mercado. Não tem qualquer chance na apreciação e fixação do preço. Ele não tem nem a chance de escolher o comprador. E o que é mais: o aviado nunca pode fazer economias. Ele vende a própria força de trabalho (GUARESCHI, 1985, p. 34).

Apesar disso, o sistema de aviamento intensificou as relações entre os núcleos de povoamento, pelos quais um intenso fluxo de mercadorias e matéria-prima constituíam a própria organização espacial do sistema, sendo assim o fundamento da rede urbana da Amazônia (CORRÊA, 2006).

A situação mudaria apenas, com o crescimento da produção de borracha na Ásia, a qual já na década de 1910 ultrapassara a produção brasileira. A partir daí, a economia da borracha amazônica entrou em declínio, levando a rede urbana a um longo período de estagnação econômica e de retração dos fluxos. De acordo com Corrêa (2006, p. 219):

As perspectivas para a borracha já aparecem sombrias após 1910, quando os preços no mercado internacional começaram a cair. Verificaram-se numerosas falências de casas “aviadoras”, havendo paralelamente o abandono de seringais, o que implicou a diminuição do tráfego fluvial, o desemprego urbano e nos seringais, a crise de alimentos obtidos, sobretudo, via sistema de “aviamento”, e o aumento das dívidas públicas interna e externa.

A crise decorrente da decadência da borracha impôs a região algumas mudanças. Entre as quais está a própria relação de produção que se dava por meio da prática do aviamento. Segundo Guareschi (1985), no Alto Solimões as relações de produção se adaptaram ao novo contexto econômico conservando suas principais características de dominação e exploração. Segundo o autor:

A dominação passa a ter diferentes nuances e a exploração se dá duma maneira mais sofisticada. Não era mais necessário manter o seringueiro preso, amarrado à empresa, tirando dele tudo o que se pudesse, e mantê-lo como um prisioneiro disfarçado. Passou-se a explorar outros produtos que não necessitariam de mão de obra rigidamente subordinada. As famílias puderam redistribuir o trabalho familiar e novos produtos foram sendo requisitados pelo capital nacional e internacional (GUARESCHI, 1985, p. 37).

Assim, os padrões continuaram com sua lógica de dominação e exploração, exercendo um verdadeiro monopólio patronal sobre ribeirinhos e indígenas, com o agravante de este ser um momento econômico com menos fartura em relação ao do período da borracha.

Tanto Oro (1989) como Guareschi (1985) destacam que esse contexto de exploração e abandono contribuiu para o surgimento de movimentos messiânicos entre os índios tikunas. Sendo esses uma manifestação do desejo indígena de se libertar do domínio do patrão, os quais com temor de ter sua influência diminuída, buscaram de todas as formas rechaçar os movimentos messiânicos anteriores ao de Irmão José, com o uso de violência, prisões e ridicularização dos principais personagens.

No Alto Solimões, o poder dos padrões sobre os indígenas só passou a ser questionado a partir da metade do século XX, quando são incorporadas na região o Serviço de Proteção do Índio (SPI), o Comando de Fronteira do Alto Solimões (CF-Sol) e uma Igreja Católica mais crítica em relação às injustiças sociais.

Na região, desde 1942, o SPI buscou por fim a exploração imposta aos índios, colocando-os em território sem patrão. A ação do SPI foi alvo de protestos por parte dos patrões que recorreram a diversas alternativas, a fim de manter suas influências sobre os indígenas. Segundo Guareschi (1985, p. 42) este momento é representativo, pois o poder dos patrões a partir daí passa a ser contestado.

O que é certo é que, pela primeira vez, os seringalistas perderam a batalha, não conseguindo dissolver o movimento pela força. Eles sofreram prejuízos com a saída dos Tükuna de suas glebas, pois perderam uma mão de obra boa e barata, deixando de produzir para o patrão e não entregando mais seus produtos ao barracão.

Na década de 1960, outro duro golpe no domínio dos patrões foi a atuação do Comando de Fronteira, que passou a investigar situações de exploração de trabalho e de violência física aos índios praticadas pelos patrões. As investigações quase sempre terminaram com a punição dos patrões. Até mesmo em questões envolvendo posse de terra, o comando foi favorável aos índios (GUARESCHI, 1985). Nesse contexto, Oliveira Filho (1977, p. 63) destaca que “em meados de 5 anos, os mais fortes ‘patrões’ da área sofreram derrotas sucessivas em questões legais, surgidas entre eles e os índios”.

Nesse processo, a Igreja Católica também contribuiu de certo modo com o enfraquecimento do poder dos patrões no Alto Solimões, especialmente na comunidade de Belém do Solimões, onde o sacerdote local passou a questionar o controle dos patrões sobre os índios e agir para que esses tivessem maior liberdade. De acordo com Guareschi (1985, p. 46):

[...] o padre começou a permitir que os regatões e outros barcos pudessem ancorar no porto, numa faixa de terra que a missão possuía em frente a igreja. Os Tükuna, com isso, começaram a burlar as pretensões do patrão no referente ao monopólio de comércio, com o respaldo, ao menos tácito, do sacerdote. Os choques entre o padre e o patrão não tardaram a ocorrer.

Essa era a nova ordem política que se estabelecia na região do Alto Solimões na década de 1960, a qual marca o contexto social do início da década seguinte, momento em que Irmão José retorna ao Brasil pela região do Alto Solimões. Para Guareschi (1985), é esse contexto sócio político e econômico que permite com que o movimento de Irmão José tenha conquistado de modo significativo indígenas e “brancos” na região. Deve-se

destacar que as explorações que permeavam as relações produtivas não se limitavam somente aos indígenas. Ao se referir aos seguidores “brancos” de Irmão José, Oro (1989) destaca que esses assim como os indígenas viviam um contexto de exploração.

A maioria destes últimos pertencem também ao mais baixo nível da escala social regional. O passado de muitos deles também está ligado aos seringais e à estrutura dos barracões. A sua memória coletiva também estava povoada de más recordações de um passado de explorações, de opressões e de decepções. Sem dúvida, a amargura deste passado, ligado a sua situação presente de necessidade, e, além disso, para muitos deles, de um relativo isolamento social, influenciaram para que aderissem à ISC [Irmandade da Santa Cruz] (ORO, 1989, p. 51-52).

No entanto, é importante enfatizar que entre os “brancos” houve aqueles que se apropriaram da Irmandade da Santa Cruz com intenções econômicas. Guareschi (1985, p. 89) enfatiza que a peregrinação de Irmão José no Alto Solimões foi patrocinada por “comerciantes e donos de barcos na região de Tabatinga, Atalaia e Benjamim Constant, e após isso os patrões da barranca do Solimões em Belém, Vendaival, Vui-Uata-Im, Acaratuba, Tupi, Niterói, Crajari, Santa Clara, Palmares, Feijoal, Santa Rita do Weil e Tacana”.

Com a chegada da Irmandade, os patrões perceberam ali a oportunidade de retomarem o monopólio comercial sobre os produtos produzidos na região. Para isso, muitos deles não somente patrocinaram Irmão José, como também aderiram a Irmandade, passando a integrar as mais altas posições dentro da hierarquia administrada do movimento religioso. Sendo esses donos dos barracões, passaram a faturar sobre os objetos e vestimentas que os membros da Irmandade deveriam usar. Para Pedrinho Guareschi (1985), tais fatos permitiram a retomada do endividamento e da dependência dos fiéis em relação ao patrão.

Conforme pudemos constatar, o preço das velas chegava a ser até sete vezes maior em determinadas localidades Tükuna, onde há o monopólio do comércio exercido pelo barracão. O mesmo vale para as roupas brancas, vestidas pelos devotos. Um dono de barracão tinha grande estoque de alpercatas. Para se desfazer do depósito, convenceu os Tükuna ser ordem de Ir. José que todos os frequentadores da Cruz comparecessem às cerimônias durante a Semana Santa de alpercatas. Na ocasião, um par de alpercatas chegava a custar um paneiro de farinha de mandioca de 30 kg. O preço do paneiro na região, no começo de 82, era 1.500, subindo em Letícia para 2.000 cruzeiros. Com isso, muitos índios se endividaram, a

tal ponto que ficaram totalmente dependentes do patrão (GUARESCHI, 1985, p. 89).

Assim, a situação econômica e o prestígio dos patrões integrantes da Irmandade foram recuperados na época do Irmão José. O que se deu principalmente em razão do caráter alienante da Irmandade, que não permitia o questionamento dos fiéis sobre a exploração pela qual estavam submetidos. O próprio Irmão José demonstrava ser ingênuo ou evitava enxergar o uso econômico que era feito pelos patrões do movimento, a final esses contribuíram significativamente na peregrinação dele pela região do Alto Solimões. O fato é que Irmão José buscava se afastar de discussões políticas e a mesma prática também era estimulada aos fiéis, que deveriam se concentrar em realizar as atividades religiosas e obedecer aos dirigentes da Irmandade.

Ao assumir tal postura, Guareschi (1985) acredita que a religião transforma-se em instrumento ideológico dos patrões, pois torna legítima a dominação e reforça o poder destes, não permitindo nenhum tipo de questionamento da ordem estabelecida, pelo menos no período do Irmão do José. Já que a situação social e política se modificam após a sua morte. Com o seu continuador vieram mudanças na estrutura hierárquica da Irmandade, no relacionamento com o mundo exterior e na própria cidade santa, a Vila Alterosa do Juí.

A ÉPOCA DE VALTER NEVES DA CRUZ

Valter Neves foi o escolhido por Irmão José para ser o seu continuador. Após o falecimento do fundador em 1982, este assumiu a liderança da Irmandade e da vila espiritual até o ano de 2007. O sucessor eleito é natural do município de Santo Antônio do Içá e tem em suas raízes familiares, a descendência indígena da etnia Kambeva.

Dentro da estrutura hierárquica da Irmandade, Valter não ocupava os principais cargos e nem era um dos mais próximos ao Irmão. A sua própria conversão não se deu de imediato à peregrinação de Irmão José, pois sua família era de origem católica. Mas após aderir ao movimento, tornou-se em pouco tempo Diretor na comunidade Nova Canaã, no rio Solimões.

Na infância aprendeu o ofício de carpinteiro, nunca foi à escola, aprendeu a ler em casa e na juventude prestou serviço militar em Tabatinga. Foram os seus conhecimentos de carpintaria que lhe levaram a subir mais uma vez na hierarquia da Irmandade e a estar próximo a Irmão José nos últimos meses de vida. Valter foi ao Juí no ano de 1982, para ser o car-

pinteiro da construção de nove casas. Assim, Irmão José dava início ao seu projeto, nomeando Valter Neves Diretor das Obras das Construções.

No entanto, antes mesmo que as construções ficassem prontas, sua saúde piorou bastante. Recusando qualquer tipo de remédio ou tratamento médico, permaneceu na vila até o seu falecimento no dia 23 de junho de 1982. Ainda no leito de morte, teria passado a Valter a missão de dar continuidade ao seu trabalho, rebatizando-o como Valter Neves da Cruz. Sobre a sucessão de Irmão José, Oro (1989) considera que:

É difícil dizer se a escolha de V. Neves foi circunstancial ou programada previamente por Ir. José. Tudo leva a crer que, quando pressentiu o fim dos seus dias, ele escolheu para sucedê-lo um dos fiéis que se encontrava então em sua residência. A escolha recaiu sobre aquele que ali residia há três meses e que se ocupava das construções das novas habitações da Sede. Escolhendo como seu sucessor o Diretor das Obras das Construções ele certamente pensava na continuação desse projeto para o bem dos seus fiéis (ORO, 1989, p. 119, grifo do autor).

Ao designar pessoalmente Valter como seu continuador, Irmão José legitimou o papel deste junto aos fiéis da Irmandade. Legitimidade essa reforçada por Valter que passou a imitar o fundador nos comportamentos e nas atividades cotidianas.

Como continuador Valter manteve a doutrina da Irmandade, dando destaque ao apocaliptismo e a construção da vila, estimulando a concentração dos membros nesta. Em três anos na liderança da Irmandade, mudou quase que por completo a estrutura e os integrantes da hierarquia (somente um membro da época de Irmão José permanecia), a maioria dos novos integrantes eram moradores da sede, isso aparentemente levou ao esquecimento das outras localidades da Irmandade. Tais fatos, junto à postura autoritária do novo pastor, levaram ao início dos conflitos entre os fiéis. Oro (1989) destaca que uma nova ordem política se consolida, na qual os índios possuem um importante papel. “O maior espaço político ocupando índios nesse momento da história da Irmandade é, por certo, um componente de conflitos internos uma vez que os principais oponentes do atual grupo dirigente são brancos e ex-membros da hierarquia nos tempos do Ir. José.” (ORO, 1989, p. 126)

A pesar dos conflitos, o sucessor buscou legitimar seu poder concretizando o projeto do fundador. Em pouco mais de um ano (agosto de 1983)

à frente da Irmandade, a vila já contava com duas ruas, 30 casas e estava em andamento a construção de uma casa para funcionar como hospital. O crescimento da vila e o seu respectivo aumento populacional continuou rapidamente nos anos seguintes.

Em janeiro de 1987, Oro (1989) contabilizou na vila a existência de 165 casas de madeira, ocupadas por uma população estimada por ele de 1.000 pessoas. Sobre as transformações observadas naquele ano, o autor destaca:

A igreja do local não era mais a dos tempos do Ir. José, que fora substituída por uma maior, com uma torre abrigando um sino. Além disso, havia uma construção servindo como farmácia, outra como escola, outra como padaria, outra ainda como olaria, e um cemitério. Não havia casa de comércio ou bares. Nesta cidade não circulava dinheiro. A casa do Ir. José permanecia no local, embora tivesse sido aumentada de alguns cômodos. Todas essas construções se espalhavam numa área aproximada de 10 hectares, nela havendo quatro largas ruas, construídas no sentido do igarapé e oito que partiam da beira do igarapé em direção às plantações. "Aqui, se Deus ajudar, no futuro vai ser uma grande cidade", afirmava V. Neves. Para tanto, reiterava sua esperança de poder contar com a ajuda do governo principalmente no que concerne a luz elétrica e a água potável (ORO, 1989, p.140 -141)

A ideia de contar com o apoio do governo é sem dúvida uma grande mudança em relação à postura do fundador, pois Irmão José buscava de todas as formas fugir de discussões políticas e de políticos. Já o seu sucessor, buscava esse tipo de relação. De certo, compreendia não ser possível estabelecer na vila uma infraestrutura adequada somente com as contribuições dos fiéis. Dessa forma, no período que esteve na liderança da Irmandade, buscou junto aos políticos locais e estaduais a implementação na vila dos serviços de educação e saúde, além de ferramentas e máquinas para ajudar nas atividades agrícolas.

Os acordos estabelecidos com os políticos eram quase sempre precedidos do compromisso de que todos os membros da Irmandade votassem em determinados candidatos. Dessa forma, a liderança buscava controlar as escolhas políticas dos fiéis, sempre com o discurso de que seria melhor para vila e para todos da Irmandade. A falta de obediência às indicações políticas da liderança nas eleições era objeto de irritação do pastor.

Sobre tais circunstâncias, Oro (1989) relata o contexto político das eleições estaduais de 1986. Nesse pleito, representantes da Irmandade teriam ido a Manaus para firmar apoio político com candidatos, comprome-

tendo o voto dos fiéis, sobre o pretexto de conseguir melhorias para sede, a Vila Alterosa do Juí.

Em Manaus, efetuaram uma espécie de pacto segundo o qual em troca de auxílios de que necessitavam na Sede todos os membros da Irmandade votariam nos candidatos do PMDB. E assim aconteceu. Na Vila Alterosa foram instaladas a primeira e a segunda sessões do município de S. A. do Içá, e o candidato a governador do PMDB recebeu 360 votos. Mas para surpresa do grupo dirigente da Sede apareceram 16 votos para outro candidato a governador. Soube-se que V. Neves ficou extremamente irritado com esses votos não esperados, afirmando que iria descobrir e punir quem “não votou de acordo”. Até princípios de 1987, essa descoberta não havia sido feita (ORO, 1989, p. 166).

Além do engajamento político da liderança, havia também nesta época, o pensamento por parte dos fiéis de lançar candidatos que fossem membros da Irmandade, o que vem se confirmando nas últimas eleições municipais, alguns obtendo êxito, sendo eleitos para o cargo de vereador no município de Santo Antônio do Içá.

A nova postura tanto da liderança como dos fiéis demonstram certo nível de consciência de força política, a qual ao ser exercida permitiu e ainda permite a conquista de direitos. Nesse período, foram conquistados para Vila Alterosa: uma escola municipal, um posto de saúde, um posto de telefonia, um centro comunitário, a pavimentação das ruas e um motor de luz. Além dos equipamentos urbanos mencionados, foram também adquiridos ferramentas para trabalho agrícola, o que incluiu um engenho para beneficiamento de cana-de-açúcar.

Valter Neves também buscou por vias políticas legalizar a posse da terra da Vila e de outras localidades da Irmandade. Para tal solicitaram ao INCRA do município de Benjamim Constant o reconhecimento fundiário da área onde essas se encontravam.

A pretensão dos dirigentes da Irmandade é registrar essas terras em nome da mesma. Mas como esta não é uma entidade “legalizada”, tal registro ainda não pôde ser feito. Por isso, enquanto providenciam junto às autoridades a “legalização” da Irmandade da Santa Cruz, os dirigentes recebem o registro provisório das terras (Licença de Ocupação, de 100 ha cada, durante 4 anos) em seus próprios nomes, fato que é veemente criticado por alguns irmãos. Valter Neves recebeu a LO da área em que se situa a Vila Alterosa de Jesus (ORO, 1989, p. 142).

A preocupação com a posse da terra da sede da Irmandade, em parte é justificada pelo receio de que a FUNAI a determinasse como sendo ter-

ra indígena por conta dos fiéis Tikuna. Entretanto, já em 1987 era reduzido o número índios morando na vila. Esses não abandonaram a religião, mas foram instados em outras localidades da Irmandade. Tal ponto também foi motivo de conflito entre os irmãos, sobretudo entre os da nova e antiga hierarquia (da época de Irmão José).

Outra prática que levou ao descontentamento dos membros da Irmandade em relação ao pastorado de Valter Neves foi a sua proposta de trabalho coletivo, a qual consistia em trabalhos agrícolas comunitários que eram acompanhados por “capitães” e que o posterior resultado era dividido entre todos da vila. A prática gerou um desequilíbrio entre o que era produzido e consumido na sede, estando assim a produção aquém da demanda, o que gerou bastante fome. Sobre tal situação, Oro (1989, p. 137) destaca que:

O problema da escassez alimentar resultou do descompasso entre a produção e o número incontrolado de pessoas que se estabeleceram na sede. Além disso, os irmãos não estavam habituados com o regime de trabalho exclusivamente coletivista, e, diante das dificuldades enfrentadas, dirigiram-se, em 1986, ao Pastor solicitando-lhe permissão para efetuarem empreendimentos individuais, na agricultura, na caça e na pesca. Foi somente quando algumas famílias fugiram da Sede e outras infringiram propositadamente as normas para serem delas expulsas, que V. Neves mudou o regime de trabalho, estabelecendo que desde então as equipes de trabalho ocupar-se-iam alternadamente durante uma semana nas roças comunitárias e uma semana para si próprias.

A prática do trabalho comunitário foi instituída nos tempos de Irmão José e existe ainda nos dias atuais. No entanto, na época de Irmão José essa forma de trabalho era acompanhada do trabalho individual e se dava de modo esporádico, pois os membros da Irmandade dedicavam mais tempo aos seus próprios roçados. Valter Neves tentou radicalizar a proposta obrigando todos a trabalharem somente de modo coletivo, mas não conseguiu. Porém trouxe para os dias atuais uma maior rotina do trabalho comunitário. Em relação à crise da falta de alimento, alguns fiéis a interpretaram como sendo este um momento de provações, outros como de exploração nos moldes da escravidão.

Assim, percebe-se no contexto político da época, profundas transformações em relação ao período de Irmão José. Não somente pelo estabelecimento de uma nova estrutura hierárquica, mas sobre tudo pela con-

solidação da consciência de força política dos fiéis e pela capacidade de perceberem explorações e abusos aos quais estavam sendo submetidos.

A própria economia local se vê transformada. Embora ainda fosse a produção em sua maioria de subsistência, não estava mais completamente restrita aos donos de barracões, passou-se cada vez mais a escoar a produção até o município de Santo Antônio do Içá, onde também se adquiriam produtos industrializados. Esse processo foi levando aos poucos a monetização da economia local, o que aumentaria significativamente com o acesso a salários e aposentadorias. Sobre as práticas econômicas que se consolidavam entre as localidades da Irmandade, Oro (1989) destaca um novo contexto sociopolítico e econômico pelo qual os fiéis estão cada vez mais inseridos na dinâmica do mundo capitalista.

A maior parte da produção destina-se ao consumo doméstico, apenas uma parte é trocada nos centros comerciais regionais por bens industrializados de que necessitam. Ou, o que é mais comum, eles vendem seus produtos (principalmente farinha de mandioca, arroz, abacaxi, banana, peixe) para efetuarem suas compras mediante dinheiro. Não há uma produção destinada exclusivamente ao comércio, salvo o artesanato confeccionado em certos povoados. Os bens de origem industrial que mais necessitam são vestimentas, calçados, instrumentos em aço, café, leite em pó, açúcar, sal, sabão e querosene. Via de regra, os irmãos comercializam em Tabatinga, B. Constant e Marco, ou em Letícia, segundo a situação do mercado, da taxa de câmbio, etc. Neste sentido, as informações relativas aos preços dos produtos e à variação das moedas circulam normalmente entre os irmãos (ORO, 1989, p. 151).

No período de 1982 a 2007, a Vila Alterosa do Juí mudou consideravelmente seu aspecto visual, o surgimento de ruas e equipamentos urbanos foram lhe dando cada vez mais aparência de cidade. Fruto do esforço coletivo empreendido pelos fiéis da Santa Cruz que a veem como uma peça importante do plano de salvação espiritual e terrestre da Irmandade, “a arca da salvação”. Com o falecimento do Pastor Valter Neves da Cruz, o comando da Irmandade e da vila passa a ser tocado pelo terceiro Pastor, Dalmácio Pinheiro de Castro.

OS TEMPOS ATUAIS

Ao contrário do que aparentemente aconteceu na sucessão de Irmão José, a passagem da liderança do Pastor Valter para o Pastor Dalmácio não

se deu de modo circunstancial. Um ano antes do seu falecimento, Valter já havia indicado Dalmácio para lhe suceder. Limitando a atuação deste a administração da Vila Alterosa enquanto viajava para outras localidades da Irmandade.

Dalmácio Pinheiro de Castro não é natural da microrregião do Alto Solimões, nasceu no município de Tefé, onde conheceu e se converteu a Irmandade. Embora tenha como origem outra parte do estado, o pastor, assim, como os fiéis brancos e indígenas da Santa Cruz, também esteve sujeito a contextos de exploração, tendo seu passado ligado a seringais e ao sistema do barracão. Passou a infância e parte da juventude em seringais do Rio Japurá, nunca teve a oportunidade de ir à escola, sabe ler e escrever limitado, o que aprendeu foi na casa de vizinhos.

O novo pastor não chegou a conhecer pessoalmente Irmão José, mas mesmo de longe ouvia as histórias e milagres do Padre Santo, as quais ainda hoje são contadas pelo próprio aos visitantes da vila. Sua conversão à Irmandade se deu no ano de falecimento do fundador (1982), dois anos depois atendeu ao chamado do Pastor Valter e foi morar na Sede.

Ainda que não tenha conhecido o fundador da vila, Dalmácio acompanhou todo o processo de desenvolvimento desta. Atualmente se refere com orgulho ao modo como as ruas da vila foram abertas. “Nós fomos fazendo ela [as ruas] de terçado e marchado, tinha faxina de manhã, era um horror de gente cortando toco, cavando, aterrando e capinando. E até que chegou o ponto de acontecer como está agora...” (D.P.C, pesquisa de campo, 2016).

A exemplo de seu antecessor, Dalmácio também não ocupava os principais cargos da hierarquia da Irmandade. O Pastor Valter o teria escolhido para ser o seu sucessor por “inspiração divina”. Em um primeiro momento chegou a recusar a indicação, alegando ser novo dentro da Irmandade e que haveria outros irmãos mais antigos a sua frente.

De certo, a não obediência à estrutura hierárquica no que se refere à linha de sucessão era um grande motivo de incômodo, o qual só foi amenizado quando Raimundo Neves, Irmão de Valter e teoricamente seu sucessor, lhe aconselhou a aceitar, pois “Deus o teria apontado”.

Como já mencionado, primeiramente em caráter experimental, Dalmácio ficou a cargo de comandar somente a Vila Alterosa e suas decisões precisavam da anuência do Pastor, que constantemente ligava para ter informações da vila. O comando em definitivo da Vila e da Irmandade só viria após a morte de Valter Neves no ano de 2007.

De modo geral, na atualidade é possível identificar mais continuidades do que discontinuidades em relação à época do Pastor Valter. O novo Pastor segue o estatuto e os formulários deixados por seus antecessores, a forma de organização e a doutrina religiosa se mantiveram, destacando-se o trabalho em comunidade, ao apocalitismo e as regras de proibição em relação às práticas consideradas como pecaminosas. Mudanças podem ser identificadas na busca da liderança atual por manter mais contato com as outras localidades da Irmandade e a postura menos autoritária do novo pastor, embora ainda aconteçam as penitências.

A Vila Alterosa do Juí ainda se constitui como peça importante do projeto de salvação, sendo ela um refúgio para os fiéis da Santa Cruz nos dias finais. Em relação ao fato de a vila ainda hoje atrair membros da Irmandade de outras comunidades, Dalmácio afirmou que a motivação está na centralidade da vila, não necessariamente geográfica, mas religiosa e política.

Quando o fundador centrou ela [vila] sendo a central, a matriz, ela é a mãe de todas as outras comunidades. Então por ser matriz, por ser central todo o povo se interessa de vir para cá, porque é central e aqui nós temos mais força, nós resolver qualquer coisa nós sendo juntos, vivendo juntos e também os tempos que vem aí pela frente, ninguém sabe o que vai acontecer (D.P.C, pesquisa de campo, 2016).

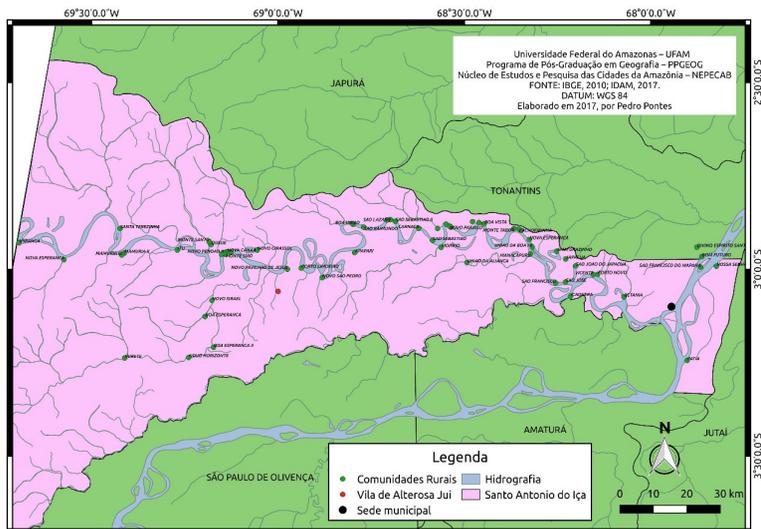


Figura 2: Vila Alterosa do Juí e as comunidades do rio Iça

Conforme pode ser observado, a exemplo do já identificado no pastarado anterior, há racionalização política da liderança da Irmandade que considera

a concentração dos fiéis na vila um ponto favorável para o atendimento por parte das autoridades civis de suas demandas.

A racionalização não se restringe somente à liderança, como mencionado anteriormente, constantemente são lançados candidatos membros da Irmandade ao cargo de vereador no município de Santo Antônio do Içá, alguns sendo eleitos e nesse caso não necessariamente com o apoio total da atual administração da Santa Cruz. Pois ao contrário de épocas passadas, nos pleitos recentes não se identificam mais unidades em torno de um único candidato. Por meio dos campos realizados na vila nos meses anteriores às eleições municipais de 2016, foi possível observar uma sociedade dividida entre os dois candidatos ao cargo majoritário de Santo Antônio do Içá, também não percebemos nenhuma forma de imposição para que os fiéis votassem de um modo e não de outro.

Para além da política partidária, é significativa a organização política da Irmandade enquanto associação, estando esta até mesmo à frente de contratos estabelecidos com os governos estaduais e federais. Através da associação, a Irmandade conquistou junto a superintendência regional do INCRA no estado do Amazonas, a criação do Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Vila Alterosa do Juí e recursos para construção de 58 unidades habitacionais.

A criação do assentamento se deu em 30 de dezembro de 2008, com a destinação de parte do imóvel rural denominado Puretê para fins de reforma agrária, com o assentamento de agricultores em área de 45.049,9032 ha (quarenta e cinco mil e quarenta e nove hectares e noventa ares e trinta e dois centiares). Limitando-se ao Leste com a Terra Indígena Limoeiro e ao Norte com a Terra Indígena Lago do Correio. O projeto engloba a área da Vila Alterosa do Juí e das comunidades de Monte Sião, Itu, Lago Grande e Gamboa.

O PAE Vila Alterosa do Juí se diferencia dos primeiros projetos de assentamentos estabelecidos na Amazônia, pois o mesmo não garante a concessão de lotes individualizados, mas permite que toda a área seja de uso comum.

Na prática é possível afirmar que o projeto apenas garantiu legalidade à posse da terra, embora as famílias não tenham o título definitivo das áreas que ocupam. No tocante a isso, é interessante como a liderança atual da Irmandade gerencia o acesso a terra na Vila Alterosa do Juí. Na vila não é permitida a comercialização de terrenos. Esses são obtidos por meio de solicitação à administração da Irmandade que determina a localização e o tamanho do lote a ser ocupado. Sendo assim, um fator intrínseco necessário para se obter um lote de terra na vila é ser membro da Irmandade.

O controle da terra por parte da Irmandade na vila não é recente, este foi praticado por Irmão José e pelo Pastor Valter. Atualmente é considerado legítimo pela liderança por conta do PAE, de tal maneira o pastor Dalmácio chegou a nos relatar sua ideia de mandar fazer placa semelhante às usadas para indicar terras indígenas, informando ser a área “terra de assentamento federal”, a fim de evitar que não membros da Irmandade se instalem nas proximidades da vila.

Por meio da implantação do projeto agroextrativista, a associação da Irmandade conseguiu recursos junto ao INCRA na ordem de R\$ 727.262,00 (setecentos e vinte e sete mil, duzentos e sessenta e dois reais) para construção de 58 habitações. Até a finalização do trabalho de campo na Vila em 2017, o projeto não foi totalmente concluído, pois a empresa contratada abandonou as obras, deixando apenas poucas casas prontas. Embora nem todas as habitações tenham sido finalizadas, as poucas concluídas foram suficiente para marcar parte da paisagem geográfica da vila com a padronização das casas.

Outra importante marca na paisagem local é a construção do templo Igreja Madre Central do Brasil. As obras foram iniciadas no ano de 2013 e a inauguração, realizada em janeiro de 2020 com um enorme festejo. O templo foi construído em alvenaria e é a maior edificação da vila, medindo 20 metros de largura, 33 comprimento e 14 metros de altura.

O projeto de construção de um grande templo da Irmandade na vila não é novo, desde a época de Irmão José já se pretendia fazê-lo. De acordo com Oro (1989), em 1978 Irmão José planejava a construção de uma igreja de sete andares, onde a vida espiritual e material caminhariam juntas, pois cada piso da igreja seria destinado a atender uma necessidade dos fiéis, como alimentação e repouso, por exemplo. A construção atual não tem o propósito de atender as necessidades materiais, mas a sua grandiosidade busca estar a altura do que havia sido profetizado por Irmão José.

Durante os 5 anos de obras, o templo foi financiado com contribuições regulares dos membros da Irmandade moradores da vila e de outras comunidades. Os residentes na vila contribuem mensalmente com o pagamento da taxa por família no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), os fiéis de outras localidades contribuem conforme o possível em períodos de três em três meses. Além da contribuição financeira, também se auxiliou na construção com o trabalho comunitário, o qual foi realizado de modo escalonado.

A construção do templo é bastante reveladora no que diz respeito ao atual cenário econômico da vila. Conforme já mencionado, as últimas décadas vêm se destacando cada vez mais pelo acesso direto das famílias

aos recursos monetários. Corrobora para isso, a diminuição da importância dos padrões e do sistema do barracão na região do Alto Solimões, o que permitiu com que as trocas comerciais passassem a ter nos centros urbanos locais, um ponto fixo onde as relações mercantis com o produtor são mediadas pelo dinheiro.

Mais recentemente, o recebimento de recursos provenientes de benefícios e programas governamentais tem contribuído significativamente ao processo de monetização da economia local. Entre esses benefícios figuram na realidade local os de ordem previdenciária, como aposentadorias e pensão bem como os de políticas públicas como o bolsa família e o seguro defeso. A importância de tais benefícios na economia doméstica local será objeto de análise mais detalhada.

De modo geral, pode-se afirmar que a contribuição financeira dada pelos benefícios permite também uma regular integração entre famílias beneficiadas ao mundo do consumo, o que se dá tanto pela compra de itens de consumo regular, como alimentos; e pela aquisição de bens duráveis, como televisão e geladeira, por exemplo.

No levantamento socioeconômico realizado na vila, identificamos que os benefícios alcançam 80% dos grupos familiares estudados. O de maior alcance é o bolsa família, estando este presente em 66% dos domicílios. Tal programa foi implementado no ano de 2004, durante o mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva como uma política pública de transferência de renda, com os objetivos de reduzir a pobreza e interromper o ciclo intergeracional desta. Atualmente, são beneficiadas pelo programa, famílias com renda per capita inferior à R\$ 170,00 (centro e setenta reais), as quais devem atender as condicionalidades de acompanhamento da frequência escolar e da saúde da família.

Desde a criação do bolsa família, estudos têm comprovado sua contribuição na redução da desigualdade (KERSTENETZKY, 2009; SOARES et al. 2006) e até mesmo na erradicação da pobreza em alguns lugares (LIMA; PERALTA, 2016). O programa também tem contribuído no desenvolvimento da economia de cidades pequenas, onde o comércio e a prestação de serviços são as principais atividades econômicas (ROSINKE, 2011).

No município de Santo Antônio do Içá, o programa bolsa família beneficiou no mês de maio de 2018, 4.500 famílias, as quais receberam benefícios com valor médio de R\$ 323,99 (trezentos e vinte três reais e noventa e nove centavos). Ao todo foram transferidos pelo governo federal no referido mês o valor de R\$ 1.457.956,00 (um milhão, quatrocentos e

cinquenta e sete mil e novecentos e cinquenta e seis reais), conforme dados do Cadastro Único disponibilizados pelo CRAS do município.

Os benefícios permitiram a diversificação da renda e a monetização da economia local. Os efeitos dessa dinamização econômica na vila podem ser percebidos na paisagem geográfica. Atualmente as casas não são mais exclusivamente de madeira, 30% das moradias já são em parte de alvenaria. O que é bastante significativo se considerado a necessidade de levar da sede do município todo o material necessário para esse tipo de construção. A própria edificação do templo se insere nesse contexto, e a relação da construção com os benefícios é relevante, pois 92% das famílias inseridas em algum programa de transferência de renda possuem entre as suas despesas mensais o pagamento da contribuição para construção do templo.

Outro indicador desse processo pode ser observado na proliferação de estabelecimentos comerciais e pequenas vendas. No mapeamento realizado na vila identificamos a existência de 40 unidades comerciais, entre as quais estão: frigorífico, mercadinhos, tabernas, padarias, lanches, banca de churrasco, loja de produtos peruanos, barbearias, borracharia, ponto de wifi e vendas de gasolina.

Essas unidades comerciais são basicamente uma fonte de renda adicional aos domicílios, sendo uma complementação aos salários, à venda da produção e aos benefícios. Caracterizam-se por serem empreendimentos familiares conduzidos pelos chefes das famílias e por não se constituírem como unidades empregadoras, pois os “trabalhadores” normalmente têm laços de parentesco com o proprietário.

Outra característica da atividade comercial local está na continuidade de formas tradicionais de venda, como: o fiado, o aviamento e a troca. A venda no fiado é praticada principalmente com consumidores assalariados e aposentados. Já o aviamento se dá principalmente com os pescadores de “peixe liso” que aviam com os patrões o combustível necessário para ir pescar. A troca é mais circunstancial, geralmente envolve a troca direta da produção local por produtos industrializados.

Tais práticas junto às relações comerciais mediadas pelo dinheiro contribuem para a manutenção do consumo em âmbito local. Deve-se destacar que as formas tradicionais de venda se diferenciam em parte das correspondentes estabelecidas em outras épocas, pois atualmente essas práticas estão mais baseadas na manutenção de relações de confiança entre comerciante e consumidor.

Os comércios locais se destacam pela variedade, sendo possível encontrar neles todo tipo de mercadorias, como: gêneros alimentícios, roupas, eletrodomésticos, combustíveis, material de construção etc. Ainda assim, o dinamismo da atividade comercial local durante o mês é fraco, o período de melhor movimento se dá nos dias de pagamento. O que revela a importância dos salários e dos programas sociais para economia local.

A falta de dinamismo durante o mês pode ser justificada pela inexistência de instituições financeiras na vila. Tal condição obriga que os saques de salários e benefícios sejam feitos em bancos de Santo Antônio do Içá, onde também invariavelmente são realizados os principais gastos mensais. No levantamento socioeconômico era comum ouvir a expressão “aqui nós compra só a miudeza, o grosso mesmo é em Santo Antônio”, o “grosso” se refere a itens comprados em quantidade, como fardo de arroz e açúcar, por exemplo. Já a “miudeza” é uma referência à compra em pequena quantidade realizada no dia a dia.

Embora a dinâmica comercial da vila se diferencie das praticadas na sede do município e nos grandes centros urbanos. Essa exerce um papel fundamental para inserção da vila no contexto da rede urbana regional, nacional e até mesmo internacional, o que se dá pela venda ou compra de mercadorias. Assim acontece a reprodução do capital e a consequente organização espacial, a qual de acordo com Corrêa (2006) se constituiu como uma dimensão da totalidade social que combina as instâncias econômicas, jurídica – política e ideológica.

O terceiro período aqui destacado para compreensão da formação socioespacial da Vila Alterosa do Juí é delimitado por nós a partir da atuação do terceiro pastor da Irmandade, mais especificamente entre o ano de 2007 até o momento atual. Essa fase se caracteriza pelo crescimento dos rendimentos monetários e pela maior inserção da Irmandade ao contexto político-administrativo, sendo essa cada vez mais uma organização representativa dos moradores da vila e não apenas uma entidade religiosa. Nesse contexto de mudanças, novas condições sociais emergem, dando maior complexidade à vila e aos fluxos, que tanto se intensificam, como também se diversificam.

CONCLUSÃO

Buscar entender a formação socioespacial a partir da periodização, é recorrer a reconstrução do tempo espacial dando evidência aos diferentes períodos que contribuíram para a organização espacial de determinado lugar. Para Corrêa (2006), quanto maior a escala espacial, isto é, menor a localidade, mais complexa se torna a periodização. Seu entendimento se baseia na ideia de que uma vila (por exemplo) reflete de modo particular os processos gerais que afetam regiões maiores, produzindo assim uma diferenciação espaço-temporal.

Partindo desse desafio, buscamos fazer a periodização da organização espacial da Vila Alterosa do Juí, mostramos que o surgimento e desenvolvimento da vila estão ligados ao movimento religioso liderado por José Francisco da Cruz na década de 1970 pela região do Alto Solimões. Por ter sido escolhida para ser a localidade sede da Irmandade, a vila reúne uma série de particularidades, o que a torna singular entre as vilas da Amazônia. A origem ligada a religião de doutrina escatológica lhe renderam os títulos de “cidade santa” e “arca do povo da Santa Cruz”.

Dada a importância da religião na vila, nossa periodização foi estabelecida em três períodos, os quais são definidos a partir da sucessão dos pastores. O período inicial é delimitado na fundação da vila até a morte de Irmão José, nele são construídas as bases ideológicas da vila espiritual e do projeto de estabelecer nela equipamentos urbanos para atender as necessidades dos fiéis. O projeto em si não foi concretizado, provavelmente em função das relações de produção da época, onde a lógica de dominação e exploração, exercida pelo monopólio patronal se sobressaia.

O segundo período marca a liderança do Pastor Valter Neves da Cruz. Nesse momento, a vila começa a ganhar aspecto de cidade com a criação de ruas e equipamentos urbanos, fruto das estratégias de concentração dos fiéis na sede e do engajamento político da liderança da igreja. A economia local não estava mais completamente presa aos padrões, cada vez mais a produção era escoada à sede do município, o que aos poucos foi levando a monetização da economia local.

O período atual é marcado pelo crescimento dos rendimentos monetários e pela maior inserção da Irmandade ao contexto político-administrativo, o que garantiu a criação do PAE e a consequente posse legal da terra. As atividades comerciais apesar do baixo dinamismo articulam o local ao global, o que se dá pelo poder da sociedade de consumo.

Ao final dessa discussão sobre a formação socioespacial da Vila Alterosa do Juí, concluímos que a vila passou por mudanças significativas; os segmentos de tempo se diferenciam cada qual com sua instância da totalidade social. No entanto, é a partir da combinação dos diferentes tempos que se elabora a organização espacial atual. As transformações verificadas evidenciam uma maior complexidade da realidade social e dos fluxos.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto Lobato. Estudos sobre a rede urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GUARESCHI, Pedrinho A. A cruz e o poder: A irmandade da Santa Cruz no Alto Solimões. Petrópolis: Vozes, 1985. 102 p.

INCRA. Laudo Agrônômico de Fiscalização: Projeto Agroextrativista (PAE) Vila Alterosa do Jui. Manaus, 2008.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Redistribuição e Desenvolvimento? A Economia Política do Programa Bolsa Família. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 52, nº1, pp. 53 a 83, 2009.

LIMA, Deborah & PERALTA, Nelissa. Programas de transferência de renda em duas Unidades de Conservação na Amazônia brasileira e Sustentabilidade. Novos Cadernos NAEA, v.19, n.2, p.43-67, 2016.

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. As facções e a ordem política em um reserva Tukuna. Brasília, Universidade de Brasília, 1977.

ORO, Ari Pedro. Na Amazônia um messias de índios e brancos: traços para uma Antropologia do messianismo. Petrópolis: Vozes, 1989. 207 p.

ORO, Ari Pedro. Tükuna: vida ou morte. Caxias do Sul: Vozes, 1977. 131p.

ROSINKE, João G. et al. Efeitos Sociais e Econômicos para o Desenvolvimento Local através das contribuições do Programa Bolsa Família no município de Sinop –MT no período de 2004 a 2009. Interações, Campo Grande, Vol. 12, nº1, pp. 77 a 88, 2011.

A VILA E A MICRORREGIÃO DE CAIAMBÉ, MÉDIO SOLIMÕES, AMAZONAS

Sthephano Mhae Alves Fernandes

INTRODUÇÃO

A pesquisa que dá origem a este capítulo abrangeu a realidade do cotidiano da Vila de Caiambé, município de Tefé – Amazonas, e as relações mantidas com as comunidades dentro do que se conceituou como Microrregião do Caiambé. Buscou-se entender a importância, em termos, de estruturação da rede urbana que a Vila tem para as comunidades do Rio Solimões e do Lago de Caiambé. A construção da observação geográfica foi monográfica devido aos poucos estudos relacionados a este tema nesta microrregião.

Iniciou-se o estudo partindo das abordagens clássicas da geografia que tem na descrição um elemento fundamental. A descrição da Vila do Caiambé, doravante chamada neste estudo somente de Caiambé, é fruto de um conjunto de trabalhos de campo sistemáticos realizados entre 2015 e 2017. Os trabalhos de campo tiveram como objetivo levantar dados, reconhecer padrões espaciais, entender o cotidiano do Caiambé e como esta Vila organiza o espaço da Microrregião do Caiambé. Devido à inexistência de dados secundários confiáveis foi necessário coletar dados primários e sistematizá-los para poder se compreender a estrutura urbana e o cotidiano do Caiambé.

Os estudos regionais e suas (re)configurações contribuem na compreensão das transformações locais observadas. O estudo realizado por Schor (2013), sobre cidades invisíveis, ao desempenharem funções urbanas não observadas, chegou-se à conclusão de que não somente algumas cidades são invisíveis, as Vilas também são invisíveis. Invisíveis para o estado e para os estudos acadêmicos, porém, visível para a sua região de influência por meio de serviços e atividades oferecidos a população local e pela sua dinâmica com centros maiores, em especial se se refere a Vila de Caiambé.

Para se entender a construção da Microrregião do Caiambé, buscou-se referencial teórico regional e nacional que pudesse contextualizar a dinâmica do cotidiano da Vila com as comunidades e a caracterização de uma microrregião. Assim, adotou-se o caminho metodológico que possibilita a explicação mais próxima do cotidiano, buscando-se estabelecer a relação entre teoria e prática na construção da práxis geográfica.

Nesse sentido, delimitou-se um conjunto de procedimentos desenvolvidos por Schor; Oliveira (2011), adaptados à realidade de Caiambé, visando explicar a articulação em rede que caracteriza a microrregião.

Níveis Interpretativo	Procedimentos Metodológicos
Políticas Públicas	Identificar os principais serviços públicos voltados para Caiambé. Por ser Distrito depende de sua sede municipal para lhe auxiliar nos serviços de saúde, educação e energia. E entender como a mesma se articula com a rede urbana no meio Solimões. E a discussão sobre o processo de criação do Município de Caiambé.
Cotidiano Urbano	Sem dúvida, os lugares têm suas próprias demandas e funcionalidades, Corrêa (2003) destaca três pontos para diferenciação do estudo da rede urbana: origem, tamanho e funções, observados no decorrer da história da Vila de Caiambé. Mas, olhando o cotidiano como conjunto de produtos e de obras diferentes dos seres vivos na perspectiva de construção da Microrregião do Caiambé (SOUZA, 2009).
Dinâmica populacional, estrutura social.	Analisar os dados censitários IBGE, em especial aos que se referem ao Caiambé, com relação a dinâmica populacional, educação, saúde, serviço de água, serviço de energia elétrica.
Ramos de atividades econômicas	Realizar levantamento de dados na Vila de Caiambé referentes a estrutura de comércio e abastecimento. Analisar como ocorre nos dias atuais a relação direta de Caiambé com as comunidades pertencentes da Microrregião do Caiambé. E a relação comercial com centros maiores, no caso a capital Manaus no abastecimento de produtos e venda de seus produtos.
Recursos Naturais	Realizar coleta de dados primários na Vila sobre a estrutura de comércio pautada na: produção de Farinha de Mandioca, Pesca Comercial, Produtos Florestais Não-Madereiros “Castanha” e “Açaí”, como fonte renda.
Transição dos Hábitos Alimentares	Acompanhamento do Regime Hidrográfico na Vila de Caiambé. E o acompanhamento da Cesta básica na sede municipal, Tefê e na Vila de Caiambé.

Tabela 1: Níveis Interpretativos Schor; Oliveira (2011).

Os procedimentos adotados sobre níveis interpretativos trabalhados por Schor; Oliveira (2011) vislumbram estudos relacionados sobre cidades na Amazônia. O estudo possibilita realizar um conjunto de arranjos relacionados a tipologia de rede urbana na Amazônia. O detalhamento de informações metodológicas propostas pelos autores foi adaptado em função de compreender as especificidades que acontecem localmente na região do Médio Solimões, com a finalidade de contribuir com o estudo sobre cidades e de Vilas na Amazônia.

A primeira hipótese consistia que “Caiambé não deveria ser tratada como Vila, mas sim como pequena cidade no contexto da urbano-diversidade da rede urbana do Amazonas”. A hipótese teve que ser re(elaborada), a partir da proximidade estabelecida com objeto de estudo, notou-se que se precisaria rever a hipótese por não contextualizar o todo em que estava inserida a Vila de Caiambé.

Pela importância que a Vila de Caiambé adquiriu no Médio Solimões no transcorrer do tempo, construiu-se a hipótese de que existe uma Microrregião do Caiambé, que tem na Vila de Caiambé sua centralidade. Foi somente após os extensos trabalhos de campo que se pode compreender a existência desta microrregião e a centralidade que Caiambé exerce.



Mapa 1: Localização da Microrregião do Caiambé.

Perante as transformações na passagem física, econômica e social vivenciada em Caiambé, estabeleceu-se a demanda de serviços oferecidos a sua população e demais comunidades vizinhas. Por esta perspectiva de importância no Médio Solimões é que a Vila de Caiambé adquiriu no transcorrer do tempo, a possibilidade de se pensar na Microrregião do Caiambé (MC), que tem na Vila de Caiambé sua centralidade.

Utilizar a classificação proposta por Bitoun (2009), ao escrever sobre a diferença entre as regiões no Brasil, e mais especificamente ao classificar 19 tipos de cidades brasileiras e extrair essa metodologia e aplicar na construção metodológica da MC, é fazer com que esse espaço junto a Vila de Caiambé se faça inserido na discussão local, regional e nacional ao se articular em Microrregião.

De acordo com Souza (2009), ao montar grupos de municípios para classificar suas semelhanças e diferenças e utilizar este artifício metodológico não só para municípios, mas também, aplicar nas centralidades onde se configuram as microrregiões. Neste caso a Vila de Caiambé e sua MC, ao apontar as “[...] características semelhantes que se inserem num mesmo tipo de microrregião (com distintos graus de riqueza) e que se diferenciam apenas em função do grau de urbanização” (SOUZA, 2009, p. 130).

Desta forma, ao construir uma tipologia resultante de uma análise multivariada que contou com pesquisa em campo, entrevistas, questionários, conversas informais, pesquisas bibliográficas da referida localidade, que considera ser o cerne para construir a base que sustenta a rede da MC.

A Vila de Caiambé se articula com sua MC de forma mais abrangente, ao proporcionar diversas redes de serviços que lhe dão centralidade, entre as mais requisitadas estão: energia, água, telefonia, educação, saúde e de compra e venda de atividades produtivas: farinha, pesca, açaí e a castanha.

Estes serviços se tornaram a centralidade dos problemas enfrentados pelas comunidades, que Bitoun (2009) utiliza como “isolamento x proximidade”, ao mesmo tempo em que estão distantes da sede municipal “Tefé”. Estão próximas da Vila de Caiambé que lhes dá suporte nas necessidades de serviços. Sendo a distância, muitas vezes, a principal dificuldade enfrentada não só pelas cidades e Vilas da Região Norte, fato que acontece em todo território brasileiro (BITOUN, 2009, p. 31-32). Assim, as dificuldades particulares locais da Vila de Caiambé e da MC são características enfrentadas em todo território do Brasil, sendo os recursos e serviços urbanos as formas de dispersão da população pelo território.

De certa forma, Bitoun (2009) classifica que há vários tipos de cidades e tipologias particulares ou específicas apresentadas de cada cidade e, também, acrescenta-se as Vilas neste universo geográfico que é o Brasil.

As Vilas ao apresentarem seus núcleos de povoamento apresenta vários níveis de heterogeneidade, que são apresentados pela óptica, seja da Pesca “Vila de Copatana”, a “Vila de São Francisco de Tonantins” pesquisa de Franco (2016) ao caracterizar a Vila como bairro urbano longínquo da sede municipal, a “Vila de Caiambé” como funções de cidade na MC.

Portanto, analisar o universo geográfico da Vila Caiambé e MC se mostrará a estrutural da microrregião. Os estudos desta microrregião sempre enfrentaram esta dicotomia entre rural/urbano, por não haver uma definição geral para o que pode vir a acontecer. Mas, sabe-se que estes elementos identificam “[...] objetivos fiscais que enquadram os domicílios, sem considerar necessariamente, as características territoriais e sociais do município e de seu entorno (...) (IBGE, 2017, p. 10). Neste contexto, não prender-se-á a esta dicotomia e vislumbrar-se-á fazer uma descrição que navegue por ambos de forma fluída tal qual descrito por Marinho e Schor (2009) ao analisarem Codajás.

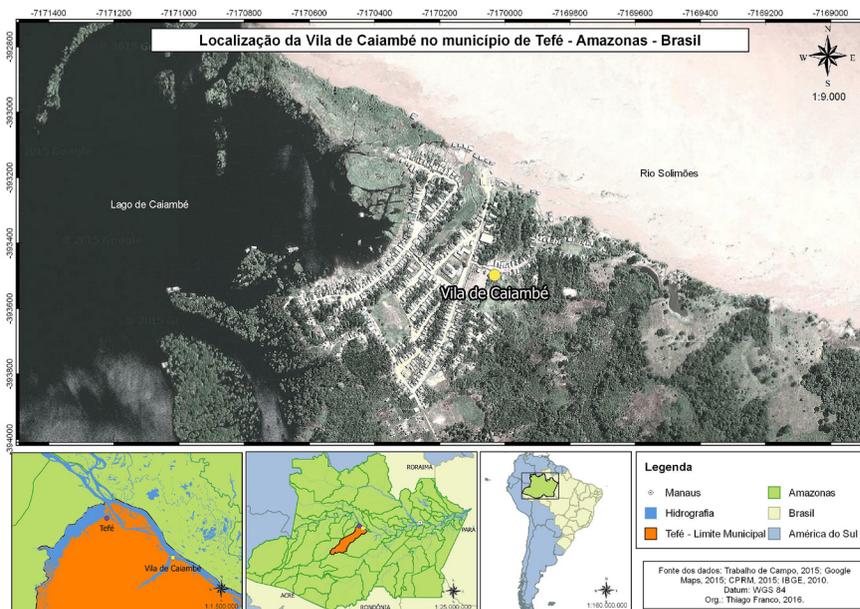
Por fim, a característica da Microrregião do Caiambé está pautada, principalmente, nos serviços e atividade produtivas que dão centralidade a Vila de Caiambé e em administrar essa rede conjuntamente com Tefé, apesar de não ser um município.

LOCALIZAÇÃO

A Vila de Caiambé faz parte do território do município de Tefé, encontra-se inserida na Mesorregião Centro Amazonense. Está mesorregião é formada por 30 (trinta) municípios, incluindo a capital Manaus.

A classificação de Vila proposta pelo IBGE (1991) diz respeito a localidade com o mesmo nome do distrito que pertence a sede municipal. As vilas podem apresentar dois padrões de acordo com IBGE (1991): o primeiro caso pode ocorrer de serem áreas urbanizadas caracterizadas por construções, arruamento e intensa ocupação humana, sendo, também, áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano e haver áreas de reservas de expansão urbana. No segundo caso, pode-se apresentar como áreas não-urbanizadas, com poucos aspectos urbanos, sendo predominantes características de localidades rurais.

A Vila de Caiambé apresenta as duas características “rural/urbano”; encontra-se localizada geograficamente entre as coordenadas de 03° 31' 49.2" de latitude sul a 64° 24' 34.4" de longitude oeste, possuindo uma extensão territorial de 518,1 hectares e estando distante de Tefé, sede municipal, por 40,11 km de distância rio abaixo (IDAM, 2011).



Mapa 2: Localização da Vila de Caiambé

Segundo a Lei Municipal nº 075/2014, de 26 março de 2014, criada no Município de Tefé, o Distrito Administrativo Caiambé, cosede na comunidade do mesmo nome, e aglomera as seguintes comunidades:

I – Solimões de Baixo: Bibiana, Mamuriá, Jutica, Marajó, Bonfim, Santo Eduardo, São Vicente, Porto Nazaré, São João do Catuá, Nossa Senhora de Nazaré, Bela Conquista, Nossa Senhora de Fátima, Santa Luzia do Bóia.

II – Lago de Caiambé: Caiambé, Feliciano, Igarapé Açú, Sacai, Barreirinha, Cairara, Miriti, Severina, Santa Rosa, Tucumã, São José do Macaco.

III – Solimões de Cima: Curiá, Genipaua, Nova Sião, São Francisco do Mirinin.

Por meio desse decreto municipal é possível perceber o grau de importância que a Vila tem na estrutura urbana no Médio Solimões. Com autonomia em poder dar suporte educacional, ter o posto de saúde preparado para prestar os primeiros socorros e contar com posto policial que garante a região. Pode-se a partir destas funções institucionais para iniciar a caracterização do que aqui se chamará de Microrregião do Caiambé.

A Vila de Caiambé, território de Tefé, tem uma localização geográfica estratégica. Diferentemente da sede do município que está localizada no lago Tefé, a Vila do Caiambé tem acesso direto ao Rio Solimões, na margem direita abaixo do encontro do rio Tefé com o rio Solimões. Esta localização permite que embarcações que navegam pelo Solimões passem na frente da Vila independentemente da sede do município

Desta forma, a localização estratégica da Vila incrementa a rede polarizada por Tefé. Rede que em primeira instância pode ser considerada, principalmente, no âmbito econômico com os fixos e fluxo oriundo de atividades comerciais (SANTOS, 1988) de Tefé. Deve-se compreender a centralidade da Vila, devido a estruturação da rede de transportes consolidada por Tefé. O intenso volume de embarcações que trafegam no Rio Solimões em que todas as embarcações passam pela frente da Vila, está aí o fato geográfico de Caiambé de ser beneficiado pela rede de Tefé.

Portanto, a rede de transportes que abrange a cidade de Tefé é a mesma onde a Vila de Caiambé está inserida; ambas usam o serviço hidroviário para se conectar com a capital Manaus. Porém, na frente de Caiambé, também, passam as embarcações que não adentram o Lago de Tefé, o que permite, pelo menos em tese, que o Caiambé faça parte de outras redes de transporte mais diversificadas e complexas do que simplesmente as que articulam a cidade de Tefé com a capital do estado, Manaus. Neste sentido, tem-se uma dinâmica própria que permite construir, análise e empiricamente uma microrregião que tem na Vila do Caiambé seu nó de interações.

DA POPULAÇÃO

As informações disponibilizadas pelo (IBGE) permitem reconstruir uma série histórica com os dados populacionais dos censos demográficos do município de Tefé nos anos de 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.

ANO	POPULAÇÃO URBANA TOTAL	RURAL	PERCENTUAL DE CRESCIMENTO (%)	
1970	19.173	7.822	11.351	-
1980	30.736	15.797	14.939	62,00 %
1991	53.970	39.057	14.913	56,00%
2000	64.457	47.698	16.759	20,00%
2010	61.453	50.069	11.384	-5,00%

Tabela 2: Série Histórica da População de Tefê.
Fonte: IBGE, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010.

A análise dos dados de Tefê mostra crescimento e decréscimo na populacional total. Em 1980 houve um crescimento de 62% em relação ao ano anterior. Em 1991, 2000 o crescimento populacional representou, respectivamente, 56% alcançado o maior índice populacional entre os censos e uma queda no crescimento de 20% na década seguinte.

Já em 2010, houve decréscimo populacional de -5% considerando percentual negativo de crescimento no período de 10 anos.

Os dados secundários referentes as Vilas são encontrados por meio do código setor “outros” na plataforma do IBGE. No caso da Vila de Caiambé, o IBGE ainda não reconhece a Vila como distrito. Este fato se dá pela falta de reconhecimento legal por parte do município de Tefê das coordenadas geográficas do limite distrital. Apesar deste fato foi possível, graças ao apoio recebido pelo IBGE, agência de Tefê, que auxiliou nas coletas de dados.

Os dados apresentados são do censo de 2010, realizado pelo IBGE na Vila de Caiambé, totalizando uma população 1810 habitantes. Mas, ressalta-se que a sistematização dos dados referentes a Caiambé só foi possível pela colaboração da Agência do IBGE, localizada em Tefê, em ceder dados que não estão em sua plataforma.

A base de dados sobre residências é apresentada como domicílios particulares e domicílios coletivos na Vila de Caiambé, considerando que domicílio é o local estruturalmente separado e independente, que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal (IBGE, 2010).

Tipo de Domicílios	Características
Domicílio Particular	Onde o relacionamento entre seus ocupantes é ditado por laços familiares, sendo construído para servir exclusivamente a habitação (com ou sem banheiro, cozinha, tanque, cômodos). Caracterizando o domicílio como parte de um grupo de casas com acesso único a logradouro. As casas estão geralmente agrupadas umas juntas das outras, cada uma delas possui uma identificação na porta em forma de numeração.
Domicílios Coletivos	Considerado um estabelecimento onde a relação entre as pessoas que nele se encontram podendo ser familiar ou não, sendo considerado como habitação alugada de casas de cômodo, caracterizando instalações hidráulica e sanitária (banheiro, cozinha, tanque), utilizando o mesmo ambiente para diversas funções (dormir, cozinhar, fazer refeições, trabalhar).

Tabela 3: Tipos de casas na Vila.

Fonte: IBGE, 2010.

No que se refere sobre a sistemática dos dados que viram a ser apresentados sobre o total de residências na Vila, são de origem do censo demográfico do IBGE de 2010. E fazemos uma ressalva de que o total de habitantes na Vila em 2010 foi de 1810. Sabendo que a média de habitantes para cada casa do Amazonas é de 4,5 pessoas por casa. Reafirmo que se utilizou dos dados do censo de 2010 e que a pesquisa não tinha por objetivo realizar censo demográfico na Vila. E se aconteceu alguma falha na coleta de dados pelo recenseamento não cabe a esta dissertação realizar correção de dados do IBGE.

No ano de 2010, a Vila de Caiambé tinha um total de 1047 residências particulares administradas por: pais, mães, sobrinhos, netos, sogros, avôs, avós, irmãos e irmãs, chegando ao percentual de 50% da população.

A pesquisa censitária revelou que 554 domicílios eram administrados por homens, chegando a 26% das casas, enquanto que as mulheres alcançaram 493 domicílios, representando 24% sendo elas as chefes de família.”

DA PESCA

A principal atividade econômica da Vila do Caiambé é a pesca. Tem-se a pesca comercial de peixes lisos (bagres) e de pescados de escamas como tambaqui. Essa atividade estrutura a dinâmica econômica na Vila e na MC.

As espécies de bagres são comercializadas no frigorífico e os peixes de escama são comercializados localmente e vendidos principalmente pela manhã e no final da tarde. A maneira como vendem são chamadas de cambadas, contendo entre 7 a 10 unidades de peixes, podendo ser da mesma espécie ou pode ser de distintas espécies.

A cambada possui diferenças entre uma espécie para outra, sendo o determinante a quantidade de peixe e o tamanho da espécie; geralmente as cambadas custavam em média dez reais (R\$10,00).

Mas, a quantidade de pescado, sua massa e preços praticados variam de acordo com a espécie e a sazonalidade. Atingem em média 2,00 kg/cambada, no caso da sardinha (*Triportheus* sp.) contendo quinze exemplares, o tucunaré (*Cichla* sp.) até 5,00 kg/cambada contendo cinco exemplares, a pirapitinga chegando até 7,00 kg/ (*Piaractus brachypomus*), contendo até três exemplares.

A cambada é um termo utilizado pelos moradores locais e adeptos do Brasil; fora da região Amazônica utiliza-se a palavra sarta que tem a mesma função de explicação da venda de peixes de espécies homogêneas e mistas, ou seja, possuindo diferentes espécies na composição da mesma sarta.

A sarta é a nomenclatura dada para uma unidade de medida local praticada em Tabatinga/Letícia/Santa Rosa equivalente à cambada utilizada em Benjamin Constant e nas localidades ao longo do rio Solimões. A única diferença é que em Tabatinga toma emprestado o nome utilizado pelos colombianos em Letícia (TAVARES-PINTO, 2015, p. 2015).

De acordo com Tavares-Pinto (2015), a cambada ou sarta pode ser descrita como um agrupamento de pescado amarrados pela guelra/boca por uma linha, palha ou cipó; a utilização de materiais artificiais danifica a qualidade do pescado, onde os compradores de Tabatinga classificam como: as outras queimam a guelra.

A comercialização dos bagres acontece, exclusivamente, a venda ao Frigorífico Neto Soares, veja-se a tabela de preço dos bagres.

Classificação	Denominação Popular	Critério em kg	Preço por kg
Tipo 1	Pintado	Acima de 4,500	R\$ 4,50
	Caparari	Acima de 4,500	
	Piraíba	Acima de 4,500	
	Dourado	Acima de 4,500	
Tipo 2	Pintado	Entre 3,00 e 2,500	R\$ 3,00
	Caparari	Entre 3,00 e 2,500	
	Flamengo	Entre 3,00 e 2,500	
	Melado	Entre 3,00 e 2,500	
	Jaú	Entre 3,00 e 2,500	
Tipo 3	Melado	Abaixo de 2,500	R\$ 2,50
	Pirarara	Acima de 1,00	R\$ 2,50
	Cara de Gato	Acima de 1,00	R\$ 2,00
	Mapará	Acima de 1,00	R\$ 2,00
	Bocão	Acima de 1,00	R\$ 2,00
	Pirabutão/Piramutaba	Acima de 1,00	R\$ 2,00

Tabela 4: Classificação dos bagres por kg.
Fonte: Campo realizado em 19/07/2017.

A classificação da nomenclatura bagre proposta por Moraes (2012), como:

[...] nome genérico e popular atribuído aos peixes da Ordem Siluriformes, em especial da Família Pimelodidae como Dourada (*Brachyplatystoma flavicans*), Piramutaba (*Brachyplatystoma vaillantii*) e Piraíba (*Brachyplatystoma filamentosum* ou *Brachyplatystoma capapretum*) e regionalmente são conhecidos como ‘peixe de couro’, ‘peixe liso’ ou ‘fera’” (MORAES, 2012. p. 37).

Toda a produção é vendida para Tabatinga; ao atingir uma certa cota de peso não revelada, ligam para o comprador que fica situado no município de Uarini. A rede de comércio é extensa ao ponto de sair de Tefé, ir para Uarini e chegar a um terceiro comprador localizado em Tabatinga. Não se acompanhou o destino final deste produto a chegar ao consumidor final, mas, talvez, este pescado pego na Amazônia possa estar atravessando a fronteira e estar sendo comercializado fora do Brasil.



Figura 1, 2: Câmara de resfriamento. Fonte: Acervo NEPECAB; Autor: FERNANDES, Sthephano Mhae Alves. Junho de 2016.

Alguns exemplares de peixe chamam atenção pelo tamanho como: surubim, jaú, pirarara, dourado. Os prioritários relatam ser um período de pouco pescado das espécies citadas anteriormente. No mês de julho de 2016 a maior produção quantitativa de pescado, pronta para ser transportada era de mapará, veja-se a figura a seguir.

O Frigorífico Neto Soares desde de 2016 passou por uma série de reformas em sua estrutura proposta pelo IPAAM para se adequar as normas estabelecidas para continuar desenvolvendo o trabalho de comercialização de bagres.

Em 2017 a senhora Regiane da Silva Soares (proprietária), do frigorífico tem o S.I.E (Selo Inspeção Estadual), e estas novas reformas são para admissão do S.I.F (Selo Inspeção Federal).

Por fim, estes dados coletados ilustram a prática de comércio desenvolvido em terra firme e na beira do rio, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas com moradores e empresários locais, mostrando a dinâmica de comércio de pescado na Vila e Microrregião de Caiambé.

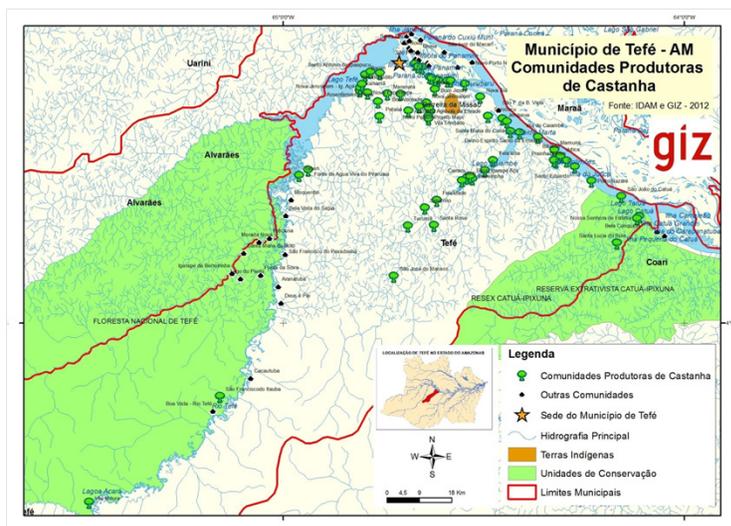
Outro setor de comércio bastante difundido na região é a venda da castanha. Este potencial chamou atenção GIZ¹, que realizou um diagnóstico do potencial de produção da castanha-do-brasil, no município de Tefé para instalação de uma usina de beneficiamento (BALZON, 2012).

O estudo ocorreu no ano de 2012, o qual contou com o acompanhamento técnico da GIZ e técnico do IDAM no levantamento de dados primários e secundários sobre a castanha, onde obteve-se os seguintes dados.

Entre as localidades com potencial de coleta se destacaram – Rex Estadual Catuá/Ipixuna, Comunidade do Jutica, Marajó do Jutica e a

¹ GIZ – Deutsche Gessellschaft fur Internationale Zusammenarbeit (Agência Alemã de Cooperação Internacional).

Vila de Caiambé. Estas localidades fariam parte de associações e cooperativas de pontos de coleta da castanha para serem enviados para Tefé, onde seria construída a usina de beneficiamento da castanha.



Mapa 3: Município de Tefé – AM, Comunidades Produtoras de Castanha.
Fonte: IDAM; GIZ, 2012.

Este Programa para a Proteção e Gestão Sustentável das Florestas Tropicais da GIZ não saiu do papel pela falta de recursos financeiros para compra dos equipamentos; o local funcionaria em um espaço já cedido pela prefeitura de Tefé. O mapeamento de áreas produtoras de castanha em Tefé, realizado pelo IDAM; GIZ em 2012.

Notou-se que além da farinha, castanha e do pescado, recentemente se descobriu a grande demanda de açaí para ser comercializado em Manaus. Foi um avanço para a pesquisa em identificar mais uma fonte de renda e mais um dado para enriquecer a descrição da Microrregião do Caiambé.

Esta atividade possibilita que várias pessoas possam fazer parte desta rede, por ser aberta. Assim, alguns produtores de açaí da região têm grandes açaiçais e praticam o compásquo. Campo (2000) define compásquo como um direito de comunhão de terrenos com diversos proprietários, ou seja, o dono disponibiliza suas “terras”, produção para outras pessoas fazerem a colheita e no ato da venda o dinheiro é dividido.

Os estudos de Marinho; Ribeiro (2009) relatam formas de comercialização do açaí e uma delas é feita por meio de “atravessadores” (tercei-

ros que compram o açaí para revender), o açaí é vendido no caroço, sem agregação de valor, o “atravessador” vende o produto na capital Manaus, onde é beneficiado e vendido como polpa.

[...]Outro caminho é marcado pela figura do atravessador. Os agricultores levam o açaí in natura, até os atravessadores nos flutuantes (edificações assentadas em grandes toras de árvores que flutuam, são encontradas nas margens dos grandes rios e funcionam principalmente como comércios e atracadouros). O destino desse açaí é quase que exclusivamente a capital do Estado, Manaus (BILLACRÊS; SCHWADE, 2009, p. 6).

Na Vila identificou-se o atravessador que compra o açaí já processado em formato de polpa, são entregues empacotados, contendo cada um litro de polpa, e são armazenados no gelo para serem revendidos em Manaus.

Toda produção de açaí que sai da Vila de Caiambé para a capital Manaus é comprada ainda no porto pelo encarregado do barco Estrela de Davi, age como atravessador. Abaixo está a tabela de preço.

Produção de Açaí na Vila de Caiambé					
Nº	Nome	Q. Produz. Semanal	Q. Produz. Mensal	Preço por Litro	Total vendido Mensal
01	Pelé	200 l	800 l	R\$ 2,50	R\$ 2.000,00
02	Okimar	200 l	800 l	R\$ 2,50	R\$ 2.000,00
03	Adelso	400 l	1200 l	R\$ 2,50	R\$ 3.000,00

Q: QUANTIDADE \ PRODUIZ: PRODUIZIDA

Tabela 5: Comerciantes de Açaí na Vila de Caiambé
Fonte: Fernandes, Sthephano Mhae Alves Fernandes.

Faz-se uma observação a estes dados elencados na tabela, que são somente os produtores que vendem sua produção com destino a Manaus. Mas, também vendem para os habitantes da Vila; porém, existem outros fabricantes do vinho de açaí.

O açaí é transportado até o comprador em sacas de fibras de 80 a 90 kg, mas, não é comercializado pelo peso, mas sim, por volume em litro, os quais medem em latas² de 20 litros. Cada lata custa R\$ 40,00 e comporta em média de 8 – 10 litros por lata.

² As latas onde são medidos, são as latas ou baldes de tinta de vinte litros, a qual utilizam como forma de medida para o açaí.

As sacas de fibras comportam entre 4 a 4,5 latas de açaí. Com relação a produção do vinho, o senhor Adelson relatou que os açaís vindo de terra firme rendem menos, pelos frutos serem mais secos, e por isso, a capacidade de litros é menor; já o açaí apanhado em terras de várzea tem uma proporção maior na quantidade de litros, e têm seus frutos viçosos e melhor qualidade de produção em litros.

CONSIDERAÇÕES

O estudo monográfico da Vila do Caiambé no município de Tefé, na região do médio Solimões, permite tecer considerações acerca da importância das Vilas na estruturação da rede urbana microrregional.

A economia da Vila de Caiambé e da Microrregião de Caiambé estão voltadas para ramos de trabalhos apresentados anteriormente. A economia gira em torno de ramos de trabalhos diversificados, sejam eles de trabalho assalariado, comercial e informal. As múltiplas formas somam-se em tentar encontrar formas para se sobressair perante a crise que afeta todo o Brasil.

Portanto, a produção de insumos possibilita mais um fator de construção da estrutura da Microrregião do Caiambé. A Vila de Caiambé ao conseguir concentrar a compra da produção de vinda de sua microrregião, centraliza e monopoliza a compra ao ponto de determinar o preço a ser pago pelos insumos. Assim, evidencia que a Vila age como papel centralizador perante as comunidades da Microrregião do Caiambé.

REFERÊNCIAS

BALZON, Tatiana A. Diagnóstico do potencial de produção de Castanha-do-Brasil no Município de Tefé para instalação e uma usina de beneficiamento. Assessora Técnica da Cooperação Técnica Alemã/GIZ, Tefé/AM, 2012.

BILLACRÊS, Máximo A. R. e SCHWADE, Tiago Maiká M. Arranjos Produtivos No Rio Solimões. XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009, pp. 1-13.

BITOUN, Jan. Tipologia das cidades brasileiras e políticas territoriais: pistas para reflexão. In: Jan Bitoun; Livia Miranda (Org.). Desenvolvimento e Cidades no Brasil. Contribuições para o Debate sobre as Políticas Territo-

riais. – Recife: FASE: Observatório das Metrôpoles, 2009.

CAMPO, Nazareno José de. Terras de uso comum no Brasil. São Paulo, FFLCH/USP Tese de Doutorado, 2000.

CRUZ, Manoel de Jesus Masulo da. Territorialização camponesa na várzea da Amazônia. 2007. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FRANCO, Thiago Guimarães. A Geografia das Cidades e das Vilas no Amazonas – O caso de Tonantins e São Francisco de Tonantins. 2016. 160f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

FILHO, José R. F; SILVEIRA, Helton F. da; MACEDO, José J. G; LIMA, Marcelo B; CARDOSO, Carlos E. L. Cultivo, processamento e uso da mandioca. 1º ed. Brasília-DF, Embrapa, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades: Tefé. s/l, s/d. (Disponível em <www.ibge.gov.br> Acesso em 25 outubro. 2015).

MARINHO. T. P. ; SCHOR, Tatiana. Segregação socioespacial, dinâmica populacional e rede urbana na cidade de Parintins/AM. Geografares: Revista do Mestrado e do Departamento de Geografia, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, v. 7, p.77-92, 2009.

MARINHO, Thiago Pimentel; RIBEIRO, Alex Butel. Os açazeiros de Codajás: as especificidades do rural e do urbano nos municípios da calha do Rio Solimões-Amazonas. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, pp. 1-15.

MORAES, André de Oliveira. “As iscas do mercado: relações de trabalho na pesca de bagres no rio Solimões”. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, pp. 1-18, 2010.

MORAES, André de Oliveira. Peixe, redes e cidades: aspectos socioambientais da pesca comercial de bagres no Médio e no Alto Solimões, Amazonas, Brasil. 2012. 140f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Programa de Pós- Graduação em Ciências do Ambiente e Sus-

tentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

NASCIMENTO, Dilson Gomes. A terra/água e o homem na várzea na Amazônia: Uma interpretação da vida ribeirinha. Sociedade e Território, Natal, vol. 27. Edição Especial I – XXII ENGA. p. 5-19, set. 2015.

PESSOA, Protásio Lopes. História da Missão de Santa Teresa D'Ávila dos Tupebas. Manaus: Novo Tempo. LTDA, 2005.

QUEIROZ, Sebastião Sampaio de. A pesca e a comercialização dos bagres no médio rio Solimões –Tefé (AM). 2012. 130f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da Geografia. Hucitec. São Paulo, 1988.

SCHOR, Tatiana. As cidades invisíveis da Amazônia brasileira. Revista Mercator, Fortaleza-CE, 28 (12), pp. 67-84, 2013.

SCHOR, Tatiana e OLIVEIRA, José Aldemir – Reflexões metodológicas sobre o estudo da rede urbana no Amazonas e perspectivas para a análise das cidades na Amazônia Brasileira. ACTA Geográfica, Boa Vista: UFRR, 2011, Edição Especial “Cidades na Amazônia Brasileira”. 15-30.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. Pensando a política nacional de habitação para a diversidade das famílias e dos municípios brasileiros. In: Jan Bitoun; Livia Miranda (Org.). Desenvolvimento e Cidades no Brasil. Contribuições para o Debate sobre as Políticas Territoriais. – Recife: FASE: Observatório das Metrôpoles, 2009. Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. – Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas, 2002.

TAVARES-PINTO, Moisés Augusto. A caça e a pesca na beira de Tabatinga: um estudo do mercado de recursos naturais na Tríplice fronteira Brasil-Colômbia-Peru. 2015. 169f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

AS VILAS DO CAREIRO: ENTRE O RURAL E O URBANO AMAZÔNICO

Junior Vieira de Castro

INTRODUÇÃO

A discussão acerca dos processos de urbanização na Amazônia nos últimos anos ganha destaque ao se relacionar a questão da urbanização com a preocupação mundial com conservação da floresta e de seus povos. A necessidade de compreender os processos urbanos, como se configuram no espaço amazônico e de que maneira ocorrem, propõe uma reflexão sobre as novas formas de ocupação dessa região. A interpretação do urbano, não só no Brasil, mas em todo o mundo, ainda está enraizado no movimento histórico da industrialização.

É difícil afirmar que vilas situadas no interior da Amazônia são áreas urbanas, mesmo pertencendo a uma região metropolitana. Mas pode-se afirmar que nesses espaços, manifestam características da vida urbana das grandes cidades. Este capítulo busca analisar as novas formas de organização social e espacial que se configuram atualmente no Norte do Brasil, uma região relacionada no passado à estagnação, ao atraso e um vasto território desocupado.

As vilas no século XXI entraram num período de novas dinâmicas de ocupação, onde o incentivo para o surgimento e a manutenção se pauta na sua organização econômica, social e com uma pequena interdependência governamental sobre as novas formas de trabalho. O que dificulta a classificação dessas vilas como espaços rurais e nem como urbano. O que torna evidente que o processo de povoamento na Amazônia ganhou novas características. O que foi a vila do período colonial brasileiro não condiz com as que existem hoje. É necessário repensar o papel das vilas na atualidade e considerar seu possível status de centralidade e autonomia econômica da região em que se insere. Desse modo, as vilas ganham novas características e essa nova dinâmica da vida social permite pensar a urbanização amazônica contemporânea de outra maneira.

A descrição da nova configuração da vila na atualidade se faz necessária para que se perceba as características desta localidade, que mesmo

estando afastada das centralidades político-administrativas apresenta representatividade em seus aspectos social e econômico. A partir da análise destas características pode-se identificar, ou não, se o urbano está no rural ou o rural está adquirindo características urbanas. E desta análise construir elementos que permitam compreender o processo contemporâneo de urbanização na Amazônia Brasileira.

O PAPEL DAS VILAS NO CENÁRIO URBANO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE se utiliza de algumas nomenclaturas para diferenciar o rural e o urbano no Brasil. Define as áreas urbanizadas como cidade ou vila. Nesta nomenclatura se cria o espaço legalmente definido como urbanos e caracterizados por construções, arruamentos e significativa ocupação humana. O entorno da vila ou da cidade são as áreas afetadas pelas transformações provenientes do desenvolvimento das cidades, as áreas reservadas à expansão urbana, estas são definidas pelo Instituto como áreas caracterizadas por ocupação predominantemente de caráter rural.

O município (IBGE, 2020) é dividido em distritos. Estes não tem autonomia política, pois tal categoria aparece apenas como organização territorial da administração municipal. A autonomia municipal está atribuída apenas ao distrito-sede, que ganha o nome de cidade. O que vale ressaltar aqui é a importância de manter a diferença entre município e cidade e seus distritos.

Para Araújo (2012), no Brasil colonial, para suprir a necessidade da ocupação do território e para se defender das constantes ameaças de invasões por parte de outras nações colonizadoras, foram criadas povoações, as quais, tempos depois, eram elevadas a vilas e, em seguida a cidades. O papel da vila, no cenário da ocupação do território, ganhou sustentação no fato de representar a consolidação da dominação portuguesa sobre as terras “conquistadas”. O que pode ser observado enraizado até os dias atuais, não no sentido de centralidade política, mas como sinônimo de ocupação territorial.

No século XVIII as vilas eram vistas como unidades de povoamento, os aldeamentos eram tidos como centros de arregimentação, organização e distribuição da mão de obra indígena (ARAÚJO, 2012). Vilas e aldeamentos serviram aos propósitos da política de povoamento, de transmissão da cultura portuguesa e de ordenação dos índios e colonos.

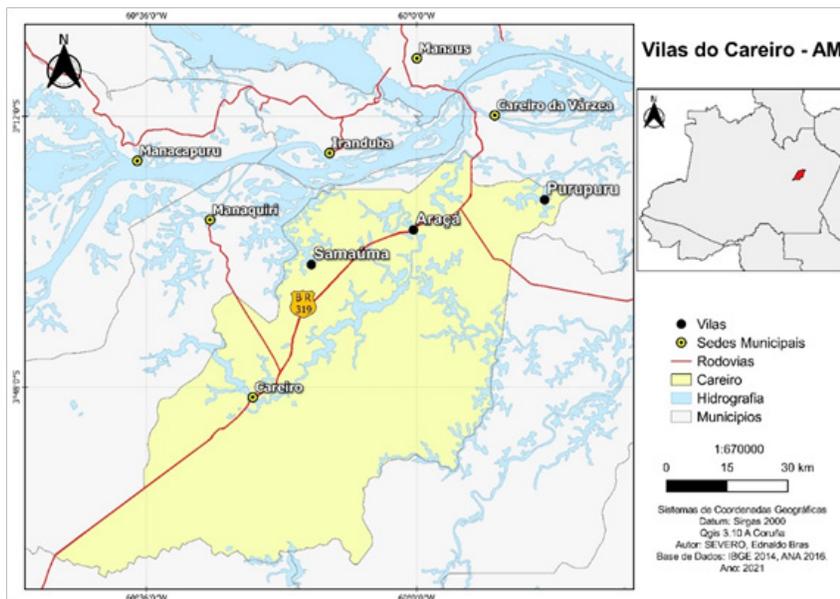
Para Trindade Jr. (2015), na Amazônia Ocidental merece destaque a Cidade de Manaus e sua região metropolitana que juntas concentram metade da população de todo o Estado, não apresentando cidades médias que possibilite uma melhor distribuição da população no território. O que permite pensar e tentar compreender de que forma se dá essa distribuição populacional em um espaço pequeno se comparado ao tamanho total do estado, já que o Amazonas possui municípios de tamanho gigantesco que pode englobar toda a Região Metropolitana de Manaus. De certo que todos os habitantes desta região não habitam as cidades sedes dos municípios, o que aponta para a existência de povoados e vilas que tem papel importante na dinâmica social preexistente. De certa maneira ainda existe uma preferência de alguns moradores pelo espaço rural, ou que ainda contenham tais características (TRINDADE JR. 2015). O autor chama esse processo de metropolização do espaço, sendo que se trata de um processo que permite a compreensão da dinâmica da modernização que ocorre no espaço para além da urbanização da população e do território.

No caso das vilas na Amazônia, podemos pensar também em uma forma de organização citadina de caráter rural, pois estas ocorrem nas zonas periféricas dos municípios, porém com significado muito forte referente à apropriação do espaço dos mesmos. Trindade Jr (2015) considera com dispersão da mancha urbana o que ocorre nos espaços metropolitanos. As sedes dos municípios, em conjunto com as comunidades, não dão conta sozinhas da apropriação do território, é necessário que haja outras formas de ocupação para que os serviços públicos possam chegar com mais efetividade aos lugares. A vila representa essa centralidade, pois nela pode haver todos esses serviços, aproximando assim a população rural da administração pública. “São os espaços metropolizados, no sentido de que assimilam conteúdos metropolitanos, sem que necessariamente sejam integrados aos perímetros geográficos convencionais das metrópoles” (TRINDADE JR. 2015, p. 95).

AS VILAS ARAÇÁ, PURUPURU E SAMAÚMA

O Careiro é o 6º município da Região Metropolitana de Manaus em área e população. População distribuída de forma homogênea ao longo do seu território, ocupando os mais diversos locais, onde em muitos casos o acesso é limitado pelos aspectos naturais presentes na Amazônia. Para a administração pública local, o município do Careiro está dividido em

cinco distritos. Desses cinco distritos considerados pelo governo municipal, apenas três possuem uma vila como centro, com arruamentos, água canalizada, energia elétrica, onde há a presença do comércio, da escola, do posto de saúde, das igrejas e de uma concentração maior de pessoas. Nos demais distritos há apenas um pequeno povoado onde se encontra a igreja, a escola e o centro social.



Mapa 1 - Localização das Vilas no território do Careiro

Fonte dos dados: IBGE 2017. Autor: SEVERO. Eduardo 2020

As vilas Araçá, Purupuru e Samaúma estão localizadas na região metropolitana de Manaus, no município do Careiro, que desenvolvem seus processos sociais e vivem uma dinâmica econômica influenciada, em parte, pelo modo de vida urbano e também fortemente com a vida rural. Considerando a definição oficial do IBGE de que a vila é a sede do distrito e a cidade a sede do município, as vilas em estudo aparecem desempenhando um papel central na sua região de abrangência. E se ampliarmos nossa análise para além dessa definição oficial, podemos pensar essas vilas como extensão da cidade, porém é uma extensão que está distante do centro, ou seja, a vila seria um bairro que não se conecta territorialmente com a sede municipal.

Descrever uma vila nos seus processos urbanos, localizada em uma região reconhecida pela representatividade de um vazio demográfico-

co não é simples, pois cada localidade dessa imensa Amazônia apresenta características diversas e singulares, cada uma com sua particularidade e maneiras diferentes de lidar com a floresta e com as dificuldades que ela os impõe cotidianamente. No entanto, tal descrição se faz necessário para que se perceba as características destas localidades, que mesmo afastadas dos centros político-administrativos, apresentam homogeneidades nos seus aspectos sociais e econômicos. A partir da descrição poderemos identificar de que maneira a população dessas vilas está inserida no processo de urbanização contemporâneo na Amazônia.

A VILA ARAÇÁ

A vila Araçá está localizada no km 40 da BR 319, no sentido Manaus – Porto Velho. Sua maior parte territorial situa-se do lado direito da rodovia. Neste trecho, onde está localizada a vila, a estrada é cortada pelo rio Araçá, que interliga via fluvial o distrito de Mamori ao restante do município de Careiro. Porém, o acesso fluvial para esta vila varia de acordo com a sazonalidade do rio. O acesso para a capital Manaus fica prejudicado ou muitas vezes completamente obstruído no período da seca. Nas viagens para Manaus, os moradores utilizam sempre o transporte rodoviário gastando em média 10 reais com passagem, em um trecho de 40 km até o porto da balsa que faz a ligação da BR 319 à Manaus. Isso acontece pelo fato de que o tempo de deslocamento da vila até a capital ser incomparavelmente mais rápido pela rodovia (cerca de 30 minutos) que pelo rio (03 horas em barcos), mesmo no período em que a rodovia esteve completamente intratável (praticamente em toda a década de 1990) a viagem pela rodovia sempre foi a mais utilizada.

Até o ano de 2005 haviam barcos, chamados na região amazônica de “recreios”, que faziam duas viagens por semana de Manaus até o Mamori. Alguns moradores, principalmente comerciantes, utilizavam esse modal para viagens do Araçá até Manaus para comprar e transportar mercadorias. Porém, com a melhoria na trafegabilidade da BR 319, esses barcos deixaram de fazer essas viagens por não terem mais clientela que viabilizasse a viagem e o rio não foi mais utilizado como rota de transporte de passageiros ou de mercadoria de Manaus para a vila Araçá.

A partir da década de 2000, o rio passou a ser utilizado apenas pelos moradores locais como forma de acesso às comunidades vizinhas, acesso aos terrenos situados nas margens do rio que pertencem a alguns morado-

res residentes na vila. Também é muito utilizado para a pesca, como opção de lazer no período da cheia, para transporte da produção rural ribeirinha e para acesso a outras localidades no Distrito de Mamori, tal como as comunidades de Pacatuba e Jacamim.

A vila do Araçá não possui histórico escrito, por isso não é possível afirmar com certeza o ano exato de sua fundação. Porém nela ainda vivem moradores antigos que participaram de sua criação e que, de acordo com seus relatos, esta vila teve sua origem influenciada pela dinâmica da BR 319. Devido ao rio Araçá “cortar” esta rodovia, e na época da construção da rodovia neste trecho (Km 40 havia) não havia uma ponte e os carros eram obrigados a parar para fazer a travessia do rio por meio de uma pequena balsa. Apesar do rio ser bem estreito essa travessia durava cerca de 20 minutos, devido as dificuldades de manobra do barco que conduzia a balsa.

Com o passar dos anos foram surgindo nesse local pequenos comércios e lanches que vendiam frutas, bebidas, refeições entre outros produtos que pudessem ser oferecidos aos viajantes. Logo foi construído um restaurante particular bem próximo do ponto de atracação da balsa, onde o dono estabeleceu um contrato informal com as empresas de ônibus para que houvesse uma parada obrigatória para lanche e refeições rápidas, em troca os motoristas e cobradores não pagavam suas refeições. A vila começava a se formar a partir do momento em que algumas famílias que moravam às margens do rio construíram suas casas e passaram morar no local.

Em 1986 chegou a esse povoado a primeira professora. A escola funcionava em uma casa emprestada, a mesma era coberta e cercada de palha e tinha o assoalho de paxiúba (truncos de uma palmeira da Amazônia), e foi nomeada como Escola Municipal Santa Luzia. Em 1989 foi construída uma nova escola com três salas de aulas, uma secretaria, uma cozinha e dois banheiros, que recebeu o nome de Senador Fábio Lucena a qual atendeu aos anseios dos moradores das comunidades próximas.

Tanto para os moradores que vinham da estrada quanto os que viam da área ribeirinha, a escola surgiu como uma ótima opção para quem não tinham onde pôr seus filhos para estudar e isso favoreceu em muito a consolidação da vila. A partir deste momento surgiram mais casas no entorno dos comércios e da escola e quanto mais serviços eram oferecidos na vila, mais pessoas eram atraídas para morar no local e com isso cada vez mais a vila crescia e consolidava. Durante muitos anos a vila se organizou a partir da dinâmica estabelecida pelo fluxo da BR 319 e do rio Araçá.



Figura 1 - Vila do Araçá em 2004
Fonte: Google Earth. Acesso 2019

Muitos estudantes eram oriundos de diversos pontos da rodovia, deslocando-se para estudar naquela escola que até então era a única acessível aos moradores das redondezas. A vila desenvolveu-se modesta, com apenas duas ruas sem pavimentação asfáltica ou de concreto e poucas casas, feitas principalmente de madeira, não possuía energia elétrica, nesse período a rede elétrica do município limitava-se apenas à sede.

A maior parte dos moradores era formada por pessoas que saíam das comunidades próximas e que resolveram morar no local em busca de maior acesso aos serviços básicos oferecido até então na vila. A vila, ao contrário de muitas outras, não surgiu pela influência direta da Igreja Católica, esta teve a escola como construção central de onde provém as demais construções.

Muitos moradores venderam seus terrenos para morar na vila e outros com melhores condições financeiras os mantiveram para a prática da agricultura. Moravam na vila e trabalhavam nos terrenos, principalmente no cultivo de mandioca e frutas regionais direcionado ao consumo familiar e à venda em barracas próximas ao porto de atracação da balsa. Os professores vindos de outras cidades para trabalhar na escola passaram a morar na vila para poder ficar mais próximos do local de trabalho.

A outra parte de moradores era de pessoas que viviam na condição de “caseiros” em sítios e fazendas situados às margens da rodovia. Eram pessoas que trabalhavam duramente cuidando de animais, cultivando o

solo e extraindo produtos e alimentos da floresta, mas não eram donos da terra e nem das casas. Estes adquiriram terrenos na vila e lá começam a morar com sua família para tornar o acesso à escola mais fácil, assim como ter acesso aos serviços que na vila já eram oferecidos como educação, saúde e principalmente o comércio.

As casas de início eram bem modestas, feitas na sua totalidade em madeira. Em 2020 encontramos na vila casas bem estruturadas em alvenaria e também de madeira, mas ainda é possível encontrar algumas casas que datam do período de implantação da vila, algumas em estado de abandono. Nestas casas construídas em terrenos mais baixos podemos perceber as marcas da água do rio Araçá quando atingem sua cota máxima, principalmente em grande cheias como a de 2011.



Figura 2 - Palafitas atingidas pela cheia do Rio Araçá.

Fonte: Castro J. V. Outubro de 2020

Por volta do ano 2000 o Governo Federal iniciou a execução de um projeto de recuperação e asfaltamento do trecho de 102 km da BR 319 que liga Manaus a sede do Careiro, e isso incluiu a construção de pontes de concreto ao longo de todo o trecho desses 102 km da rodovia, onde a travessia antes era feita por meio de balsas e pontes de madeira.

No Araçá foi construída uma dessas pontes, com isso a parada dos veículos na vila já não era mais necessária devido a ligação direta de uma margem a outra do rio proporcionada pela ponte. Devido a isso, o comércio que até então era o principal fator econômico da vila entrou em declínio, muitos comerciantes acabaram vendendo o ponto comercial e outros para

não se verem sem renda, simplesmente os mudaram de local, tirando de perto do rio Araçá e fixando-os mais próximos à rodovia.



Figura 3 - Ponte sobre o Rio Araçá
Fonte: Castro J. V. Outubro de 2020.

A ponte ao mesmo tempo que representou progresso para o município, também representou atraso para alguns moradores da vila. As atividades comerciais até então existentes na vila viveram um momento de estagnação, foi preciso que estes comerciantes se reinventassem para manterem seus negócios e garantir a renda da família que até esse momento dependia exclusivamente destes comércios.

Após alguns anos a população desta vila se adaptou ao novo fluxo estipulado pela BR 319, assim, novos ramos de negócios surgiram para dar continuidade ao processo econômico local. Devido a todo esse processo o que deu a entender, neste período, era a possibilidade de que a vila deixaria de existir, ou simplesmente seria abandonada pelos moradores que dependiam do comércio, por falta de um fluxo que gerasse renda para estas famílias.

A escola continuava a funcionar e atender cada vez mais alunos de várias partes do município. Para muitos moradores das comunidades próximas que finalizavam o ensino fundamental nas escolas municipais, esta escola representou a única opção para a conclusão do ensino médio sem ter que deixar suas residências para morar em Manaus ou na sede do município.

Como medida para que a vila progredisse, o governo municipal resolveu lotear terrenos a partir do ano de 2001, tal medida resultou na atra-

ção de muitos moradores de várias outras localidades até mesmo de outros municípios do Amazonas que vieram para residir na vila. Isso proporcionou um grande crescimento não só no aspecto físico, mas também no aspecto humano da vila. Contudo o governo deixou de investir em espaço de convivência como praça e áreas de recreação para estes moradores.

A Escola Estadual Senador Fábio Lucena localizava-se bem próximo ao rio onde hoje (2020) estão localizados o posto policial e o ginásio esportivo da vila. A escola tinha apenas 3 salas de aula, como passou a receber muitos alunos locais tanto das áreas ribeirinhas quanto da rodovia, esta teve que ser ampliada.

A modalidade de ensino oferecida de início era da primeira série até a oitava série do ensino fundamental. Com o crescimento da vila e a ampliação de sua área territorial, construiu-se em um outro local uma nova escola. Um prédio mais moderno de alvenaria comportando 13 salas de aula, biblioteca, refeitório e laboratório de informática. Atende atualmente aos alunos desde a primeira série do ensino fundamental até a terceira série do ensino médio, com assistência da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC).

Próximo da escola estadual, em 2002 o governo municipal implantou na vila a Escola Municipal Salvador Braga, com o prédio todo feito de madeira com 08 salas de aula e outras cinco dependências. Esta escola passou a atender alunos desde o maternal até a quinta série do ensino fundamental, sendo assistida pelo Secretaria Municipal de Educação (SEMED) que paga o quadro de funcionário e fornece a merenda escolar assim como outros materiais necessário para seu funcionamento.

Até 2020 a vila possuía 10 ruas sem pavimentação adequada e aproximadamente 360 casas, em sua maioria feita de madeira, 17 casas flutuantes e um número aproximado de 1.200 habitantes. Possui 09 igrejas sendo 8 delas evangélicas, vários pontos comerciais. Há uma Unidade Básica de Saúde, um pequeno prédio que funciona como delegacia com apenas uma cela provisória. Estima-se que 90% das residências dispõe de água canalizada abastecidas por 02 poços artesianos feitos pela Prefeitura Municipal. A coleta de lixo doméstico é feita três vezes por semana pela prefeitura. Como ponto de recreação há 02 quadras poliesportiva (uma ainda em construção) e um campo de areia próximo ao prédio da escola estadual.



Figura 4 - Principais prédios públicos da vila em 2020

Fonte: Pinheiro H. Outubro de 2020.

Não só as escolas como outros prédios públicos, como a Unidade Básica de Saúde, foram construídas para poder atender as demandas da população, que ano após ano vem crescendo, devido ao acelerado desenvolvimento da vila nos últimos anos e ao aumento de moradores nas proximidades da BR 319 e nas áreas ribeirinhas. Um dos fatores que também contribuiu para essa intensa circulação de pessoas na vila, foi a recuperação da rodovia, que facilitou significativamente o acesso local.

Um dado a ser destacado é a influência da enchente do rio sobre a vida da população local e ao crescimento da vila, já que boa parte do terreno está em área alagadiça, muitas casas são alagadas durante a cheia. Mas isso é apenas um fator característico da região amazônica e que os moradores, mesmo vindo de outros municípios se dizem acostumados a vivenciar, porém tal fator não impediu o adensamento e o crescimento da vila que aumenta ano após ano.



Figura 5 - Vila do Araçá, enchente de 2011

Fonte: Acervo Careiro. Google.

Nos últimos dez anos a vila apresentou crescimento mais acelerado com a chegada de pessoas de diversas partes do Estado ou até mesmo imigrantes venezuelanos, peruanos e haitianos. Em 2020, pode-se perceber o adensamento de casas e a abertura de novos lotes para ocupação de populares, porém não mais com auxílio ou influência do governo, ou seja, há a presença de um elemento antes presentes apenas nas grandes cidades, as “ocupações irregulares”.



Figura 6 - Novas área de ocupação na Vila Araçá 2019
Fonte: Google Earth. Acesso 2019

Segundo os moradores da vila, a abertura desses novos espaços de ocupação trouxe além de crescimento territorial, outros problemas presente nas cidades como a alta demanda de atendimento de saúde, desemprego e falta de segurança decorrente da atuação do crime organizado que nos últimos anos vem se alastrando para o interior.



Figura 7 - Área de ocupações irregulares na Vila Araçá
Fonte: Pinheiro H. Outubro de 2020

A vila não se destaca pela produção de nenhum produto em específico. A maioria dos moradores locais, quando não vinculados ao funcionalismo público (professores e funcionários da saúde) vivem de programas do governo como o “Bolsa Família” ou de aposentadorias, principalmente do INSS. Porém aqueles que não pertencem a nenhuma das três categorias anteriores retiram seu sustento de atividades extrativistas tendo como destaque o pescado. Esta, é a atividade que mais se destaca no local, a comercialização do pescado, principalmente o jaraqui (*Semaprochilodus taeniurus*), que é comercializado na vila, na sede do município e na capital Manaus. No mês de junho de cada ano é realizada a tradicional “festa do jaraqui” para celebrar a produção e entreter os moradores locais. E é na vila Araçá que está sediada a associação de pescadores do Careiro, com cerca de 600 associados não apenas da vila, mas de diversas partes do município.

O meio de transporte mais utilizado é o rodoviário, tanto para o deslocamento para a sede do Careiro quanto para a capital Manaus, sendo que o maior fluxo é para a sede municipal. Dentro da vila utiliza-se motos, carros e a bicicleta que ainda é bastante comum em pequenas cidades amazônicas. Pequenas embarcações são utilizadas para o deslocamento dos moradores das comunidades rurais.



Figura 8 - Posto flutuante na Vila Araçá

Fonte: Castro J. V. Outubro de 2020.

O combustível utilizado e comercializado pelos moradores vem de Manaus, adquiridos nos postos e distribuídos através de caminhão pipa, onde o vendedor/fornecedor não só vende como faz a entrega na vila. A vila conta com apenas um pontão (posto flutuante) e este não utiliza nenhuma bandeira de distribuidora. Na vila não há postos de gasolina em solo, mas é bastante comum encontrarmos a gasolina, o óleo diesel e o gás de cozinha sendo vendidos em pequenos comércios.

Apesar de fazer parte do elo de ligação entre os turistas e os hotéis de selva localizados no distrito de Mamori, a atividade turística foi citada por muitos moradores como um potencial local, porém ainda não explorado. Um fator de importância e influência na economia da vila é o ciclo hidrológico que na cheia facilita no transporte mas prejudica a saúde dos moradores, agravando o aparecimento de doenças e diminuindo a área para plantio, isso faz com que muitos tenham que deixar suas casas nesse período (relato de moradores).

Quando é o período da seca, o agravante aparece no acesso dos alunos das comunidades ribeirinha que têm que ir para a escola da vila. Além do mais, o acesso aos serviços de saúde e também para o escoamento dos produtos produzidos nas áreas ribeirinhas para serem comercializados na vila ou em outras partes do município fica comprometido.

VILA PURUPURU

A vila Purupuru é a sede do distrito de mesmo nome, é a mais extensa e populosa do município do Careiro. Em linha reta a esta Vila é mais distante da sede municipal do Careiro que das demais sedes dos municípios vizinhos. Seguindo o traçado das estradas essa distância é ainda maior. Saindo da vila com destino à Manaus a distância é de 76 km. Já saindo da vila com destino à sede Careiro-Castanho percorre-se 126 km. E da Vila até Autazes a distância é de 100 km. Isso pode explicar a pouca relação dos habitantes desta vila com sua sede municipal. Percebe-se que a viagem até Manaus se torna mais viável para os moradores da vila, pois é possível haver uma considerável economia de tempo neste percurso.

Para se ter acesso a esta vila, saindo de Manaus, por via terrestre é preciso trafegar pela BR 319 até o Km 26 e adentrar na rodovia AM 254 (Careiro-Autazes) e na altura do km 22 adentrar na vicinal (ramal do Purupuru) de 28 km até a vila. Esta vicinal atualmente está pavimentada, mas por muito tempo sua trafegabilidade foi bastante ruim, principalmente no período chuvoso, devido não receber manutenção constante. Por via fluvial o trajeto também não é dos mais simples, saindo de Manaus é preciso que se navegue pelo rio Solimões até abaixo da sede do município de Careiro-da-Várzea e entre em um braço do rio Purupuru passando por algumas comunidades até se chegar à vila.



Figura 9 - Vila Velha e vila Purupuru em 2002
 Fonte: Google Earth. Acesso 2019

Assim como as demais vilas analisadas nesse estudo, a Vila do Purupuru não possui histórico escrito, o que impossibilita de fazer afirmações sobre seus processos de formação e fundação. O que se tem são relatos de moradores que dizem terem participado da criação da vila.

Um fato curioso e bastante relevante é que nesta localidade há duas vilas próximas, a primeira fundada por volta da década de 1980 chamada hoje pelos habitantes da região de “Vila Velha”. Acredita-se que, devido ao seu sítio ser cercado por água e no período de cheia do rio essa área ser bastante afetada ficando ainda menor, isso impossibilitou seu crescimento limitando-a apenas 57 casas em terra firme e 6 flutuantes.

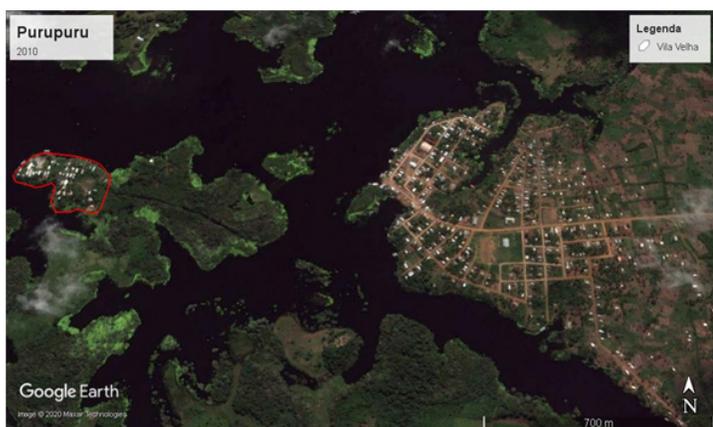


Figura 10 - Vila Velha e vila Purupuru em 2010
 Fonte: Google Earth. Acesso em 2019

A segunda vila é conhecida entre os moradores como “Mutirão”. Surge por volta do ano 2000 a partir da construção em alvenaria da Escola Estadual Pedro dos Santos. O local onde foi construído o prédio da escola é o fim do ramal e também o ponto de atracação das embarcações que faziam o transporte dos moradores que se deslocavam da “Vila Velha” e das demais comunidades locais para a sede municipal, Manaus e demais locais via transporte terrestre. A partir da construção da escola muitas famílias foram atraídas e começaram a se instalar nas proximidades, em busca de facilitar o acesso à escola e a alguns poucos pontos comerciais já existentes no local.

A partir de 2010 a Vila (Mutirão) teve um processo de crescimento mais acelerado que em anos anteriores, em pouco tempo alcançou um grande número de moradores. Os lotes dentro da Vila (Mutirão) foram delimitados pela prefeitura do município com tamanho padrão de 12 X 25 m, porém muitos moradores possuem mais de um lote lado a lado, o que torna esse terreno bem amplo. Em 2020, muitos desses lotes não possuem construção, outros apenas uma casinha modesta e alguns apenas como a estrutura da construção, percebe-se muitos lotes tomados por vegetação aparentando abandono. Talvez esse fator faça com que a vila seja bem ampla, e a menos adensada.

A vila surgiu influenciada pela dinâmica do rio. A escola, a Unidade Básica de Saúde, a igreja e a pracinha estão todas voltadas para o rio. Dentre as principais construções destacam-se na vila 16 igrejas, sendo a maioria evangélicas. Há uma Unidade Básica de Saúde, Josias Lira de Lemos. As principais doenças relatadas pelos profissionais da saúde desta vila, até o corrente ano, são a malária e as viroses comuns durante o ano todo. Há ao lado da igreja católica uma pequena praça, no entanto, não há outros locais específicos destinado ao lazer ou outras atividades recreativas além do futebol, já que possui apenas um campo de “terra batida” nas proximidades do porto e dois ginásios poliesportivos.



Figura 11 - Parte da frente da Vila Purupuru voltada para o rio
Fonte: Pinheiro H. Outubro de 2020

Assim como nas demais vilas deste estudo, a população desta Vila se dispõe pelo território de forma organizada, dividem espaços comuns ao longo do sítio. Existem casas com boa estrutura ao lado de casas mais modestas. Não há um local específicos de moradia para os mais ricos ou mais pobres. O que se pode destacar nesse aspecto é que a parte da frente da vila, aquela que está voltada para o rio, é a parte mais adensada, talvez pelo fato de este ser o ponto de onde se iniciou e se desenvolveu a vila.

Nas proximidades do “porto” está situado o novo prédio da escola estadual Pedro dos Santos, fundada em 1984, construída de madeira, atendia uma quantidade pequena de alunos. Já em 2020 dispõe de um prédio bem estruturado com 11 salas de aula, refeitório e demais dependências, inclusive um ginásio poliesportivo. A escola atende as modalidades de ensino a partir do Ensino Fundamental II (6º ao 9º) até a terceira série do Ensino Médio. A origem da merenda servida na escola é em parte de origem local, fornecida por alguns agricultores locais através de contrato firmado com o governo estadual.



Figura 12 - Escola Municipal Darlison Azevedo

Fonte: Castro J. V. Outubro de 2020

Um pouco mais afastado do porto está a Escola Municipal Darlison Azevedo, fundada em 2002, ano e que o governo municipal construiu ou reformou várias escolas nas comunidades do interior do município. Com 12 salas de aulas, sua construção é toda em madeira seguindo um padrão no formato da letra L, determinado pelo prefeito deste período. Foi construída para atender a demanda de alunos do ensino fundamental I (1º ao 5º ano) para que a Escola Estadual atendesse apenas aos alunos do ensino fundamental II e do Ensino Médio.

A vila possui cerca de 60 ruas, algumas recebendo pavimentação em 2020 no período eleitoral. Porém a grande maioria encontra-se em estado precário de trafegabilidade, grande parte dessas ruas são de terra e segundo moradores, quando chove fica muito difícil trafegar por elas. Segundo o Setor de Terras e Tributos da prefeitura municipal do Careiro, existem na vila pouco mais de 1.100 casas e aproximadamente 5 mil habitantes.



Figura 13 - Av. Nunes de Melo (frente da escola municipal)

Fonte: Castro J. V. Outubro de 2020



Figura 14 - Área de ocupações irregulares na Vila Purupuru
Fonte: Google Earth. Acesso 2019

O que fez com que os novos moradores que chegam na vila se estabelecessem em uma área mais afastada, próximo à entrada da vila pelo ramal. O que deu origem a uma área de ocupação que neste ano (2019) já possuía cerca de 100 casas.



Figura 15 - Ocupações irregulares no Purupuru
Fonte: Pinheiro H. Outubro de 2020

À esquerda da imagem vemos o ramal, à direita, na parte inferior, vemos o que seria a última rua da vila (tendo como referência o início da vila no porto), o que explica o fato desta rua ser pavimentada.

No que se refere ao deslocamento da população dentro da vila, percebemos a utilização principal de motos e bicicletas para deslocamentos próximos, e em alguns poucos casos o uso de carros. Para sair da vila com destino à Manaus, para a sede municipal do Careiro, ou até mesmo para a sede do município de Autazes, são usados os ônibus, de propriedade de

empresários locais, que saem todos os dias da vila para Manaus principalmente, mas que também possibilitam a integração entre várias outras localidades, situadas nas margens da rodovia BR 319 e ao longo dos vários ramais que ligam várias comunidades à rodovia AM 254.

As viagens para Manaus, também podem ser feitas por meio de barcos e lanchas, porém esse modal não é regularmente usado pelos moradores locais, estes preferem fazer a viagem de ônibus que é muito mais rápida. Os barcos são utilizados na maioria das vezes, por comerciantes para realizar a compra de mercadorias para seus comércios. Até porque os ônibus só circulam até o porto da balsa, no km 0 da BR 319, e para chegar até Manaus é preciso fazer a travessia do rio Solimões por meio de lanchas ou balsas, o que dificulta o transporte da mercadoria.



Figura 16 - Local utilizado como porto da vila

Fonte: Castro J. V. Outubro de 2020

Nos arredores da vila há a utilização de motores “rabetas” e lanchas de pequeno porte para o deslocamento dos comunitário das áreas ribeirinhas que utilizam os serviços ligados às áreas da saúde, educação e comércio oferecidos na vila.

O abastecimento de mercadoria é feito em grande parte pelos donos das distribuidoras vindos de Manaus e da sede municipal. O combustível usado pelos veículos e embarcações chega por meio de caminhão pipa vindos de Manaus, que vai direto para o único posto de combustível existente na vila o qual utiliza a bandeira ATEM. Nesta vila não há o pontão, mas é possível comprar combustível nos flutuantes fixados no porto da vila. A mercadoria para o comércio é transportada por meio de caminhão do distribuidor e pelo barco quando o próprio comerciante se desloca para fazer compras na capital Manaus.

As principais atividades agropecuárias são praticadas em terrenos localizados às margens do ramal e nas áreas rurais ribeirinhas, principalmente nos meses de outubro e novembro. O IDAM ajuda dando palestras e fazendo acompanhamento técnico aos produtores da região em dia marcado e agendado previamente pelos representantes do órgão junto à comunidade. As atividades que mais se destacam na agricultura é a produção de farinha e o cultivo do abacaxi, que são vendidos na feira local e enviados para serem vendidos em Manaus.

Nesse distrito tem a Associação de Pescadores do Purupuru que organiza e comercializa o pescado de todos os associados, que no período de seca, devido a parada do transporte fluvial sofre com diminuição significativa da produção. A Curimatã (*Prochilodus lineatus*) é o pescado que mais se destaca no consumo local e que também é comercializada nas comunidades próximas.



Figura 17 - Comercialização e uso do gelo artesanal.

Fonte: Castro J. V. Outubro de 2020

Como na vila não há fábrica de gelo para que possa ser utilizado na conservação do pescado, ele é feito pelos próprios pescadores em suas casas artesanalmente em sacos de 1 kg, e em alguns pontos próximos ao porto é possível encontrar este gelo sendo comercializado.

Às margens do ramal, que é bastante ocupada por moradias e pequenas fazendas, podemos encontrar áreas destinadas à pecuária, que é um ramo que também se destaca na economia local, onde se identificou a prática do arrendamento de terras, já que muitos latifundiários que criam poucos animais, complementam sua atividade com o arrendamento do campo para fazendeiros da várzea, que no período de cheia ficam sem campo e levam o gado para pastarem nos campos em terra firme.

A VILA SAMAÚMA

A Vila Samaúma é a sede do Distrito de Janauacá. Considerando como referência a BR 319, saindo de Manaus em direção a Porto Velho, a vila situa-se na margem direita da rodovia, mas para se chegar até ela é preciso que se adentre, na altura do km 68 desta rodovia, em uma vicinal (ramal) de 8 km de extensão aberta em meio a floresta. Da abertura do ramal (década de 80) até 2009, as condições de trafegabilidade permaneceram em precárias condições. Em 2009 recebeu pavimentação asfáltica e assim, boas condições de acessibilidade prometida desde sua criação.

Também é possível chegar até a vila por meio do transporte fluvial em lanchas e barcos de pequeno ou até de médio porte, subindo pelas águas do rio Solimões (saindo de Manaus) até a altura da cidade de Iranduba, na margem direita do rio está a foz do rio Janauacá, que interliga não somente a vila em questão à cidade de Manaus como inúmeras outras localidades do Distrito, inclusive comunidades pertencentes ao município de Manaquiri.

De acordo o histórico escrito pelo professor Paula (2005), a fundação da vila Samaúma teve início no ano de 1990. Podemos dizer que esse início se deu através da atuação do governo municipal, que desapropriou um terreno para a construção de uma pequena escola para atender a população que morava nas comunidades ribeirinhas próximas. Ainda de acordo com o histórico da Vila, no dia primeiro de maio de 1994 os moradores locais fizeram de forma manual a primeira rua daquela que viria a ser a Vila Samaúma. Até então tinha apenas o ramal, esta rua recebeu o nome de 1º de maio.



Figura 18 - Vila Samaúma em 2000
Fonte: Google Earth. Acesso 2019.

A partir de tais acontecimentos a vila foi se formando nos padrões das demais vilas brasileiras de séculos anteriores, com sua frente voltada para o rio determinada pela escola e uma pequena igreja católica construída atrás da escola, ambas com a frente para o rio. Estas construções determinavam o início da vila, e que de certa maneira permanece até os dias de hoje (2019), porém, somente a igreja ainda está situada no mesmo local. Até o ano de 2000, a escola ainda se situava em seu primeiro local de construção, na frente da vila, ainda tinha poucas casas, as ruas e o ramal sem pavimentação, mas já se podia perceber o surgimento de novas áreas de ocupação. Era um local ainda em desenvolvimento.

Até 1999 a energia fornecida para as residências do local era gerada por um “motor de luz” (gerador de energia movido a óleo diesel) situado na própria vila, o qual era ligado somente à noite e por apenas quatro horas. A partir do ano de 1999 a vila passou a ser atendida com energia elétrica 24 horas, através da rede elétrica interligada com a sede do município fornecida pela CEAM.

No ano de 2000 a vila passou a contar com a telefonia fixa. A extinta empresa TELEMAR implantou uma pequena central de telefonia fixa, atendendo várias residências com telefone residencial e orelhões distribuídos em três pontos estratégicos da vila. Segundo relatos dos moradores, era um serviço precário, conseguir uma ligação telefônica era raro, porém o serviço era a única forma de comunicação da vila com outros locais, e isso de certa forma ajudava a vila sair do isolamento. A partir de 2009 os telefones fixos e orelhões já não funcionavam mais, em 2019 a comunidade dispõe de telefonia móvel que funciona apenas para aqueles que possuem “antenas rurais”.

Em 2011 a vila já se apresenta bem mais adensada, com novas áreas ocupada por moradias, a escola já construída em um novo local dispendo de um ginásio poliesportivo, outras áreas já apresentam sinais de ocupação apresentando um crescimento em direção ao ramal que já possui pavimentação asfáltica desde 2009. A vila possui o rio como determinante de sua forma, permitindo sua expansão apenas em direção ao ramal, já que suas terras são cercadas pelo rio que durante o período da subida das águas toma conta de mais da metade da área de cada terreno localizados nas suas margens. Desde a fundação, os lotes foram delimitados com tamanho padrão de 10 metros de frente por 15 metros de fundo (na verdade essa limitação ao fundo se dá pelas águas do rio na sua dinâmica cíclica).



Figura 19 - Vila do Samaúma em período de cheia do rio.
Fonte: Chagas. Francisco das. 2019

A frente da vila ainda é considerada a parte que fica voltada para o rio, mesmo que o fluxo maior de pessoas saindo ou chegando na vila se dê pela estrada, ainda assim o acesso ao ramal é tido pelos moradores como parte de trás da vila e quem chega pelo rio adentra pela frente da vila. No período de cheia do rio, o sítio onde a vila está assentada é quase totalmente inundado, e isso de uma certa maneira acaba impedindo seu crescimento.



Figura 20 - A vila e novas áreas de ocupação.
Fonte: Pinheiro H. Outubro de 2020

A partir de 2018 passou a ser oferecido na vila o serviço de internet, grande parte das residências contrataram o serviço e boa parcela dos moradores passou a ter acesso à internet via satélite, de qualidade baixa, mas que garantiu o contato dos moradores com o que podemos chamar de novos padrões de relações sociais, principalmente para os mais jovens, proporcionando-lhes acesso às redes sociais e outros conteúdos da rede.

Em 2017 foi construído um pequeno balneário particular, com duas piscinas e área de recreação, isso representou para os moradores locais uma boa opção de lazer, sendo que nem mesmo a sede municipal possui um. Mesmo assim, o rio no período da cheia, ainda é o principal atrativo não só para os moradores como para os visitantes. Além do balneário e do rio como opção de recreação, a vila possui um ginásio poliesportivo, quadra de areia para a prática de voleibol e um espaço destinado à sua festa tradicional intitulada “festa da mandioca” que geralmente acontece no mês de setembro, o qual também serve como espaço de convivência para as crianças nos demais períodos.



Figura 21 - Área em comum dos domicílios

Fonte: Castro J. V. Outubro de 2020

A população da vila é formada principalmente por agricultores locais que ao longo dos anos saíram das comunidades rurais próximas, deixaram de morar nos terrenos ribeirinhos e buscaram maior proximidade com os serviços disponibilizados na vila, porém, algumas famílias mantiveram seus terrenos para a prática agrícola e criação de animais. Outros moradores que ali residem são funcionários públicos (principalmente professores e funcionários da saúde) que ao trabalhar no local resolveram estabelecer moradia fixa na vila.

Trata-se de uma população formada por filhos de moradores da mesma vila que, assim como nas demais vilas em estudo, ao constituírem família decidem continuar morando no local, compraram terrenos e construíram suas casas na vila, aumentando assim o número de residências e de habitantes. A vila possui aproximadamente 1500 habitantes sendo a grande maioria jovens e crianças. São pessoas que não são atraídas pela agitação

das grandes cidades, mas que procuraram uma proximidade ou até mesmo o acesso direto aos serviços e produtos citadinos e ao modo de vida considerado urbano.

Percebemos a dimensão das mudanças ocorridas na vila nos últimos anos em relação ao aspecto físico, principalmente a partir do ano 2010. Percebe-se o crescimento e adensamento da vila até 2020, o crescimento estrutural, as novas construções e a abertura de novas áreas para construção de casas e empreendimentos comerciais. Podemos destacar a construção de dois postos de gasolina já às margens do ramal, indicando o crescimento da vila nessa direção.

Para atendimento à saúde da população da vila e das comunidades próximas, foi construída e inaugurada em 2012 uma Unidade Básica de Saúde. A UBS contém em 2019 no seu quadro de funcionários, dez agentes de saúde que realizam visitas periódicas em domicílio tanto na vila quanto nas comunidades ao entorno. A maioria dos funcionários é local, apenas a médica, a enfermeira e a dentista não possuem residência na vila, todas são residentes em Manaus.



Figura 22 - Posto policial, UBS e Escola
Fonte: Castro J. V. Outubro de 2020

Segundo os profissionais da UBS, os principais casos de doenças registrados na vila estão ligados ao saneamento básico. Na vila não há rede de esgoto, sendo este direcionado para o rio, o mesmo que é utilizado pelos moradores para diversos fins. O contato direto com a água, principalmente no período da seca do rio torna a saúde dos moradores mais vulnerável às doenças como diarreia, malária e algumas viroses. A vila possui fornecimento de água canalizada para 100% das residências diretamente de um poço artesianos, situado ao lado da escola.

Em se tratando da educação, a escola, que pertence a Secretaria Municipal de Educação, desde o ano de 1995 a escola possui vínculo estadual funcionando como anexo da Escola Estadual Marçal Machado Girão, localizada na sede do município. A escola antes situava-se na frente da vila e devido à grande demanda de alunos provenientes tanto da vila quanto das comunidades próximas, em 2002 foi construído um prédio em um outro espaço, recebeu significativas melhorias na sua estrutura e um número maior de salas de aula, passou a atender desde então, aos alunos que ingressavam no Ensino Médio.



Figura 23 - Construção da escola em alvenaria

Fonte: Pinheiro H. Outubro de 2020

Em 2007 a escola passou a contar com modalidade Ensino à Distância - EAD, pelo Centro de Mídias da Secretaria Estadual de educação (SEDUC) para aqueles alunos que só podem estudar no período da noite.

O prédio da escola é todo construído em madeira, com 10 (dez) salas de aula climatizada, 1 (uma) cozinha, 1 (uma) sala para os professores 1 (uma) secretaria que também é a diretoria e apenas 2 (dois) banheiros. EM 2020 atendeu 490 alunos distribuídos desde a 1ª série do ensino fundamental até a 3ª série do Ensino Médio distribuídos em três turnos. Atualmente possui transporte escolar para atender aos estudantes de diversas localidades do entorno, sendo o transporte feito tanto por meio terrestre como fluvial com a parceria entre Estado e Município. No ano 2018 teve início a obra de construção da escola no local onde situava-se o campo de futebol da comunidade, em alvenaria com 15 salas de aula e outras dependências para melhor assistência aos alunos.

Para o deslocamento da população o meio de transporte mais usual atualmente é o ônibus, tanto para viagens para Manaus como para sede

municipal, estes pertencem a quatro proprietários que se alternam em duas viagens por dia, dois para Manaus em horários diferentes e dois destes fazem viagens apenas para a sede, também em horários diferentes.



Figura 24 - Porto de atracação na vila

Fonte: Castro J. V. Outubro de 2020

Por meio fluvial o transporte é menos utilizado devido a viagem ser mais demorada. Há uma lancha que sai diariamente da vila para Manaus as 5:00 horas e retorna as 15:00 horas com o preço da passagem em 30 reais cada trecho saindo do porto da vila. Há também um barco do tipo “recreio” de propriedade de um morador local que faz viagens para Manaus duas vezes na semana, este é utilizado principalmente por comerciantes para o transporte de mercadorias compradas em Manaus para o abastecimento do comércio local, o preço da passagem de barco custa 25 reais para quem sai da vila.

Na vila há apenas um pontão (posto flutuante) que além de abastecer as embarcações serve de porto de atracação para os proprietários possam realizar algum serviço ou negócios na vila ou na sede do município. Neste pontão é comercializado o gás de cozinha, a gasolina e o óleo diesel. Porém, como já foi salientado, em terra firme há dois postos de gasolina um no final da vila e o outro já na margem do ramal, porém bem próximo à vila.

Os donos desses postos compram o combustível em Manaus diretamente nas empresas de combustível ATEM. No período da cheia do rio adquirem o combustível em Manaus e na seca compram no Castanho, sede municipal. O posto flutuante atende as embarcações enquanto os postos em terra atende aos automóveis e motocicletas.

Em relação a produção agropecuária da região do entorno, é perceptível a criação de gado de corte praticada em grande escala por quatro irmãos empresários donos de grandes latifúndios. A maior parte dessa produção é destinada à Manaus e uma pequena parte é comercializada na vila. Na agricultura predomina o plantio da mandioca, realizado apenas por duas famílias de agricultores que dedicam seu trabalho exclusivamente a esta modalidade durante o ano todo. Um deles cultiva a mandioca para a produção da farinha e goma, o outro destina seu cultivo à produção exclusivamente de goma, com uma produção média de 30 caixas semanais com preço variando entre 120 e 150 reais cada caixa. Ambos são importantes empregadores locais.

Uma pequena parte da produção é destinada ao comércio local e a maior parte vai principalmente à Manaus, por meio da figura do atravessador, pois segundo esses produtores é mais viável vender para o atravessador porque não é preciso se deslocarem até Manaus, já que os custos com transporte diminuiriam sua margem de lucros. A produção é realizada na vila, em casas de farinhas flutuantes fixadas próximo ao porto da vila, estratégia usada para facilitar o transporte da mandioca do roçado até o local de tratamento.

A atividade extrativista praticada na região é principalmente a pesca, não objetivando a comercialização, é para o consumo das famílias locais, como complemento da alimentação adquiridas no comércio local. Existem alguns moradores que fazem parte de Associação de Pescadores do Araçá e que recebem o seguro defeso, porém praticam a pesca em outros locais, já que a associação possui sua sede na vila Araçá. Portanto, esses pescadores praticam esta atividade fora dos arredores da vila.

A mão de obra utilizada em todas as atividades econômicas e de produção é, na grande maioria, originária da própria vila, os trabalhadores são recrutados através do contato pessoal, o produtor vai até a casa dos trabalhadores ou vice-versa, isso depende da necessidade momentânea de cada um, e esse trabalho não gera vínculo empregatício, somente aceitam aqueles que se dispõem naquele dia ou por quantos dias quiser, ou seja, estamos aqui falando do trabalhador diarista.

Um fator de destaque na vila é a existência de alguns moradores que trabalham no turismo, são os trabalhadores de temporada, ou seja, são trabalhadores que se empregam apenas na temporada de pesca, que geralmente vai de agosto a março, estes trabalham de carteira assinada durante a temporada de pesca esportiva realizadas pela empresa “Da Silva Nave-

gações e Turismo” de propriedade de um empresário que possui terras nos arredores da vila Samauma.



Figura 25 - Acampamento fora da temporada de turismo.

Fonte: Gudes. Nadson da Silva 2018

O período em que estes trabalhadores são empregados por esta empresa de turismo corresponde à época de seca dos rios da Amazônia. Segundo o Sr. Nadson da Silva Guedes, gerente de um dos acampamentos, esses trabalhadores recebem da empresa, um salário mínimo em real, e a gorjeta diretamente do turista, em dólar. A gorjeta já é estipulada em contrato fechado no ato da compra do pacote pelo turista antes da vinda para o Brasil (disponível no site www.acuteangling.com).

Os pacotes são vendidos em agências de turismo de pesca nos Estados Unidos e destinados exclusivamente à prática da pesca esportiva em diversos rios do Amazonas, ou seja, o turismo movimenta a economia da vila, mas não é praticado na vila e nem nos arredores, é praticado em rios mais isolados principalmente na bacia do Rio Negro.



Figura 26 - Acampamento na temporada de turismo.

Fonte: Nadson Guedes. 2018

Fora da temporada de pesca, os acampamentos são trazidos para a vila e ficam ancorados próximo ao porto da vila. Durante a temporada estes acampamentos são levados para os locais onde será praticada a pesca.

Ao fim de cada temporada, os trabalhadores voltam para a vila onde ficam à disposição da lavoura, muitos passam a trabalhar no cultivo da mandioca como diaristas. Outros trabalham na fazenda do proprietário de empresa. Esses são responsáveis por cuidar e fazer a manutenção dos alojamentos. Apesar de alguns desses trabalhadores terem salário apenas por alguns meses do ano eles possuem casas bem estruturadas na vila, alguns possuem comércios e outros bens, fruto deste trabalho que, segundo eles, apesar de enfrentarem dificuldades devido aos diversos percalços oferecidos pela natureza, vale muito a pena.

Outra importante forma de renda de grande potencial presente na vila é o comércio, em sua grande maioria mercadinhos que comercializam de tudo um pouco, mas principalmente utensílios utilizados nas atividades rurais e na pesca. Dois desses mercadinhos possuem açougue adquirindo carne dos pecuaristas locais, e combinam à venda de diversas outras mercadorias que são vendidas tanto para a população da vila quanto para os moradores de comunidades vizinhas. Há apenas uma loja que comercializa materiais de construção, outras sete que vendem diversos utensílios básicos, uma pequena loja de materiais esportivos e uma movelaria, que atende toda a região do entorno e até mesmo encomendas tanto de Manaus quanto da sede municipal. Há também duas pequenas padarias, seis pequenos bares e três lanchonetes.

O trabalho nesses comércios é realizado pelas famílias dos proprietários, apesar dessa atividade movimentar grande parte da economia local, o comércio não gera empregos indiretos, pois os funcionários desses estabelecimentos são os próprios donos. Entende-se que são pequenos empreendimentos, que se adaptaram ao baixo fluxo nas vendas e que articulam a renda familiar com outras atividades. De acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas SEBRAE, os negócios locais são o combustível de toda a economia, e promover esse tipo de consumo gera ganhos para toda a região, pois ajuda a estabelecer um comércio mais justo, o que propicia mais desenvolvimento local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As vilas do Careiro se desenvolveram de forma espontânea e se consolidaram a partir da ação do governo, ou seja, o governo municipal ini-

cialmente desapropriou terras e construiu escolas. As escolas foram a ponta de lança para esse desenvolvimento, diferente dos relatos de que as vilas do período colonial surgiram, em sua maioria, a partir da ação da igreja, tendo a igreja como construção central e a partir dela configura-se a vila. Uma forma utilizada no passado, que tinha como objetivo povoar o território para afirmar seu domínio. Já nas décadas de 1970 e 1980 as estradas aparecem como influenciadoras desse processo de criação de novas vilas. No caso das vilas Araçá, Purupuru e Samaúma percebemos que não houve a intenção do governo de criar estas vilas, mesmo que tenham surgido sob influência da BR 319 não houve impacto significativo para a consolidação e manutenção dessas vilas.

A construção da escola foi apenas um meio de atender uma das inúmeras necessidades da população rural dessa região. Então o governo passou a agir sobre esses espaços, implantando postos de atendimento público e desenvolvendo pequenas ações de assistências às famílias destes espaços. Porém, por muito tempo não deu a devida importância às verdadeiras necessidades dessa população que carece muito mais que um espaço de moradia. Porém os reflexos de uma urbanização crescente estão presentes, mas ainda percebemos nestes lugares modos de vida bastante ligados à vida rural. A plantação de verduras no fundo do quintal, a criação de galinhas nos quintais, a alimentação quase diária baseada no pescado, o trabalho na roça e a venda da força de trabalho no cultivo da terra, atividades estas ainda classificadas tipicamente como rurais.

Em uma análise comparativa desses dados podemos perceber muitas coisas em comum, mas também vários fatores que se distinguem, mesmo essas vilas estando em uma mesma região territorial. É possível observar in loco entre os moradores a cumplicidade e o respeito pelo espaço onde vivem, onde cada um exerce seu papel de cidadão participante da população residente da vila. Há de se concordar que as vilas têm diversas origens, não apenas considerando-se o período de sua criação, mas também as motivações, os agentes sociais e o padrão de localização que representa necessidades e possibilidades de expansão desses núcleos de povoamento. A vila é, assim, antes de mais nada, um núcleo dotado de uma função ligada aos processos rurais, mas o padrão dominante diz respeito a função urbana que exerce no município.

Podemos afirmar que, de certa maneira, as vilas da Amazônia participam do processo urbano pensado para a Amazônia atualmente, algumas de forma mais intensa, outras não. Podemos pensar então as vilas como pe-

quenas cidades ou fragmentos delas. No caso do Careiro pensamos a sede municipal como cidade principal, as vilas Araçá, Purupuru e Samaúma são pensadas aqui como bairros afastados da cidade, que complementam e intensificam os processos urbanos que se manifestam na região.

Destacamos também como fator de grande relevância, ao considerar a imensidão da Amazônia, não é possível generalizar o estudo de três vilas e dizer que se compreende a dinâmica da urbanização da Amazônia no geral. O Careiro é apenas uma pequena parcela de um imenso território que foi estudado, mas que mesmo assim nos permitiu admitir a existência de novos processos de ocupação, de modos de vida e de manifestação da vida urbana também em áreas entendidas como rurais. Estas vilas vivem nos últimos anos um acelerado processo de urbanização ou pelo menos estão sendo influenciadas por tal processo. Há, no entanto, uma mistura desse modo de vida, uns mais ligados aos processos urbanos modernos e outros representando a permanência de um modo de vida do passado, mais ligados a atividades rurais.

Neste estudo, destacamos que ainda é um desafio compreender o papel das vilas no processo urbano que se estabelece na Amazônia, diante disto podemos afirmar que desenvolver um estudo dessa natureza não é tarefa fácil, devido à dificuldade de se compreender os diversos fatores que levaram à criação de vilas ao longo de toda a história do Brasil, ao longo dos anos estas ações de criação ganharam novas metodologias e representaram novos objetivos. É preciso entender o urbano não apenas como crescimento da cidade no seu aspecto físico, mas também na presença de características dessa vida urbana presente nas cidades, que se manifestam para além da cidade. Então, cidade e campo são espaços opostos e complementares, juntos constituem a centralidade e a periferia do poder na organização social (MONTE-MÓR 2006).

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Renata Malcher de. A urbanização da Amazônia e do Mato Grosso no século XVIII povoações civis, decorosas e úteis para o bem comum da coroa e dos povos. An. mus. paul. [online] 2012, vol. 20, n. 1, pp. 41 – 76. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142012000100003>. Acesso em 24 de novembro de 2018.

BECKER, Berta Kolffman. Fronteira e urbanização repensadas. R. bras. Geogr., Rio de Janeiro, 47 (3/4): 357-371, jul./dez. 1985.

INTERNET. Disponível em https://censo2010.ibge.gov.br/apps/altas/pdf/209_213_Glossario_ATLASDEMO%202010.pdf acessado em 24 de Novembro de 2018.

INTERNET. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Categorias:Vilas_do_Brasil. Acessado em 24 de Novembro de 2018.

MANUAL da base territorial 2014. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 157 p.

MONTE-MÓR, R. L. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n. 111, p. 09-18, jul./dez.2006.

TRINDADE JR., S-C. C. da. Pensando a modernização do território e a urbanização difusa na amazônia. Mercator, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 93 – 106, dez. 2015.

A PRODUÇÃO DA NATUREZA E O MODO DE VIDA CAMPONÊS NA VILA DO JACARÉ, MANACAPURU - AMAZONAS

*Jonathas Laborda Neves
Manuel de Jesus Masulo da Cruz*

INTRODUÇÃO

Conhecer a Amazônia sem atribuir leis gerais tem sido um grande feito, haja visto que para muitos a imagem se limita à biodiversidade, os grandes rios em sua profunda extensão e complexidade de rede hídrica, a maior reserva de água doce do mundo. As populações tradicionais como os povos indígenas tem pluralizado bastante os estudos sobre as cidades médias e pequenas cidade na Amazônia. Sob a perspectiva urbana as referências muitas vezes se limitam as grandes capitais Manaus e Belém. É necessário conhecer a diversidade das cidades e do urbano para entender não só a particularidade de cada uma, mas, não homogeneizar espaços urbanos e naturalizar a Amazônia como floresta intocada.

Foi nesta perspectiva que a pesquisa que fundamenta este capítulo se estruturou. Delimitou-se duas (2) áreas rurais do município de Manacapuru no estado do Amazonas: Lago do Jacaré (Comunidade 13 de Junho, Comunidade São Geraldo), e a Vila do Jacaré (Comunidade N. Sra. Do Carmo). A Vila do Jacaré com maior expressividade em termos populacionais e de dinâmica econômica foi selecionada como recorte para análise. O estudo da Vila do Jacaré se deu por meio da observação do cotidiano, do modo de vida, e da produção da natureza intimamente ligada ao Lago do Jacaré. Adotamos a análise da relação entre ambos os lugares, a Vila e o Lago. Quando nos referirmos ao Lago do Jacaré estamos intrinsecamente falando das comunidades que estão sobre o mesmo e quando fala-se da Vila do Jacaré somente referindo-se à Comunidade N. Sra. Do Carmo. Pode-se caracterizar como uma microrregião ao entorno do Lago do Jacaré que tem na Vila sua centralidade.

A Vila do Jacaré é uma daquelas localidades tipicamente amazônicas, com todas as características das pequenas cidades que Corrêa (2011)

em *As Pequenas Cidades na confluência do Urbano e do Rural* defende. Em se tratando de Amazônia essas localidades, consideradas por nós como pequenas cidades, em sua maioria sempre crescem da borda ao platô. A Vila do Jacaré está localizada à margem direita do Rio Amazonas/Solimões a sudoeste da sede municipal, Manacapuru, de onde se distancia cerca de 41km (quarenta e um quilômetros) em linha reta. Integra a Mesorregião Centro Amazonense, Microrregião de Manaus e por fim a Região Metropolitana de Manaus. Está a sudoeste da capital do Estado do Amazonas, Manaus, da qual dista em linha reta, 69km (oitenta e nove quilômetros). Estando sob as coordenadas geográficas: latitude 3° 36' 08.14" S e longitude 60° 49' 04.22" O.

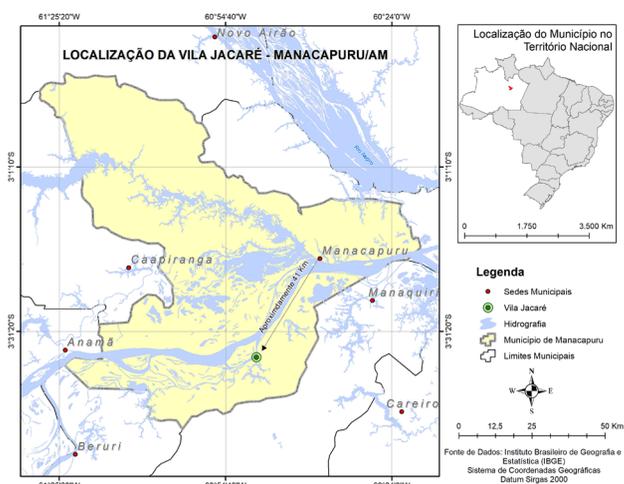


Figura 1 - Localização da Vila do Jacaré, Manacapuru - AM

Acredita-se que uma pesquisa que vise identificar as características socioeconômicas culturais e ambientais poderá revelar aspectos multifacetados e peculiares. Estes aspectos são importantes na análise das características da urbanização, disseminação e contradições do urbano contidas nesses lugares.

Considerando que a lógica capitalista não se re(cria) apenas sobre o urbano, e esses processos incorporam também espaços rurais, sem necessariamente torná-los urbanos temos o objeto de estudo. A Vila do Jacaré e a microrregião do Lago do Jacaré são exemplos destas características.

Procurou-se entender como se desenvolve o processo de urbanização da vila. Essa compreensão se deu pela análise dos sistemas de objetos e valores típicos das cidades, e até que ponto estas características urbanas, presentes nessa vila demonstram uma “urbanização do rural”, e esses es-

tudos revelam uma importante análise sobre as relações entre o rural e o urbano, campo e cidade. No que tange a estrutura social e ambiental, inerentes as vilas na Amazônia, pois as mesmas têm a forma do urbano, porém não são cidades, embora possuam serviços característicos das cidades, as atividades predominantes ainda são ligadas ao campo e a floresta.

Em se tratando do indivíduo diretamente envolvido no campo e na produção da natureza, adotamos o termo camponês, mesmo sendo um nome ainda temido se não pouco compreendido no Brasil que por vezes chama esse sujeito de agricultor familiar. Além mais, a não aceitação do mesmo como camponês acreditamos que restringe, nega que esse sujeito garanta sua subsistência por diversas formas que não somente a agricultura. Contudo, este estudo não se detém a discussão do termo camponês, embora considera-se importante apontar que trabalharemos com o mesmo por entender que, esse personagem é um ser versado, multifacetado, produtor de seu território, do espaço e do lugar e ele é quem detém papel profícuo na manutenção de sua família e não apenas de agricultor como já colocado.

A categoria de análise geográfica do território é entendida como aquele espaço apropriado, portanto pertence a uma pessoa física ou jurídica. Nesse sentido, a apropriação da natureza caminha de mãos dadas com a configuração do território que, por conseguinte elenca a premissa do poder/posse sobre a terra, entendido aqui como o campo (“a roça”). A abordagem sobre território, campesinato e a produção da natureza nesse cerne propõe uma reflexão pautada na inserção de seus atores enquanto produtores diretos desse território. Para que se compreenda a realidade e as singulares relações desenvolvidas sobre seu território não percebido unicamente como aglomerado natural mas como espaço de interação entre homem-natureza, em especial o espaço de vida da comunidade de Nossa Senhora do Carmo¹, uma vez que são estas relações que fundamentam sua organização territorial e social. Portanto partiremos da produção da natureza, de acordo com a segunda natureza em Marx, aquela fruto do trabalho, evocando o campesinato na Amazônia como parte integrante do modo capitalista de produção. Portanto o camponês entendido aqui como classe e o agente direto de apropriação/produção da terra.

A proposta apresentada visa abordar os conceitos de território e campesinato, suas estruturas, processos, funções e formas, identificando

¹ Comunidade Nossa Senhora do Carmo foi o nome que outrora recebeu a Vila do Jacaré, que popularmente era também chamada de Boca do Jacaré e segundo Vasconcelos (2017) foi elevada à categoria de comunidade em 23 de fevereiro de 1976, posteriormente elevada à categoria de Vila em 1988.

os agentes envolvidos na produção na natureza. Visa compreender como os investimentos públicos estatais foram realizados na comunidade ora objeto de estudo, no sentido de se compreender o porquê das construções, das calçadas, valas e ruas presentes em áreas específicas “in situ” e de certa forma mensurar a importância destas no ir e vir dos comunitários.

A pesquisa está pautada no estudo do lugar Vila do Jacaré. A metodologia utilizada para a coleta de dados foi a aplicação de questionários mistos com perguntas abertas e fechadas e sentenças objetivas e discursivas, de caráter socioeconômico, sobre saúde e questões ambientais. A Vila tem aproximadamente 405 famílias divididas em cerca de 300 casas. Selecionou-se uma amostra de 100 casas que correspondem a mais de 10% de casas visitadas. O método de escolha das residências foi aleatório uma vez que conforme a metodologia bola de neve foram nossos informantes que apontavam outros. A unidade de pesquisa foi o núcleo familiar, e o sujeito escolhido para prestar as informações foi o indivíduo identificado como chefe da família e na sua ausência ouviu-se o indivíduo de mais idade.

Em se tratando das dificuldades encontradas na gerência desta pesquisa, principalmente quanto a ausência de trabalhos que conseguissem oferecer aporte histórico, teórico e metodológico quanto a estudo de vilas na região de Manacapuru, julga-se que esta pesquisa contribui não só para o conhecimento do cotidiano dos moradores das vilas do referido município, bem como, poderá contribuir com estudos de outras localidades em áreas rurais, que passam por processos de urbanização que tecem transformações substanciais nos modos de vida dos indivíduos. Lugares onde a presença do rural e do urbano está objetivamente espelhada, ambos trabalhando isocronicamente. O “rururbano” conforme Gilberto Freyre (1982) mas também as “urbanidades no rural” conforme Rúa (2005, 2006), ora deslocando ora acrescentando, moldando lugares que não são totalmente urbanos, porém, não apresentam suas características rurais de antigamente, contudo, não significando o fim desse rural, mas sim, evidenciando a forte imbricação entre ambos numa relação que é em suma dialética.

A PRODUÇÃO DA NATUREZA, O MODO DE VIDA CAMPONÊS NA VILA DO JACARÉ - AMAZONAS.

Há que se contar que a produção da natureza é em si um processo que começa com a transformação ou antropização daquilo que se tem

como natural. Essa metamorfose na natureza produz as categorias de análise bem particulares à Geografia enquanto ciência: lugar, paisagem, região, território e o espaço. Cabe aferir ainda, que transformar implica em ação, e essa ação é em si a dialética da natureza proposta por Karl Marx, a que a geografia radical conhece como: o trabalho.

Partindo do trabalho o homem produz todas as coisas para ele, seja por necessidade, seja para acumulação, pois a leitura humana de mundo percebe a natureza como “recurso” não finito sob o capricho da ampliação e (re)produção do capital. Esta produção é atingível somente pelo trabalho. Marx não vê o trabalho como uma expressão humana qualquer, para ele o trabalho é a exteriorização do ser, logo, a objetificação da essência humana, definindo essa ação como o processo de colocar para fora a mais pura humanidade, o esforço material da transformação do mundo e satisfação das necessidades.

Na Amazônia, o camponês que regionalmente também é conhecido como ribeirinho, é o indivíduo diretamente envolvido nesse processo de troca material. Em *Os colonos do vinho* (1984) José Vicente Tavares Santos atesta que o camponês é aquele que planta, que colhe, que vende, que troca. Portanto, é aquele indivíduo multifacetado, que tem no trabalho sua única forma de subsistência e a partir do trabalho se apropria da natureza, transformando essa em território, espaço, mas, também em lugar.

O camponês, também é o sujeito que se utiliza da força de trabalho da sua família para sanar as necessidades da mesma. A luz do capital, o camponês sempre será aquele que produzirá excedente a fim de vender para comprar o que não produz ou deixou de produzir. Logo, o trabalho é a chave para o camponês, é a parte ativa do homem. Por fim, essa transformação resulta na produção de território pois implica no pertencimento, na posse de terras que tem seu destino a algum fim, traçados planejados e subsumidos pelo homem.

A VILA: PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO, CRESCIMENTO E A PRESENÇA DO ESTADO.

As terras que constituem hoje a Vila do Jacaré, pertenciam a um possessor Seu Francisco Cortez que na época constituiu um caseiro Seu Martins Tavares que tinha um casebre à margem direita do rio Amazonas/Solimões, de frente onde hoje é a Escola Lili Vasconcelos (figura 2).



Figura 2: A) Localização do Casebre de seu Martins Tavares, antigo fundador; B) Visão frontal da Praça de frente a EMEF Lili Vasconcelos. Fonte: Jonathas Neves, 2018.

Também moravam em outra porção de terra outras duas famílias, a família de Seu José Teófilo da Silva e a de Lili Vasconcelos, todas viviam da agricultura, da pesca, da caça, da juta e do pequeno roçado. É importante destacar que pelo relato dos entrevistados essas famílias na linguagem teórica são chamadas de *rendeiras*, que são aquelas que tomam posse por arrendamento. Foi exatamente processo que deu início a Comunidade Nossa Senhora do Carmo e os comunitários começaram a trabalhar pelo direito a terra, até que pelo *findar das “questões”*, que é o jargão utilizado por eles como referência a luta pelo direito de propriedade, *findasse*.

Outrora a localidade era chamada de Boca do Jacaré, época em que a atual vila era a Comunidade Nossa Senhora do Carmo reconhecida no dia 23 fevereiro de 1976 e doze anos depois elevada à categoria de Vila. É importante aludir que o nome do lugar *Boca do Jacaré*, está relacionado com o regime hidrológico dos rios amazônicos que no período de vazante e sobretudo na seca, deixa visível os depósitos aluviais antes submersos em frente a vila, dando lugar aos jacarés. Esse incremento considerável de terras aumenta em aproximadamente vinte minutos o tempo de deslocamento médio da terra firme, onde está a Vila ao lugar de onde pode-se pegar o transporte fluvial.

Embora, a quantidade de jacarés tenha diminuído devido a caça, os entrevistados Leal (2017) e Vasconcelos (2017) atribuem a permanência do nome da Vila a essa referência a espécie crocodyliana que até hoje determina o nome do lugar Vila do Jacaré.

Quanto a origem, Dona Brígida Tavares de Vasconcelos 64 anos, afirma que a Vila do Jacaré surgiu de uma brincadeira de criança. O princípio de tudo foi a festa iniciada em 1926 e que ainda é festejada perfazendo noventa e três. A história essa que ela conta.

[...] Minha sogra (Crisólita Medeiros de Vasconcelos) pequena assim disque tinha um negócio na terra preta. Lá em Manacapuru já festejavam Sto. Antônio (Santo Casamenteiro), lá levantavam os mastros assim com as bandeiras e com tudo né, e aquela história que nós tamo comentando que iam pro roçado; Então, foi todo mundo trabalhar ai eles como pequenos ficaram em casa, ela com um irmão e outros mas o início foi mesmo ela com um irmão: Vamos brincar? Vamos! Ai pegaram um pau e enfeitaram, o que tinha pra colocar pegaram e colocaram. Naquele tempo todas as senhoras usavam umas tal de anáguas², então essa senhora que vem ser bisavó do preto (Sebastião Vasconcelos) que era vó deles no caso, pegaram a anágua da velha lá, cortaram e fizeram a bandeira. Fizeram a bandeira e um monte de pau e tacaram fogo, pegaram as taboquinhas³ cortaram meteram fogo, [...] era o foguete deles, e quando os velhos chegaram, eles tavam nessa brincadeira. Ai disque foram pensar: Vamos ver uma data pra nós fazê uma festa, né? Aí pegaram logo a N. Sra. do Carmo, os pais deles pegaram logo dezesseis de julho, quinze e dezesseis. Acontecia na semana mesmo, hoje só aos finais de semana, muitos querem vir, mas moram na cidade. Minha sogra cresceu e fez uma promessa, muito devota de N. Sra. do Carmo (resolveu homenagear a santa), na época dela ela dava até achocolatado feito de cacau e pé de moleque. E assim foi! (VASCONCELOS, 2017) (grifo nosso)

Dona Brígida menciona que o local onde a festa é realizada até hoje outrora foi a sede social da comunidade. Antigamente erigida pelos moradores em estrutura de madeira, reformada todos os anos devido as intempéries, foi reconstruída pelo então prefeito de Manacapuru o Sr. Angelus Figueira em 1989 como Centro Cultural Nossa Senhora do Carmo (figura 3) que segue hoje mantida pela comunidade.

2 Anágua(s) substantivo feminino que por definição é uma saia que as mulheres usam sob o vestido; conhecido também como saia de baixo.

3 Taboca ou taboquinhas no diminutivo é uma vara verde da espessura de um dedo polegar e é encontrada nas florestas brasileiras. Usada na fabricação de flechas, paneiros etc., comum na região amazônica, “herança de índio”. No contexto da região onde está Manacapuru, os Índios Mura.



Figura 3: Centro Cultural Nossa Senhora do Carmo (presente).

Fonte: Jonathas Neves, 2018.

Há o chamado Encontro de Comunidades que acontece por meio da interação dos comunitários nas festas que as demais comunidades possuem. Na vila devido a mistura entre a parte religiosa e a social que vinha frequentemente ocorrendo, a Igreja Católica do Brasil orientou que a festa deveria acontecer separadamente, afirma D. Brígida.

Quanto ao papel da Igreja na vila, cabe aludir que a Igreja Católica Apostólica Romana, por meio de suas ordens eclesiásticas, foi a primeira Instituição clériga que teve importante papel para a consolidação dos povoados e vilas. Importância também no fomento à educação, para as diversas atividades sociais e apoio as comunidades bem como para a criação das cidades na Amazônia, e nisso Oliveira (2006) brilhantemente pontua o papel da Igreja na Amazônia do séc. XVIII, nesse processo de povoamento da região.

Não diferentemente do papel das missões religiosas em Oliveira (2006), na vila do Jacaré os missionários atuaram para o fomento e crescimento da mesma. A comunidade se autodenominava por meio da igreja, uma comunidade católica, as duas capelas que existem na Vila são a expressão da presença católica no lugar Vila do Jacaré, hoje ligada a Diocese de Coari⁴. A Igreja Católica Nossa Senhora do Carmo e a Igreja Católica Menino Jesus (figura 4) recebe visitas semestrais de padres, da Paróquia de Nazaré em Manacapuru, responsáveis também por outras cento e quarenta comunidades.

⁴ A Diocese de Coari é um perímetro sacerdotal estabelecido pela Igreja Católica Apostólica Romana no Brasil, pertencente à Província Eclesiástica de Manaus e ao Conselho Episcopal Regional Norte I da CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, sendo regida pela da Arquidiocese de Manaus.



Figura 4: A) Capela Nossa Senhora do Carmo; B) Capela Menino Jesus.
Fonte: Jonathas Neves, 2018.

À medida que a festa se popularizou mais famílias foram ocupando os arredores da então comunidade, e é neste momento que Seu Francisco Cortez resolve pedir a reintegração de posse. De acordo com Vasconcelos (2017), coordenador da comunidade durante dezenove anos “os ofícios chegavam direto”. Os ofícios em questão eram os mandados de reintegração de posse.

A festa à Nossa Senhora do Carmo (nome dado a Maria, mãe de Jesus na Ordem do Carmo) não é a única tradição na Vila do Jacaré. O levantar do estandarte com a bandeira da santa padroeira é momento marcante do evento (figura 5), mas também o desfile cívico da semana da pátria. Antigamente o desfile contava com um grupo de comunitários caracteristicamente vestidos com roupas típicas ao seu ofício e trabalho com a terra “roupas da lida” (figura 6), hoje o desfile conta com a participação das escolas EMEF. Jofre Pessoa Alencar e EMEF. Lili Vasconcelos, apoiado pela comunidade.



Figura 5: O levantar do estandarte com a bandeira da santa padroeira nas festividades de aniversário da Comunidade. A) 1985; B) 2018 Fonte: A) Acervo pessoal D. Brígida Vasconcelos, 1985; B) Acervo pessoal Kelly Cristina Vasconcelos 2018.



Figura 6: Desfile na “Semana da Pátria”: A) Desfile dos alunos da EMEF Lili Vasconcelos; B) Desfile de comunitários em trajes de trabalho. Fonte: Acervo pessoal de D. Brígida T. Vasconcelos, 1989.

De acordo com Vasconcelos (2017), foi o prefeito Senhor Paulo Freire que fez uma proposta pela aquisição do terreno. Essa proposta levou algum tempo para se realizar, “naquele tempo não tinha energia ainda”. Nesse entremeio as famílias foram contempladas pelo PDRI – Plano de Desenvolvimento Regional Integrado, com a escavação do primeiro poço da comunidade. O início conturbado da obra retrata as tensões entre os comunitários e os proprietário legais. No dia que era para iniciar a obra chegaram homens armados a mando dos filhos do Senhor Francisco Cortez, “embargando a obra”. Somente no dia seguinte quando D. Brígida já havia regressado de Manacapuru, pois foi tratar do ocorrido com o prefeito, o engenheiro foi medir as terras da comunidade, para enfim empossar

legalmente as famílias, através do documento de doação das terras (VASCONCELOS, 2017).

A partir de então, cabe apontar que se sucederam uma série de obras, benfeitorias e arranjos que intensificam a percepção da presença do Estado na Comunidade. Um exemplo dos investimentos é a construção do campo de futebol (figura 7) orçado em mais de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais). A presença estatal trazendo essas transformações no espaço se apresentam como fatores diretos de abandono do campo e a procura pelo urbano.



Figura 7: Construção do campo de futebol da Comunidade, A)2005, B) 2017.

Fonte: A) Diocese de Coari, adaptado. B) Jonathas Neves, 2018.

Da doação de terras às obras viárias finalizadas em 2017 pela Secretaria de Estado de Infraestrutura (Seinfra), todos os eventos que aconteceram se destacam como fator de atração. Eventos dos quais elencaremos os que mais aparecem nas entrevistas e no apurado pelos questionários.

Em primeiro, a escavação do poço e a doação de lotes a moradores da Comunidade N. Sra. do Carmo, impulsionada também com a elevação a categoria de vila. Tornou-se Vila durante a sessão realizada no dia 06 de agosto de 1988 onde o presidente da Câmara Municipal de Manacapuru o vereador Francisco Fernandes Bezerra promulgou a lei municipal nº 009/88 estabelecendo que a Comunidade passaria a Vila estando ela a partir de então sob tutela do Poder Executivo em concomitância ao Legislativo. Mas, também graças as obras viárias, as obras de pavimentação e terraplanagem, e a oferta de serviços (UBS, Escolas de Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio, e o comércio).

Um segundo evento de relevância foi a chegada da energia elétrica por meio do Programa *Luz para todos*, do Governo Federal. Antes deste programa a energia era proveniente de motor movido a queima de combustível que estava sob responsabilidade da CEAM – Companhia Energética

do Amazonas. Cabe apontar que segundo a moradora Kellen Regina Pereira Furtado, 42 anos, desde os anos 2000 a Vila já contava com energia elétrica que era taxada pela CEAM, e somente por volta de 2009 (dois mil e nove) os moradores começaram a pagar integralmente pelo consumido, já para a nova concessionária do serviço a AmE – Eletrobrás Amazonas Energia a atual incumbida pelo Governo Federal de promover e expandir a rede do Programa de Eletrificação Rural nas comunidades o “*Luz para todos*”.

A figura 8 (oito) ilustra o crescimento da Vila, onde se expressa espacialmente em ícones sobre o mapa, os serviços que no ano 2000 (dois mil) a Vila dispunha e que os informantes conseguiram apontar.

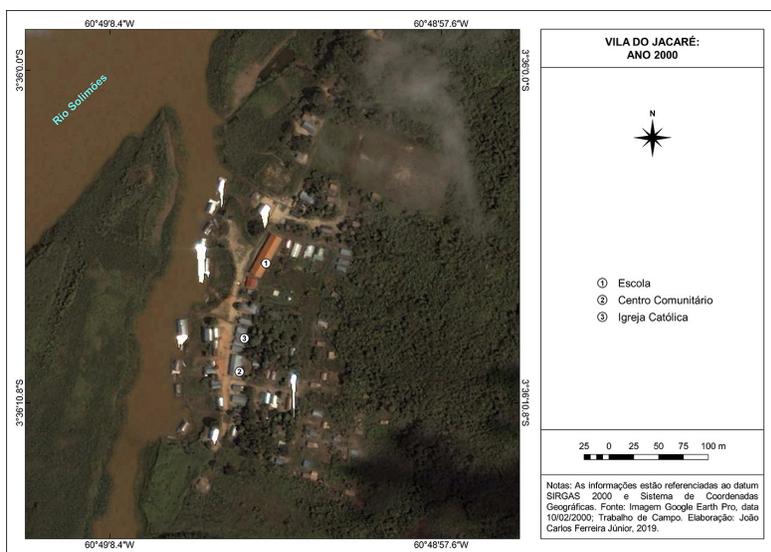


Figura 8: Vila do Jacaré anos 2000.

Fonte: imagem Google Earth Pro. Data 10/02/2000. Trabalho de Campo, 2018.

Elaboração: João Carlos Ferreira Júnior, 2019.

O estudo realizado por Garcez et al. (2010) intitulado *Fatores que influenciam no comportamento territorial de ribeirinhos sobre ambientes de pesca em áreas de várzea do baixo Solimões, Amazônia Central, Brasil*, aponta que em novembro de 1999 a população da então Vila do Jacaré, a época conhecida mais como comunidade N. Sra. do Carmo, era de 393 (trezentos de noventa e três) pessoas, das quais 100 (cem) eram homens, 104 (cento de quatro) mulheres, 189 (cento e oitenta e nove) eram crianças. A Comunidade no período apresentava 71 (setenta e uma) residências.

Em se tratando da ocupação da terra a partir de um evento social nesse contexto, e ainda conforme percebido na fala dos entrevistados todos os migrantes chegaram a vila em busca de melhores condições, ou atraídos por algum feito ou aparente melhoria que o seu lugar se origem não possuía. Notadamente os núcleos familiares apresentaram motivos particulares para essa migração, mas que não destoam da procura no campo por melhores condições, tais como: “o período difícil” (a seca dos rios amazônicos) em Greicilene Farias Furtado (2017), a violência e falta de escola em André Fernandes Cruz (2017), busca pelo “meu cantinho onde não alagasse” em Leal (2017), e a “construção de uma família” em Vasconcelos (2017).

Por isso, apresentamos a figura 9 (nove) que demonstra visualmente esse aumento espacial e de ocupação das terras da Vila do Jacaré com um salto cronológico de 10 anos conforme a disposição de imagens satelitais disponíveis em domínio público. Prospectando o passado vivido por seu Carlos Rodrigues Leal um dos moradores antigos da região do Jacaré ele percebe mudanças, afirmando “não existia nada disso aqui (*se referindo as ruas, as casas, igrejas, escola etc.*). Todo mundo aqui vivia da terra, plantávamos, trabalhávamos pra comer, era tudo simples” (*grifo nosso*) (LEAL,2014 p.63).

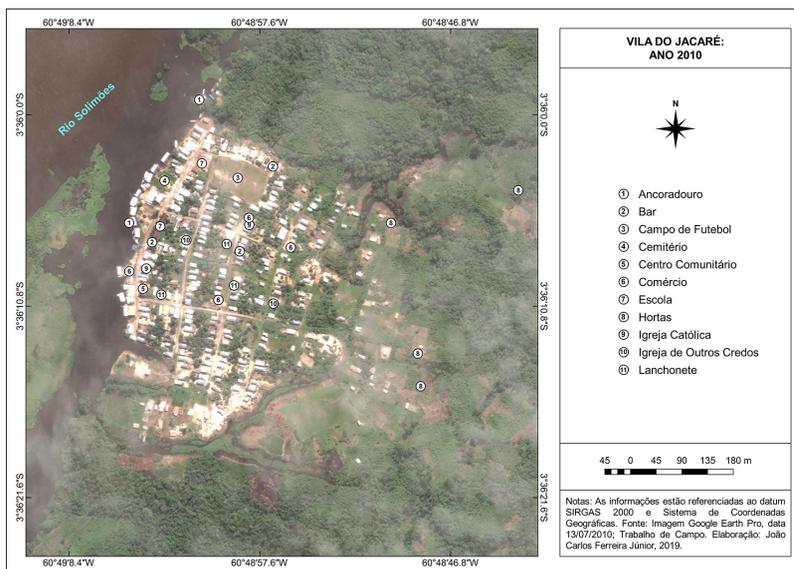


Figura 9: Vila do Jacaré em 2010.

Fonte: imagem Google Earth Pro. 13/07/2010. Trabalho de Campo. 2018.

Elaboração: João Carlos Ferreira Júnior, 2019.

Assim, a ocupação de um território, em se tratando de um assentamento a priori rural, pode ser compreendida como um momento de vivência significativa e um momento de materialização das lutas pela posse da terra. Território esse que se molda a partir da intencionalidade que se faz territorialidade, e da identidade que esse homem posto como agente perfaz sobre a natureza, bem como ainda acontece pela influência do Estado.

Das 100 (cem) casas visitadas, identificamos grande quantidade de famílias oriundas da Ilha do Paratari, localizada na várzea. As famílias oriundas desta localidade narravam um sentimento de medo e de preocupação com a família devido a intensidade do tráfico de drogas, da violência, da prostituição e consequentes homicídios e furtos existentes no cotidiano desses moradores.

As famílias que não tinham esta narrativa e também provenientes da Ilha do Paratari, migraram devido ao fenômeno natural, regionalmente conhecido por “terras caídas”, que se manifesta através do desbarrancamento ou desprendimento das margens dos rios com deslocamento de solo para dentro do leito. Causado pela erosão fluvial que abre extensas cavernas subterrâneas, até que uma ruptura acentuada provoque a queda do terreno, *as terras caídas*, que é logo subtraído pelas águas.

Não diferentemente disto, um outro lugar que rendeu boa parte de migrantes para a Vila do Jacaré foi o Lago do Jacaré. O Lago do Jacaré é formado pela Comunidade 13 (treze) de Junho e a Comunidade São Geraldo, ambas localizadas respectivamente a aproximadamente 7 km (sete quilômetros) em linha reta, a 12 km (doze quilômetros) por hidrovia na época da cheia, e a segunda a 6,88km (seis quilômetros e oitenta e oito metros) em linha reta e 10, 85 km (dez quilômetros e oitenta e cinco metros) por hidrovia no período da cheia.

Os moradores oriundos do lago por vezes mencionavam a dificuldade de acesso a serviços, enquanto ainda viviam lá, destacam-se sobretudo a falta de energia elétrica, a falta d’água, o simples comércio de itens básicos, o acesso a saúde e a educação.

Apesar desta situação a dinâmica econômica cresceu a partir da descoberta do potencial comercial do açaí que se deu a partir dos anos 2000. De acordo com Leal (2017) “desde que começou, não parou mais, acordam cedinho e entram aí pra trás pra apanhar açaí!”.

O Senhor André F. Cruz, 38 anos, antigo morador da Ilha do Paratari menciona de que no período entre a enchente e cheia (períodos do regime hidrológico dos Rios Amazônicos super importante para a gerência e dinâ-

mica das famílias camponesas), a colheita de tudo que é produzido, sobretudo da malva que era o produto que ele trabalhava, era apressada para que não se perde-se o roçado. No caso da malva ele recebia no início de 2010 cerca de R\$2,00 (dois reais) por quilo, hoje está R\$ 3,00 (três reais), ainda menciona que os agricultores da malva

plantam em agosto, em fevereiro começam a cortar se o rio já estiver muito cheio, se normal colhemos em março, dia 08 de março já está maduro já, compra-se e vende-se a partir de 150 kg (cento e cinquenta quilos), e depois o governo para a subvenção, da malva faz essas roupas ai e quando pui rápido a gente chama de malva fraca (CRUZ, 2017).

O último censo IGBE realizado em 2010, também revela o crescimento urbano da vila que no período do recenseamento possuía 204 (duzentos e quatro) domicílios permanentes, dentre os quais 26 (vinte e seis) eram logradouros de uso coletivo ou serviços, contava também com 1033 (hum mil e trinta e três) moradores que estavam especializados em 10 (dez) ruas à Avenida Nossa Senhora do Carmo, à Rua dos Ingás, à Rua Beira Rio, à Rua Edilberto Menezes, à Rua São Domingos, à Rua Raimundo Cortez, à Rua Angelo Figueiras, à Rua Francisco Bezerra, à Rua Mário Queiroz e a Rua Nova.

Das 10 (dez) vias de acesso que tínhamos em 2010, em 2018 acresceu-se mais 6 (seis) novas sendo: Rua Washington Régis, a Rua Martins de Paulo, a Travessa Medeiros, a Travessa Campelo, a Rua dos Ingás com nome duplicado, e a Rua Nova.

O último censo também permitiu cruzar os dados de crescimento com outros levantamentos como o estudo de Garcez et al. (2010) que afirma possuir 939 moradores na Vila, em 1999. Em 2010, dado do censo os números saltaram para 1033 habitantes e em julho de 2018 segundo o quantitativo fornecido pelos agentes de saúde da UBS Nossa Sra. do Carmo, no total tínhamos 1435 pessoas entre crianças e adultos residentes.

DO LAGO A VILA DO JACARÉ: ENTRE O TRABALHO E A RELAÇÃO DO RURAL COM O URBANO.

A Vila do Jacaré está dentro de um assentamento do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), na modalidade PAE (Programa de Assentamento Extrativista). Nessa modalidade as famílias

assentadas e com cadastro regular recebem um crédito rural para investimento na sua produção.

Como fatores responsáveis pelo êxodo das famílias assentadas do Lago do Jacaré podemos elencar como principais: a chegada da luz elétrica, seguido por educação e abastecimento de água na vila. Muito embora as famílias mantenham o trabalho no cultivo e na pesca no lago, moram na Vila, armazenam sua produção e vendem aos barcos ancorados que escoam a mercadoria para a cidade sede ou para a capital Manaus.

Geralmente, compete ao homem a lida com os trabalhos no roçado que é feito na mata. Cultiva-se cará, macaxeira, algumas frutas como o mamão. Tem-se o açaí extrativo que se destaca como principal meio de sustento dessas famílias, mas, também com a pesca que serve tanto para a venda quanto ao consumo. O papel da mulher nesse contexto é cuidar da casa e dos filhos, ou se ela sair a lida com o homem fica responsável pela alimentação dele e dos empregados, que recebem diárias pelo trabalho e auxílio daquele que se constitui nesse momento como seu patrão, mas, quando necessário também se faz empregado.

Em se tratando do trabalho, a extração do açaí acontece de uma espécie que possui muitos nomes, dos quais os moradores conhecem e chamam como açaí jussara ou juçara, que segundo Jan Feldmann Martinot (2013), trata-se do açaí-da-mata (*Euterpe precatoria* Mart. 1842). Este açaí extraído na Amazônia Ocidental, também conhecido como açaí-solteiro, açaí-de-terra-firme, açaí-do-amazonas, mede de 10 (dez) a 20 (vinte) metros de altura e é uma espécie caracteristicamente encontrada em regiões de clima tropical quente e úmido (temperatura média anual acima de 26°C, umidade relativa do ar entre 71% e 91%, e precipitação acima de 1.600 mm por ano), amplamente encontrado na região de extração no Lago do Jacaré.

A colheita de açaí é realizada por meio de uma técnica utilizada sobre os pés, conhecida pelo camponês como “pecunha”⁵. Durante o período de colheita o camponês só deixa a área de colheita do açaí em dois momentos: 1) para o almoço; 2) para a descarga das sacas colhidas que comumente acontece ao fim do dia quando já retornam em sua maioria, para casas de amigos ou familiares no lago mesmo. Alguns desses coletor-

⁵ “Pecunha” é a palavra coloquial usada pelo camponês em referência a Peconha (escrita formal) que é uma técnica utilizada para dar sustentação a escalada de árvores, trata-se de uma corda trançada que é engatada nos pés, feita a partir de fibras retiradas de árvores do tipo palhosas e/ou fibrosas como o Ubuçu (tururi), Ripeira ou Matamatá, é similar a um cinto e amplamente usada na colheita de açaí, bacaba, pataúá e ubuçu.

res de açaí, retornam à noite para a vila a fim de estudar, para dormir com a família, ter algum momento com os filhos e logo pela manhã regressão ao lago para mais um dia de lida.

O papel das chamadas agroindústrias, que tem sido atraídas ao interior do Estado do Amazonas e tem atuado nos mais diversos seguimentos, dos quais Manacapuru graças a implantações de programas e subsídios provenientes do governo estadual, têm difundido o trabalho direto/indireto na produção do açaí. De acordo com relatório da ADS - Agência de Desenvolvimento Sustentável beneficiaram em 2013, 6.700 (seis mil e setecentas) famílias que trabalham diretamente na colheita, mas também criaram 1.133 (hum mil centro e trinta e três) empregos diretos, 196 (cento e noventa e seis) indiretos, agroindústrias com capacidade de processamento de 1.537 (hum mil quinhentos e trinta e sete) kg/hora (quilos por hora) de açaí.

No processo que compreende desde a extração, o ensacamento e o transporte de aproximadamente 60 kg (sessenta quilos) feito sobre as costas caminhando mata a fora, a venda ao comerciante, o transporte à vila e o transporte final a Manacapuru regula o extrativismo do Açaí. A compra dos grãos ensacados é feito por um terceiro indivíduo Seu “Preto” (Sebastião Vasconcelos) que tem um contrato com uma empresa que compra dele diretamente a produção de açaí. O transporte final até o município sede é realizado pelo barco Gean Filho VII, que durante a safra é feito diariamente. No caso do camponês não vender seu produto ao atravessador, subtraindo, portanto, a ação dele, o transporte e venda passa a ser feito diretamente ao representante da empresa na Vila na pessoa do Seu “Preto”.

Há também a pesca, que se constitui como a segunda fonte de renda mais importante para os moradores tanto da Vila quanto do lago do Jacaré. É importante dizer que o regime hidrológico dos rios amazônicos é que determina o período que este camponês pesca com fartura ou só por sobrevivência (época em que o peixe entra em seu período de reprodução e por lei a pesca para o comércio fica proibida). Nesta função: a de pescador, o camponês utiliza várias técnicas para capturar o pescado, o uso delas também depende do ciclo hidrológico dos rios, dentre elas a mais comum se chama arrastão⁶. Os barcos, popularmente conhecidos como recreio, tem papel importante, são eles que trazem o gelo em seus porões, e sempre o vendem na beira (ancoradouro) na Vila, são colocados nas sacas e consu-

⁶ Arrastão é uma técnica de pesca onde a rede forma um saco que é acoplado nos barcos ou rabetas e são puxados a uma velocidade que permita que os peixes sejam retidos dentro da rede.

midos para o congelamento do pescado ou uso pessoal para aqueles que não tem freezers e moram nos arredores e também no comércio em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade agrária no Brasil tem sido delineada ao passar dos séculos com uma aparente mistura de conflitos e dissensões, híbrida por uma dinâmica territorial heterogênea e super dinâmica. Portanto, analisar processos de tal significância, para um geógrafo, é um desafio a ser alcançado, partindo inicialmente da interpretação, percepção e compreensão de uma identidade alheia a quem a julga.

Por isso, a aceitação dos fenômenos intrínsecos nas entrelinhas da vida cotidiana dos sujeitos envolvidos tanto na apropriação do espaço, quanto na realidade com campo, nesse sentido o uso da metodologia ora apresentada nos possibilitou assimilar a complicadíssima relação dos atores no contexto da Vila do Jacaré. Permitiu também, confirmar a premissa de que muito do campo no contexto social brasileiro é resquício do feudalismo, a exemplo a própria figura do pai como o chefe, percebido como o mantenedor que por vezes se parece ao déspota em Marx (1985).

O uso das terras comunais que também é categoria da forma antiga, a divisão social do trabalho que acontece dentro do núcleo familiar, com atribuições que competem a cada membro, e que as transformações decorrentes da inserção do processo capitalista no campo derrubam ou reconfiguram. Logo, tradições e traduções nesse contexto são mudados. A própria questão da pluriatividade que é comum a todos que sobrevivem a partir das relações com o campesinato, e for fim a instituição de uma burguesia rural ainda um tanto escamoteada no cotidiano da Vila, haja visto que as populações rurais ainda não foram totalmente substituídas conforme Lênin (1985) acredita que dão esse processo de mudança de classes sociais rurais.

Essas relações dos camponês com a natureza em um núcleo plurifacetado tal qual ocorre na cidade como no caso da Vila. Sendo assim, estabelecemos uma contribuição nesse âmbito já que compreender tal relação (homem/natureza) sempre foi um desafio para qualquer pesquisador; já que se trata de uma vivência alheia, de um contexto não vivido, de relações imbricadas no existir; permeadas sim de intencionalidade, seja ela do existir ou de angariar capital, intencionalidade esta que hora se faz dialética, ora estabelece-se no cerne da intersubjetividade.

A organização da Vila do Jacaré, do lago do Jacaré tem relação direta com sua forma de produção, observado inclusive nas manifestações

culturais que in loco acontecem por meio das festas e dos desfiles cívicos. O camponês que vive na Amazônia tem nos três elementos “terra, água e floresta” seu principal meio de vivência e esses elementos são essenciais a esse personagem.

A terra que é o meio para um fim: a sobrevivência, meio de trabalho; a água que é essencial à vida, não meramente pelo caráter biológico humano mas, que nesse contexto campesino revela tanto o modo de vida como evidencia dentre outros, o caráter de locomoção dos moradores de áreas rurais, do escoamento de mercadorias imprescindível para o desenvolvimento local.

Nesse sentido entender o campesinato na Amazônia considerando as especificidades locais presentes nas mais variadas territorialidades nesse caso a Vila, nos permite contribuir com os estudos sobre essas pequenas cidades que na Amazônia perpetuam muito da vida cotidianamente rural, nos permite contribuir com o resgate geohistórico do processo de formação desses núcleos urbanos que não aconteceram ao acaso, mas também se estabelece como a confirmação de que esse modo de vida que longe de ser atraso é um sinal de progresso, pois certamente tem muito a ensinar com seu modo peculiar de viver, de se (re)produzir, numa sociedade capitalista em vias de crise, volátil e em transmutação contínua.

REFERÊNCIAS

CRUZ, André Fernandes. *Entrevista III*. [julho.2017]. Entrevistador: Jonathas Laborda Neves. Manacapuru, 2017. 1 arquivo .mp3 (24:47 min.). Arquivo pessoal. A desta.

GARCEZ, Danielle Sequeira; FABRÉ, Nidia Noemi; SÁNCHEZ-BOTERO, Jorge Iván. *Fatores que influenciam no comportamento territorial de ribeirinhos sobre ambientes de pesca em áreas de várzea do baixo Solimões, Amazônia Central, Brasil* Belém: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, vol. 5, núm. 3, novembro-diciembre, 2010, pp. 587-607. Disponível em: <<https://bit.ly/2ICQpk9>> ISSN 1981-8122. Acesso em: 10 jun. de 2018.

LEAL, Carlos Rodrigues. Conselhos para a vida inteira. In: NOBRE, Leticia Nicoluci; SANTOS, Nathany Regina dos.; DOMINGUES, Adriana Rodrigues (organizadores). *Histórias que o rio conta: Narrativas e memórias de populações ribeirinhas*. São Paulo: Amazon Viva (Universidade

Presbiteriana Mackenzie), 2014. pp.57-62.

LÊNIN, Vladimir I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (1899).

OLIVEIRA, José Aldemir de. *As cidades da natureza, a natureza das cidades e o controle do território*. 2006. Disponível em: <ub.edu/geocrit/coloquio2014/Jose%20Aldemir%20de%20Oliveira.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2018

OLIVEIRA, José ALDEMIR de. Tempo e espaço urbano na Amazônia no período da borracha. *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, vol. X, núm. 218 (35). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-35.htm>> [ISSN: 1138-9788]

VASCONCELOS, Brígida Tavares de. *Entrevista I*. [jul.2017]. Entrevistador: Jonathas Laborda Neves. Manacapuru, 2017. 1 arquivo .mp3 (47:57min.). Arquivo pessoal. A desta.

A VILA DE COPATANA E O RIO JUTAÍ: A FORMAÇÃO POLÍTICA, SOCIAL E ECO- NÔMICA DE UMA REGIÃO

Janderson Meireles Bezerra

INTRODUÇÃO

O município de Jutaí está situado no estado do Amazonas, na mesorregião Sudoeste Amazonense e microrregião do Alto Solimões. A cidade de Jutaí, sede do município, localiza-se à cerca de 750 km em linha reta da capital do estado, Manaus. Os principais meios de transporte da região se dão por via fluviais, em barcos de médio e grande porte que gastam em média 04 (quatro) dias e meio de Manaus para a cidade de Jutaí. E, as lanchas “ajatos” (embarcações muito velozes) realizam a mesma viagem em aproximadamente 24 horas. Não existem vôos regulares. A distância da sede municipal para a capital do estado é de pouco mais de 900 km pela calha principal do rio Solimões, principal rio de acesso.

De acordo com ICMBIO (2011, p. 29), “A dinâmica anual de descarga dos rios tem sido apontada como o fator chave que caracteriza a sazonalidade da planície e do estuário amazônicos compostos por rios de águas brancas, pretas e claras.” Ou seja, o nível de vazão de água dos rios da Amazônia influencia diretamente em sua sazonalidade, isto é, o regime anual de enchente e vazante. No caso do rio Jutaí, este possui influência direta do regime hidrológico do rio Solimões, mais especificamente do Alto Solimões próximo à tríplice fronteira Brasil-Peru-Colômbia.

Na Amazônia, de forma geral, temos duas estações bem definidas: o verão – caracterizado pela descida das águas dos rios, mais conhecido na região como vazante/seca; e o inverno – este, por sua vez, caracterizado pela enchente/cheia e altos níveis de precipitação. Apesar desta aparente simplicidade existe ao longo do ano diversos outros momentos sazonais, como os repiquetes, que são marcos para os ribeirinhos do funcionamento do sistema hidrológico.

Cada período destes tem características específicas para o ribeirinho ou para as cidades que tem no sistema hidrológico um marco na sua organização socioespacial, as cidades ribeirinhas. Na enchente, por exem-

plo, existem períodos de escassez do pescado (por estes estarem escondidos nos igapós, as florestas alagadas), principal fonte de renda e alimento do ribeirinho. Neste período tem-se uma tendência ao consumo maior de alimentos congelados e industrializados provenientes da capital Manaus e o aumento no consumo de carne de caça (SCHOR et al. 2015). O aumento da demanda destes produtos nas cidades ribeirinhas da Amazônia acarreta em um fenômeno natural do mercado: o aumento dos preços resultante do aumento da procura pelos produtos.

Por outro lado, a vazante dos rios revela as várzeas férteis da Amazônia, ricas em nutrientes de sedimentos dos Andes e dos igapós. Muitos ribeirinhos aproveitam a oportunidade para plantar uma diversidade de cultivos, principalmente, hortifrúteis. Além de aumentar a oferta por pescado na região, pois, desta vez os peixes ficam encurralados em lagos que muitas vezes ficam sem acesso aos rios.

O rio Jutaí, afluente direto do rio Solimões, possui muitos tributários. O Jutaí é um rio de água preta, mas possui alguns afluentes de água branca tornando-o pardo nestas confluências. O rio Jutaí é meandrântico na maior parte do seu curso, apenas próximo à foz – a partir de Copatana – ele apresenta-se mais retilíneo. Enquanto que, “A direção geral do rio Jutaí é SO-NE, com exceção do trecho entre o rio Biá e o rio Pati, quando ocorre com direção S-N.” (ICMBIO, 2011, p. 29)

A caracterização física da região é importante para se compreender a complexidade dos processos sociais que definem o perfil da Vila de Copatana e suas relações ao longo do rio Jutaí e Solimões.

A VILA DE COPATANA: LOCALIZAÇÃO E PERFIL URBANO

Copatana está situada na margem direita do rio Jutaí (rio de Segunda Ordem), na sua margem oposta encontra-se a jusante do rio Copatana. Em distâncias Amazônicas, pode-se dizer que a Vila fica há pouco mais de uma hora da cidade de Jutaí na enchente e mais de uma hora e meia durante a seca do rio usando o transporte comum da região, o motor “rabeta” de 5.5 Hp de força. A Vila está a aproximadamente 21 km em linha reta da sede municipal e 23 km por via fluvial.

Em 2018 estima-se que a Vila de Copatana possuía uma população de pouco mais de 1.000 habitantes e com forte poder político no município de Jutaí. O município possuía no pleito 2016 pouco mais de 10.000 eleitores para elegerem 09 (nove) vereadores à Câmara Municipal de Vereadores de Jutaí para o quadriênio 2016-2020. A Vila de Copatana conseguiu eleger

dois vereadores moradores da Vila. Ou seja, os resultados das eleições municipais de 2016 em Jutai apontaram a importância política de Copatana.

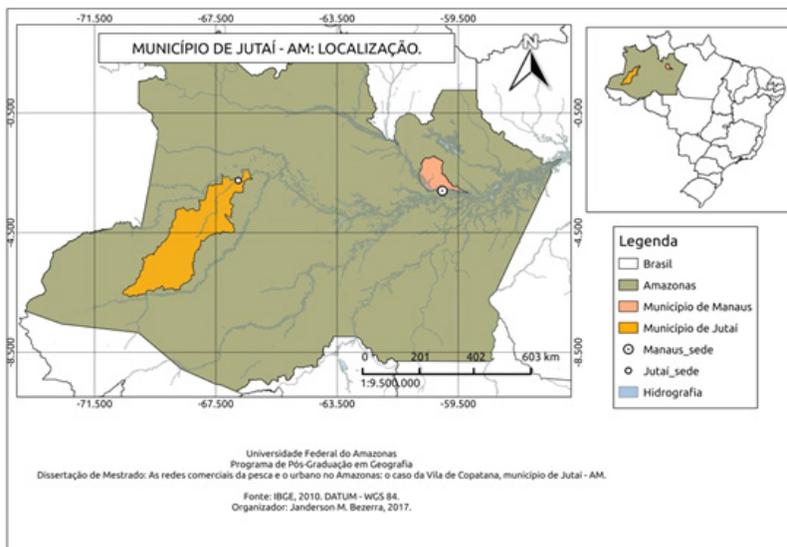


Figura 1 – Localização do Município de Jutai.
Fonte: IBGE 2010, elaborado por Janderson M. Bezerra, 2017.

É quase inexistente documentos históricos sobre a Vila. Por meio de entrevistas abertas, com o Sr. Francisco Abel (morador mais antigo), tem-se a informação que Copatana possui origem indígena. O Sr. Abel relata que no atual sítio da Vila existia uma aldeia indígena. Posteriormente, os indígenas foram expulsos por “homens brancos”, a maioria eram nordestinos e um importante comerciante português, o principal da época. Tal fato talvez explique a existência de uma comunidade indígena bem ao lado de Copatana. A comunidade indígena é conhecida como “Inglaterra” e os seus moradores seguem a Irmandade da Santa Cruz.

A Irmandade da Santa Cruz (como é conhecido popularmente o movimento) surge a partir da peregrinação do líder carismático Irmão José Francisco da Cruz no final da década de 1960 na Amazônia Peruana, passando por 10 estados brasileiros e 4 países Sul-americanos, instalando-se em 1972 na região do Alto Solimões onde reuniu grande quantidade de adeptos (ORO, 1989). Teve forte influência nos grupos indígenas da região, em especial os Ticunas (GUARESCHI, 1985). A sede do movimento fica no médio rio Içá, uma outra vila importante na região a Vila Alterosa do Juí. Neste livro encontramos um capítulo dedicado a esta vila, “A Vila

Santa: a formação social e econômica da Vila Alterosa do Juí, Santo Antônio do Içá, Amazonas” de Pedro Pontes, que descreve a rede territorial articulada pela Irmandade da Santa Cruz.

Segundo o Sr. Abel, o nome “copatana” possui origem indígena, ou seja, significa “árvore de grande copa”. De acordo com o mesmo, naquela época existia uma árvore enorme em Copatana, a mesma não existe há cerca de 40 anos. Pelos relatos do Sr. Abel calcula-se que o povoado de Copatana possua entre 70 e 80 anos, isto após terem “expulsado” os índios daquele local.

De acordo com o Sr. Abel, no início Copatana não tinha tantos pescadores, quanto tem atualmente. Isto é, a principal atividade produtiva era o corte e coleta do látex da seringa. Mas, após a década de 1980, os principais compradores pararam de comprar o látex. Com isso, eles tiveram que encontrar outras formas de sobrevivência, dentre as quais, a pesca e/ou a agricultura.

O relato do Sr. Abel ilustra a dificuldade de se fazer uma geo-história desta localidade. A pouca documentação existente e a limitada memória só permite uma vaga noção das origens da Vila de Copatana.

A FORMA URBANA DA VILA.

Devido a dificuldade de se obter imagens de satélite de qualidade e material documental que descrevesse o perfil urbano da Vila de Copatana foi necessário realizar coleta de dados primários em campo. Estruturou-se um conjunto de idas a campo durante os anos de 2016 e 2017 visando compreender o perfil urbano, a dinâmica econômica e as principais atividades que estruturam a rede urbana na região. Os resultados foram apresentados na dissertação de mestrado defendida em 2018 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas (Bezerra, 2018).

A principal característica urbana da Vila é que esta possui “dois lados”. Os lados estão interligados por pontes de madeira (ver Figura 02). No período da enchente, a Copatana é inundada em seus locais mais baixos pelas águas do rio Jutáí. Dessa forma, existe a “parte da frente” (mais antiga e com uma precária pavimentação) e a “parte de trás” da Vila que, é mais recente e não possuía pavimentação alguma até o momento de finalização da pesquisa em 2018.



Figura 2 – Ponte que interliga a Vila de Copatana
Autor: Janderson M. Bezerra, Abril de 2016.

Na figura 2 ainda é possível observar ao fundo a caixa d'água que abastece a Vila de Copatana. Próximo a caixa d'água encontram-se a escola e mais à frente o posto de saúde. Este último, por sua vez, possui 1051 pessoas cadastradas (2016), sendo que a Vila também atende as comunidades mais próximas, ou seja, essas pessoas não são apenas da Vila Copatana. O posto de saúde de Copatana nos anos de 2016-2017 possuía 14 (catorze) funcionários divididos em: diretor, enfermeiro, microscopista, serviços gerais, monitores, recepcionista e agentes de saúde. Além destes, no mesmo período um médico do Programa Mais Médicos do Governo Federal de origem cubana (Dr. Carlos Uchôa) que atende durante 15 dias por mês, manhã e tarde.

Sobre as doenças mais frequentes por época na Vila, existem apenas casos de vômito e diarreia entre as crianças, principalmente, durante a enchente e a vazante do rio. Sobre a malária, aparentemente comum no Alto Solimões, registraram apenas 2 (dois) casos no ano de 2015 e nenhum caso no ano de 2016.

Existe uma escola na Vila Copatana – Escola Municipal São Sebastião de Copatana. A escola possui 40 funcionários (2017), divididos em: gestor, pedagogo, secretário, serviços gerais e professores. Na escola, funcionam as séries do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, presencial. E, do 1º ao 3º ano do Ensino Médio, tecnológico. A escola foi fundada em 1993 e, em 2016 foram matriculados 328 estudantes na mesma.

Quanto ao transporte urbano na Vila, os únicos meios de transporte que existem dentro da Vila são bicicletas e motos de propriedade privada.

O único acesso que existe entre a cidade de Jutai e a Vila Copatana é por meio do rio Jutai. Porém, não existem catraias para o transporte de cargas e passageiros de forma regular entre a cidade e a Vila. Nas vezes que os moradores da Vila de Copatana precisam ir à cidade de Jutai ou voltam para a Vila, eles têm que fazer esse trajeto no seu próprio meio de transporte (normalmente canoa e motor “rabeta”). Ou então, ir de “carona” com quem tem, para tal precisam apenas contribuir com os custos do combustível.

A Vila não possui porto oficial. Os principais pontos de atracadouro são nos flutuantes do Sr. Guidó e do Sr. Kaká (compradores de peixe). Apesar de não existir um porto oficial existe Pontão (posto flutuante) da bandeira Equador, que vende combustível. O Pontão encontra-se atracado no flutuante do Sr. Kaká.

Existem aproximadamente 30 flutuantes ao longo da beira de Copatana, com funções diversas, como: comércios de estivas, frigorífico, venda de gasolina, depósitos e até moradias.

Na Figura 3 pode-se observar uma parte da beira da Vila de Copatana no período da enchente do rio Jutai. Nesta figura é possível observar os flutuantes que ficam na frente da Vila, pois as águas do rio Jutai já se encontram no seu nível mais alto em meados do mês de Abril de 2016. Com isso, os flutuantes (aproximadamente 30) acabam de certa forma escondendo a Vila nesse período do regime hidrológico do rio Jutai.



Figura 3 – Flutuantes na frente da Vila de Copatana durante a cheia do rio Jutai.

Autor: Janderson M. Bezerra, abril de 2016.

Em fevereiro de 2016 foi realizado um levantamento dos estabelecimentos comerciais da Vila. Com os resultados não constatamos a existência de mercados municipais, feiras e supermercados. Existem apenas mercadinhos e tabernas. Além de outros estabelecimentos comerciais, como: bares, lanchonete, vendas de comida e materiais de construção. Ao todo, existem 30 estabelecimentos comerciais na Vila.

Tipo de estabelecimento comercial	Quantidade
Mercadinho	08
Taberna	04
Padaria	04
Vendas de marmitas de comida ou churrasco	03
Bar	04
Lanchonete	01
Bomboniere (loja de bombom)	01
Loja de material de construção	01
Marcenaria e Moveleira	01
Flutuante Frigorífico	02
Pontão de gasolina	01
Total	30

Tabela 1 – Estabelecimentos comerciais de Copatana, fevereiro/2016.
Fonte: Resultados de campo, fevereiro de 2016.

As informações mais interessantes a cerca destes estabelecimentos comerciais é o local de compra das mercadorias dos mercadinhos e da loja de materiais de construção, principalmente. Pois, 50% dos mercadinhos entrevistados compram as mercadorias no barco José Lemos que a cada 15 dias chega ao porto de Jutai diretamente da cidade de Manaus. O dono da loja de materiais de construção também encomenda as suas mercadorias do proprietário do barco José Lemos, e uma das quatro tabernas entrevistadas também compra as suas mercadorias neste barco.

O barco José Lemos abastece mais a Vila do que a própria cidade de Jutai. Este barco desatraca do porto de Manaus a cada 15 dias, viaja pelo rio Solimões com escala apenas em Fonte Boa e seu destino final é Jutai, chega em dias de sábado no porto de Jutai (ver Figura 4) e sai nas terças-feiras com destino à Manaus.



Figura 4 – Dinâmica do Porto de Jutaí com a chegada do Barco José Lemos.
Autor: Janderson M. Bezerra, fevereiro de 2016.

Apesar da existência de muitos pescadores em Copatana e da relevante produtividade pesqueira destes, os moradores da Vila não possuem hábitos de compra de alimentos muito saudáveis. Com os trabalhos de campo realizados na Vila de Copatana e a vivência com os moradores foi possível observar que a maioria costuma comprar alimentos enlatados ou congelados para o consumo em suas refeições. Por outro lado, o consumo de peixe fresco, carne do mato ou frango de quintal acabam sendo uma exceção. Isso reflete o quanto urbano são os hábitos de consumo e de compra dos moradores da Vila de Copatana. Uma possível explicação para este hábito de compra pode se dar pela proximidade da Vila de Copatana com a cidade de Jutaí e pelo fluxo diário de pessoas entre a cidade e a Vila.

A RELAÇÃO CIDADE E VILA: A MOBILIDADE DOS MORADORES DE COPATANA PARA JUTAÍ.

Os moradores da Vila de Copatana possuem uma forte relação com a cidade de Jutaí, sede do município. O fluxo de pessoas que se deslocam com frequência à Jutaí é intenso. Ou seja, diariamente os copatanenses vão à cidade resolver problemas diversos, desde compra de produtos alimentícios à ida ao Banco ou lotérica.

Para melhor compreender a dinâmica que se estabelece entre a Vila e a cidade, elaborou-se um “Questionário Relações Cidade-Vila”, que

foi aplicado na Vila. O questionário teve como principal objetivo entender esta dinâmica, visando compreender a frequência dos deslocamentos, os meios de transporte e as principais atividades que realizam na cidade.

O Questionário de Mobilidade foi aplicado na Vila de Copatana entre os dias 07 e 12 de dezembro de 2016 com 5% da população total residente. Estima-se que, Copatana possui aproximadamente 1.000 habitantes (2016). Realizaram-se as entrevistas com 50 pessoas maiores de 18 anos de idade. De forma aleatória, foi-se nas residências das pessoas, sem nenhuma seleção prévia de classe, cor, gênero ou localização da casa. Procurou-se apenas dividir as entrevistas de forma igualitária entre as duas partes de Copatana (da frente e de trás), pois estas aparentam ser demograficamente iguais. Desta forma, obtivemos os seguintes resultados.

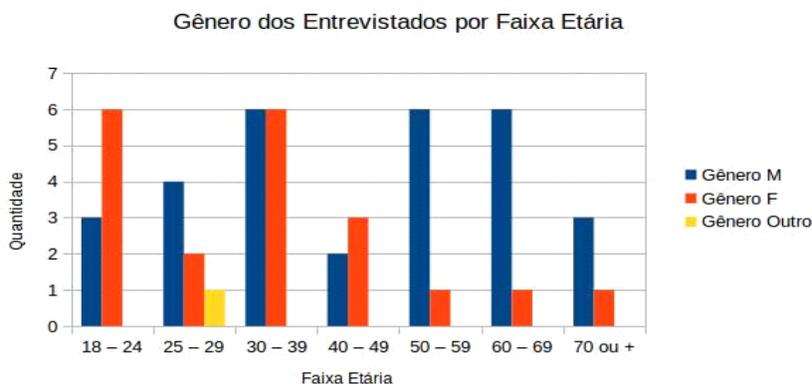


Figura 5 – Gênero dos moradores de Copatana por Faixa Etária.
Fonte: Questionário de Mobilidade na Vila de Copatana, Dezembro de 2016.

Na Figura 5 pode-se observar que foram realizadas entrevistas com pessoas da faixa etária de 18 anos de idade até mais de 70 anos de idade. E, que em todas as faixas etárias houve entrevistas com pessoas tanto do gênero masculino, quanto do feminino. Apenas uma pessoa pertencente à faixa etária de 25-29 anos de idade não se declarou ser do gênero masculino e nem do feminino, como isso, classificamos como “outro”. De forma geral, a maioria dos entrevistados foram homens com 30 anos ou mais de idade, 30 de um total de 50 pessoas entrevistadas.

Sobre a fonte de renda, 32% das pessoas responderam que a sua principal fonte de renda é de recurso do Governo Federal, em especial o Programa Bolsa Família. Ademais, 26% dos entrevistados responderam que a pesca é a sua principal fonte de renda. Este percentual relevante cor-

robora com a afirmativa de que existem muitas pessoas moradoras da Vila que tem na pesca a sua principal atividade econômica.

Em seguida, temos a aposentadoria, 16% como a principal fonte de renda da família dos entrevistados. Em menores expressões existem os comerciantes, agricultores, funcionários públicos e empresários. Destes últimos, o que chama mais atenção é agricultor, pois este percentual baixo (apenas 8%) em relação aos primeiros aponta ao fato de que a Vila de Copatana não é agrícola e depende muito de outras localidades para o abastecimento de produtos in natura. Este foi um importante resultado pois de início tratamos a Vila como sendo agrícola e tínhamos como hipótese que teria um papel importante no abastecimento da sede do município o que foi refutado pela extensa pesquisa de campo.

Sobre as atividades desenvolvidas na cidade de Jutai, 56% dos entrevistados afirmaram que vão à cidade principalmente para utilizar serviços bancários ou lotéricos. Comparando com os resultados sobre a fonte de renda, onde aproximadamente 50% dos entrevistados recebem recurso do Governo Federal ou aposentadoria, deduz-se que estes serviços bancários são para sacar algum benefício.

Posteriormente, temos a venda de peixe, venda de produção e compra com 12% cada como principais atividades desenvolvidas na cidade pelos entrevistados da Vila. Além de outras atividades, estas em menor expressão, como compra de comida, ida saúde e passeio.

Ademais, com as observações que se fez na cidade de Jutai e na Vila de Copatana foi possível perceber nas idas e vindas da Vila que a maioria das pessoas que viajam de Copatana à Jutai são mulheres. Principalmente, senhoras mães de família que vão à cidade sacar o seu benefício do Bolsa Família ou aposentadoria. Aproveitam a viagem para fazer compras, em especial gêneros alimentícios industrializados. Outra observação foi que diariamente (principalmente na época de fartura de peixe) existem pescadores de Copatana realizando viagens à cidade de Jutai para fazer venda de pescado. Muitas vezes, ao chegar à cidade de Jutai para a realização de trabalho de campo na Vila de Copatana reconheceu-se muitos pescadores da Vila vendendo peixe na beira de Jutai.

Sobre a frequência de vezes que os moradores da Vila costumam ir à cidade Jutai, 70% dos entrevistados afirmaram ir apenas mensalmente à sede municipal. Relacionando com o que já foi dito anteriormente, 56% dos entrevistados vão à cidade para utilizar, principalmente, os serviços bancários e lotéricos. Dessa forma, conclui-se que a maioria destes 70%

que vão à Jutáí apenas uma vez ao mês são beneficiários de programas do governo federal ou aposentados.

Por outro lado, 30% dos entrevistados afirmaram ir à cidade de Jutáí pelo menos uma vez por semana. Por sua vez, estes são, principalmente, pescadores, produtores rurais, ou seja, vão para Jutáí vender peixe ou produção agrícola. Nestes últimos, cabem também aqueles que vão comprar gêneros alimentícios ou comerciantes que vão comprar mercadorias para abastecer o seu comércio local.

À cerca do tempo de permanência na cidade, a grande maioria das pessoas (68% dos entrevistados) passam apenas algumas horas em Jutáí. Com isso, podemos afirmar que os moradores da Vila vão a Jutáí resolver apenas questões pontuais, isto é, de rápida resolução.

Após vários trabalhos de campo na Vila de Copatana e na cidade de Jutáí foi possível acompanhar de perto essa dinâmica das pessoas. Observou-se que as pessoas costumam sair de manhã cedo de Copatana (entre 6 e 7 horas da manhã) para a cidade de Jutáí e depois das 11 horas da manhã já estão retornando para Copatana. A vivência que tivemos na Vila nos possibilitou conhecer a rotina desta dinâmica e corroborar os resultados do Questionário de Mobilidade.

As viagens que realizamos à Vila de Copatana foram sempre árduas e difíceis, pois eram sempre em canoas particulares sem cobertura, expostos à insolação ou à chuva por aproximadamente duas horas. Apesar da intenção circulação de pessoas entre a Vila e a cidade inexistente transporte formal e regular tal qual na Vila de Caiambé no município de Tefé.

Na Vila do Caiambé existem lanchas regularizadas, equipadas e preparadas para o transporte de passageiros, com horários de saída e de chegada. Além disso, as viagens são mais rápidas do que seria em canoas com motor “rabeta”: “Em 2017 predominam duas formas de transporte mais utilizadas pelos moradores, pelas lanchas rápidas e barcos de linhas que saem de Tefé e passam pela Vila de Caiambé na ida e na volta” (FERNANDES, S. M. A, 2017, p. 140). Na Vila de Copatana (principalmente quando se é um visitante sem transporte próprio) não tem hora certa de saída ou de chegada. O viajante de fora fica à mercê do “dono da Viagem” (o proprietário da catraia) e exposto às intempéries do tempo/clima. Quando não se chega à Vila molhado da chuva acaba-se sendo “torrado” pelo sol ardente do verão amazônico.

A VARIAÇÃO DO PREÇO DA CESTA BÁSICA NA VILA DURANTE OS REGIMES DE ENCHENTE E VAZANTE DO RIO JUTAÍ.

Apesar da proximidade e intenso fluxo entre a Vila e a cidade existe uma importante variação nos preços dos produtos alimentícios. Mesmo considerando que os comerciantes de Copatana compram suas mercadorias diretamente no barco que faz o trajeto entre Manaus e Jutai, o preço dos produtos alimentícios não é igual ao encontrado na cidade de Jutai.

A explicação dado a diferença de preços entre a cidade de Jutai e a Vila de Copatana é relativa aos gastos que os comerciantes de Copatana tem para levar a sua mercadoria até a Vila. Ou seja, pagam carregadores e gastam com a gasolina (ao invés do frete), pois a maioria possui motor rabeta. Sobre esta questão do transporte da mercadoria e o custo da cesta básica no interior do estado do Amazonas, Moraes e Schor (2010, p. 109) afirmam que,

(...) O valor da cesta básica estaria associado, principalmente, aos custos decorrentes do fluxo de transporte das mercadorias (frete) e também de intermediários. Como a cesta básica é composta primordialmente por produtos industrializados e manufaturados produzidos fora da região, pressupõe-se que a distância, tipo de transporte e sazonalidade influenciam no preço final da cesta sendo que, as cidades com menos expressão na rede tem preço mais alto.

A metodologia para a coleta de preços na Vila de Copatana foi fundamentada na obra “Cesta básica na ponta do lápis: práticas de pesquisa em Geografia” de Moraes, Tavares-Pinto e Schor (2016). A primeira coleta foi realizada em maio de 2016, na cota máxima dos rios Solimões e Jutai naquela região. A segunda coleta de preços foi realizada no mês de outubro de 2016, na cota mínima dos rios Solimões e Jutai.

Moraes, Tavares-Pinto e Schor (2016) trabalharam o conceito de Cesta Básica Regionalizada – CBR, neste caso para o estado do Amazonas. Apresentam uma tabela com 21 itens/produtos que compõem a CBR, como: produtos industriais, beneficiados e in natura. A recomendação dos autores é recolher preços dos produtos da CBR em pelo menos 05 (cinco) estabelecimentos comerciais (os maiores ou mais frequentados) distribuídos entre as áreas centrais e áreas periféricas da cidade, no caso a Vila de Copatana. Após recolher os preços em diferentes mercadinhos da Vila obtivemos uma média de preço para cada produto da CBR.

Foram realizadas pesquisas de preços de produtos industriais, beneficiados e in natura em épocas distintas do regime hidrológico do rio Jutai. Isto para que fosse possível perceber qual seria o impacto nos preços dos produtos pesquisados e, conseqüentemente, no valor final da Cesta Básica Regionalizada em Copatana nos diferentes períodos do ano. No período da enchente o valor final da cesta básica foi de R\$449,82 e na vazante de 415,08 (2016).

A diferença de preço da Cesta Básica Regionalizada em Copatana entre os períodos de enchente e vazante do rio Jutai e Solimões é de R\$ 34,74. Sendo o preço final da CBR mais elevado durante a enchente. Sobre este fato, Costa e Schor (2013) afirmam que,

Todas as cidades apresentaram custo da Cesta Básica Regionalizada (CBR) (adaptada da nacional para melhor caracterizar os hábitos locais) menor na vazante (...). Com isso, tem-se fartura na seca pela possibilidade de cultivo nas várzeas – de tomate, por exemplo – e, principalmente, pela abundância de peixes. Na cheia existe uma relativa escassez, pois a pesca torna-se difícil e, na impossibilidade das culturas de várzea, aumenta a importação de produtos de Manaus, ou até mesmo outras regiões do país, para garantir o abastecimento local, o que onera os custos com alimentação na cidade devido ao transporte, possível apenas por via fluvial. A variação apresentada acentua-se ainda mais se considerarmos somente os produtos in-natura, pois estes são produzidos localmente no período da vazante quando as várzeas férteis do rio Solimões ficam disponíveis para plantação. (COSTA e SCHOR, 2013, p. 55)

Um dos principais produtos responsáveis por essa diferença no preço final da CBR durante estes dois períodos foi o peixe (apesar do feijão ter sofrido um relevante aumento). No período da enchente o quilograma do peixe foi comercializado em média por R\$ 3,25, ou seja, mais caro do que no período da vazante que foi de R\$ 1,30 (Figura 5). Tais dados indicam que a sazonalidade característica do regime hidrológico exerce influência no preço do pescado pela escassez na enchente e fartura na vazante, conseqüentemente no preço final da cesta básica.

Varição de Preço dos Produtos na Vila: na Cheia e na Seca

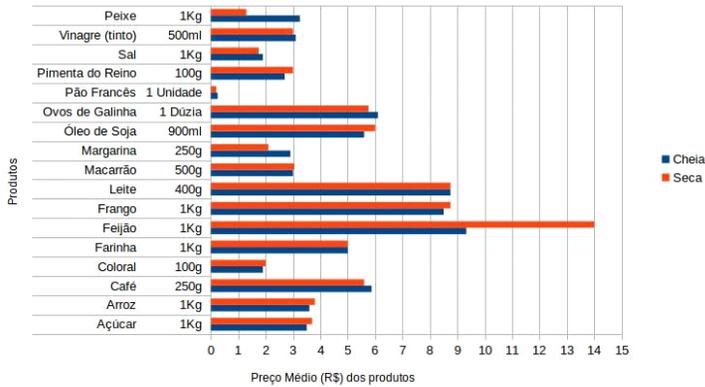


Figura 6 – Variação de preço dos produtos na Vila em diferentes períodos do ano. Fonte: Trabalhos de campo realizados nos meses de maio (cota máxima do rio Solimões e Jutai) e Outubro (cota mínima do rio Solimões e Jutai) de 2016.

Na Figura 7 percebe-se as relações dos preços dos produtos da Cesta Básica Regionalizada em Copatana. O preço do feijão, por exemplo, entre maio e outubro de 2016 sofreu aumento considerável. Na Figura 13 é possível observar melhor a variação que o preço do feijão sofreu na capital Manaus durante o ano de 2016.

Varição do Preço do Feijão em Manaus

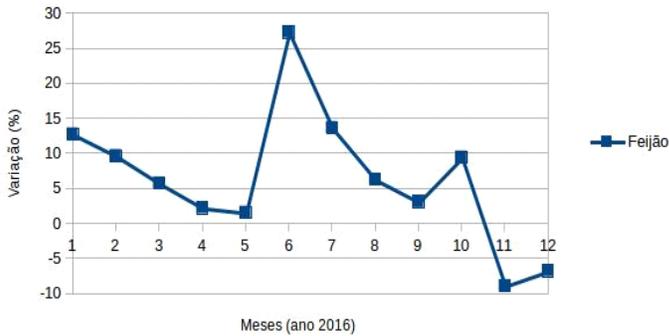


Figura 7 –Variação do preço do feijão na cidade de Manaus em 2016. Fonte: DIEESE, 2016. Organizadores: Moisés Augusto e Janderson Bezerra, 2017.

O feijão sofreu forte variação de preço em Manaus durante todo o ano de 2016. Comparando com a coleta de preços realizada na Vila durante os meses de maio e outubro do mesmo ano, registrou-se o relevante aumento do preço do feijão durante a segunda coleta.

Ainda sobre o gráfico da Figura 7, pode-se observar que o salto de preço ocorreu no mês 6 (seis), ou seja, em junho, onde a variação foi de aproximadamente 30%. Apesar de ter decaído entre os meses 7 (sete) e 9 (nove). Porém, exatamente no mês 10 (dez) o feijão volta a ter uma relevante variação positiva de aproximadamente 10%. Acredita-se que foram estas variações que afetaram o preço do feijão em Copatana na realização da segunda coleta de preços.

O fato do feijão consumido na Vila não ser produzido localmente e sim proveniente da cidade de Manaus acarretou na elevação do preço deste em Copatana. O feijão que é produzido localmente é o de corda ou de praia, que não entrou no cálculo da Cesta Básica, mas que tem importância na região. A safra destes dois produtos ocorre no período das várzeas, na época da vazante dos rios.

Esta variação que elevou o preço do feijão não ocorreu apenas em Manaus ou na Vila de Copatana. Foi um fenômeno econômico que ocorreu em todas as regiões do Brasil. Ou seja, segundo os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, em todas as capitais brasileiras neste mesmo período do ano de 2016 houve aumento no preço do feijão.

Na Figura 8 ilustra-se a variação do preço do feijão ao longo do ano de 2016 em pelo menos uma capital de cada região do país. Onde veremos que as maiores altas foram exatamente entre os meses de Junho e Julho.

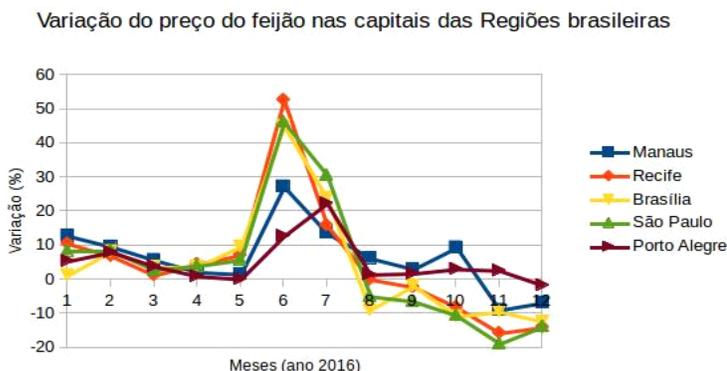


Figura 8 – Variação do preço do feijão na cidade de Manaus em 2016.

Fonte: DIEESE, 2016. Organizadores: Moisés Augusto e Janderson Bezerra, 2017.

Pode-se observar na Figura 8 que dentre as capitais representadas a que teve maior alta no período mencionado foi Recife, capital de Pernambuco na região Nordeste do Brasil, com aproximadamente 55% de varia-

ção positiva. Seguidas por Brasília, região Centro-Oeste e, São Paulo na região Sudeste, ambas com aproximadamente 50% de alta. Posteriormente, temos Manaus com aproximadamente 30% de alta. E, por último, temos Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul na Região Sul do país. Esta, por sua vez, sofreu a maior variação positiva do feijão apenas no mês de Julho de 2016. Esta variação positiva foi de pouco mais de 20%.

Sobre o que motivou estas variações anormais do feijão durante o período de referência, o DIEESE afirma que,

O clima influenciou na qualidade do grão e, com isso, o preço no varejo subiu desde o início do ano. A cultura do feijão também perdeu espaço para a soja e houve diminuição da área plantada. Em junho, os aumentos foram maiores e o Brasil passou a importar feijão na tentativa de suprir a demanda. (DIEESE, p. 03, Julho de 2016).

A variação do preço do feijão em todas as regiões do Brasil e o seu evidente impacto na Vila demonstra que mesmo estando distante do resto do país e muitas vezes ser considerada “isolada”, Copatana em termos de alimentação tem fortes relações com a agroindústria brasileira e apresenta características equivalentes as outras áreas urbanas.

A Vila de Copatana possui essa forte influência externa sobre os produtos alimentícios dado que a maioria dos comerciantes da mesma encomendam suas mercadorias diretamente da cidade de Manaus. Copatana é uma Vila de grande porte se comparada às outras comunidades do rio Jutai. Em muitos casos chega a abastecer as localidades menores. Muitas vezes flagramos pescadores de outras comunidades mais próximas fazendo compras de rancho para despesas de pesca no flutuante do Sr. Guidó (importante comprador de pescado em Copatana).

Em outras ocasiões, como em festas comunitárias, quando a bebida da festa acaba, os vendedores e até consumidores da festa vão até a Vila de Copatana comprar bebidas para reabastecer a comunidade novamente. Enfim, a Vila de Copatana possui certa influência na microrregião do baixo rio Jutai.

A INFLUÊNCIA DO GARIMPO DO RIO BOIA NA CIDADE DE JUTAÍ E NA VILA DE COPATANA.

Outro fato interessante que caracterizou a Vila de Copatana no ano de 2016 foi o garimpo de ouro que existe no rio Jutaí. Obteve-se a informação que a região onde ocorre a atividade de garimpo (no rio Boia) localiza-se no Médio rio Jutaí, pois fica acima da RESEX do rio Jutaí, esta por sua vez, localiza-se no Baixo rio Jutaí.

O primeiro registro mais contundente sobre a exploração de ouro no rio Jutaí data do ano de 2002 em um noticiário do Rio de Janeiro, onde um dos trechos afirma que,

Indigenistas federais interditaram, neste domingo (26/8), um garimpo ilegal de ouro no Rio Jutaí, numa área isolada do Alto Solimões, no Amazonas. Quatro homens trabalhavam de madrugada na draga de 22 metros de comprimento, a 18 kg da confluência com o Rio Boia, quando foram abordados pela expedição que, desde o início de Junho, desenvolve ação contra madeireiros e garimpeiros. (ESTADÃO, 26 de Agosto de 2002.)

Atualmente, o garimpo de ouro concentra-se, principalmente, no Médio Rio Boia, tributário de primeira ordem do Rio Jutaí. Apesar de poucas pessoas da Vila terem ido trabalhar neste garimpo, o mesmo possui uma relevante influência em Copatana. Segundo relatos, neste garimpo é possível ganhar muito dinheiro em pouco tempo, ou seja, em apenas 20 (vinte) dias no garimpo o trabalhador pode ganhar no mínimo R\$ 5.000,00 mil. Existem muitas formas de ganhar dinheiro no garimpo, que vai desde o trabalho de extração do metal precioso do fundo do rio por meio das “dragas” (espécie de furadeira gigante) até a venda de bebidas alcoólicas e a prostituição de mulheres com os garimpeiros.

No trabalho de campo realizado em Fevereiro de 2016 na Vila de Copatana obteve-se a companhia e auxílio do economista e Mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (UFAM), Moisés Augusto Tavares Pinto, na qual, ele realizou entrevistas informais com algumas pessoas que já trabalharam no garimpo em Jutaí. Obtivemos algumas informações interessantes que mostram o impacto do garimpo na localidade. As entrevistas ficaram registradas em seu relatório de campo. Com isso, resgato um trecho do seu relato sobre particularidades do garimpo interessantes:

Os empregos mais cobiçados entretanto, são os ligados diretamente a extração e a de cozinheira (mulheres). Os trabalhadores deste ramo sempre levam suas próprias caixas de cerveja adquiridas em Jutai, seja para consumo próprio no caso dos garimpeiros, seja como um investimento, no caso das cozinheiras. Quando os estoques dos garimpeiros acaba, o que ocorre com frequência, surge a oportunidade para as cozinheiras venderem a cerveja ao preço até sete vezes maior. (TAVARES-PINTO, p. 11, 2016)

Neste pequeno trecho já podemos perceber que o preço dos produtos pode ser muito elevado no garimpo. Este fato também acaba sendo uma interessante característica do garimpo. Sendo este, um fato que impressiona as pessoas que não conhecem a realidade do garimpo. O economista Moisés Augusto aproveitou a oportunidade para elaborar uma tabela com preços de produtos, salários e serviços (no caso a substituição).

PRODUTO/SERVIÇO	PREÇO (em grama de ouro)*	PREÇO (aproximado em R\$)
Uma caixa de cerveja	1,5	R\$ 171,00
Litro de Diesel	0,2	R\$ 22,80
Prostituição**	5 a 50	R\$ 570,00 a R\$ 5.700,00
Operador de máquina	60	R\$ 6.840,00
Assistente	100	R\$ 11.400,00
Gerente	200	R\$ 22.800,00
Salário de cozinheira de draga grande	60	R\$ 6.840,00
Salário de cozinheira de draga pequena	40	R\$ 4.560,00
Pacote de cigarros	1 a 2	R\$ 114,00 a R\$ 228,00
Prato de isca de calabresa frita	0,3	R\$ 34,20
Refrigerante PET 2 litros	0,3 a 0,5	R\$ 34,20 a R\$ 57,00
Laptop usado (02 anos)	15	R\$ 1.710,00

*Cotação do ouro em Jutai, 2016 1g=R\$ 114,00

**Valor oscila dependendo da demanda e principalmente da aparência física de ambos os envolvidos.

Tabela 2: Produtos e serviços com preços em gramas de ouro, Vila Copatana, Jutai -AM
Fonte: Relatório de campo de Moisés Augusto, Fevereiro de 2016.

De acordo com os dados da Tabela 2, os valores dos produtos e serviços no garimpo são muito mais elevados do que o normal, ou do que seria na cidade, mais ainda, no interior (no caso das comunidades da zona rural). Observa-se também ao final da tabela que o preço do ouro em Jutai estava cotado em R\$ 114,00 enquanto que, na mesma época no mercado brasileiro este estava sendo cotado em R\$ 172,58.

A Vila Copatana é um importante ponto de parada dos garimpeiros na volta da labuta, pois muitos não esperam chegar à cidade de Jutai para esbanjar o seu dinheiro com bebidas, drogas e mulheres. Mas também muitos chegam à Vila com fome e apenas com o ouro para vender ou trocar por comida. Diante disso, o Sr. Guidó, após perder muitas vendas por não ter como pesar o ouro dos garimpeiros que chegavam a seu flutuante sedentos por comida e bebida, comprou uma balança de precisão para pesar as gramas de ouro. Neste sentido, resgato outro trecho do relato de Tavares-Pinto (2016) sobre esta motivação do Sr. Guidó para começar a comprar ouro dos garimpeiros, onde afirma que,

o senhor Guido foi “forçado” a aceitar ouro como pagamento pois já havia perdido muitas vendas (e também por não possuir anteriormente uma balança de precisão). Os garimpeiros no Jutai não utilizam dinheiro como moeda, fazendo absolutamente todas as suas compras com ouro, inclusive de pequenos itens de higiene, alimentação ou bebidas. O flutuante do Guidó é como um refúgio dos garimpeiros, que descem o Jutai disfarçados em pequenas catraias ou canoas, devido ao medo de assaltos de piratas. Com receio de parar nas comunidades mais acima, param rapidamente apenas em Copatana, exaustos e famintos.

O Sr. Guidó paga R\$ 80,00 a grama do ouro na Vila Copatana, sendo que, na cidade de Jutai a grama do ouro é comprada por até R\$ 114,00. Moisés Augusto obteve relatos também de Dona Léia (importante comerciante na cidade de Jutai) que trabalhou muitos anos em garimpos no Pará e em outras cidades do Amazonas. Dona Léia compra ouro em Jutai e revende em Letícia, paga a R\$ 111,00 a grama do ouro. Vende o ouro em Letícia sempre que atinge acima de um quilo e dependendo também da boa cotação da *commodity* no mercado colombiano. Em Tabatinga ela é conhecida como “A rainha do Jutai”, apelido que não lhe agrada e a faz temer por sua segurança na fronteira. (TAVARES-PINTO, 2016)

Moisés Augusto ainda conseguiu obter uma fotografia (a pedido dela) de algumas gramas de ouro que dona Léia havia acabado de comprar.

Ela aproveitou também para esbanjar as jóias em sua mão direita, feitas com o ouro comprado por ela.



Figura 9 – O ouro da “rainha do Jutaí.

Fonte: Relatório de campo de Moisés Augusto, fevereiro de 2016.

Apesar da ilegalidade da atividade do garimpo na região do Médio Rio Jutaí, os garimpeiros possuem uma cooperativa. É a Cooperativa de Garimpeiros e Mineração – GoldCoop. A referida cooperativa está envolvida em projetos sociais na cidade de Jutaí.

O garimpo no Rio Boia por vezes altera a rotina da Vila. Enfim, a exploração do ouro não é a principal atividade econômica em Copatana, mas existe outro recurso natural existente no Médio Rio Jutaí que possui inteira relação e influência na dinâmica da Vila: a pesca.

A DIVERSIDADE COMERCIAL DE PESCA NA VILA: DO “PEIXE-LISO” AO PEIXE ORNAMENTAL.

A Vila de Copatana oferece ao longo do ano uma grande diversidade comercial de pesca. Dado a inexistência de dados estatísticos ou séries históricas de desembarque pesqueiro na Vila, implantou-se um monitoramento da pesca no qual de comum acordo com um grupo de pescadores foi cedido uma balança, caderno de anotação e máquina fotográfica para que o mesmo anotasse os dados de pesca durante um ano. Oito pescadores que tem a pesca como principal fonte de renda aderiram e disponibilizaram os resultados (JANDERSON, 2018).

De Março a Dezembro, período que obteve-se dados do Monitoramento, registrou-se a pesca e comercialização de grande variedade

de espécies piscosas. Tais como, os peixes “nobres” de escama: Matrinxã (*Bryncon cephalus*), Pirarucu (*Arapaima gigas*) e Tambaqui (*Colossoma macropomum*). Sobre estas espécies de pescado, de acordo com Moraes (2012, p. 47) “O mercado dos peixes nobres de escama é considerado regional, pois, apesar de bastante apreciados pela população local, a motivação para a piscicultura e manejo destas espécies é para atender principalmente as demandas específicas de Manaus.”

Com os resultados da pesquisa percebeu-se que o mercado de peixes nobres de escama ainda se mantém com a mesma lógica. Ou seja, o principal destino das espécies Matrinxã, Pirarucu e Tambaqui pescado por pescadores da Vila é a cidade de Manaus. Porém, especificamente na cidade de Jutáí, nos últimos anos existe outra espécie que está se juntando às outras nobres de escama e ganhando cada vez mais mercado na capital do estado. Fala-se da “sardinha de Jutáí”, este termo está ano a ano cada vez mais conhecido na região, principalmente, pela divulgação e promoção do Festival Cultural da Sardinha de Jutáí.

O Festival é a principal atração festiva e cultural da cidade de Jutáí. Acontece normalmente nos últimos dias do mês de Julho, pois nessa época do ano existe uma fartura de sardinha nos rios Jutáí e Solimões. A cada ano a Prefeitura Municipal de Jutáí contrata uma atração musical nacional para encerrar a festa. Com isso, pouco a pouco a sardinha de Jutáí vai ganhando mercado na cidade de Manaus e sendo cada vez mais valorizada.

Por outro lado, temos outras espécies de escama, com uma lógica de mercado voltado para atender principalmente o consumidor local. Moraes (2012) apontou para as espécies Jaraqui (*Semaprochilodus insignis*), Pacu (*Mylossoma spp.*) e Curimatã (*Prochilodus nigricans*). Mas, com os resultados da pesquisa na Vila de Copatana, inclui-se como as principais espécies de consumo local em Jutáí ou pelo menos na Vila, além do Jaraqui e do Pacu, também a Sardinha. Exclui-se a espécie Curimatã dentre as mais consumidas em Copatana e poderíamos até incluir a Aruanã (*Osteoglossum bicirrhosum*), pois esta esteve entre as cinco espécies mais pescadas e comercializadas em Copatana durante o período de monitoramento com os pescadores profissionais da Vila.

Outra rede comercial de pesca que tem origem na Vila de Copatana é a dos Bagres ou “peixe liso” como é popularmente mais conhecido na região. A principal espécie de bagre pescada e vendida na Vila é a Dourada (*Brachyplatystoma flavicans*). O principal destino destas espécies é internacional, no caso para a Colômbia. Esta conjuntura atual do mercado de

bagres se deu, principalmente, com a rejeição local pelo consumo de tais espécies por questões de tabu alimentar que culminou com a crescente demanda das mesmas pelo mercado colombiano. Desta forma, compactua-se com Moraes; Schor e Alves-Gomes (2010a, p. 98) ao afirmarem que "(...) A rejeição destes por significativa parte da população impulsiona a exportação e consolida os bagres enquanto valor de troca. Essa condição justifica o mercado internacional que os bagres têm no âmbito da sua pesca no rio Solimões."

Outra atividade pesqueira que nos chamou muito a atenção em Copatana é a existência de redes comerciais de espécies ornamentais na Vila. Existe a exploração de pelo menos três espécies ornamentais na região da Vila de Copatana. Mas, conseguimos apenas dados e informações de apenas duas espécies: os Alevinos de Aruanã - *Osteoglossum bicirrhosum* e o Acará-disco - *Symphysodon*.

Os Alevinos de Aruanã ou "filhotes de sulambas", como são mais conhecidos em Copatana, são capturados, principalmente, entre os meses de Outubro e janeiro, período de reprodução da espécie. Soube-se que os compradores chegam de Tabatinga, a grande maioria não são brasileiros e são popularmente conhecidos na Vila como "sulambeiros".

Os sulambeiros vão para Copatana de "voadeiras"¹ e ficam, a maioria, hospedados em flutuantes ou barcos na beira da Vila. Eles vão em vários grupos e, um grupo pode conter até 30 (trinta) pessoas, segundo relatos. A maioria dos pescadores participam dessa rede comercial, pois acaba sendo mais lucrativo para eles.

Existe uma espécie de revezamento entre os pescadores para vigiar os locais onde eles capturam as "sulambinhas", pois estes peixes ficam muito disputados entre os pescadores.

A partir da segunda quinzena do mês de outubro os pescadores da Vila já começam a sair para a pesca na tentativa de capturar os filhotes de Aruanã, pois inicia-se o período reprodutivo da espécie. O período de captura dos alevinos de Aruanã dura em média de três à quatro meses, ou seja, de meados de Outubro a meados de Janeiro. Mas, são nos meses de Novembro/Dezembro que são realizadas as maiores capturas desta espécie de peixe ornamental.

Sobre a captura dos filhotes de sulamba, os pescadores afirmaram que preferem pescar o adulto da sulamba com a malhadeira, pois assim não precisam matá-la. Segundo eles, a carne da sulamba não é boa para o consumo quando estão no período reprodutivo.

¹ Lanchas rápidas com motor de alta potência.

Após capturar a sulamba adulta com a rede de pesca, eles abrem a boca do peixe e capturam os seus filhotes com o “puçar” (Figura 10), instrumento próprio para este tipo de captura.



Figura 10 – “Puçar” para a captura de Alevinos de Aruanã.
Autor: Janderson M. Bezerra, Fevereiro de 2016.

Após capturarem os filhotes, os pescadores colocam-nos em um saco plástico que eles chamam de “bolsa de sulamba” (Figura 11). Cada bolsa de sulamba comporta em média 150 filhotes.



Figura 11 – Alevinos de Aruanã na “bolsa de sulamba”.
Autor: Janderson M. Bezerra, Dezembro de 2016.

Depois que os sulambeiros compram os alevinos de Aruanã, diretamente com os pescadores nos locais de pesca (lagos e rio), eles colocam os filhotes em “sacos de sulambas” menores para ficar mais discreto durante o transporte para a Colômbia. O transporte é feito em canoas, segundo

alguns pescadores, até a cidade de Benjamim Constant onde existem outras pessoas esperando para pegar e levar de avião para Bogotá, Lima e outros países do mundo.

Em Copatana os sulambeiros compram um filhote de sulamba em média de R\$ 1,00 à R\$ 1,50. Enquanto que, na Colômbia e Peru eles vendem por até R\$ 10,00 um alevino.

Normalmente, os mais jovens pescadores da Vila são os que vigiam os lagos onde se encontram os filhotes de sulamba, enquanto os pescadores mais experientes vão para capturá-los. Segundo relatos, os pescadores, primeiramente capturam e muitas vezes matam os adultos pois nesta espécie existe cuidados parentais e os filhotes ficam dentro da boca dos pais. Assim, depois de capturar e matar os pais eles usam a rede para capturar os filhotes, sendo que, cada " ninhada " possui entre cem e duzentos filhotes de sulamba.

Os pescadores conseguem capturar mais de 5 (cinco) ninhadas de sulambas por noite, ou seja, em uma noite capturando estes filhotes os pescadores podem ganhar no mínimo R\$ 500,00 ou mais de R\$ 1.000,00. Esses filhotes vão para a fronteira Brasil-Colômbia, ou seja, as cidades de Tabatinga e Leticia. Posteriormente, podem ir para vários países do mundo. Descrever essa rede comercial foi de extrema importância para melhor compreensão da dinâmica econômica da Vila Copatana, pois revelou-se uma atividade econômica importante no calendário de pesca da Vila.

Ressalte-se que o IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis não classifica a Aruanã como um peixe ornamental. Na lista atual (Abril de 2017) da última Portaria do IBAMA (já retificada) sobre a liberação da captura e comércio de peixes ornamentais em águas continentais existem 174 espécies permitidas, mas entre elas não está a Aruanã. O IBAMA especificamente proíbe a captura de filhotes de sulamba através da "Instrução Normativa do Ibama/AM No. 01/2001 proíbe a captura de alevinos de Aruanã, já que estabelece o tamanho mínimo de 44 cm para a captura da espécie." (IBAMA, 2010). Essas informações foram relevantes para termos o conhecimentos que estávamos diante de uma atividade ilegal e por esse motivo tivemos que ter muita cautela.

Diferente do comércio de filhotes de sulambas que movimentam praticamente todos os pescadores da Vila, o comércio de acará-disco movimentam uma quantidade menor de pescadores de Copatana. Isto se dá pelo fato de que um dos compradores de pescado da Vila é o responsável pela venda dos acará-disco para os compradores de Tabatinga. Este comprador

de acará-disco da Vila possui uma espécie de viveiro do lado do seu flutuante na beira de Copatana onde ele coloca os acará-disco que são pescados em redes próprias de captura desta espécie (Figura 12).



Figura 12 – Acará-disco do “viveiro” do Kaká.
Autor: Janderson M. Bezerra, abril de 2016.

Os acarás-disco ficam neste viveiro até serem capturados e levados para serem vendidos para compradores em Tabatinga. Segundo informações, um acará-disco pode custar de R\$ 3,00 à R\$ 5,00. Onde, posteriormente, vai alcançar valores muito superiores fora do país.

Diferentemente dos alevinos de Aruanã, o acará-disco é uma espécie legalmente reconhecida como ornamental. Porém, não podemos garantir que esta atividade é realizada sob as normas que regem a captura e comércio das espécies ornamentais. Pois, existem comunidades dentro da RESEX do Rio Jutai que exploram ou exploravam a pesca e comercialização do Acará-disco como ornamental. Sobre isto podemos observar no trecho abaixo:

Dentre outras espécies citadas estão o acará-disco (*Symphysodon* sp.), relatada por quase todas as comunidades, e uma pequena arraiá, explorada na parte superior do rio Jutai próximo às comunidades Carirú, Pururé e São Raimundo do Piranha. O acará-disco, espécie ornamental, representou, em alguns anos, fonte alternativa de renda para a comunidade Marauá. Em 2011, como parte do Projeto Corredores Ecológicos, foi realizada uma oficina de capacitação em manejo e pesca do acará-disco. (ICMBIO, 2011 p. 38)

Enfim, a pesca e comercialização do Acará-disco como espécie ornamental é reconhecidamente uma fonte de renda para muitas comuni-

dades no Rio Jutaí. Porém, na Vila de Copatana esta atividade acaba sendo explorada por poucos pescadores e gerando mais lucros apenas para uma pessoa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As redes comerciais da pesca e o urbano no Amazonas são temas discutidos com mais frequência ultimamente pela Geografia Econômica e Urbana, respectivamente. Ou seja, pesquisas sobre tais temas não são mais inéditas mesmo na microrregião do Alto Solimões. Talvez, o novo no nosso trabalho seja exatamente o objeto de pesquisa, isto é, a Vila de Copatana. Desconhece-se outros trabalhos realizados e/ou publicados sobre Copatana sobre este tema ou qualquer outra temática ou área de estudo.

Antes dos primeiros trabalhos de campo não se tinha nem a certeza se tratava-se de uma Vila rural ou urbana. Enfim, queríamos desvendar a Vila, mas para tal façanha foi preciso definir um foco, onde à priori, acreditava-se que seria sobre a produção agrícola, tão relevante ao ponto de abastecer a cidade de Jutaí. Porém, nos primeiros trabalhos de campo deparou-se com uma Vila com características urbanas que não produzia nem o suficiente para sustentar a sua população. Aos poucos percebeu-se que o caminho era pelo comércio de pescado. Com isso, foi por meio da pesca e dos pescadores que desvendamos a Vila e a complexidade do urbano na Amazônia. O irônico é que antes disso pretendia-se desvendar a Vila.

Uma das reflexões que chama a atenção é a de que a Vila de Copatana é um importante nódulo para diversas redes comerciais de pesca, além de outras redes como a do garimpo e dos peixes ornamentais. Tais redes comerciais possuem fixos e fluxos que estão diretamente conectados (ou são partes) da rede urbana da microrregião do Alto Solimões/Amazonas. Mesmo com infraestruturas precárias e arcaicas relações de trabalho, a região de Copatana possui relevante produção de pescado tornando mais complexo a compreensão dessa rede.

Imagine-se então, se houver um pouco mais de infraestrutura, como por exemplo uma fábrica de gelo na Vila de Copatana, a organização dos pescadores em Cooperativa talvez a questão das precárias relações e condições de trabalho fossem resolvidas. Enquanto aos peixes ornamentais, as autoridades legais já admitiram não ter controle do comércio ilegal dos alevinos de Aruanã, a alternativa pode ser a adoção de um manejo para esta espécie. Em resumo, seria uma melhoria dos fixos e fluxos para

melhor fluidez destas mercadorias na rede comercial do pescado na microrregião do Alto Solimões/Amazonas e o reconhecimento destas como características oficiais da rede urbana em questão.

Com este estudo pode-se pensar não só no aprofundamento do conhecimento da região em questão mas também das diversas formas de abordagens da teoria geográfica, em especial da Geografia Econômica e Urbana no contexto da Amazônia, contribuindo assim para a compreensão de um vasto território no campo da Geografia.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Janderson Meireles. As redes comerciais da pesca e o urbano no Amazonas: o caso da Vila de Copatana, município de Jutai – AM. 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

COSTA, E. A. C.; SCHOR, Tatiana. Redes urbanas, abastecimento e o café da manhã de idosos na cidade de Tefé, Amazonas: elementos para a análise da Geografia da Alimentação no Brasil. Hygeia: Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde, Uberlândia, v. 9, p. 5273, 2013.

DIEESE. 2016. Disponível em: www.dieese.org.br. Acesso em Fevereiro de 2017.

ESTADÃO. Funai flagra garimpeiros no rio Jutai. 26 de Agosto 2002. Disponível em: www.estadao.com.br. Acesso em Junho de 2016.

FERNANDES, Sthephano Mhae Alves. Vilas e estruturas urbanas na Amazônia: a Vila e a microrregião de Caiambé, Médio Solimões, Amazonas. 2017. 175f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

GUARESCHI, Pedrinho A. A cruz e o poder: A Irmandade da Santa Cruz no Alto Solimões. Petrópolis: Vozes, 1985. 102p.

IBAMA, 2010. Operação combate tráfico internacional de alevinos de aruanã na Amazônia. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/index.php?view=article>. Acesso em Junho de 2016.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo de 2010.

ICMBIO, 2011. Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Rio Jutai.

MORAES, André de Oliveira. Peixes, redes e cidades: aspectos socioambientais da pesca comercial de bagres no Médio e Alto Solimões – AM. 2012. 140f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

MORAES, A. O.; TAVARES-PINTO, M. A.; SCHOR, T. Cesta Básica na ponta do lápis: práticas de pesquisa em Geografia. Manaus: EDUA, 2016. 74p.

ORO, Ari Pedro. Na Amazônia um messias de índios e brancos: traços para uma antropologia do messianismo. Petrópolis: Vozes, 1989. 207p.

TAVARES-PINTO, Moisés Augusto. A Caça e a Pesca na beira de Tabatinga: Um Estudo do Mercado de Recursos Naturais na Tríplice Fronteira BrasilColômbiaPeru. 2015. 169f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) – Programa de Pósgraduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

PARTE III

RELATOS E CAMPO

CRÔNICAS DE VIAGENS: AS VILAS DO SOLIMÕES

Tatiana Schor

Viajar pelo Amazonas é abrir o olhar e a criatividade. Durante os períodos de pesquisa de campo nas Vilas do Solimões que dão origem a este livro escrevi crônicas que foram publicadas no *Jornal Diário do Amazonas*. Elas tratam de forma singela a complexidade da vida nestas localidades. Retomei as crônicas originais e com algumas modificações apresento uma sequência ao final deste livro.

AMAZONAS INSANO

Vivemos intensamente a insanidade. Insano no duplo sentido da palavra. Sem saúde e tresloucados, irresponsáveis. Vivemos no “pulmão” do mundo e nos intoxicamos com fumaça de queimadas.

Ando pelo interior e me vem a cabeça a musica de nosso cancionista “Lata d’água na cabeça, lá vai Maria, lá vai Maria...” e não estou falando do interior do agreste ou do semi-árido, mas do interior do Amazonas! Falta água no Amazonas, não só em Manaus, que poderíamos discutir a questão da distribuição e acesso da população mais carente (e mesmo as ricas) a água. Mas falta água na comunidades do interior. Sem um sistema de captação, tratamento e distribuição de água a população nas Vilas e comunidades sofrem com a falta d’água.

Na Vila de Campo Alegre, São Paulo de Olivença, a única fonte de água para beber (não vou dizer potável) é a captada precariamente dos telhados. Um sistema inadequado em termos de qualidade e quantidade. Nesta época, quando as chuvas ficam esparsas, acaba toda água. Os ribeirinhos tem que andar com latas d’água na cabeça ou cavar cacimbas rasas, provavelmente contaminadas com as fossas “secas”.

Em Belém do Solimões, Tabatinga, a realidade não é diferente. O Projeto Minha Casa Minha Vida Indígena construído na Vila, fica distante do rio, não tem caixa d’água e falta água o tempo todo. Há um investimento para a construção de um sistema de distribuição de água para algumas partes da Vila, mas nada garante que o acesso será dado a todos.

É insano. As doenças de veiculação hídrica são o principal problema de saúde, junto com a malária, nestas regiões. Vilas ribeirinhas não tem água para beber. E não precisaria muito para que resolvêssemos o problema. Uma boa política de captação de água da chuva e saneamento básico na pequena escala seria uma solução técnica de baixo custo. Mas esta não chega. O Estado gosta de mega projetos, com mega recursos e mega desvios.

Já em Manaus além da falta d'água amanhece, há várias semanas, encoberta por uma névoa branca. Dores no peito e garganta, problemas respiratórios e ardência nos olhos. Diz o IPAAM que é fruto das queimadas oriundas do estado vizinho. Será mesmo?

A estrada que liga Novo Airão a Manacapuru está totalmente tomada por uma densa fumaça de queimada. Áreas queimando na beira da estrada e dentro da RDS do Rio Negro. De noite esta estrada fica perigosa, além dos trechos nos quais a tarefa impossível é desviar dos buracos, da fumaça que intoxica, tem os caminhões apagados carregados de toras de madeira ou lenha. Não pensem que são poucos, são muitos que aproveitam da sensação do “está tudo liberado” e mandam ver!

Tem uma infraestrutura que dizem que é do IPAAM na junção das duas estradas, mas não funciona. Esta realidade é consequência da desarticulação do já frágil sistema ambiental feito no início deste governo. A desativação da SDS e transformação em SEMA (alguém já ouviu falar?) e extinção do CEUC e do Centro Estadual de Mudanças Climáticas, as consequências estão visíveis e olfativas. O descaso com a fiscalização, monitoramento e gestão de nossas florestas é proposital e as consequências estamos vivendo.

É insano negar a importância dos órgãos protetores do meio ambiente e do impacto que uma política de desenvolvimento *a la* década de 1970 tem na vida dos amazônidas. O discurso do desenvolvimento pautado no tradicional derruba, queima e planta (mandioca?) está mais que demonstrado, pela ciência e pela vida das pessoas, que não tem futuro na Amazônia.

Vivemos mesmo em um tempo da insanidade. Precisamos trilhar os exemplos das outras áreas devastadas da Amazônia para saber que este modelo de desenvolvimento é inviável? Precisamos derrubar tudo e transformar a Amazônia em um deserto para nos conscientizarmos da importância que ela tem? Insano.

SEMANAÇÃO EM TONANTINS

Nesta última semana participei da I SemanAÇÃO de Ciência e Cultura de Tonantins, município localizado no Alto Solimões. Subimos o rio Solimões de recreio, quatro dias e quatro noites. Um privilégio neste nosso cotidiano agitado e corrido poder ficar imersa no universo do Motor deslizando pelo mundo das águas!

A vida no barco constitui-se em um pequeno universo no qual ao se passar muitos dias juntos criam-se amizades, relações de vizinhança. Nas redes próximas vão se constituindo relações de confiança e compadrios, revezando-se de quem cuida das crianças e das bagagens. Debaixo das redes é outro universo a parte, mulheres fazem as unhas e as crianças (que são muitas) criam brincadeiras e se divertem com o passar do tempo. E a paisagem dos barcos, das casinhas, da mata escura, dos barrancos enchem os olhos. Como é bonito esse nosso Amazonas!

Em Tonantins temos alguns projetos de pesquisa financiados pela FAPEAM e pelo CNPq que visam trazer visibilidade ao urbano por nós desconhecido. Parte da pesquisa é criar possibilidades das pessoas valorizarem o que têm e introduzir novos elementos na dinâmica da cidade. Com este intuito, desde o início do ano estamos organizando junto com a Prefeitura Municipal, com forte apoio das Secretarias Municipais de Educação e Cultura, de Produção Rural, e de Meio Ambiente e Turismo, uma Semana na qual valorizaríamos a produção local de ciência e cultura, proporíamos cursos e palestras, teríamos atividades culturais de dança, música e teatro. Com apoio dos Secretários Municipais, dos Chefes de Departamento, das Gestoras das Escolas, dos professores, dos alunos e seus pais a semana foi um sucesso! Emocionante!

Tonantins é um município emocionante. Quase desconhecido pela maioria dos Amazonenses, é um lugar onde as pessoas ainda podem ser gentis e ter vontade de construir um futuro melhor, como a Dona Suzy e o Sr. Careca que nos hospedam em sua casa e em seus corações!

Nesta mesma semana estavam finalizando as ações relacionadas ao manejo do pirarucu. Como parte do projeto de manejo, os Secretários e as comunidades envolvidas, decidiram separar uma porção dos peixes para doar nas escolas, não como merenda, mas para as famílias! Além dessas, resolveram também doar para as comunidades que não tem lagos para manejar. Com essa generosidade a maioria dos habitantes do município comeram do pirarucu manejado, beneficiando-se diretamente de um pro-

jeto de proteção ambiental. Este projeto de manejo está recebendo apoio e reconhecimento da população que já introduziram o manejo de tabaqui e estão com uma comunidade fazendo o manejo de quelônios. Não pense que o Município está nadando em recursos e apoio das outras esferas do governo, pois não está! O que acontece em Tonantins é a existência de um grupo de indivíduos que acreditam no que fazem e querem um futuro melhor, e isso é o que faz a diferença!

Durante a SemanAção assistimos apresentações de diversos grupos de dança, música, capoeira, ciranda, quadrilha, pinturas, projetos científicos desenvolvidos nas escolas mostrando o enorme potencial que temos nos nossos jovens e ao mesmo tempo como deixamos de investir de verdade nesse nosso interior!

Tonantins é um exemplo de como um município pequeno em termos populacionais é grande em termos de perspectivas. Temos muito que apreender com este município e com outros que apesar da crise política e econômica, de todo esse pessimismo que reina, toda dificuldade que se cria para fazer as coisas acontecerem, ainda tem muita gente boa, comprometida que luta, e pelega mesmo, não só em seu próprio benefício mas pensando no futuro da sua coletividade. Fico emocionada e contente de fazer parte deste processo. E a Tonantins deixo meu eterno obrigada pela linda lição que recebemos!

A FEIRA DE BETÂNIA

Como é grande este Amazonas! Depois de quatro dias de barco chegamos a Tonantins, que após atividades já relatadas nesta coluna, pegamos o expressinho e fomos a Santo Antônio do Içá de onde, com carona da SESAI, fomos a Betânia. Estivemos no início deste mês visitando a feira de Betânia. Não a Betânia bairro de Manaus, mas a Vila de Betânia no rio Içá, município de Santo Antônio do Içá.

Betânia, como é conhecida, é uma Vila de aproximadamente 3 mil pessoas, localizada no lago de Betânia a menos de uma hora de voadeira de Santo Antônio. De população indígena Ticuna a vila chama atenção no seu arruamento bem organizado, no cuidado com as flores em frente as casas e nos seus 17 times de futebol!

A Vila de Betânia vive a vida de uma pequena cidade. Durante o dia as crianças vão as escolas bilíngues português-ticuna e os adultos as suas roças e pescaria. De tarde surgem diversos campos de futebol e voleibol e o esporte toma conta!

Betânia tem um sistema de abastecimento e tratamento de água mantido pela Secretaria Especial de Saúde Indígena – SESAI. A atuação da SESAI em Betânia é de se tirar o chapéu! Com uma equipe coesa de médicos, enfermeiros, dentistas, técnicos em enfermagem e agentes comunitários de saúde fazem a diferença na comunidade. Interessante que fora os médicos, que são cubanos do Programa Mais Médicos do Governo Federal, os demais especialistas são de Santo Antônio e de Betânia. Esta é uma grande diferença: gente local atuando localmente! Mais bacana ainda é o dentista que é ticuna! Essa realidade é fruto das diversas políticas de interiorização das universidades e mostra como é importante investimento em educação superior no interior do estado. O fato da equipe toda ser local ajuda não só na compreensão dos problemas, no conhecimento da língua Ticuna, mas também diminui a rotatividade dos profissionais o que leva a uma interação melhor com a comunidade e com o cuidado a saúde.

Isso sem falar na importância do programa Mais Médicos no interior do estado. Há alguns anos atrás quando íamos pesquisar no interior do estado nunca se sabia se teríamos médicos a disposição ou mesmo se o médico que nos atendia era mesmo médico. Agora está bem mais regulado. Tem médico pronto para o trabalho. No caso dos médicos da SESAI estes ficam disponíveis para a população 24hs! Toda vez que estivemos alojados nas dependências da SESAI, a qual agradecemos muito, sempre presenciamos atendimentos noturnos e de madrugada. E em Betânia não é diferente. A SESAI apesar de seus poucos recursos, principalmente para infraestrutura faz uma enorme diferença.

Entre todas as belezas que nos chama atenção em Betânia a mais bacana é a feira! A feira acontece todos os domingos de madrugada. Começa as 5hs e já as 7hs está terminada. São mais de 60 produtores cadastrados e cada feira vem em média 25-30 produtores vendendo os mais diversos produtos: carás, ingás, macaxeiras, mapatis, mangas, ovos, peixes, cheiro verde, ovo de bodó (apreendi a fazer um omelete de ovo de bodó delicioso), bicho de casco e de caça, e tudo mais que uma feira deve ter. São poucas as cidades que tem feiras tão diversas como a de Betânia que, apesar de não ter nenhum apoio governamental, realizada ao relento, tem apoio da comunidade que vai a feira e compra. A feira é organizada e tem uma coordenação atuante. É uma feira indígena que representa toda a potencialidade de produção e extrativismo sustentável tanto no sentido ambiental quanto social, pois é voltada para o abastecimento da sua própria comunidade.

Betânia representa hoje um interessante processo de urbanização na Amazônia Ocidental onde surgem pequenas cidades que complexificam a

rede urbana localizada ao longo dos principais rios. Estas pequenas cidades, no caso do Alto Solimões cidades Ticunas, conseguem intermediar os principais centros urbanos com a floresta e nos revela possibilidades de modos de vida contemporâneos que se desenvolvem nos interflúvios da floresta, rios e cidades. Temos muito o que apreender com elas!

ANO NOVO, VELHAS QUESTÕES.

Ano novo, festas, alegrias, agenda nova e a sensação de que vai ser diferente. Diferente? Novo? Não parece ser a nossa realidade. As notícias são as mesmas e começamos o ano e o porto de Novo Airão mais uma vez está ancorado na praia. Passa-se os anos, décadas, séculos e os portos do Amazonas continuam velhos problemas.

Na última viagem subindo o rio Solimões tivemos a oportunidade de nos juntarmos a tripulação do barco Voyager V, uma importante nau de abastecimento deste interior. A tripulação é de uma gentileza e profissionalismo de tirar o chapéu e o trabalho que fazem de importância sem igual. Levam passageiros, mas a principal função é o abastecimento das cidades na calha do Solimões. Leva-se tudo. De cimento, moto, material de construção a refrigerante, frango congelado, água mineral. Sem o abastecimento constante feito por estes barcos os municípios do interior encontrariam sérios problemas para se manterem.

O Voyager, na sua enormidade de toneladas de carga, encosta nos portos mais precários impossíveis. Em Amaturá, com o rio seco, tiveram que descarregar atracados no beiradão. Toneladas e toneladas de mercadorias nas canoas, canoões e voadeiras, ficamos horas e mais horas. Em São Paulo de Olivença, passamos 16 horas descarregando pois o porto e a infraestrutura portuária precária não permite um trabalho eficiente. E em Santa Rita Weill foram mais cinco horas desembarcando mercadorias no meio do rio. Como pode um navio moderno, enorme, carregado descarregar toneladas de mercadorias no lombo de homens que passam por pingue-las e pontes de assacu e as colocam em flutuantes precários? Um trabalho insano.

Passei estas longas e quentes horas observando o trabalho intenso da equipe do Voyager refletindo sobre esta realidade. O que acontece que no estado onde os portos são a infraestrutura pública mais importante estes mesmos sejam as mais precárias? Como entender essa política portuária? Onde estão os modernos contêiner e estratégias de logística adotadas nos portos mundo a fora?

Tive longos debates com os comandantes, tanto eles quanto eu inconformados com a situação e confesso que só posso entender essa precariedade pela lógica mais perversa possível: é mais uma forma de manter o desenvolvimento do estado atrelado as antigas formas de dominação. São os coronéis de barranco na roupagem de políticos eleitos que se esforçam para manter a precariedade subjugando as populações locais.

Vejam os “novos portos”, inaugurados como a solução para as cidades. Estes novos portos replicados em várias cidades conseguem ser o exemplo da inadequação da política. São altos demais para as pequenas embarcações e na seca ficam plantados em terra! E Tefé que nem porto direito tem! Desde o século XVIII, como importante cidade no médio Solimões, sem porto adequado.

E não é só dos portos que estes velhos problemas se mantêm no passar dos anos. Um outro exemplo é o saneamento. É preciso falar do saneamento nas cidades e vilas do Amazonas? Mais uma vez? É. É preciso! Pois se pararmos de falar, reclamar, tentar mudar morreremos engasgados.

Este é um ano de eleições municipais. Talvez a mais necessária demanda seja insistir na resolução da questão do saneamento. No Amazonas, fora Manaus, todas as demais cidades tem tamanho e população nas quais ainda é possível e viável resolver o abastecimento de água e o tratamento de esgoto. Onde estão os planos?

Todo verão fico indignada com a dificuldade de acesso a água potável nas comunidades, vilas e cidades do Amazonas. É inadmissível que na maior bacia de água doce do mundo as populações ribeirinhas tenham que consumir água de péssima qualidade. E é pior ver o esgoto contaminando os igarapés e os rios. Frente a este descaso não podemos nos calar.

Estes são apenas dois exemplos de como passa-se os anos, muda-se o discurso, mas a realidade do cotidiano das pessoas continua o mesmo. Ano novo, velhos problemas.

SOBRE OS AUTORES

Fernanda Cabral Cidade - Geógrafa e mestra em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Pesquisadora do Núcleo de Estudo e Pesquisa das Cidades da Amazônia (Nepecab) e estudante de doutorado em Geografia na UFAM. E-mail: fernandacabral3@gmail.com

Heitor Paulo Pinheiro - Geógrafo e mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Vice-líder do Núcleo de Estudos Territorias da Amazônia - NETAM. E-mail: pinheiro.heitor@gmail.com

Janderson Meireles Bezerra - Geógrafo e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor de ensino fundamental pela Secretaria Municipal de Educação de Alvarães-AM. E-mail: jandersongmb@gmail.com

Jonathas Laborda Neves – Geógrafo e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor da Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas (SEDUC-AM). E-mail: jonathas.jl@hotmail.com

Junior Vieira de Castro - Geógrafo e mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Pesquisador do Núcleo de Estudo e Pesquisa das Cidades da Amazônia (NEPECAB). Professor de Geografia na rede estadual e municipal de ensino atuando na cidade de Manaus. E-mail: jr.vieiracastro@hotmail.com

Manuel de Jesus Masulo da Cruz - Professor Associado do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). E-mail: manuelmasulo@gmail.com

Pedro Pontes de Paula Júnior - Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor da Secretaria Estadual de Educação e Desporto do Estado do Amazonas. E-mail: pedropontedepaula@gmail.com

Sthephano Mhae Alves Fernandes - Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Mestre em Geografia na área de concentração em Amazônia: Território e Ambiente pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Pesquisador do Núcleo de Estudo e Pesquisa das Cidades da Amazônia (NEPECAB). E-mail: fernandesp121@gmail.com

Tainah Ribeiro Reis Godoy - Geógrafa pela Universidade Federal de Viçosa e mestra em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Consultora na Koybara Soluções Agroflorestais e Ambientais. Mãe do Arumã e da Serena. E-mail: tainah.geo@gmail.com

Tatiana Schor – Economista, Geógrafa e doutora em Ciência Ambiental. Professora no Departamento de Geografia e pesquisadora dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e no Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia na Universidade Federal do Amazonas, ambos da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Cidades na Amazônia (NEPECAB). E-mail: tschor@ufam.edu.br

Este quinto volume da coletânea Dinâmica Urbana na Amazônia Brasileira, apresenta uma série de estudos realizados como pesquisas de dissertações, desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em Geografia do Departamento de Geografia e do Programa em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazônia do Centro de Ciências do Ambiente, ambos da UFAM. O foco desta obra é o universo urbano das Vilas na Amazônia, como esses territórios organizam suas redes de relações econômicas, sociais e de produção.

ALEXA
CULTURAL



EDUA
EDITORA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAZONAS



ISBN: 978-65-89677-37-6

